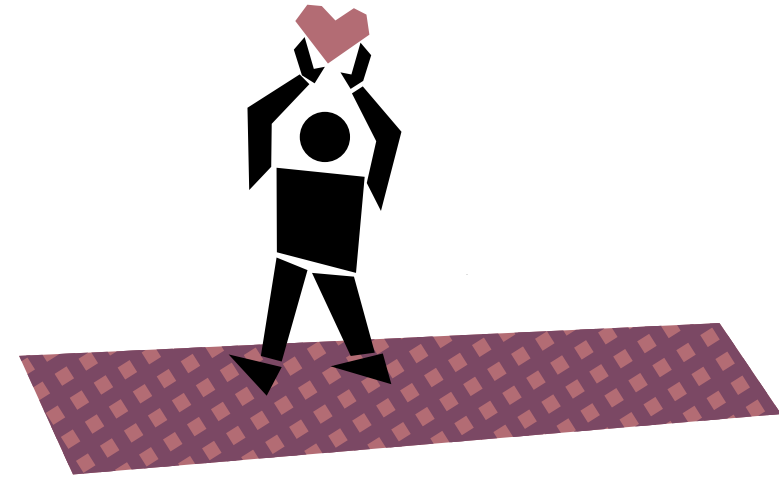


Filantropia de Risco

Do desenvolvimento científico ao desenvolvimento sustentável



MARCOS KISIL



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kisil, Marcos

Filantropia de Risco [livro eletrônico] :
do desenvolvimento científico ao desenvolvimento
sustentável / Marcos Kisil. -- São Paulo, SP :
Fundação José Luiz Egydio Setúbal, 2023.
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-997290-8-9

1. Bem-estar social 2. Desenvolvimento sustentável
3. Filantropia 4. Investimento social 5. Produção
científica I. Título.

23-176737

CDD-361.765

Índices para catálogo sistemático:

1. Filantropia : Investimento social : Bem-estar
social 361.765

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Filantropia de Risco

**Do desenvolvimento científico ao
desenvolvimento sustentável**

MARCOS KISIL



INSTITUIÇÕES DA



Expediente

CONSELHO SUPERIOR DA FJLES

José Luiz Egydio Setúbal (presidente)
Maria Alice Setúbal
Ana Luiza Pereira Gomes Pinto Navas
Beatriz de Mattos Setúbal
Frederico Octávio Sabatel Bourroul
Gabriel de Mattos Setúbal
Marco Túlio Leite Rodrigues
Maria Alice de Toledo Damasceno Saiki
Vicente Furletti Assis
Victoria Chermont Tavares da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO DO HIS

José Luiz Egydio Setúbal (presidente)
Daniel Gomes Monteiro Beltrami
Frederico Octávio Sabatel Bourroul
Gonzalo Vecina Neto
Henri Penchas
Marco Tulio Leite Rodrigues
Vivien Bouzan Gomes Navarro Rosso
Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto

CONSELHO FISCAL FJLES/PENSI

Oswaldo Arantes Nogueira – titular
Rodolfo Henrque Fischer (Rudi) – titular
Rogério Pecchini – titular
Edison Tayar – suplente
Ricardo Lemos - suplente

Equipe

Amanda Gregório dos Santos
Ana Claudia Andreotti
Heloisa Machado
Luciana Munaretti
Maiara dos Santos Benedito
Márcia Kalvon Woods
Marcos Kisil
Marcos Paulo de Lucca Silveira
Sandra Regina Mutarelli Setúbal

Edição e revisão de textos

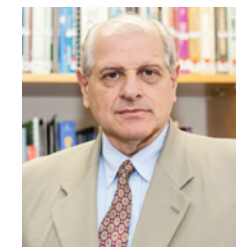
PrimaPagina
(Ricardo Meirelles e
Gabriela Vieira de Campos)

Projeto gráfico e diagramação

Naru Design
(Luciana Sugino e Gabi Rocha)

Ilustrações

Gabi Rocha



MARCOS KISIL

É autor de mais de 20 livros e capítulos, de mais de 150 artigos, e palestrante muito requisitado em conferências sobre gestão de saúde, filantropia e primeira infância. Médico formado pela Universidade de São Paulo (USP), é doutor em administração pública pela George Washington University e senior fellow da Beltsmann Foundation (Alemanha)

É professor titular da Faculdade de Saúde Pública da USP e consultor sênior da Fundação José Luiz Egydio Egydio Setúbal (FJLES). Faz parte do conselho de diversas entidades, como Federação das Indústrias de São Paulo (vice-presidente do Conselho Social), Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (onde foi fundador e CEO), Museu Judaico de São Paulo, Save/BRASIL (filial brasileira da Birds Life International) e revista Alliance Magazine (conselho editorial).

Entre os vários cargos que já ocupou destacam-se o de diretor para a América Latina e Caribe da Fundação W.K.Kellogg e o de CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Foi um dos fundadores da Iniciativa Mundial em Apoio a Filantropos (Wings), do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), do Instituto Ayrton Senna e da operação brasileira da World Childhood Foundation (hoje Childhood Brasil).



ÍNDICE

PREFÁCIO PÁG. 08

APRESENTAÇÃO PÁG. 15

- 01** Qual o significado social da riqueza?
PÁG. 26
- 02** Filantropia de risco
PÁG. 58
- 03** Filantropia de risco e desenvolvimento sustentável
PÁG. 106
- 04** A filantropia de risco e o desenvolvimento da ciência
PÁG. 166
- 05** A filantropia e a busca da vacina para a Covid-19
PÁG. 214
- 06** Filantropia e riscos do movimento antivacinas
PÁG. 258

Um filantropo que resolveu assumir riscos

“O aspecto mais triste da vida atual é que a ciência ganha em conhecimento mais rapidamente do que a sociedade em sabedoria.”

ISAAC ASIMOV

Há mais de 20 anos fiz uma reviravolta profissional. Eu era um pediatra de razoável sucesso, mas buscava exercer atividades filantrópicas, preferencialmente sem relação com a medicina. Por alguns anos dei aula de alfabetização de adultos, depois de ciências.

Em 2004, ajudava minha irmã a constituir uma fundação familiar quando surgiram duas propostas que mudaram minha vida. A primeira era entrar num projeto de ex-alunos da Santa Casa de São Paulo; a outra, adquirir o Pronto-Socorro Sabará, um pequeno hospital pediátrico que havia sido referência na pediatria paulistana e ainda tinha certo renome.

Aceitei as duas. Poucos anos depois, recebi um convite do professor Marcos Kisil para falar sobre filantropia de risco. Eu estava como provedor da Irmandade da Santa Casa de São Paulo, uma organização social com mais de

450 anos, e à frente de uma fundação que ainda não levava meu nome. A base da palestra seria um paper da Rockefeller Foundation escrito para um encontro em Bellagio (Itália).

Naquele artigo me deparei pela primeira vez com o termo “filantropia de risco”, e tive consciência do tipo de filantropia que eu vinha exercendo. Foi então que compreendi que eu fora chamado pelo professor Kisil para falar sobre a minha fundação e os riscos que estávamos enfrentando – não sobre a Santa Casa, cujo comando eu havia assumido poucas semanas antes, em sua maior crise econômico-financeira e ética-moral.

Isso foi em 2004, quando comprei o Sabará e comecei a instituir a Fundação Sabará, hoje Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Desde o início, a ideia era montar uma organização social mantida com os recursos gerados pelo hospital. Em 2005, criei o Projeto Criança, que visava mudar o hospital de lugar, aumentar o número de leitos e transformá-lo numa fundação familiar. Em 2010, tudo isso aconteceu: instituímos a FJLES e mudamos o hospital para o atual endereço, triplicando o número de leitos.

Os recursos vieram de um acordo que eu havia feito com meus filhos: dedicar uma parte da minha fortuna à filantropia. O montante usado na fase embrionária veio a formar, em 2016, nosso fundo patrimonial.

O modelo de governança era muito simples. O Hospital Sabará deixaria de ter finalidade lucrativa: todo recurso gerado por ele abasteceria a caixa da Fundação. Nos primeiros anos, os valores foram usados para pagar as dívidas bancárias assumidas para construir e equipar o Sabará. Depois de 2016, foram direcionados ao fundo patrimonial.

Essa ideia do fundo patrimonial começou a ser concebida em 2003, quando eu estudava fundações brasileiras e estrangeiras. Ao tomar conhecimento do termo *endowment* (no Brasil, traduzido por fundo patrimonial), não conseguia entender como nossas fundações, nossas universidades, ignoravam esse tipo de apoio. Quando elaboramos o estatuto da Fundação, já previmos um fundo patrimonial e suas regras de funcionamento. Em 2008 entrei para um grupo que fazia campanha por um projeto de lei sobre fundos patrimoniais. A proposta virou lei em 2019 – foi um primeiro passo, embora longe de ser da maneira como gostaríamos.

Instituída a Fundação, agora estava à nossa frente o desafio de transformar um hospital privado minúsculo (40 leitos) em algo que gerasse recursos para ajudar as políticas públicas de saúde voltadas a crianças e adolescentes. Sabíamos que nossa atuação seria menos proveitosa na assistência médica (pois nesse caso o hospital geraria menos recursos); por isso, optamos por pesquisa e educação.

Estudando as pesquisas médicas feitas em hospitais e em saúde populacional, nos deparamos com duas fontes de financiamento. Para desenvolvimento de remédios e equipamentos, quem pagava era a indústria; para embasar políticas públicas, a fonte eram as agências governamentais.

A indústria foi o primeiro segmento com que fizemos parceria. Abrimos em 2010 um pequeno centro de estudos e pesquisas, montamos um comitê de ética – rapidamente aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) – e, com poucos recursos e poucas pessoas, demos início a nossos primeiros estudos financiados pela indústria farmacêutica. Éramos muito procurados para pesquisas em crianças. Os trabalhos ajudavam a custear

o centro, treinavam as pessoas e permitiam que aprimorássemos nossos processos. O que era uma novidade para todos hoje é o Instituto PENSI, braço de ensino, pesquisa e gerenciamento de projetos sociais da FJLES.

Naquela época, porém, precisávamos de outras fontes de financiamento. Éramos pequenos, novos, não tínhamos tradição, não atendíamos pelo SUS – mas tínhamos credibilidade, boas ideias, boa vontade e apoio de alguns nomes de peso da pediatria. Vimos oportunidades nas leis de incentivo fiscal.

Nossas primeiras contribuições em pesquisa para políticas públicas foram financiadas por Pronas e Pronon – inclusive a que embasou a lei de ampliação do teste do pezinho, que previne doenças metabólicas. Atualmente estamos pesquisando diagnóstico precoce de autismo e adaptação, para o SUS, da metodologia simplificada da ABA (Applied Behavior Analysis, Análise de Comportamento Aplicada).

Quando, há 20 anos, apresentei meu projeto de fundação para um experiente gestor de grandes fundações empresariais e lhe expliquei que eu iria manter o hospital para tocar um centro de pesquisa, ele comentou que a ideia era audaciosa, mas tinha tudo para dar certo. Disse também que provavelmente ninguém além de mim colocaria dinheiro numa ação como essa: era muito arriscada. Até hoje ele nos acompanha, cada vez mais admirado de como aquele projeto com tantos riscos virou uma fundação tão robusta, com um centro de ensino e pesquisa tão produtivo. E, como ele diz, o projeto está apenas no início.

Quando voltei da aventura na Santa Casa – aí, sim, de altíssimo risco pessoal (econômico, de saúde, reputacio-

nal) –, as dívidas da Fundação já estavam pagas e o fundo patrimonial, estabelecido. O Sabará Hospital Infantil havia se tornado referência de pediatria em São Paulo e no Brasil e gerava muitos recursos para a FJLES. O Instituto PENSI não dependia mais nem de leis de incentivo nem da indústria farmacêutica: contava com fonte financiadora própria, o fundo patrimonial. Nessa época montei um grupo de *advocacy*, outro de ética e bioética e mais um de estudo da filantropia, todos até hoje atuantes na FJLES.

Tudo corria bem. O Sabará, por exemplo, iniciou um estudo para nova expansão e procurava terreno para uma segunda unidade. Porém, de repente o governo que assumira acabou com as chamadas do Pronon e do Pronas, veio a pandemia. Como tudo isso iria afetar o mercado de saúde, nossas fontes de financiamento, nossas pesquisas?

Nossas estruturas se mostraram sólidas. Mesmo nos três anos de pandemia crescemos muito e demos início ao projeto de expansão do hospital, e agora estudamos a expansão do Instituto PENSI. Fechamos parcerias com grandes universidades brasileiras e estrangeiras, temos projetos com grandes centros de pediatria e estamos desenvolvendo pesquisas que, num futuro próximo, poderão auxiliar muito a vida das crianças brasileiras.

Na FJLES, nosso grupo de *advocacy* vem trabalhando com três temas para a década 20/30, ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: imunizações; saúde mental (incluindo violência contra criança) e insegurança alimentar. Aqueles grupos de estudos que em 2018 estrearam timidamente hoje são um departamento de pesquisa com antropólogos, cientistas sociais, matemáticos, economistas – todos debruçando-se sobre os assuntos do *advocacy* da FJLES ou da filantropia no Bra-

sil. Ao todo, há 34 pesquisadores dedicando algum tempo conosco nas áreas de humanidades ligadas à saúde.

A FJLES também fomenta pesquisadores de fora, principalmente de universidades e de várias regiões do Brasil, buscando experiências e casos que possam ser sistematizados e sirvam de modelo. Esses casos são apresentados uma vez por ano no nosso Fórum de Políticas Públicas, cujos materiais estão disponíveis gratuitamente nos nossos sites.

Infelizmente, o Brasil não é um país que acredite na ciência, que valorize os números e que dê importância ao planejamento. Como médico que se tornou um filantropo sempre muito perto dos projetos, espantava-me como o terceiro setor podia tomar decisões tão pouco embasadas na ciência, tão sem informação, e como havia uma implicância em usar métodos científicos. A situação, porém, está mudando. O uso de indicadores de impacto, performance e qualidade, por exemplo, estão substituindo os indicadores meramente quantitativos.

Vejo também progresso na aceitação de financiamentos provenientes da filantropia e até da indústria e do comércio. Conheço muitos institutos de pesquisa no Brasil ligados a hospitais como o nosso, e outros, principalmente nas áreas de humanidades, que são independentes, vivem de filantropia e têm pesquisadores de alto nível ou patrocinam pesquisas e pesquisadores de grande qualidade.

Neste livro você poderá ver como a filantropia ajuda a ciência e a pesquisa, principalmente na América do Norte, a partir do significado social da riqueza. No segundo capítulo, terá uma breve visão do histórico da filantropia de risco e de seus vários aspectos.

No capítulo 3, o professor Kisil discute a sustentabilidade, um tema muito atual e sobre o qual a filantropia contemporânea está debruçada. Um assunto especialmente importante para o Brasil, um dos grandes players planetários nessa área.

O capítulo 4 aborda os riscos da ciência e os receios dos filantropos e das fundações em colocar dinheiro em negócios de risco. O capítulo 5 concentra-se num momento histórico envolvendo ciência e risco: a pandemia de coronavírus, que uniu cientistas, filantropos, laboratórios e governos para que se desenvolvesse o mais rapidamente possível uma vacina segura. O capítulo 6, por fim, trata de um desafio que também cresceu durante a crise sanitária: o movimento antivacina.

A FJLES decidiu editar este livro por acreditar que somente com uma sociedade civil forte, apoiando o Estado, é que construiremos uma nação, um país melhor, mais justo. Sabemos que a filantropia é muito pequena para resolver nossos problemas, mas os nossos governos, sozinhos, também não conseguirão. Talvez, se nos juntarmos num esforço que nos envolva como cidadãos, possamos mudar a frase de Isaac Asimov que serve de epígrafe a este texto, e a sabedoria da sociedade anda mais rápido que a ciência.

José Luiz Setúbal

Filantropia de risco: desafio para os doadores

“A riqueza excedente é um valor sagrado que seu detentor é obrigado a administrar em vida, para o bem da comunidade.”

ANDREW CARNEGIE

Diante da complexidade crescente dos problemas sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos, como garantir um desenvolvimento em prol do bem comum? Governos, empresas, sociedade civil, universidades e igrejas se veem incapazes de quebrar o ciclo vicioso da pobreza e do desemprego, da falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação, ou de deter as mudanças climáticas, a poluição da água e do ar.

Os desafios são muitos – e interligados. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (realizada em 2002 em Johannesburgo, na África do Sul) reconheceu que o desenvolvimento só pode ser harmônico e sustentável se enfrentar simultaneamente questões econômicas, sociais e ambientais (UNITED NATIONS, 2002). Sem interações e sinergias, a atual geração deixará para as próximas um planeta devastado, com a maioria da população em extrema pobreza, sem acesso

a elementos vitais de sobrevivência e excluída de direitos humanos mínimos.

Uma abordagem crucial e sistêmica sobre esses problemas surgiu com a elaboração da Agenda 2030 e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), iniciativa da Nações Unidas que tem o Brasil como um dos signatários (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Os ODS representam uma estratégia oportuna, ao mesmo tempo global e local: concebida mundialmente, é executada em cada país (eventualmente com apoio externo) para assegurar um mundo mais justo e sustentável. Envolve diversos atores, nacionais e internacionais.

É nesse contexto que se encontra um agente específico na montagem do quebra-cabeça do desenvolvimento sustentável: o filantropo, ou investidor social privado.

BREVE HISTÓRICO DA FILANTROPIA

A filantropia, de maneira simplificada, pode ser definida como amor pela humanidade – deriva da junção das palavras gregas "*philos*" (amor) e "*antropos*" (humanidade). Não se confunde com "caridade": o objetivo desta é eliminar ou amenizar o sofrimento causado por problemas sociais, e o da filantropia, eliminar ou amenizar os próprios problemas sociais.

Hoje, o significado de filantropia mais aceito nos círculos acadêmicos é o empregado por Lester Salamon (1992), que a define como doação privada de tempo ou de objetos de valor (dinheiro, propriedade e outros) para fins públicos. Nesse sentido, talvez possa ser mais bem compreendida como a aplicação de meios privados para

fins públicos. Estaria entre o governo, que atua via tributação e se utiliza de meios públicos para fins públicos, e o mercado, que aplica meios privados para fins privados. Schervish e Havens (1998) optam, em vez disso, por tratá-la como uma relação social regida por uma obrigação moral voluntária do filantropo, que resulta numa oferta de bens privados.

A filantropia é praticada há milhares de anos. Como os modernos, os antigos a exerciam por várias razões: para obter reconhecimento e prestígio, ganhar o favor dos deuses ou por claramente se preocuparem com o bem comum. Há menções a práticas desse tipo no Alcorão, na Bíblia e na Torá, referências obrigatórias de religiões monoteístas (WIEPKING e HANDY, 2015). *Zakat*, ou doação, é um dos cinco pilares do islã que ajudam as pessoas a se aproximarem de Deus. Na Bíblia, dar é uma forma de honrar a sacralidade de cada indivíduo, como indica o Evangelho de Mateus, quando Jesus diz: "... tudo o que você fez por um destes meus irmãos menores, você fez por mim" (Mateus 25:40). Na tradição judaica, dos oito níveis de caridade o mais alto é ajudar alguém a se tornar autossuficiente (MAIMÔNIDES, 2000), algo que pode ser tomado como definição da verdadeira filantropia. E um dos mandamentos judaicos, *Tsedaca* ou *Zedacá* (cuja tradução mais precisa é "justiça social"), diz respeito à obrigação religiosa de doar, algo a ser feito independentemente da capacidade financeira (portanto, inclusive pelos mais pobres).

Podemos encontrar alusão à filantropia em muitos outros sistemas de crenças. No budismo, uma das práticas-chave, especialmente no início da caminhada, é a doação, a generosidade – um antídoto contra a avareza, um dos métodos para remover as manchas do apego. Há

três tipos de doação: doação material, doação do destemor e doação do *dharma*. A primeira envolve dar comida aos famintos, abrigo aos sem-teto, dinheiro aos pobres... A doação do destemor consiste em apoiar as pessoas para descobrirem sua própria coragem e enfrentarem os problemas. E doar o *dharma* é doar os ensinamentos do Buda, criando e administrando centros budistas, ministrando palestras e publicando livros, por exemplo. Pode-se começar a doar de forma simples, desenvolvendo a qualidade essencial de estar consciente dos outros e de suas necessidades.

No hinduísmo, *dana* (dar) é parte importante do *dharma* (dever religioso). Cada pessoa tem um *dharma* para com a família, a sociedade, o mundo e todas as coisas vivas. A riqueza que adquire não é para ela mesma, mas para o bem-estar da família e da comunidade. Em suma, *dana* começa em casa, mas se estende além da casa. Implica ajudar e envolver os outros, sem esperar algo em troca – ajudar os outros por ser a coisa certa a fazer.

Assim, por muitas gerações, diferentes crenças influenciaram a maneira como as pessoas veem e praticam filantropia ainda hoje – mesmo as não religiosas (BREMNER, 1988; LINCOLN, MORRISSEY e MUNDEY, 2008).

Outra influência decisiva foi o desenvolvimento da moderna filantropia nos Estados Unidos, a partir do século XIX. Na década de 1820, os reformadores da caridade começaram a expressar incômodo com as doações feitas por razões sentimentais, que desconsideravam os efeitos sobre os que as recebiam. Eles acreditavam que a ajuda aos pobres poderia acorrentá-los à pobreza, tornar os miseráveis dependentes da caridade – propunham, então, que as instituições filantrópicas se concentras-

sem na solução de problemas sociais e ensinassem as pessoas a se ajudarem. Ou seja: ressaltavam a importância da responsabilidade na filantropia.

A questão da responsabilidade ganhou ainda mais força depois da Guerra Civil norte-americana (década de 1860). Alguns setores industriais se desenvolveram muito no pós-guerra, deixando algumas pessoas tão ricas que não podiam gastar seu dinheiro tão rapidamente quanto ganhavam. Na década de 1890, o New York Tribune estimou que havia 4.047 milionários nos Estados Unidos (BREMNER, 1988, p. 103).

Andrew Carnegie e John D. Rockefeller, dois dos mais abastados empresários da época, acreditavam que a riqueza vinha com uma responsabilidade para com os mais pobres. Eles estabeleceram fundações para administrar sua fortuna durante e após suas vidas – e pediram a outras pessoas muito ricas que seguissem seu exemplo. Foi um ponto de virada na filantropia norte-americana, porque elevou o número de fundações e ajudou a profissionalizar o setor. O profissionalismo também aumentou durante a Primeira Guerra Mundial, quando as técnicas de captação de recursos foram aprimoradas.

Já depois da Segunda Guerra, um fato importante nos EUA foi a concessão de benefícios fiscais às fundações: seus rendimentos ficaram isentos de impostos sob certas condições, e as contribuições para fundações passaram a ser dedutíveis do imposto de renda pessoal e de propriedades. Como esses tributos eram muito altos, a ideia de formar ou contribuir para fundações tornou-se atraente para as pessoas ricas.

Mesmo com regras para tentar limitar abusos¹, o número de fundações continuou a crescer. O Relatório Anual sobre Filantropia de 2020 informa que indivíduos, legados, fundações e corporações doaram cerca de US\$ 471,44 bilhões; desse valor, US\$ 90 bilhões foram doados por 115 mil fundações, proprietárias de fundos patrimoniais que somam US\$ 1,2 trilhão. São recursos destinados a saúde, educação, artes, ciências, saneamento e habitação, entre tantas outras áreas.

FILANTROPIA DE RISCO

Desde a década de 1990, uma das grandes novidades do setor é o surgimento da filantropia de risco, muitas vezes chamada de “filantropia com alto nível de incertezas” (FREEMAN e ILKIW, 2012; MICHAELS e RODIN, 2017). Em anos recentes, também passou a ser denominada de *venture philanthropy*, embora esse termo venha sendo mais utilizado para se referir a investimentos sociais que buscam o lucro – e distanciam-se, assim, do próprio entendimento da filantropia como elemento altruísta, voluntário, sem interesse em lucro nem em recompensa financeira (OECD, 2014).

Várias razões podem ser aventadas para o surgimento da filantropia de risco. Entre elas:

- O aumento geral de busca de novas abordagens para o empreendedorismo filantrópico, que contribuam para

¹ As fundações podem perder a isenção de impostos se, a partir das demonstrações financeiras, ficar claro que o objetivo é acumular riqueza, ou, pior, que a renda está sendo desviada para benefício do próprio doador.

o atendimento de problemas progressivamente mais complexos, como o agravamento da pobreza, das desigualdades e do desrespeito a direitos humanos básicos (segurança, educação, saúde, assistência social, saneamento e habitação, preservação ambiental e cultural, segurança alimentar, combate à fome e à desnutrição...);

- A crescente incapacidade dos governos de estabelecer, implantar e, quando existentes, monitorar políticas públicas que possam transformar a realidade de milhões de pessoas que são segregadas das oportunidades de desenvolvimento;
- A maior consciência sobre escassez de recursos hídricos, crescimento da poluição atmosférica, desmatamento de florestas e desertificação do solo, mudanças climáticas que afetam regime de chuvas, elevação de temperaturas, aumento do nível dos mares, degelo polar e de glaciais de cadeias montanhosas, entre tantos desastres que ceifam as vidas e as oportunidades de sobrevivência;
- O recrudescimento da violência urbana e de guerras regionalizadas, que resultam num processo quase permanente de diáspora, afetando povos, comunidades e países; e
- O crescimento do fosso entre ricos e pobres.

São, portanto, fatores que em sua maioria desafiam a sobrevivência humana. Como, então, concretizar as melhorias? Quem seriam os atores envolvidos? Que recursos deveriam ser canalizados para as transformações necessárias? Quais estratégias de mudança devem ser perseguidas?

Sabemos que é responsabilidade dos governos desenvolver e prover políticas públicas para o bem comum, garantir os direitos humanos. Mas, em sociedades democráticas e capitalistas, as necessidades e complexidades dos problemas combatidos por essas políticas quase sempre dependem de um esforço colaborativo, envolvendo setor público, setor privado lucrativo e organizações da sociedade civil. É nesse esforço colaborativo que devemos entender o papel da filantropia.

Nas últimas décadas, devido ao sucesso do setor de tecnologia de informação, vários autores passaram a dar atenção ao papel dos novos super-ricos, muitos deles também superfilantropos. Esse grupo estabeleceu fundações com dimensões de agências de desenvolvimento, a ponto de assumirem uma posição de protagonismo (e mesmo de concorrência) em relação a governos e entidades locais da sociedade civil.

Mesmo para eles – também chamados de filantropo-capitalistas (BISHOP e GREEN, 2010) –, a complexidade dos problemas atuais gera dúvidas sobre os riscos que podem afetar as soluções a serem testadas, validadas e disseminadas com seus recursos. E estamos usando a palavra “risco” em sua definição mais comum: probabilidade de insucesso de determinado empreendimento, em função de acontecimentos eventuais, incertos, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados (neste caso, do filantropo).

A filantropia de risco, portanto, é aquela que, mesmo reconhecendo as incertezas do investimento, busca a transformação que, acredita, possa contribuir para o bem-estar das pessoas, das comunidades e das sociedades (MICHAELS e RODIN, 2017; FREEMAN e ILKIW, 2012).

Este livro busca transitar pelo tema por meio de capítulos que partem das seguintes perguntas:

- Qual o significado social da riqueza?
- O que é a filantropia de risco?
- Como articular a filantropia ao desenvolvimento sustentável?
- É arriscado a filantropia apoiar a ciência?
- Como atuou a filantropia no enfrentamento da Covid-19?
- Como a filantropia pode ajudar a combater os grupos antivacinas?

A escassez de materiais de referência em nosso meio sobre a filantropia de risco, sobre sua importância para o desenvolvimento sustentável e sobre a absoluta necessidade de correr riscos para resolver ou mitigar problemas complexos levou a Fundação José Luiz Egydio Setúbal (FJLES) a apoiar esta publicação e sua disseminação.

Referências

BISHOP, M. e GREEN, M. (2010). **Philanthrocapitalism: How giving can save the world**. Bloomsbury Publishing USA.

BREMNER, R (1988). **American Philanthropy**. Chicago University Press.

CARNEGIE, A. (1906). The gospel of wealth. **The North American Review**, 183(599), 526-537.

FREEMAN, A. e ILKIW, V. (2012). "The importance of taking risk in philanthropy". **The Philanthropist**, 24(3).

LINCOLN, R., MORRISSEY C. e MUNDEY, P (2008). "Religious Giving: A Literature Review". **Science of Generosity Working Papers**. University of Notre Dame.

MAIMÔNIDES, M. (2000). **Mishné Torá – O Livro da Sabedoria**. São Paulo: Imago.

MICHAELS, L. e RODIN, J. (2017). "Embracing Philanthropy's Risky Business". **Stanford Social Innovation Review**, 15(3), A4–A9.
Disponível em: <https://doi.org/10.48558/00HJ-HN91>. Acessado em 13 abr. 2023.

NAÇÕES UNIDAS (2016). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, Nações Unidas.

OECD (2014). **Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges and Lessons in the Search for Greater Impact**. OECD Development Centre, Paris.

SALAMON, L. e ANHEIER, H. (1992). "In search of the non-profit sector. I: The question of definitions". **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, 3(2), 125-151.

SCHERVISH, P. e HAVENS, J. (1998). "Embarking on a Republic of Benevolence? New Survey Findings on Charitable Giving". **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, 27(2), 237–242.

UNITED NATIONS (2002). **World Summit on Sustainable Development: Johannesburg Declaration on Sustainable Development**, 4 September 2002.

WIEPKING, P. e HANDY, F. (ed) (2015). **The Palgrave Handbook of Global Philanthropy**. Palgrave Macmillan.

01

Qual o significado social da riqueza?



“A riqueza não é nova. Nem a caridade. Mas a ideia de usar a riqueza privada de modo imaginativo, construtivo e sistemático para combater os problemas fundamentais da humanidade é nova.”

JOHN GARDNER

INTRODUÇÃO

Na tragédia *Prometeu Acorrentado* (ÉSQUILO et al., 2018), o dramaturgo grego Ésquilo apresenta Prometeu como benfeitor da humanidade, firme ao defender a fragilidade dos humanos. Assim, cunha a palavra “filantropia” para significar “amor pela humanidade”.

Porém, a rigor, desde que passou a se reconhecer como pertencente a uma civilização a humanidade se deu conta de que ninguém prescinde da existência do outro, e que a coesão social se baseia no apoio mútuo, na solidariedade e no amor ao próximo como meio de sobrevivência, justiça e paz.

As práticas filantrópicas se construíram sobre as nascentes estruturas de crenças, ainda no mundo antigo. O pensamento clássico chinês, por exemplo, exaltava a benevolência, e as escrituras hindus viam a doação como um dever. Nas antigas civilizações da África Subsaariana, a reciprocidade e a gentileza eram essenciais. Os antigos gregos consideravam a filantropia fundamental à democracia, e os nativos americanos doavam para promover equilíbrio e harmonia. Os textos sagrados do judaísmo, do cristianismo e do islamismo exortavam os crentes a cuidar dos necessitados.

No século XII, o rabino e filósofo Moses Maimônides sistematizou as crenças que sustentam muitas dessas práticas ao estabelecer a “Escada de Ouro da Caridade” na *Mishné Torá* (MAIMÔNIDES, 2000). Suscintamente, a escada pode ser apresentada da seguinte maneira, do degrau mais baixo ao mais alto:

1. Doar de má vontade e fazer com que o destinatário se sinta desonrado ou envergonhado;
2. Doar alegremente, mas dando muito pouco;
3. Doar alegre e adequadamente, mas apenas depois de ser solicitado;
4. Doar antes de receber um pedido;
5. Doar quando não se sabe quem é o beneficiário, mas o beneficiário conhece a identidade do doador;
6. Doar quando se sabe quem é o beneficiário, mas o destinatário não conhece a identidade do doador;
7. Doar quando nem o doador nem o destinatário sabem a identidade um do outro; e
8. Doar dinheiro, tempo, trabalho voluntário ou o que for necessário para permitir que um indivíduo seja autossuficiente.

A hierarquia de Maimônides moldou as noções de doação nos séculos seguintes (NATIONAL PHILANTHROPIC TRUST, 2023).

A FILANTROPIA DESDE O PERÍODO DAS DESCOBERTAS

Em termos práticos, uma grande mudança ocorreu no período das grandes navegações, como salientou uma revisão do desenvolvimento histórico da filantropia moderna feita pelo National Philanthropic Trust. O período de 1500 a 1750 foi marcado por intensas transformações, provocadas pela descoberta de rotas de navegação e consequente aumento do comércio e do contato entre civilizações. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que a Era Medieval dava espaço a novas organizações econômicas, políticas e sociais. Guerras e doenças fizeram o feudalismo rural desmoronar, pondo fim às obrigações mútuas entre proprietários de terras e camponeses. Os senhores feudais não tinham mais ascendência sobre seus servos, o que liberava os camponeses do dever de permanecer no meio rural e de trabalhar para seus senhores. As vilas e cidades atraíram levas de migrantes.

Simultaneamente, a Reforma Protestante introduziu novos entendimentos religiosos na Europa, desfazendo o monopólio institucional da Igreja Católica. No Oriente Médio, o Império Otomano atingiu o apogeu, enquanto no Leste Asiático poderosas dinastias governaram a China e o Japão. Globalmente, a Era dos Descobrimentos estimulou uma troca sem precedentes de pessoas, bens, ideias e cultura. Todas essas mudanças tiveram efeito profundo na criação de riquezas para estados/nações e para os nobres, que passaram a ser responsáveis por obras sociais e culturais, priorizando ações nos crescentes centros urbanos.

Entre 1750 e 1890, ainda de acordo com a revisão histórica do National Philanthropic Trust, diversas guerras e revoluções impuseram novas demandas à filantropia. As Guerras Napoleônicas e a Guerra Civil Americana,

por exemplo, produziram hordas de refugiados, viúvas e órfãos, que passaram a ser foco de preocupação dos filantropos. Já a Revolução Industrial acelerou a expansão urbana e gerou condições desumanas de habitação em cortiços, saneamento inadequado e escassez de alimentos – provocando ondas frequentes de epidemias que devastavam grandes contingentes. Na filantropia, dois movimentos foram importantes: trabalho voluntário (inclusive de arrecadação de recursos) e aumento da responsabilização pública pelos necessitados.

Entre 1890 e 1930, consolidou-se de fato um modelo institucional de filantropia. Nos Estados Unidos, o *Evangelho da Riqueza*, escrito em 1889 por Andrew Carnegie, convocou os milionários a distribuírem riqueza para o bem público ainda em vida, a fim de poderem orientar as decisões sobre o uso de seu patrimônio. Foram lançadas bases inovadoras tanto da filantropia familiar quanto da corporativa, com a formação de fundações detentoras de fundos patrimoniais. Esse modelo de fundação teve efeitos de longo alcance em educação, cultura, ciência e saúde pública em várias partes do mundo. Ao mesmo tempo, filantropos e ativistas do bem-estar social local conceberam o modelo de fundação comunitária, com foco em necessidades, possibilidades e culturas locais, e sob lideranças também locais.

O período de 1930-1980 se caracteriza por evolução dos ganhos da fase anterior, acelerados por alguns importantes fatores: a crise da Bolsa de Nova Iorque (1929), a Segunda Guerra Mundial, o surgimento e a consolidação de governos comprometidos com a democracia e com o bem-estar social. Movimentos sociais em prol de direitos civis e direitos humanos encontraram eco em grupos institucionalizados de filantropos que expandiram seus focos, interesses e, especialmente, recursos financeiros.

Dos anos 1980 até agora, a filantropia se disseminou e se consolidou em escala global. Ajudou a financiar o desenvolvimento (escolas, hospitais, acesso a água, proteção de grupos minoritários, preservação ambiental, apoio a cultura, esporte, lazer). Organizou-se em torno de interesses específicos, por meio de associações nacionais e internacionais. Profissionalizou sua governança no planejamento estratégico e operacional. Com o surgimento da internet, ampliou seus canais de comunicação (usando intensamente as redes sociais) e, mais recentemente, lançou mão de bancos de dados e de informações para gerar conhecimento.

A expansão da filantropia foi fundamental para diversificar o perfil dos filantropos, por muitos anos caracterizados como ricos, brancos e homens. Hoje assiste-se a uma maior variedade de doadores, de várias origens étnicas, raciais e de gênero, de diferentes orientações sexuais e com diversos níveis de riqueza.

Porém, esse processo foi simultâneo ao de concentração mais aguda da riqueza – e, portanto, de um agravamento da desigualdade de renda dentro dos países. Desde 1980, os indivíduos que constituem o 1% mais rico do mundo se apropriaram do dobro do crescimento da renda em relação àqueles que estão entre os 50% mais pobres (ALVAREDO et al., 2020); assim, as 85 pessoas mais ricas do mundo têm tanto dinheiro quanto a metade inferior de toda a população mundial.

A ÉTICA E A MORALIDADE DA RIQUEZA

Nesse contexto de acentuada concentração de renda, um debate sobre acúmulo de riqueza é incontornável. Numa

certa linha de pensamento, cada pessoa se empenha em encontrar os melhores meios e métodos para produzir sua riqueza e participar da riqueza da sociedade. A riqueza é então entendida como um meio. Porém, a busca por ela pode se tornar um fim em si mesmo, dando origem a uma existência egoísta e sórdida, a afastar o ser humano de outros que não conseguem ter acesso aos recursos necessários para viver dignamente, exercitar seus dons e sonhos de autorrealização.

Vários autores (MORAN, 1901; HODGSON, 1907; BERGER, 1990) colocam o foco não na produção da riqueza, mas em sua distribuição para o bem comum. Outros (ENDERLE, 2007; YOUNG, 2021) preocupam-se com a produção da riqueza como um fim em si mesmo, já que pode resultar da exploração da força de trabalho, de agressões continuadas ao meio ambiente, de práticas comerciais ilícitas e corruptas. Haveria, assim, uma moral ou uma ética na produção e na distribuição da riqueza?

As visões ocidentais sobre a ética e a moralidade da riqueza e da filantropia foram fortemente influenciadas pelo pensamento cristão desde a Revolução Industrial. Carnegie, em seu seminal artigo *The gospel of wealth* (1906), defendia que o dever moral de uma pessoa rica é viver modestamente, prover moderadamente seus dependentes e administrar todo o dinheiro com o intuito de produzir os resultados mais benéficos para a comunidade. Ele esboça uma espécie de ética da riqueza, que pode ser resumida assim:

- Acumular riqueza excessiva como um fim em si mesmo, sem nenhum objetivo maior (como a filantropia), é moralmente decepcionante;

- Uma vez que se acumulou dinheiro, é mais eficiente e gratificante distribuí-lo enquanto se está vivo, a fim de que as habilidades e a determinação possam ser aplicadas para alcançar maior impacto;
- Deixar riqueza excessiva aos filhos, de modo que não tenham necessidade – nem mesmo desejo – de trabalhar é cruel. Deixar a riqueza para os filhos é especialmente cruel se resultar em disputas e litígios.

Nesse sentido, com a grande riqueza vem a responsabilidade. As atitudes dos indivíduos em relação à criação, à acumulação e ao uso da riqueza resultam de variáveis como influências culturais, sociais e familiares, afiliação religiosa (se houver) e do entendimento altruísta que orienta suas decisões. Cada pessoa vai tomar suas próprias decisões com base nessas influências, em seus conhecimentos, habilidades e valores.

Há, no entanto, certas verdades importantes, embora não discutidas por Carnegie – aliás, existem várias críticas sobre como ele construiu sua própria fortuna (CUNNINGHAM, 2019). Em primeiro lugar, há a responsabilidade de gerar riqueza sem explorar as pessoas que ajudam a gerá-la – pagando aos trabalhadores um salário digno e/ou proporcionando-lhes educação, moradia e assistência médica e social. Dois exemplos podem ser encontrados nos casos das famílias Peabody e Cadbury (TURNBULL, 2014): foram as primeiras defensoras de um industrialismo social com foco nos seus empregados e em suas famílias. É uma responsabilidade ainda não assumida por certos afortunados. A propósito, dois dos criadores de fundações poderosas, o próprio Carnegie e John Rockefeller (LATHAM, 1949), foram acusados de explorar

seus trabalhadores – Rockefeller, fundador da Standard Oil, também suspeito de atuar de maneira corrupta.

Uma segunda responsabilidade é não causar danos insustentáveis ao meio ambiente, tema praticamente inexistente na época de Carnegie e Rockefeller, mas fundamental nos últimos anos. Convém lembrar que os novos megadoadores fizeram, ou fazem, suas fortunas na área de tecnologia da informação, considerada ambientalmente menos agressiva.

POR QUE UM RICO SE TORNA FILANTROPO? RESPOSTAS A PARTIR DE BIOGRAFIAS

Há uma extensa literatura biográfica de notáveis filantropos que ajuda a entender melhor como cada um se tornou benemérito (WILSON, 1942; KRIPLEN, 2008; MANDLER e CESARANI, 2017; LANE, 2013; WAXMAN, 2006; CHERNOW, 2007). A partir desse tipo de obra, é possível dizer que a construção social do filantropo se baseia nas três dimensões explicadas a seguir.

DIALÉTICA DA FORTUNA E DA VIRTUDE

As biografias enfatizam continuamente os esforços dos filantropos para aproveitar vantagens e superar os obstáculos que enfrentaram em vários momentos. Em vez de se isolarem em sua fortuna e nas possibilidades que ela lhes trazia, buscaram outros caminhos por meio da dialética subjacente entre a riqueza e a virtude. A riqueza torna-se meio para que interajam com os problemas sociais, trabalhem por mudanças, usem e desenvolvam virtudes que os transformam em agentes de mudança para os menos afortunados.

LIMINARIDADE

Tal como definido por Van Gennep (1978), liminaridade é um estado de ordem psicológica, consciente ou inconsciente, que ocorre quando o indivíduo está no limite (no limiar) de sua existência ou entre dois momentos significativamente diferentes. As biografias descrevem várias situações-limite que esses filantropos atravessaram, geradoras de mudanças significativas no papel e na posição deles na sociedade. Nos períodos liminares, empreendedores econômicos de sucesso passaram a procurar, e a encontrar na filantropia, uma forma nova de pensar e agir como via de autoexpressão fora de sua vida empresarial. A liminaridade também é vista entre herdeiros que passam a explorar vocações diferentes das expectativas já bem estabelecidas no seio de suas famílias.

NOMOS

O termo “nomos”, de origem grega, significa lei ou princípio de ordenamento. Denota uma progressão sistemática através de fases identificáveis de autodesenvolvimento: ao atingir uma determinada etapa, imediatamente se inicia a seguinte, num processo ordenado de transformação individual com base na dialética riqueza/virtude e na liminaridade. Indica, portanto, uma busca permanente por dar sentido à existência – neste caso, por meio da filantropia. As biografias estudadas demonstram ricamente as fases de crescimento e desenvolvimento dos filantropos, e os novos significados que dão para a riqueza acumulada.

LÓGICA E PRÁTICA FILANTRÓPICA

Um exame das biografias (e também de entrevistas e artigos de filantropos menos célebres) indica que a maioria deles não vê a filantropia como instrumento primordial para a redistribuição da riqueza, e sim como uma forma de investimento para enfrentar questões e necessidades que podem transformar a sociedade. Em geral, eles gostam de ser tomados não como meros apoiadores ou doadores, mas como empreendedores sociais à frente de uma ação com coerência estratégica, resultado de seu exercício de poder e liberdade.

Esses dois últimos fatores vêm ganhando importância entre filantropos contemporâneos. Liberdade de escolher focos, espaços, destino de seus recursos, modos de participar na sociedade. Empoderamento para lidar com questões temporais (ressignificar o passado, estender seus interesses no futuro, por meio de legados), questões espaciais e geográficas (estender sua influência a diferentes territórios, por meio de suas próprias organizações ou da participação em conselhos, redes sociais) e questões psicológicas (compensar o excesso de confiança por meio do altruísmo e do empoderamento de pessoas diversas, com necessidades sociais diversificadas).

A partir dessa liberdade e desse empoderamento, cada filantropo decide o que fazer com os recursos que disponibiliza para a sociedade. Em geral, essa decisão leva em conta elementos identificáveis, como a estrutura social onde o indivíduo está inserido, seus valores e interesses, e ainda instrumentos legais que incentivam a doação.

A particularidade da riqueza é que ela fornece a seus detentores a oportunidade de serem mais que simples

contribuintes ou apoiadores de um projeto ou programa de governo: podem ser os criadores de inovações em bens e serviços de impacto, impulsionando uma agenda pessoal de mudanças sociais. Para tanto, devem desenvolver uma lógica social – um conjunto de estratégias, conceitos e práticas, de modo a organizar uma série de eventos discretos para cumprir um objetivo.

No decorrer de suas pesquisas, Schervish e Herman (1988) identificaram 16 lógicas filantrópicas que revelavam se o filantropo:

- Comportava-se como agente ou apoiador de uma causa ou de um projeto;
- Demonstrava consciência e tinha uma estratégia de como poderia transformar a sociedade; e
- Compreendia a teleologia complexa que envolve o processo de mudança, os resultados e impactos esperados com o uso de seus recursos.

A seguir são apresentadas as 16 lógicas. Essa tipologia facilita o entendimento do risco em filantropia e da disposição ao risco que um filantropo está inclinado a aceitar.

FILANTROPIA GERENCIAL

A filantropia gerencial resulta da experiência do filantropo como empresário, administrador. Essa lógica, em essência, atribui valor preeminente à racionalidade e à eficiência do processo filantrópico. O filantropo atua como gestor racional de seus ativos, a fim de produzir os melhores resultados possíveis. Assim, o foco não é

o produto em si, mas o processo de produção. Embora possam fazer doações financeiras, filantropos gerenciais predominantemente contribuem com habilidades e conhecimentos, e concebem seu próprio papel como: “gosto de pensar que trago um certo grau de bom senso a essas deliberações.” Encaram as incertezas como inerentes à atividade empresarial empreendedora, e usam a gestão de risco para identificar eventos que afetem os recursos filantrópicos investidos e para fixar o grau de exposição que julgam aceitável em cada caso.

FILANTROPIA EMPRESARIAL

A ideia associada à lógica empresarial é semelhante à que o filantropo aplica aos seus negócios. Enfatiza a criatividade e a inovação, seja ao organizar a filantropia, seja ao abordar um problema. Implica um engajamento ativo e prático. Filantropos empreendedores tendem a entrar em projetos de pequena escala, para garantir controle ou engajamento efetivo, e principalmente para fazer suas contribuições serem eficazes, traduzir suas intervenções em mudanças de impacto. De certa maneira, o filantropo empresarial se comporta como o filantropo gerencial com relação aos riscos. Nesse caso, por atuar em pequena escala, tem facilidade de incorporar uma disposição maior ao risco.

FILANTROPIA DE INVESTIMENTO

Aqui, no cerne da estratégia está a crença de que filantropia não é doação de tempo e dinheiro, mas investimento. O filantropo de investimento busca possíveis oportunidades para aportar recursos humanos e capital em

“parceria” com uma organização receptora. Usa o termo “joint venture” para se referir à relação que estabelece com as organizações beneficiárias. O risco é assumido conjuntamente, e se estabelecem padrões de desempenho para monitorar os avanços e dividir responsabilidades entre o doador e o beneficiário.

FILANTROPIA PRODUTIVA

A lógica produtiva entende os empreendimentos filantrópicos como similares aos empresariais. Negócios e atividades filantrópicas se cruzam a ponto de serem concebidos como um todo – a filantropia é uma face do negócio. Nesse caso, os riscos são tratados como integrados aos do negócio, embora possa haver alguma distinção na gestão e na disposição de assumi-los.

FILANTROPIA DE CONSUMO

A lógica da filantropia de consumo é caracterizada pela utilidade. A estratégia e a prática são orientadas para gerarem um bem ou serviço comprovadamente útil à sociedade, que possa ser disseminado e consumido. A filantropia de consumo envolve contribuições de tempo e dinheiro para as instituições que têm interesse em incorporar tais bens ou serviços. Nessa lógica, os riscos tendem a ser menores, pois se trabalha com resultados cujos impactos já foram avaliados. A única questão de risco é avaliar quais organizações serão selecionadas para receber apoio – uma seleção feita com critérios que incluem potenciais riscos a serem evitados ou mitigados.

FILANTROPIA DERIVATIVA

A lógica da filantropia derivativa trata o envolvimento filantrópico não como um valor em si, mas como um meio de cumprir as responsabilidades que recaem sobre os indivíduos em virtude de serem de uma família rica, de uma empresa altamente lucrativa ou grande geradora de emprego e renda. A filantropia derivativa emerge como um imperativo externo. Pode se manifestar de três maneiras:

- O filantropo entende sua responsabilidade com a comunidade onde vive ou onde tem seus interesses comerciais – e a comunidade tem ciência disso. A filantropia deriva de valores internos, mas também de valores externos (da empresa, da família ou da comunidade);
- Familiares que já se dedicavam ao trabalho voluntário passam a ter autoridade para também distribuir os recursos que herdaram; e
- Figuras públicas, como artistas, atletas, celebridades empresariais ou políticas, são colocadas em posição de exemplo para a sociedade. Portanto, delas espera-se que atuem de forma solidária junto às comunidades.

Na filantropia derivativa, a disposição a correr risco é muito baixa. Os filantropos derivativos tendem a ser conservadores em suas decisões e avessos à inovação. Buscam atender as expectativas historicamente estabelecidas pela comunidade em relação à participação da empresa ou da família no apoio a certas áreas de interesse – áreas que também tornam a benemerência mais visível, como ajuda a Santas Casas, asilos para idosos, bazares beneficentes ou iniciativas sociais de denominações religiosas, como distribuição de cestas básicas.

FILANTROPIA NOBLESSE OBLIGE

O termo “*noblesse oblige*” (literalmente, “a nobreza obriga”) é usado para indicar que pertencer a uma família de prestígio, ter certa posição social ou um nome honrado obriga a proceder à altura do prestígio que se tem. Logo, relaciona-se à obediência à tradição ou a princípios de famílias ricas ligados à caridade com os menos afortunados. Muitos herdeiros aprendem desde a infância que o dinheiro deixado para eles tem um caráter triplo. Uma parte, “os juros”, pode ser acumulada para aumentar a riqueza; outra parte, o “capital”, representa o acúmulo familiar que deve ser cuidado com afinco, passado de uma geração para outra; e a terceira parte são os “fundos de caridade”, que devem separados dos outros fundos. A menos que surja um herdeiro na família com visão mais estratégica de filantropia, esses fundos de caridade tendem a diminuir ou até desaparecer com o passar das gerações. Assim, o termo *noblesse oblige* denota uma filantropia baseada num entendimento histórico e familiar de que os bens devem servir a um compromisso social. Nesse caso não existe disposição alguma para risco.

FILANTROPIA DE TROCA

A lógica aqui diz respeito à relação social ou aos interesses recíprocos dos filantropos, mais do que à relação entre filantropos e destinatários. Pressupõe, portanto, uma rede bastante coesa de doadores que captam recursos para organizações sociais de seu interesse. Um grupo de pessoas que ocupa cargos em uma instituição (principalmente de gestor e arrecadador de fundos) convoca outras pessoas com posição semelhante em outras instituições a contribuir com tempo ou dinheiro – e elas

aceitam não por afinidade com a causa ou a organização apoiada, mas porque se veem numa relação entre pares: em outros momentos, elas é que vão pedir a participação dos outros. A filantropia torna-se um jogo contábil de acumulação de créditos e débitos entre filantropos. Como se trata de uma ação entre amigos, não acreditam que haja risco em suas doações.

FILANTROPIA DE MEDIAÇÃO

A lógica é um filantropo usar seu tempo e sua disposição para se tornar um exemplo de doador, convencer outros filantropos sobre a importância da causa ou da organização com a qual está envolvido e mediar a participação desses outros potenciais doadores. Requer alto nível de comprometimento do filantropo, que muitas vezes atua com zelo missionário. O objetivo que o impele a participar funciona como estímulo para identificar e treinar novos militantes para a filantropia de mediação. Se originalmente a atividade do filantropo pode ser entendida como captação de recursos, progressivamente ele incorpora os desafios das organizações que adota, buscando ser um artífice de transformações dependentes de filantropos motivados e articulados como resultado de seu trabalho. Essa filantropia requer um nível de risco facilmente gerenciável, uma vez que o próprio filantropo passa progressivamente a ser corresponsável pela gestão da organização.

FILANTROPIA CATALÍTICA

É uma abordagem praticada por filantropos inovadores para criar mudanças transformadoras, nas quais usam todos os recursos a que têm acesso (não só os financeiros)

para atingir os objetivos: usam seu prestígio, suas redes sociais, sua capacidade de convocação de pares e de técnicos qualificados e seu acesso a informações.

Eles são diferentes de outros grandes financiadores, segundo Kramer (2009), porque: (a) têm a ambição de mudar o mundo e a coragem de ser responsáveis por alcançar os resultados que buscam; (b) envolvem outras pessoas, capacitam as partes interessadas e criam as condições para colaboração e inovação; (c) usam todas as ferramentas disponíveis para criar mudanças, incluindo não convencionais, de fora do setor sem fins lucrativos; e (d) criam conhecimento para melhorar sua própria eficácia e influenciar o comportamento de outros.

A lógica da filantropia catalítica gira em torno dos esforços para efetivamente engajar terceiros em nome de uma causa, em vez de simplesmente obter contribuições de tempo ou dinheiro para tarefas organizacionais ou sociais específicas. Há três pontos relevantes nessa mobilização:

- O foco teleológico do engajamento não são apenas outros filantropos ricos, mas uma ampla fatia da sociedade. Logo, abrange mobilização horizontal de outros indivíduos ricos (como a filantropia de intermediação) e ainda mobilização vertical de não ricos.
- A estratégia depende de uma certa afinidade afetiva ou ideológica entre os participantes. Por isso, os filantropos procuram sublinhar uma posição política ou ética para estimular outros a atuarem da mesma maneira.
- A filantropia catalítica demanda mobilização do público na forma de um movimento social que pode atuar

no financiamento de uma causa ou de uma organização e em ações de *advocacy e lobby* junto ao setor público e a outros grupos com poder de decisão. Tenta-se, assim, tornar o tema uma legítima necessidade social a ser apoiada e viabilizada, de forma a atender todos os beneficiários que precisam ser atendidos.

Os filantropos catalíticos estão engajados em fazer apelos diretos a muitas pessoas, porque sua contribuição está diretamente relacionada a seu status público. Em razão de sua capacidade de comandar e de mobilizar a atenção, a filantropia catalítica é amplamente praticada por celebridades do mundo econômico, político, esportivo ou cultural – um exemplo são Bill e Melinda Gates, vozes de liderança na atual geração de filantropos.

FILANTROPIA DE CONTRIBUIÇÃO

Nessa prática, os filantropos expressam afinidade com os propósitos e os objetivos das organizações ou das causas para as quais doam, mas não têm outro envolvimento além do apoio financeiro. De certa forma, contribuem como quem paga impostos: entendem que contribuições voluntárias são uma obrigação da cidadania para o bem-estar comum. Cabe a eles a responsabilidade de identificar e gerenciar os riscos em seus programas, projetos e atividades.

FILANTROPIA DE ADOÇÃO OU MECENATO

Originalmente, o mecenato era um estímulo à produção cultural, por meio do financiamento a artistas ou a suas obras. Junto com o incentivo, os pintores ou escultores

ganhavam proteção política e prestígio social. O que se manteve, hoje em dia, foi a lógica de concentrar-se nas necessidades de indivíduos, em vez de em causas abstratas ou de grande escala. O filantropo que exerce o mecenato mostra sensibilidade a demandas e problemas de sujeitos específicos, com os quais ele firma um compromisso de desenvolvimento pessoal, profissional ou de cidadania – por exemplo, concedendo bolsas de estudo. Filantropos adotivos procuram “fazer a diferença” na vida das pessoas, mas sem instituições mediando a relação: querem abordar diretamente as necessidades e os problemas conforme experimentados e definidos pelos destinatários. O risco está no processo de seleção, que exige critérios de acompanhamento que levem em conta o potencial já realizado e a realizar, bem como características técnicas ou artísticas que devem ser desenvolvidas, fortalecidas ou incorporadas para que o beneficiário atinja os resultados esperados pelo mecenas.

FILANTROPIA PROGRAMÁTICA

A lógica programática compreende um esforço de dar sentido às atividades filantrópicas, organizadas num programa coerente, que leve a resultados e impactos. O elemento-chave, portanto, é o planejamento estratégico, com práticas a serem financiadas para alcançar objetivos e metas estabelecidos. O processo requer definição de indicadores de monitoramento e avaliação. Sobre os riscos, ao fazer o planejamento estratégico o filantropo avalia quais podem ocorrer durante a implantação do programa e como podem ser gerenciados.

FILANTROPIA TERAPÊUTICA

Na lógica terapêutica, é explícita a intenção do filantropo de capacitar a si e a seus parceiros. Ele constrói uma organização filantrópica com objetivos vinculados aos seus próprios objetivos de aprender e crescer como filantropo. Frequentemente essa abordagem é praticada em conjunto e alinha-se a uma lógica missionária. Tem sido quase exclusiva de uma geração mais jovem de herdeiros ativamente engajados em políticas progressistas e filantropias alternativas de “mudança social”.

Muitos desses jovens filantropos buscam vencer o conflito que se lhes apresenta entre sua posição privilegiada e a necessidade de maior equidade no acesso a bens e serviços. Quase todos eles avaliam que seu privilégio e seu poder foram historicamente construídos sobre a subordinação e a privação dos outros membros da sociedade. Apoiam os grupos que foram segregados, buscando dar-lhes as oportunidades que antes lhes foram negadas. Doam para exorcizar parte da culpa que associam a uma riqueza que não construíram e que, acreditam, deriva de um processo de espoliação capitalista que marginalizou segmentos da sociedade.

Uma das dimensões da filantropia terapêutica é financiar diretamente organizações e atividades comprometidas com mudanças sociais progressivas, ou mesmo radicais. Outra dimensão abrange uma espécie de terapia coletiva por meio de grupos de reflexão, retiros e visitas monitoradas que abordam autoestima, identidade, dissonância psicológica e casos de ação filantrópica de sucesso que levaram a transformação social. Evidente que, aos se engajarem em mudanças sociais radicais, ficam expostos a altos riscos, incluindo conflitos familiares.

FILANTROPIA MEMORIAL

Essa lógica combina uma preocupação em atender às necessidades sociais presentes com um desejo pessoal de ser reconhecido por tais esforços ao longo do tempo. Isso requer transformar o ato filantrópico em representações duradouras que memorizam, na sociedade, o nome, o trabalho e as preocupações do filantropo.

Uma forma muito comum é a doação de bens e recursos para museus, cátedras e edifícios de universidades. Outra é colocar o próprio nome em fundações ou entidades – um modo de os filantropos serem lembrados como benfeitores, inspirarem novos filantropos na própria família, na comunidade e na sociedade. Essa filantropia não apresenta riscos ao doador, mas para a instituição beneficiária, se algo comprometedor na história pessoal ou familiar do benemérito macular a imagem da organização.

FILANTROPIA MISSIONÁRIA

A lógica aqui consiste em educar moralmente, catequizar as pessoas para uma profunda mudança pessoal e social. Pressupõe uma crença de que estratégias de ensino e persuasão devem ser usadas para implantar as alterações pretendidas.

Pode ser encontrada em dois grupos. Um é o de filantropos progressistas, convencidos de que a atuação social deve transformar as relações políticas, econômicas e sociais. Suas decisões se apoiam na forte crença de que a educação é primordial para disseminar conhecimentos e práticas. Acreditam que todos os indivíduos têm potencial, por meio do conhecimento, de substituir os

arranjos sociais existentes por novos, mais justos, igualitários e democráticos.

O segundo grupo entende que a conversão religiosa e moral de cada indivíduo fará com que toda a sociedade se transforme. E que uma mudança social positiva é “produzida teologicamente”, pela catequização e conversão pessoal a uma religião e a seu conjunto de crenças. Os beneficiários diretos são indivíduos que podem, e devem, atuar de maneira reflexiva e consciente nas transformações de suas próprias vidas, de suas famílias, de suas comunidades e da sociedade. Para tanto, as estruturas de catequese devem fazer o melhor uso possível de recursos didáticos e tecnológicos. Essa abordagem é adotada por vários líderes religiosos que não veem necessidade de uma análise estrutural abrangente para entender os problemas sociais. Um dos mais graves riscos nessa filantropia advém do fanatismo de líderes religiosos, que podem influenciar o fanatismo do próprio doador.

DE CARNEGIE A GATES

Conhecendo as lógicas que ajudam a explicar as concepções e os comportamentos que movem os filantropos, podemos voltar ao sentido da evolução da filantropia, desde Carnegie até Bill Gates.

Para tanto, convém revisitar o ensaio *The gospel of wealth*, de Carnegie. O texto assevera: “O homem que morre rico morre em desgraça.” Ele – e depois um número crescente de pessoas que se enriqueceram com a industrialização nos Estados Unidos na passagem do século XIX para o século XX – doou e administrou sua

fortuna para fins de caridade. O grupo engendrou a primeira geração a dar forma a uma filantropia institucionalizada em fundações, como Rockefeller, Ford, Kellogg, Vanderbilt e o próprio Carnegie.

Carnegie fizera uma enorme fortuna predominantemente na indústria do aço, tornando-se um dos mais ricos empresários americanos do século XIX. Em seu ensaio, em vez de se alarmar com a crescente desigualdade entre ricos e pobres, desenvolve a ideia de que esse fosso colabora para que os ricos percebam a necessidade de mudar seus comportamentos sobre riqueza para usá-la em prol de toda a sociedade.

O industrial descreve três maneiras de destinar a riqueza. A primeira é a menos sensata: deixá-la para os familiares e dependentes. Acumular fortuna para ela ser usufruída pela geração seguinte embute um risco de que seja mal administrada por aqueles que não se sacrificaram para possuí-la. De fato, os exemplos se multiplicaram ao longo da história.

A segunda maneira é transferir os bens após a morte para “propósitos públicos”. Esse modo parece indicar que o afortunado não sabe exatamente por que acumulou tanto dinheiro. Simplesmente busca um destino para perpetuar-se após a morte. Quando o Estado impõe pesadas taxas de herança, é porque reconhece e condena a “vida egoísta e sem propósito dos milionários”.

O terceiro modo é o mais virtuoso: gerir a própria fortuna em vida. Representa, segundo Carnegie, o antídoto à distribuição desigual da riqueza, a reconciliação entre o rico e o pobre. Dessa forma, a riqueza excedente se torna, no bom sentido, propriedade de muitos: o filantropo

recorre a suas experiências e habilidades para administrá-la bem e dedicá-la ao uso social.

O entendimento de riqueza excedente é particularmente importante na concepção de Carnegie. O empresário, como já dito, sustenta que cada um deve levar uma vida modesta, sem ostentação nem extravagância, e que, uma vez atendidas as necessidades legítimas pessoais e de seus dependentes, deve beneficiar aqueles que não conseguem suprir necessidades básicas. Isso significa que o excedente pode surgir dos que ganham muito, claro, mas também daqueles que ganham pouco (desde que ganhem mais do que gastam com suas necessidades legítimas). Assim, todos que têm um excedente podem – mais precisamente: devem – ser filantropos e apoiar o bem comum¹.

As concepções de Carnegie reverberaram em uma iniciativa recente, The Giving Pledge, liderada por Warren Buffet e pelo então casal Melinda e Bill Gates. A ideia ganhou vida em agosto de 2010, após uma série de conversas dos três com filantropos ao redor do mundo, sobre como poderiam definir coletivamente um novo padrão de generosidade. O conceito original era bem simples: um convite aberto para bilionários

¹ Convém lembrar que essas visões ocidentais sobre a moralidade da riqueza e da filantropia são fortemente influenciadas pelo pensamento cristão. Sob uma perspectiva bíblica, é importante acumular riqueza modestamente, para suprir necessidades, mas o acúmulo excessivo torna-se um fardo que impede uma aproximação presente e futura com Deus. É significativa, por exemplo, a passagem do Evangelho de Mateus (19, 21-22) em que um jovem pede conselhos a Jesus sobre como deveria atuar para segui-Lo: “Jesus disse a ele: Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá o dinheiro aos pobres, e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me. Ao ouvir essa palavra, o jovem afastou-se pesaroso, pois era dono de muitas riquezas.”

se comprometerem publicamente, em vida, a dar pelo menos 50% de sua riqueza à filantropia. O grupo visava, ao longo do tempo, mudar as normas sociais da filantropia e inspirar as pessoas a doar mais e de maneira inteligente e estratégica.

Os filantropos que se juntaram (e continuam se juntando) à iniciativa, por decisão individual e voluntária, assumem uma posição ética diante da realidade: optam por dar sentido social à sua riqueza pessoal e familiar.

Embora originalmente focado nos Estados Unidos, o Giving Pledge rapidamente despertou o interesse de filantropos de várias partes do mundo, incluindo mais de 230 dos indivíduos, casais e famílias mais ricos do mundo, com idades entre 30 e 90 anos, espalhados por 28 países. Os participantes adotaram novos métodos para usar suas doações, aceitando riscos para atender problemas complexos da sociedade (SCHMITZ e MCCOLLIM, 2021).

ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS COMO SUPERAGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO

Essa nova filantropia ganhou, em alguns aspectos, um contorno inédito. Com grande poder e liberdade, os super-ricos ergueram organizações filantrópicas com dimensões que chegam a fazer concorrência com governos e entidades locais da sociedade civil. Alguns autores (GIDDENS, 1984; SEWELL JR., 1992; EMIRBAYER e MISCHE, 1998) lançam mão do conceito de agência. Para um indivíduo, ter agência significa ter liberdade e capacidade de decidir o que fazer com sua filantropia, dentro de regras e recursos socialmente dados.

Schervish (2003; 2003b) prefere utilizar a noção de superagência para designar um indivíduo extremamente rico que defina sozinho o que quer transformar na sociedade, bem como as condições nas quais ele, e outros, exerce seu arbítrio. Essa independência, dada pelo empoderamento trazido pelo recurso financeiro, faz com que não sinta necessidade de se envolver com qualquer outra organização ou movimento – seja ele político, religioso, cultural ou social.

Considerando que é facultada a cada indivíduo a possibilidade de ser agência transformadora da sociedade, o traço distintivo dos indivíduos ricos é poderem ser superagência: não são meramente parte de uma matriz social – estabelecem uma.

É nesse sentido que se deve entender o papel do ex-casal Gates e de Warren Buffet, e de muitos membros do Giving Pledge, vários dos quais fizeram sua fortuna no mercado de alta tecnologia. Esses superagentes atuam na filantropia como empreendedores: identificam ideias criativas e estabelecem estruturas para transformar tais ideias em produtos e impactos. Suas estruturas, ou organizações, passam a ser conceituadas como superagências de desenvolvimento.

Esses filantropos podem estabelecer as condições nas quais exercem suas prioridades, com regras e recursos por eles mesmos definidos, controlando as condições e circunstâncias em que querem viver. Por meio de suas superagências, são capazes de construir um mundo que atenda aos seus interesses, em vez de buscar um mundo construído por outros e adequar-se a ele.

Deve-se enfatizar que a criação de uma superagência não é resultado automático de uma super-riqueza: é

preciso que o filantropo entenda seu poder pessoal e as posições que não coincidem com as suas.

Dessa maneira, as relações filantrópicas passam a ser guiadas pela oferta de recursos, programas e projetos. Beneficiários ou outros grupos de interesse têm pouca ou nenhuma capacidade de “assegurar”, “disciplinar” ou “influenciar” o posicionamento dos doadores. A filantropia deixa de ser um instrumento redistributivo da riqueza e torna-se um empreendimento sobretudo produtivo, pelo qual os super-ricos mobilizam recursos para moldar e produzir resultados filantrópicos adequados aos seus desejos. A riqueza oferece aos indivíduos os meios para deixarem de ser simplesmente apoiadores e virarem empreendedores ou produtores das mudanças sociais em que acreditam. Para isso, recorrem aos instrumentos de planejamento, gestão, controle e avaliação que utilizam em seus negócios, buscando eficiência, eficácia e efetividade, usando o pensamento estratégico, assumindo riscos, estabelecendo metas mensuráveis por indicadores.

O processo decisório das superagências dispõe de muito mais flexibilidade e agilidade, em comparação com as trabalhosas e lentas negociações envolvendo governos, empresários e organizações da sociedade civil. Mas esse modo de agir do filantropo traz em si mesmo o risco de isolá-lo. Atuando de maneira discricionária e individual, ele pode desperdiçar recursos com soluções quiméricas e pouco sustentáveis. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Referências

ALVAREDO, F., CHANCEL, L., PIKETTY, T., SAEZ, E. e ZUCMAN, G. (2020). **Relatório da desigualdade mundial 2018**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

BERGER, P. L. (1990). **The capitalist spirit: Toward a religious ethic of wealth creation**. Ics Press.

CARNEGIE, A. (1906). The gospel of wealth. **The North American Review**, 183(599), 526-537.

CHERNOW, R. (2007). **Titan: The Life of John D. Rockefeller, Sr.** Vintage.

CUNNINGHAM, D. (2019). **Billionaires: The Lives of the Rich and Powerful**. Myriad Editions.

EMIRBAYER, M. e MISCHÉ, A. (1998). What is agency? **American Journal of Sociology**, 103(4), 962-1023.

ENDERLE, G. (2007). Business ethics and wealth creation: conceptual clarifications and research questions. In 23 April, **Conference on Creation of Wealth**. Disponível em: <https://news.nd.edu/news/interfaith-conference-on-wealth-creation-to-be-held-at-notre-dame/>. Acessado em 11 de maio de 2023.

ÉSQUILO et al. (2018). **O melhor do teatro grego: Prometeu acorrentado: Édipo rei, Medeia, As nuvens**. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

GIDDENS, A. (1984). **Elements of the theory of structuration**. Routledge.

HODGSON, H. (1907). The Ethics of Wealth. **Westminster Review**, Jan. 1852-Jan. 1914, 167(5), 515-520.

KRAMER, M. R. (2009). **Catalytic Philanthropy**. Stanford Social Innovation Review. Disponível em: https://ssir.org/articles/entry/catalytic_philanthropy. Acessado em 10 de maio de 2023.

KRIPLEN, N. (2008). **The eccentric billionaire: John D. MacArthur-empire builder, reluctant philanthropist, relentless adversary**. Amacom Books.

LANE, R. (2013). A Golden Age of Philanthropy. **Forbes**, 192(8), 10-10.

LATHAM, E. (Ed.). (1949). **John D. Rockefeller, Robber Baron, or Industrial Statesman?** (Nº 10). Heath.

MAIMÔNIDES, M. (2000). **Mishné Torá – O Livro da Sabedoria**. São Paulo: Imago.

MANDLER, P. e CESARANI, D. (Eds.). (2017). **Great Philanthropists: Wealth and Charity in the Modern World, 1815-1945**. Vallentine Mitchell.

MORAN, T.F. (1901). The Ethics of Wealth. **American Journal of Sociology**, 6:6, 823-838.

NATIONAL PHILANTHROPIC TRUST (sem data). **A history of Modern Philanthropy**. Disponível em: <https://www.historyofgiving.org/>. Acessado em 17 de abril de 2023.

SCHERVISH, P. G. e HERMAN, A. (1988) **Empowerment and Beneficence: Strategies of Living and Giving Among the Wealthy**. Chestnut Hill (Mass.): Social Welfare Regional Research Institute, Boston College. Disponível em: <https://dlib.bc.edu/islandora/object/bc-ir:104103/datastream/PDF/view>. Acessado em 10 de maio de 2023.

SCHERVISH, P.G. (2003b). **Hyperagency and high-tech donors: A new theory of the new philanthropists**. Chestnut Hill (Mass.): Social Welfare Research Institute, Boston College. Disponível em <https://dlib.bc.edu/islandora/object/bc-ir:104107/datastream/PDF/view>. Acessado em 10 de maio de 2023.

SCHMITZ, H. P. e MCCOLLIM E.M. (2021) Billionaires in Global Philanthropy: A Decade of the Giving Pledge. **Society**, 58(2):120-130.

SEWELL JR, W. H. (1992). A theory of structure: Duality, agency, and transformation. **American journal of sociology**, 98(1), 1-29.

TURNBULL, R. (2014). **Quaker capitalism**. Oxford: Centre for Enterprise, Markets and Ethics

VAN GENNEP, A. (1978). **Os ritos de passagem**. Petrópolis. Editora Vozes.

WAXMAN, L. H. (2006). **W.K. Kellogg**. Lerner Publications.

WILSON, L. R. (1942). **Forty Years of Carnegie Giving: A Summary of the Benefactions of Andrew Carnegie and of the Work of the Philanthropic Trusts Which He Created**. C. Scribner's Sons.

YOUNG, C. (2021). Against Paretianism: A Wealth Creation Approach to Business Ethics. **Business Ethics Quarterly**, 1-27.

02

Filantropia de risco



“O maior risco é não assumir nenhum risco... Num mundo que muda muito rápido, a única estratégia que certamente vai fracassar é não correr riscos.”

MARK ZUCKERBERG

INTRODUÇÃO

Ao estudar a filantropia em diferentes contextos, causas e dimensões, observa-se que o setor poderia gerar um impacto maior e usar melhor os recursos se houvesse uma preocupação sistemática com gestão de riscos.

Uma pesquisa com 200 doadores e 200 organizações sem fins lucrativos mostrou que gestão de risco não é prática comum e que o próprio tema está muitas vezes ausente das conversas entre doadores e beneficiários (OPEN ROAD ALLIANCE, 2018). O estudo levantou quatro pontos interessantes:

- 17% dos doadores criam fundos adicionais (fundos de contingência) para tornar possível que os projetos ocorram no prazo original e produzam os resultados esperados. Tanto os beneficiários quanto os doadores relatam que um em cada cinco projetos requer financiamento de contingência;
- Não é comum – nem para organizações filantrópicas, nem para beneficiários – atentar às ameaças ao se planejarem ou tomarem decisões: 76% dos financiadores não perguntam sobre riscos quando estão analisando propostas que podem ser apoiadas;

- Quando os beneficiários identificam riscos, seja durante o planejamento, seja durante a execução dos projetos, hesitam em comunicar às organizações que os apoiaram; e
- Há, entre beneficiários e doadores, uma percepção diferente sobre a importância de comunicar riscos. Os primeiros acreditam que pedir verba adicional diminui a chance de receberem novo apoio no futuro; já os doadores dizem que atender a pedidos assim não tem efeito em futuras solicitações.

Embora a filantropia tenha avançado nos últimos anos em monitoramento e avaliação para medir o impacto de seus investimentos, quase nunca faz gestão de risco – o que pode comprometer o impacto. Para lidar com essa lacuna, em 2015 três organizações – Open Road Alliance, Rockefeller Foundation e Arabella Advisors (MICHAELS e RODIN, 2017) – constituíram uma força-tarefa. Laurie Michaels, fundadora da Open Road Alliance, e Judith Rodin, ex-presidente da Fundação Rockefeller, formaram os Commons, grupo com 25 membros geográfica e profissionalmente diversificados: dirigentes de fundações, escritórios de advocacia especializados em governança filantrópica e questões tributárias, associações de classe, empresas de consultoria financeira e organizações sem fins lucrativos de vários tamanhos e missões.

RISCO EM FILANTROPIA: DE ARISTÓTELES AOS COMMONS

Aristóteles escreveu que “doar recursos para a pessoa certa, na medida certa, na hora certa, pelo motivo certo e do jeito certo não é um dom de todos, nem é fácil” (ARISTÓTELES, 2009). Já na Grécia Antiga, portanto, havia a

noção de que a filantropia, embora seja louvável, envolve elementos que precisam ser considerados. Ou, como resumiu mais recentemente Von Schnurbein (2014), "gastar dinheiro de forma inteligente é tão difícil quanto ganhá-lo". Bill Gates, que estabeleceu a maior fundação do mundo, seguiu Aristóteles ao acentuar a responsabilidade do filantropo em conhecer os riscos envolvidos quando decide apoiar determinado projeto, assim como se faz em uma empresa.

O termo "filantropia de risco", em sua acepção mais recente, remonta a John D. Rockefeller III, que o utilizou em 1969 num depoimento sobre reforma fiscal na Comissão de Meios e Recursos da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos (BRILLIANT, 2001). No entanto, como abordagem acadêmica o conceito ganhou força em meados da década de 1990, devido à ascensão da chamada nova economia e a um influente artigo publicado em 1997 na Harvard Business Review (LETTTS, RYAN e GROSSMAN, 1997).

Os filantropos há muito sustentam que podem assumir riscos de uma forma que nem o governo nem o setor privado podem. Mas a quais riscos os filantropos de fato estão sujeitos? Quais riscos podem assumir? E como gerenciam esses riscos?

Essas perguntas serviram de baliza para várias pesquisas qualitativas e quantitativas feitas pela Open Road Alliance nos últimos anos. A conclusão inicial é categórica: os filantropos falam muito sobre assumir risco, mas não fazem quase nada para defini-lo, avaliá-lo ou gerenciá-lo. A filantropia ainda não estabeleceu padrões para discutir ou estabelecer disposição ao risco. Sua função nobre de arriscar-se para o bem comum permanece como intenção.

Nesse cenário é que a Fundação Rockefeller e outras organizações se associaram para identificar os desafios no entendimento e na prática de assumir riscos. Os Commons, cujas decisões foram sempre consensuais, desenvolveram estratégias a serem adotadas e adaptadas, de forma que lidar com o risco e gerenciá-lo seja procedimento usual no processo de doação. Em princípio, as ferramentas são aplicáveis a todo o setor filantrópico, por abordarem questões que se impõem a financiadores de diferentes tamanhos e tipos (THE COMMONS, 2017).

A seguir, são apresentados alguns tópicos destacados pelo grupo.

O RISCO NA FILANTROPIA

Risco é a chance de um evento ocorrer e causar efeito indesejável ou deletério a um processo, produto ou projeto. Pode ser previsível ou não, controlável ou não, causado por variáveis internas ou externas.

Embora a existência de risco seja uma possibilidade objetiva, as escolhas feitas diante dele são inerentemente subjetivas. Assim, dois elementos passam a ser considerados: a cultura de risco e a gestão de risco.

A cultura de risco reflete a disposição ou tolerância ao risco adotada pelas organizações. Definir a disposição ao risco permite que as instituições o administrem – ou seja: identifiquem, analisem e o mitiguem, adotando ações de contingência ou prevenindo-se.

Algumas instituições estabelecem parâmetros sobre o tema ao escolherem onde vão colocar seus investimentos

filantrópicos: buscam um equilíbrio entre rejeitar riscos que vão além de suas possibilidades e não arriscar a ponto de se tornarem obsoletas e prejudicarem sua missão.

A norma ISO 31000, voltada justamente ao tema (RAMPINI et al., 2019), pondera os possíveis prejuízos e divide os riscos em três faixas:

- Os que devem ser reduzidos, mesmo que a um alto custo, por resultarem em adversidades inadmissíveis;
- Os intermediários, cujos custos e benefícios são ponderados de acordo com as consequências potencialmente adversas;
- Os baixos, nos quais os prejuízos, mesmo que confirmados, são insignificantes a ponto de não requererem medidas especiais.

As ações filantrópicas trazem riscos para o próprio filantropo e para terceiros. Primeiro, vou me concentrar nos riscos para o filantropo. Os Commons propõem a seguinte taxonomia (THE COMMONS, 2017):

RISCO FINANCEIRO

É a possibilidade de perda financeira. Os doadores preocupam-se com as ameaças ao patrimônio pessoal e/ou de sua organização filantrópica e valorizam muito a proteção desses bens. Esse risco pode ser causado por: inépcia na gestão dos fundos de doação; falta de atenção na verificação das condições legais, financeiras ou técnicas dos beneficiários; análise técnica malfeita sobre a viabilidade dos objetivos a

serem cumpridos; mudanças no contexto político e econômico, esperadas ou inesperadas, presentes ou futuras. Para evitá-lo, os filantropos são incentivados a considerar suas doações como investimentos cujo retorno deve ser medido por avaliações periódicas nos processos e nos resultados dos projetos financiados. Essa perspectiva inspira questões como: “Quanto estamos dispostos a arriscar para alcançar determinado impacto?” ou “Quais os cenários mais favoráveis para causar o impacto desejado?”.

RISCO REPUTACIONAL OU DE IMAGEM

Decorre de situações que constroem o filantropo e/ou sua organização, ou que ameaçam sua imagem junto à sociedade ou às autoridades devido à publicidade negativa (verdadeira ou não) de atos e omissões das organizações beneficiárias. Pode ocorrer em razão da pouca atenção às propostas recebidas, de uma má análise das estratégias ou dos processos de trabalho que seriam utilizados. Esse risco deve ser conhecido e avaliado antes da doação e durante a implantação do projeto. Doadores que se dispõem a aprender com os fracassos, e a compartilhar esses aprendizados, tendem a ser mais abertos ao risco reputacional, porém, mais zelosos na análise e na gestão dos riscos.

O risco reputacional pode também recair sobre a organização beneficiada em razão de práticas inadequadas da organização doadora. Um caso exemplar é o da família Sackler. Ela se tornou conhecida por direcionar grandes somas a instituições artísticas, culturais e a universidades. Porém, sua imagem se deteriorou devido ao envolvimento de uma empresa da

família, a Purdue Pharma, na crise de opioides – uma das catástrofes de saúde pública mais devastadoras de nosso tempo. Tudo começou em meados da década de 1990, quando a empresa lançou um poderoso agente analgésico chamado OxyContin. Logo ele gerou uma onda de mortes e viciou inúmeras pessoas. As práticas mercadológicas da farmacêutica passaram a ser analisadas de perto, e revelaram-se agressivas e antiéticas: a companhia usava, por exemplo, informações enganosas e distorcidas sobre os efeitos nocivos do opioide. Isso levou vários jornalistas a questionarem a sinceridade e as motivações das doações da família Sackler: seriam um instrumento para “recuperar” a reputação?

Em outubro de 2020, após investigar a Purdue Pharma e os acionistas da família Sackler (que assumiram culpa criminal), o Departamento de Justiça dos EUA fechou um acordo de US\$ 8 bilhões e dissolveu a empresa – todos os ativos foram repassados para o Departamento de Justiça (US DEPARTMENT OF JUSTICE, 2020).

Possivelmente nenhuma outra família norte-americana prejudicou tanto as organizações beneficiárias. O nome dos Sackler estava presente em uma galeria do Smithsonian e em alas do Metropolitan Museum of Art, do Louvre e da Royal Academy. Eles haviam financiado centros em universidades e hospitais de várias partes do mundo, como Yale, Harvard, Tufts, Columbia, Cambridge e Oxford. Todas essas entidades, para se afastar da enorme questão ética de terem aceitado recursos de um doador criminalmente condenado, decidiram retirar o nome da família dos seus espaços públicos (ALPERT et. al, 2022).

RISCO DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE

Refere-se a eventos que podem afetar o cumprimento de marcos legais, fiscais ou de boa governança. Inclui a ação ou a omissão que favoreçam fraudes, atos de corrupção, nepotismo e conflito de interesses. Coloca em perigo a existência da própria organização e pode envolver membros de conselho inexperientes ou não qualificados, gestão executiva não qualificada e temerária e eventual desídia de funcionários.

RISCO OPERACIONAL OU DE IMPACTO (OU AINDA DE EXECUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO)

Diz respeito a situações que afetam um projeto negativamente, reduzindo o impacto esperado. Os Commons consideram este risco crítico para a filantropia, pois ameaça a própria razão de ser de uma entidade: eliminar ou mitigar um problema que afeta o desenvolvimento da sociedade. O risco está normalmente associado a falhas de processos internos, de pessoas, à deficiência ou inadequação da infraestrutura e às próprias condições das organizações beneficiárias.

O outro lado da questão são os riscos às organizações receptoras das doações e a suas ações junto aos grupos beneficiários. Dependendo do tipo e da dimensão da ação filantrópica, terceiros podem sofrer graves riscos.

RISCO QUE AFETA A MUDANÇA NA SITUAÇÃO DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS

O principal objetivo da filantropia é melhorar a situação das pessoas necessitadas (VON SCHNURBEIN e TIMMER, 2010). Mais especificamente, ajudar os outros a se ajudarem, como estabelecido pelo criador da Fundação W.K. Kellogg (WAXMAN, 2006). Foi o que fez, por exemplo, Andrew Carnegie ao criar bibliotecas nos Estados Unidos e no Reino Unido para que todos pudessem ter acesso aos melhores e mais úteis conhecimentos (KRIMPHOVE, 2010).

No entanto, nem sempre filantropos sabem entender as necessidades dos beneficiários; erram em razão da prepotência e da ignorância. Ostrander (2007) define esses casos como “filantropia controlada por doadores”. O autor descreve um exemplo trágico envolvendo o Ministério da Saúde do Malawi.

Entre 2003 e 2007, o Ministério da Saúde desse país do sudeste africano perdeu 64% dos enfermeiros e 85% dos médicos que atuavam no setor público. A maioria deles deixou a rede para atuar em algumas das mais de mil organizações internacionais sem fins lucrativos ativas lá e em outros países do continente, e que pagavam melhores salários (SADDOCC, 2007). Se tinham como objetivo melhorar a vida do povo malauiano, o que as organizações conseguiram foi o contrário. Depois, com o fim dos programas e projetos financiados externamente, o ministério teve de reestruturar o que havia sido destruído pela ajuda filantrópica.

RISCO DE SIMPLIFICAÇÃO

Nem sempre um filantropo compreende a complexidade dos problemas, principalmente quando é externo ao grupo que quer apoiar. Isso aumenta o risco de simplificação – e, então, boas intenções são seguidas de maus resultados. Um exemplo notório, talvez o fracasso mais espetacular da filantropia, ocorreu em Chicago, em 1994 (FRUMKIN, 2006).

Em setembro daquele ano, a apresentadora de *talk show* Oprah Winfrey anunciou que financiaria um programa para tirar famílias de habitações sociais providas pelo governo, levá-las a residências decentes e lhes dar independência. Para isso, o programa, chamado Famílias para uma Vida Melhor, propunha oferecer a cem famílias pobres a oportunidade de conseguir autonomia econômica – por meio de capacitação profissional, ajuda educacional e aconselhamento financeiro, além de acesso a uma casa própria. Assim, esses grupos se tornariam independentes dos programas sociais públicos. Uma das agências de serviço social mais importantes de Chicago, a Jane Addams Hull House Association, receberia US\$ 3 milhões e teria liberdade de conceber e implantar o programa. Logo após o anúncio de Oprah, mais de 30 mil famílias solicitaram assistência. Mas apenas 4 mil moravam de fato em habitações públicas; desse grupo, 1.600 se inscreveram formalmente no programa. Em meio a toda a empolgação inicial, Oprah foi escolhida uma das sete personalidades do ano em Chicago.

No entanto, até 1996 o programa já tinha gastado US\$ 1,3 milhão e conseguira incluir apenas sete famílias.

Cinco delas concluíram o programa, e somente três conseguiram sair da habitação pública. A qualificação profissional de membros dessas famílias foi decepcionante: dois pais encontraram trabalho em período integral, dois passaram a trabalhar em meio período e um dos pais continuava ainda matriculado em um programa de treinamento, sem perspectiva de emprego. Os maus resultados claramente não justificavam os custos do programa – mais de US\$ 250 mil para cada uma das cinco famílias.

O que exatamente deu errado? Para onde foi todo o dinheiro? A maior parte foi consumida pelos custos administrativos e de pesquisa da Jane Addams Hull House Association. Ao abordar o tema em seu livro, Peter Frumkin culpa Winfrey não pela falta de sucesso – o que não é censurável em si –, mas por jamais reconhecer que a iniciativa foi um desastre ou tentar explicar o que deu errado. Seguramente, uma das razões foi simplificar a solução para a pobreza familiar. Tratar um problema de grande complexidade exigia melhor diagnóstico para conhecer a viabilidade e factibilidade do programa. E nem se pode dizer que foi um fracasso construtivo, pois nunca se fez uma avaliação sobre seu insucesso: nenhum relatório foi escrito e tornado público, nenhuma avaliação externa sistemática foi apresentada. A partir de materiais como esses, os filantropos poderiam entender por que algumas iniciativas são úteis e outras, um desperdício. O programa foi oficialmente encerrado pela Jane Addams Hull House Association, sem haver planos de ressuscitá-lo.

RISCO DE O BENEFICIÁRIO NÃO PARTICIPAR DO PROCESSO DECISÓRIO

O filantropo incorre num risco sério quando despreza o julgamento dos beneficiários. Ostrander et al. (2005), com base em diversos estudos de caso, sistematizaram um *continuum* de relacionamentos entre doador e donatário: (a) os doadores controlam as decisões de financiamento, (b) os beneficiários e os doadores colaboram nesse controle, (c) os beneficiários são representados por organizações intermediárias que participam do controle e (d) os beneficiários dialogam e negociam com os financiadores para controlarem o uso da doação de acordo com suas prioridades e necessidades. Assim, à exceção da primeira condição, as outras envolvem o doador e os beneficiários, de maneira direta ou indireta. Como vimos no Capítulo I, a primeira situação do *continuum* é majoritariamente usada por filantropos que se comportam como superagentes do desenvolvimento.

RISCO DE NÃO CONSIDERAÇÃO OU REJEIÇÃO DE PROPOSTAS

Como muitas fundações ou filantropos não publicam os critérios para conceder doações, abre-se espaço para que as decisões sejam consideradas arbitrárias, o que pode aumentar a frustração de eventuais beneficiários e contribuir para criar ou fortalecer uma imagem negativa do doador. Ostrander (2007) critica a filantropia controlada por doadores que não publicam os critérios para aceitar ou negar uma proposta.

Conclui-se que todo filantropo pode gerar riscos desnecessários se não avaliar a moralidade do uso de sua

liberdade para doar (WUFFLI e KIRCHSCHLÄGER, 2010). Os riscos acima sintetizados mostram que a responsabilidade dos doadores vai além de “não causar danos” (BRINK, 2009). Recorrer a avaliações éticas de risco pode ajudar a reduzir ou evitar consequências negativas nem sempre detectadas em análises que se preocupam apenas com o produto ou o impacto das ações diretas do projeto.

PARÂMETROS DE REDUÇÃO DE RISCOS NA AÇÃO FILANTRÓPICA

Até aqui vimos que a filantropia impõe riscos ao filantropo e aos beneficiários, com potencial de gerar danos materiais e imateriais. Vimos também que incluir uma perspectiva moral nas decisões do filantropo reduz os riscos. Agora posso acrescentar três outros aspectos que ajudam a evitar ou diminuir o risco: o valor da doação, seu propósito e a teoria de mudança subjacente.

Sobre o valor da doação, vale lembrar a frase de Aristóteles citada nas primeiras páginas deste capítulo, segundo a qual é difícil não apenas decidir a quem doar, mas também quanto doar. Tanto superestimar quanto subestimar o valor pode elevar os riscos da doação. A superestimação pode resultar de uma análise negligente de projetos ou de um uso ineficiente dos recursos. Um exemplo é o da Fundação Jakob e Emma Windler, cuja atuação é voltada à melhoria da paisagem urbana da comunidade suíça de Stein am Rhein, de 3.200 habitantes, próxima da fronteira com a Alemanha (SPRECHER e VON SALIS-LÜTOLF, 1999). A instituição tem ativos superiores a US\$ 760 milhões. Em 2010, decidiu apoiar a construção de um estacio-

namento, doando US\$ 12 milhões. No entanto, o projeto foi rejeitado pelos moradores em um referendo. Na verdade, a Fundação tinha muitos recursos e poucos projetos onde aplicar. Precisava simplesmente gastar a verba disponível.

Esse é um caso de doador com excesso de recursos, mas há também o inverso: doadores com dinheiro insuficiente para atender seus ambiciosos planos. Como consequência, seus projetos são subfinanciados, com base na crença de que outros doadores vão se juntar à iniciativa. Mas a triste realidade é que os recursos adicionais não aparecem, o projeto nunca se completa e aquele que doou acaba perdendo o recurso – num exemplo de ineficiência no processo decisório.

Assim, uma análise de risco deve dar atenção à relação entre a missão da organização filantrópica e o objetivo do doador. De maneira sintética, pode-se dizer que, juridicamente, o propósito de uma fundação é usar seu patrimônio para apoiar um propósito específico de caridade. Isso explica a importância, e a responsabilidade, de escolher e definir com cuidado como o propósito está presente em cada doação.

Muitas escolhas podem resultar em conflitos de difícil solução. Um exemplo foi a criação do Christian Schmid Fonds (VON SCHNURBEIN e TIMMER, 2010). Schmid, um empresário suíço do setor mobiliário morto em 1962, criou um fundo com mais de US\$ 170 milhões para apoiar a educação de meninos de famílias protestantes que viviam na região de Graubünden, no leste da Suíça. Embora aparentasse ser uma destinação simples para atender os desejos do fundador, o fundo foi alvo de inúmeros processos judiciais por mais de

40 anos, sobretudo sob acusação de discriminação de gênero e religiosa. Por decisão da Justiça, foi obrigado a também atender meninas e a criar linhas voltadas a estudantes católicos.

O terceiro elemento que pode implicar riscos é a teoria de mudança que, implícita ou explicitamente, está por trás da doação (WEISS, 1995). Ao definir o que fazer com seus recursos, o filantropo estabelece uma relação de causa e efeito entre sua doação e o problema sobre o qual pretende atuar. Um estudo que explicita qual teoria de mudança é mais adequada para cada caso permite detectar diferentes rotas de ação. Três questões são básicas nesse sentido: (1) Quais alternativas existem? (2) Quais as possíveis consequências de cada uma delas? e (3) Como essas consequências são avaliadas?

Essas perguntas indicam que construir uma teoria de mudança pode ser algo complexo e exigir uma variedade de métodos e instrumentos (MILDENBERGER et al., 2012). Stauber (2001) sugere usar a seguinte lógica:

- Iniciar pela exploração e pela análise de problemas sociais que interessem ao filantropo;
- Estudar as possíveis abordagens sobre os problemas escolhidos e selecionar aquelas que devem ser analisadas de modo mais aprofundado;
- Realizar esse estudo aprofundado, para identificar as causas do problema que deveriam ser atacadas, para solucioná-lo ou mitigá-lo;
- Identificar indicadores relacionados às mudanças necessárias;

- Estudar a factibilidade técnica e a viabilidade financeira de atuar nas mudanças necessárias; e
- Estabelecer os riscos que podem aparecer ao buscar as mudanças necessárias, e avaliar como eles se relacionam com a disposição ao risco do filantropo.

A CONTRIBUIÇÃO DOS COMMONS PARA GESTÃO DE RISCO

A filantropia movimenta, só nos Estados Unidos, US\$ 471,44 bilhões (dados de 2020). Gerenciar bem os riscos aumentaria o impacto de cada dólar gasto. Porém, a falta de gestão de risco faz com que mais de 60% dos projetos financiados por doações tenham dificuldades de implantação – eles reduzem seu alcance ou são encerrados (OPEN ROAD ALLIANCE, 2016). Isso resulta num desperdício de quase US\$ 43 bilhões.

Em novembro de 2011, participei de uma conferência sobre o Futuro da Filantropia e do Desenvolvimento na Busca do Bem-Estar Humano, no Bellagio Center da Rockefeller Foundation (MCGREGOR et al). Uma das principais conclusões foi que a filantropia deve valorizar a relação entre risco e oportunidade. A filantropia tem potencial de assumir riscos ao promover experimentação e inovação, buscar ativamente oportunidades (com as incertezas envolvidas) e procurar soluções criativas para os mais persistentes problemas sociais. É diferente do que ocorre no setor público, cujas decisões, em sociedades democráticas, passam sempre por escrutínio e são influenciadas por processos eleitorais. Assim, idealmente, espera-se que as inovações de sucesso da filantropia sejam disseminadas e levadas a uma escala maior pelos governos.

A dificuldade de assumir riscos não é exclusiva dos governos. Algumas das novas formas de empreendedorismo social, como o investimento de impacto, também têm esse impedimento. Seus capitais gravitam em direção de maiores promessas de impacto e melhores retornos financeiros. O empreendedorismo social certamente pode inovar e gerar resultados significativos nas comunidades, mas muitas vezes não assume os riscos necessários para causar uma mudança sistêmica.

Os participantes da conferência no Bellagio Center argumentaram que, a fim de inovar, os filantropos devem aceitar muito mais os fracassos e reconhecer que, para mudar significativamente a sociedade, muitos de seus recursos correm o risco de serem desperdiçados no meio do caminho. Fracassos ocasionais devem ser vistos como um custo aceitável da inovação.

Até que ponto os filantropos encaram a questão dessa maneira? Um estudo do Bank of America (OSILI, 2010) informa que, entre os de alto poder aquisitivo, um número ínfimo (3,8%) assume grandes riscos em suas doações. Mais ainda: em geral, eles são mais relutantes em arriscar seus ativos filantrópicos do que seus ativos pessoais – 26% não estão dispostos a assumir nenhum risco na filantropia, 10% em seus outros investimentos financeiros.

Daí a importância dos Commons. O grupo desenvolveu ferramentas que permitem definir o perfil de risco do filantropo e indicam como incorporar políticas e práticas de gestão de risco na cultura organizacional (THE COMMONS, 2017).

Os principais tópicos contidos nos instrumentos de trabalho dos Commons são apresentados a seguir.

QUADRO 1

Elementos para uma organização filantrópica avaliar como lida com riscos

<p>Atitudes com relação a inovações e fracassos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como a organização define risco? • Quando deve correr riscos e quando não deve? • Está mais preocupada em perder dinheiro, perder a imagem ou perder oportunidade de a doação ter mais impacto? • Até que ponto está disposta a fazer parceria com organizações que não têm planos estratégicos claros nem curadores com experiência mínima nem boa estrutura de governança? • Até que ponto está disposta a, por meio de doação, projeto, parceria ou abordagem, associar seu nome ao de uma organização de passado controverso?
<p>Perfil de risco no portfólio atual</p>	<p>Observando as doações feitas nos últimos três ciclos ou anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual a porcentagem de doações de alto, médio ou baixo risco? • Qual a porcentagem de doações para organizações iniciantes ou projetos-piloto, e qual porcentagem foi para organizações estabelecidas ou projetos em andamento? • Que porcentagem de doações falhou? • O portfólio de doações nos últimos três anos corresponde ao que a organização acredita ser ideal, de acordo com sua missão? Se não, por quê?
<p>Flexibilidade no orçamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com que frequência o orçamento anual de doações estourou devido a eventos inesperados? Em que valor? • Em que circunstâncias está disposta a conceder financiamento adicional para projetos, devido a eventos inesperados? • O orçamento dispõe de recurso de contingência nos projetos de maior risco?

Comunicação interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> • Com que frequência o conselho e a equipe técnica discutem gerenciamento de riscos, falhas e o <i>trade-off</i> entre risco e chance de maior impacto das doações? • O perfil de risco da organização aceito pelo conselho é regularmente comunicado para o público interno e externo, incluindo potenciais beneficiários das doações? • Para a análise de propostas, a organização pede informações sobre os riscos potenciais dos projetos? • Até que ponto a organização está disposta a dialogar abertamente sobre riscos com as organizações candidatas a receberem as doações? • Até que ponto a organização está disposta a trabalhar com candidatos e beneficiários para mitigar o risco antes de doar?
--------------------------------------	--

AVALIAR E GERENCIAR A DISPOSIÇÃO AO RISCO

Os Commons destacam que o conselho de administração ou os curadores de uma organização são os principais responsáveis por definir e esclarecer a cultura, o perfil e a disposição ao risco. É uma tarefa que requer tempo, atenção e, muitas vezes, apoio de expertise externa. O quadro a seguir apresenta elementos e questões norteadoras para apoiar o conselho na identificação do risco de sua organização.

QUADRO 2 Níveis de aceitação de risco

Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Se, ao estudar um projeto, acredita que a ideia, a organização proponente e a liderança sejam qualificadas, e aceita assumir riscos e aprender com falhas, então sua organização provavelmente tem grande disposição ao risco. A inovação é elemento central na tomada de decisão, mesmo que isso signifique fracasso ocasional, perda financeira ou perda de prestígio. • Para garantir que os projetos gerem alto impacto social, a organização concorda em estourar seu orçamento anual de doações em razão de eventos inesperados. A organização provavelmente acredita que correr riscos é essencial para alcançar a mudança social desejada – portanto, seu portfólio inclui doações arriscadas, com retornos proporcionalmente maiores. Uma porcentagem relativamente alta de suas doações apoia novas ideias ou projetos de novas organizações sem fins lucrativos que tenham um horizonte de tempo mais longo para chegar ao impacto desejado.
Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Se a organização oscila entre abordagens muito ou pouco arriscadas, possivelmente prefere risco moderado. Talvez acredite que aceitar riscos ocasionais possa gerar maior impacto, mas apenas quando outros projetos mais conservadores estiverem no portfólio. Dispõe-se a estourar o orçamento quando a probabilidade de impacto for maior do que o potencial de risco. O portfólio tende a equilibrar doações iniciais e repetidas, e eventualmente inclui pequena porcentagem de projetos de alto risco, mas com foco em organizações que têm histórico de sucesso comprovado.
Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Se a organização costuma tomar decisões conservadoras para atender os objetivos do doador, provavelmente atua com baixa disposição ao risco. Procura instituições com histórico de sucesso que repitam projetos adequados para certas necessidades sociais. Não aplica processos criativos e inovadores. O doador provavelmente prefere não associar seu nome e sua reputação a uma empreitada duvidosa, controversa ou arriscada. A organização é conservadora também no orçamento: não abre espaço para mudanças relacionadas a incertezas nos projetos financiados. Prioriza projetos de curto prazo, facilmente supervisionáveis.

A equipe da Open Road Alliance desenvolveu uma categorização para identificar riscos com mais facilidade. Ela avalia cada doação em função de cerca de 30 fatores de risco pré-identificados, que incluem, entre outros, solidez do balanço patrimonial, liquidez, qualidade de gestão, metodologias operacionais, risco-país e risco regulatório.

Identificar o nível de risco que a organização está disposta a aceitar é um passo fundamental. A ele se seguem outros, como mitigar, planejar para contingência, monitorar e reavaliar os riscos à medida que os projetos avançam (ver a Figura 1).

FIGURA 1
Ciclo de avaliação de riscos



Fonte: OPEN ROAD. Navigating Risk in Impact Focusing Philanthropy

FINANCIAMENTO DE CONTINGÊNCIA

Os Commons também recomendam que os conselhos de administração incluam, no orçamento anual, recursos para lidar com situações inesperadas, resultantes de riscos. O volume desses recursos depende do grau de risco dos projetos aprovados. Se conhecer os resultados de suas doações anteriores, a organização pode verificar se elas estavam de acordo com o perfil de risco previsto ou se é preciso calibrar a previsão e incluir os volumes ajustados no orçamento, como verba de contingência.

Para orientar as decisões sobre os aportes adicionais, o conselho deve levar em conta:

- Se a organização que recebe as doações tem projetos com muitas incertezas que possam afetar o impacto esperado. Nesse caso, será necessário reservar mais recursos de contingência e estudar melhor as propostas recebidas, as condições da instituição beneficiária e as pessoas responsáveis pelos projetos. Isso ajudaria a avaliar os riscos e verificar se eles estão no nível aceitável.
- A importância de uma diretriz que justifique um portfólio de doações com diferentes exposições ao risco. Desse modo, podem-se prever doações de alto, médio ou baixo risco, segundo os impactos esperados. Se a maioria dos apoios envolver projetos de alto risco – como de organizações iniciantes ou ações experimentais –, há mais chance de serem necessários os recursos de contingência, em comparação com o apoio a organizações estabelecidas, com projetos comprovadamente bem-sucedidos.

- A necessidade de considerar as condições financeiras de seus beneficiários. Se eles têm menos dinheiro disponível, será preciso reservar mais recursos de contingência. Por outro lado, organizações bem financiadas podem lidar com emergências usando fundos de reserva próprios.

Uma vez determinados o tamanho e o foco do fundo de contingência, é importante criar critérios claros para utilizá-los, como indica o quadro abaixo.

QUADRO 3
Como construir protocolos de contingência

<p>Passo 1: Reservar recursos para contingências</p>	<p>Determinar quanto deve ser reservado para contingências. Os valores dependem da aceitação de riscos e dos objetivos do doador.</p>
<p>Passo 2: Estabelecer critérios para uso dos recursos de contingência</p>	<p>Listar critérios para avaliar a necessidade de recursos de contingência. Esses critérios podem incluir urgência devido a fatores externos à organização, o impacto dos riscos no sucesso do projeto, a probabilidade de que o financiamento de contingência garanta o impacto desejado, entre outros pontos.</p>
<p>Passo 3: Estabelecer protocolos de tomada de decisão</p>	<p>Os protocolos devem deixar claro quando as decisões são tomadas pelo conselho, pelo diretor-executivo ou pelo gerente de programas, além de fixar prazos para a tomada de decisão.</p>

<p>Passo 4: Explicar à organização beneficiária os critérios para liberação de recursos de contingência</p>	<p>Garantir que os beneficiários estejam adequadamente informados sobre como solicitar recursos de contingência: com quem devem entrar em contato, quais são os critérios para doação da verba e qual o prazo para receberem resposta ao pedido.</p>
<p>Passo 5: Comunicar as decisões aos interessados</p>	<p>Comunicar a decisão aos interessados, seja positiva ou negativa. Se for positiva, informar o valor aprovado, as condições a serem cumpridas e a data prevista para o pagamento. Se for negativa, explicar os motivos da recusa e eventualmente apresentar sugestões.</p>

COMO DESENVOLVER UMA CULTURA DE RISCO NAS ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS

Uma vez definidos os níveis de risco que a organização está disposta a enfrentar e os recursos que aceita disponibilizar para contingências, uma nova questão surge para os conselheiros: como criar uma cultura interna de risco.

É importante entender que ser avesso ao risco não é objetivamente melhor do que se dispor a correr risco, e vice-versa. Embora o risco muitas vezes tenha conotação negativa, ele pode ser positivo – ou mesmo necessário. A inovação, por exemplo, depende da disposição de assumir riscos, e frequentemente um risco maior pode trazer resultados extraordinários. É papel do conselho dar orientações claras aos executivos e funcionários sobre o que é ou não aceitável nessa área. E cabe aos executivos traduzir tais diretrizes em práticas. É responsabilidade deles, ainda, disseminar uma cultura que encare risco como uma oportunidade de aprendizagem e crescimento da equipe.

Claro, propor a construção dessa cultura é mais fácil do que implantá-la. Para aumentar as chances de sucesso, os Commons recomendam ir além das declarações escritas e recorrer constantemente a encontros, conversas e retiros para reforçar e modelar a gestão de risco.

FILANTROPIA DE RISCO: A VENTURE PHILANTHROPY

A palavra "venture" está relacionada ao rei português Manuel I (1469-1521), o Venturoso (LIVERMORE, 1971), responsável por expandir as explorações portuguesas que levaram à descoberta da Rota das Índias e à chegada das caravelas ao Brasil. Ele não descendia diretamente do monarca anterior: era apenas o nono filho do irmão do rei. Mesmo assim, assumiu o trono – daí o apelido "Venturoso", no sentido de "afortunado".

Porém, sua história pode indicar outro sentido ao vocábulo. Ao organizar suas frotas comerciais rumo a mares desconhecidos, D. Manuel I enviava dez navios. Estimava que cinco ou sete deles provavelmente afundariam ou voltariam sem nada de valor, dois talvez voltassem com algo que pagasse seu investimento e um poderia voltar com um tesouro que trouxesse um retorno muito superior ao valor investido em toda a operação dos dez navios. Ou seja, o rei sabia que teria perdas, em razão dos riscos envolvidos, mas sabia também do potencial financeiro que poderia obter se corresse esses riscos. Sua disposição em arriscar ajudou a expandir rapidamente o domínio português e enriqueceu seu reino com as rotas comerciais descobertas, sobretudo para as Índias e para o Brasil.

A lógica do monarca português é muito semelhante à adotada hoje por fundos de investimento – em especial,

justamente, pelo *venture capital*. Atualizando a estratégia de D. Manuel I, um fundo investiria em dez empresas, sabendo que talvez cinco a sete "afundem" ou apenas se mantenham, duas se paguem, mas uma pode se tornar um "unicórnio", como foram a Microsoft, o Google e outras empresas em sua origem, hoje bem conhecidas e extremamente valiosas¹.

O mesmo pode ser aplicado à filantropia. Um filantropo que financie dez organizações poderia ver algumas falharem, por terem capacidade limitada e desempenho insatisfatório, e duas ou três continuarem operando, com impacto em níveis aceitáveis. Mas algumas expandiriam seu modelo e aumentariam sua eficiência e seu alcance em prol de um desenvolvimento sustentável.

Essa é a lógica da filantropia de risco surgida e desenvolvida nas últimas décadas. Embora o termo seja frequentemente atribuído a John D. Rockefeller III – que em 1969 propôs "uma abordagem aventureira para financiar causas sociais impopulares" (JOHN, 2006) –, o conceito passou a ganhar destaque em abril de 1997, com a publicação de um artigo na Harvard Business Review (LETTS, RYAN e GROSSMAN, 1997).

¹ A analogia com a estratégia de D. Manuel I pode ser ampliada. À frente de suas naus ele colocava navegadores e capitães muito bem treinados e experientes, além de pessoas como Pero Vaz de Caminha para relatar o que estava acontecendo com seus investimentos. Ou seja, avaliava cuidadosamente quem lideraria as expedições, capacitava seus navegadores para mitigar os riscos que seguramente surgiriam durante a empreitada e monitorava os resultados com os escribas a bordo. Se aplicarmos a lógica à filantropia, fica claro o quão importante é a gestão das organizações beneficiárias: elas precisam contar com gestores qualificados que façam o melhor uso dos recursos, estabeleçam processos eficientes, eficazes e efetivos e atendam as metas e os cronogramas estipulados.

O texto especulava por que trilhões de dólares doados nos Estados Unidos não tinham o impacto esperado na mitigação ou na solução dos problemas sociais. A proposta era que as fundações usassem práticas do capital de risco, como gestão de riscos, medição de desempenho, gestão de relacionamentos, análise da duração e do volume do investimento e estratégias de saída. A abordagem proposta foi então chamada de *venture philanthropy*, ou filantropia de risco.

Com o tempo, a filantropia de risco passou a ser colocada em prática, com sucessos significativos (GROSSMAN et al., 2013). Ganhou apoio em Wall Street, no final dos anos 1980 – alguns líderes de empresas de investimento acreditavam que os problemas mais desafiadores dos Estados Unidos poderiam ser enfrentados por ideias e inovações de empreendedores sociais, apoiados por recursos filantrópicos (JOHN e EMERSON, 2015).

Essa abordagem é adotada pela minoria das 76.600 fundações dos EUA, mas trata-se de um grupo que doa anualmente US\$ 46,9 bilhões. O estudo de John e Emerson revela que a filantropia de risco teve enorme impacto no setor sem fins lucrativos, sobretudo na medição de eficiência das organizações. O trabalho identificou os elementos principais que compõem esse segmento e os agrupou em: características da doação, seleção da organização beneficiária e período de investimento.

CARACTERÍSTICAS DA DOAÇÃO

- As doações estimulam a capacitação das organizações. Por vezes, também apoiam o crescimento das instituições e a escala das ações delas.

- Filantropos de risco firmam compromissos de longo prazo (três a cinco anos, às vezes mais) e geralmente doam mais dinheiro do que a média dos filantropos.
- O financiamento contínuo é vinculado a resultados mensuráveis. Há ênfase na medição de resultados e na responsabilização das organizações beneficiárias por alcançarem os resultados estipulados. Isso pode envolver doações condicionadas ao cumprimento de metas fixadas de comum acordo. Para acompanhar essas metas, é necessário incluir medição e avaliação nos acordos.

SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO BENEFICIÁRIA

- É feita uma avaliação apropriada das organizações que podem vir a se beneficiar da doação. Inclui revisão de documentos (estatuto, relatórios anuais, planos de negócio) e análise da capacidade de gestão dos processos de trabalho.
- A escala de impacto é um critério de investimento. Alguns filantropos de risco avaliam a magnitude do impacto potencial de uma organização (por exemplo, número de vidas afetadas); outros consideram o impacto potencial em relação ao tamanho e ao escopo do problema social abordado.

PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO

- Os filantropos de risco podem ter diferentes graus de participação na gestão da organização beneficiária: assento no conselho, apoio direto na construção da capacidade organizacional, estímulo à participação

na comunidade, entre outros. O grau e o tipo de apoio podem ser adaptados de acordo com as necessidades surgidas durante o período de investimento.

- O apoio à gestão geralmente ocorre em programas de treinamento gerencial ou assistência na contratação de pessoal. Na área de risco, entende-se que o sucesso de uma grande ideia requer uma liderança sólida e com conhecimento técnico.
- É preciso ter um plano de saída estratégica. A filantropia de risco se preocupa com a sustentabilidade organizacional desde o início do investimento, criando um plano para que a instituição beneficiária não dependa sempre dos recursos do doador. Esse plano define parâmetros financeiros e técnicos para a sustentabilidade, e inclui também indicações sobre outras fontes de financiamento a serem buscadas (outros filantropos, governo ou iniciativa privada).

A filantropia de risco se tornou uma metodologia que pode ser aplicada em diferentes estágios de uma organização – no início, no desenvolvimento ou em sua fase já consolidada. No entanto, os elementos acima descritos devem ser adaptados ao estágio em que a organização está. Por exemplo, pode-se esperar um menor grau de sucesso em instituições novas do que naquelas estabelecidas há mais tempo (OECD, 2014).

Um obstáculo ao crescimento dessa abordagem, especialmente em países como o Brasil, é a baixa disposição ao risco dos filantropos. Será necessário desenvolver uma cultura de risco no setor ao longo das próximas décadas, valorizando a gestão e a capacidade de mitigar as incertezas.

FILANTROPIA DE RISCO E INVESTIMENTO DE IMPACTO

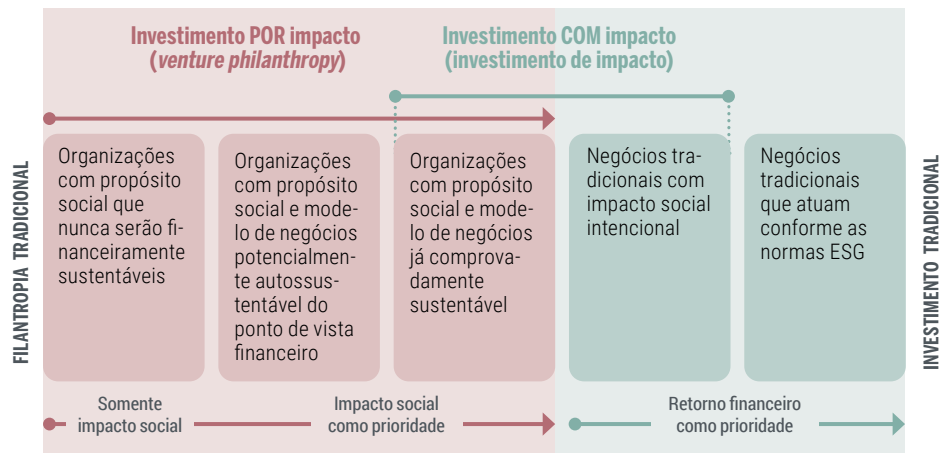
Os conceitos de filantropia de risco e de investimento de impacto vêm sendo confundidos nos últimos anos. Embora possam parecer a mesma coisa, têm diferenças relevantes (HOELSCHER et al., 2010).

Como vimos anteriormente, a filantropia de risco existe há bastante tempo, enquanto o investimento de impacto surgiu em 2007 como uma estratégia "ética" de investimento. Foi introduzido pela Fundação Rockefeller com o sentido de mobilização de "grandes *pools* de capital privado para resolver os problemas mais críticos do mundo, requerendo fontes diferentes de financiamento" (MADSBJERG, 2018).

Algumas organizações que trabalhavam com investimento de impacto passaram a usar os rótulos "filantropia de alto engajamento" ou "filantropia de risco" (LETTIS e RYAN, 2003; MORINO e SHORE, 2004; ARRILLAGA e HOYT, 2005). Assim, investimento de impacto surgiu como se fosse uma forma de filantropia diferenciada, que apoia investimentos de risco econômico. Nesse sentido, aproxima-se da ideia de capital de risco (em que o foco é o resultado financeiro do investimento) e se afasta da filantropia (que não busca ganhos financeiros com os recursos doados).

Para facilitar o entendimento dessa variedade de conceitos, a European Venture Philanthropy Association propôs uma gradação dos tipos de investimento, desde a filantropia tradicional até o capital tradicional, como ilustra a figura a seguir (WAGENBERG et al., 2021).

FIGURA 2
O *continuum* de capital



Note-se que a *venture philanthropy* se situa no campo da filantropia e mira a transformação social. Já o investimento de impacto procura gerar lucro e garimpar recursos filantrópicos para alavancar esse capital de risco.

Há uma distinção crucial aí. A filantropia investe buscando impacto em prol de sua missão – trata-se de um *investimento por impacto*. O capital de risco busca um impacto que compense o capital investido – um *investimento com impacto*. Este, portanto, fortalece ou cria empresas conhecidas como negócios sociais, ou negócios de impacto, que visam obter lucro sobre o capital investido.

De qualquer forma, os vários atores desse *continuum* (filantropos tradicionais, investidores por impacto, investidores com impacto e capitalistas tradicionais) precisam gerir riscos para evitar perdas em doações e investimentos.

A PRESENÇA CADA VEZ MAIOR DE PROBLEMAS COMPLEXOS

David Snowden, teórico da complexidade, diferencia problemas simples, complicados e complexos (SNOWDEN e BOONE, 2007).

Um problema simples pode envolver um plano ambicioso. Por exemplo, construir um hospital não é fácil, mas segue uma lógica bem conhecida por arquitetos, gestores e doadores. Com os conhecimentos necessários, pode-se com segurança prever o custo, o cronograma e o resultado.

Problemas complicados, como o desenvolvimento de uma vacina, exigem várias tentativas até se chegar a uma fórmula eficiente, mas cada tentativa se baseia no conhecimento e na experiência das tentativas anteriores – ou seja, estas, mesmo falhas, fazem o conhecimento científico avançar. E, quando a fórmula para a vacina é descoberta, pode ser repetida com resultados previsíveis.

Problemas complexos, como melhorar a saúde de um determinado grupo ou diminuir a pobreza, mostram-se totalmente diferentes. São dinâmicos, não lineares e contraintuitivos, resultado da interação de múltiplos fatores interdependentes e em constante mudança. A saúde de uma população, por exemplo, é influenciada pelo acesso e pela qualidade dos serviços na área, mas também por aspectos econômicos, sociais, ambientais, nutricionais e hereditários. A interação desses fatores cria uma grande diversidade de causas e efeitos, torna cada caso único – e, portanto, muitas vezes exige intervenções também únicas. Assim, a filantropia pode ter gerado experiências de sucesso, mas nem sempre elas podem ser repetidas de forma confiável com os mesmos resultados.

Logo, os filantropos devem considerar que, embora suas ações possam funcionar bem para casos simples e complicados, enfrentar problemas complexos sempre envolve incertezas. E é nessa situação que devem estabelecer o quanto estão dispostos a correr riscos.

Muitos financiadores apoiam programas de distribuição de material educativo, cestas básicas ou enxovais para recém-nascidos. São ações de pouco ou nenhum risco, que ajudam a aliviar as consequências de problemas sociais – mas não erradicam as causas desses problemas.

Para aumentar o impacto, uma tarefa essencial é o doador se debruçar sobre problemas complexos em busca de elementos que possam ser tratados como complicados e, nestes, identificar aspectos simples. Por exemplo: desenvolver um dispositivo intracraniano para pacientes com Alzheimer, atualmente, é um problema extremamente complexo. Mas há dispositivos que atuam em outras doenças por meio de mecanismos de estimulação ou controle neural – ainda que adaptá-los a pacientes com Alzheimer possa ser algo complicado. Porém, dar bolsas de estudo para neurocientistas, engenheiros e físicos, para que criem um dispositivo, é uma ação simples. Portanto, uma ação simples que influencia um problema complicado, que, por sua vez, contribui para o entendimento de um problema complexo.

Algumas das conquistas mais marcantes da filantropia são soluções para problemas complicados criadas por meio de uma sucessão de avanços científicos, como os esforços da Aaron Diamond Foundation para desenvolver o primeiro tratamento bem-sucedido contra a aids (DESROSIERS, 1997) ou o apoio da Fundação Rockefeller à pesquisa agrícola que impulsionou a "revolução verde",

aumentando exponencialmente a produção de alimentos e salvando bilhões de pessoas da fome (PERKINS, 1990). Intervenções como essas são triunfos da filantropia estratégica, salvaram muitas vidas e fizeram diferença substancial no combate a problemas complexos como doenças ou fome, mas não resolvem as causas fundamentais.

Para resolvê-las, os filantropos precisam se dedicar a modelos apropriados a realidades e circunstâncias complexas. E, ao fazer isso, devem lidar com riscos crescentes: identificá-los, entendê-los, reduzi-los ou eliminá-los por meio da gestão de risco – como veremos mais detidamente no próximo capítulo.

FILANTROPIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA

A doação feita por indivíduos ou fundações privadas para o desenvolvimento de pesquisas em ciência faz parte da filantropia científica. É uma área ainda muito subestimada pelos filantropos brasileiros, em contraste com o que ocorre em países como Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Inglaterra, onde doações de ex-alunos ou empresários são essenciais para manter e desenvolver as atividades universitárias e dos centros de pesquisa. Em Harvard, por exemplo, cerca de 35% do orçamento vem de fundos alimentados por doadores – cenário semelhante ao de outros centros norte-americanos, públicos e privados.

No Brasil é diferente, como se sabe. Isso se deve a diversos fatores: o processo de criação das universidades, a ideia de que a universidade pública deveria ser financiada só com dinheiro público, um sistema tributário que inibe o crescimento da filantropia e a ausência de uma cultura de doação entre os que frequentaram essas instituições

públicas de ensino. Vamos nos deter um pouco sobre cada um deles.

Nossas universidades foram criadas a partir dos anos 1920, com o protagonismo do governo e a missão de institucionalizar o ensino superior, até então desregulamentado e disperso em um punhado de escolas isoladas, algumas formadas durante o período imperial. Com exceção da USP (fundada em 1934), não se aceitava pesquisa. Até o final do Estado Novo, talvez um pouco mais, “os docentes que tinham vocação para a pesquisa a exerciam em institutos (paralelamente ao trabalho na universidade) ou mesmo em casa, quando tinham bens de família que permitissem essa opção” (GUIMARÃES, 2002).

Na maioria dos casos, a pesquisa na universidade começou pela pós-graduação, a partir de meados dos anos 1960, e se consolidou apenas no final da década de 70, por ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A pós-graduação recebeu apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Capes vinculou a pesquisa às universidades, por meio de políticas de fomento e modelos de avaliação de cursos – o que influenciou a criação de estruturas nas universidades para dialogar com a Capes, como as pró-reitorias de pós-graduação e as câmaras de pós-graduação nos conselhos superiores.

No entanto, paralelamente formaram-se também políticas de fomento à pesquisa que dialogam mais com o pesquisador do que com a instituição – por meio do CNPq, no início da década de 50, da Fapesp (criada em 1962) e da Finep (criada em 1971). Essa foi a tradição que acabou prevalecendo. Para Guimarães (2002), isso ocorreu porque

era o modelo mais comum internacionalmente e o mais funcional para o Brasil na época: “A tradição universitária brasileira, sem ter a pesquisa como uma de suas missões fundadoras, não teria condições de gerir os poucos recursos para a pesquisa com competência, em particular num quadro em que os recursos a ela destinados eram também escassos e irregulares. Ao lado de indiscutíveis conquistas, esse modelo de fomento não estimulou a institucionalização da pesquisa.” (GUIMARÃES, 2002).

Como se depreende da evolução histórica, a participação filantrópica no financiamento de pesquisa nunca foi incentivada. As universidades públicas, em especial as federais (mas também as estaduais), são muito importantes no Brasil. O fato de serem públicas tem levado ao entendimento de que é dever do Estado (e só dele) mantê-las e desenvolvê-las. Em geral, qualquer recurso do setor privado, lucrativo ou não, é combatido por lideranças docentes e discentes, mesmo em períodos de crise econômica, quando há cortes na verba de investimento e custeio para ensino e pesquisa.

O próprio Estado não incentiva doações. No Brasil, a doação de pessoa física pode resultar em abatimento de no máximo 8% para pessoas físicas. Nos Estados Unidos, em contraposição, o percentual é de 50% a 60%. Lá há ainda um pesado imposto sobre herança, que não incide sobre recursos doados em vida – se uma família administrar o patrimônio através de uma fundação, não paga impostos sobre o fundo criado. Não é de surpreender, portanto, que as instituições norte-americanas de ensino superior tenham angariado, em 2018, US\$ 43,6 bilhões em fundos patrimoniais filantrópicos, segundo o Council for Aid to Education. Um levantamento da Associação Nacional de Diretores de Negócios de

Faculdades e Universidades (Nacubo) indica que, em dezembro de 2021, os fundos patrimoniais (ou de *endowment*) sob gestão de todas as 720 faculdades e universidades dos EUA acumulavam aproximadamente US\$ 821 bilhões (NACUBO, 2023).

No Brasil, ao histórico vinculado ao setor público, ao repúdio à participação privada e ao desincentivo estatal à filantropia soma-se uma cultura de doação voltada sobretudo ao assistencialismo caritativo, não ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

Em termos gerais, os dois financiadores canônicos da área (setor público e setor privado) têm claros (mas distintos) incentivos para contribuir com a pesquisa universitária – incentivos que podem e devem atuar de maneira complementar.

Os orçamentos públicos são forjados em ambientes extremamente regulados e pouco flexíveis. O recurso privado atua de maneira mais livre (e ágil), o que vale tanto para empresas (via doações ou contratos de serviços de pesquisa para inovações tecnológicas) quanto para instituições filantrópicas, como se apreende da experiência de outros países.

Assim, estamos ainda longe de ter exemplos de filantropos de risco com a mentalidade, por exemplo, de Paul Allen, cofundador da Microsoft, e Nathan Myhrvold, ex-diretor de tecnologia (CTO) da empresa. Ambos doaram mais de US\$ 30 milhões para desenvolvimento de um telescópio no Observatório Hat Creek (DALTON, 2000), como parte de um projeto para procurar sinais de civilizações em outras partes da galáxia. Por que fizeram isso? Eis a justificativa de Myhrvold (MYHRVOLD, 2000):

"Embora estimativas científicas digam que a probabilidade de existir vida inteligente em outras partes do universo é bastante alta, há grande incerteza e alguma controvérsia nesse cálculo. Uma coisa, entretanto, não se discute: se não continuarmos apoiando projetos como o Allen Telescope Array, nossas chances de descoberta continuarão sendo zero. Embora seja impossível prever exatamente o que vamos encontrar com uma nova ferramenta científica, devemos lembrar que a ciência não se limita aos resultados esperados: todo o processo gera conhecimentos, descobertas e aprendizados aos pesquisadores. Não se perde recurso apoiando a ciência."

(MYHRVOLD, 2000)

A relação entre filantropia e desenvolvimento da ciência será mais explorada no capítulo IV, a partir da busca da vacina contra a Covid-19.

PARA CONCLUIR, ALGUNS EXEMPLOS

Algumas iniciativas vêm conseguindo fazer o que a filantropia de risco tem de melhor: investir em projetos sociais ou ambientais inovadores, que tenham potencial para gerar mudanças significativas na sociedade, mas que embutem alto risco de fracasso ou grandes incertezas. Alguns exemplos:

- Breakthrough Energy Ventures: Uma iniciativa lançada por Bill Gates e outros bilionários para investir em tecnologias de energia limpa ainda incipientes, mas com potencial de reduzir as emissões de carbono.
- The Skoll Foundation: Uma fundação que apoia empreendedores sociais e organizações sem fins

lucrativos em várias partes do mundo, com foco em projetos inovadores que têm chance de gerar mudanças significativas.

- The Chan Zuckerberg Initiative: Lançada por Mark Zuckerberg e sua esposa, Priscilla Chan, é direcionada a projetos pioneiros de educação, ciência e justiça social.
- The MacArthur Foundation: A fundação apoia pesquisa e inovação em várias partes do planeta, com foco em áreas como mudanças climáticas, direitos humanos e justiça criminal. Muitas vezes investe em projetos que apresentam alto risco de fracasso, mas com potencial para gerar impacto transformacional.

Iniciativas como essas são importantes para apoiar projetos inovadores. Caracterizam-se por gerir riscos de acordo com algumas práticas:

- Identificar e avaliar os riscos: Isso deve ser feito antes de investir em um projeto social ou inovador. Inclui avaliar se há: conhecimento suficiente, tecnologia disponível para atingir os objetivos, pessoal capacitado e recursos financeiros suficientes. Se houver outros parceiros, os compromissos com eles já foram firmados?
- Definir uma estratégia de gestão de risco: É importante que a estratégia seja clara. Isso pode incluir definição da disposição ao risco e criação de um plano de contingência ou de saída (caso o projeto não atinja seus objetivos).
- Estabelecer métricas para acompanhamento: As métricas precisam ser claras e realistas, de modo que a

organização monitore o progresso do projeto ao longo do tempo.

De qualquer modo, como já dito, o risco é intrínseco à filantropia. Toda ação na área envolve algum grau de incerteza e imprevisibilidade (portanto, algum grau de flexibilidade para adaptar a estratégia conforme o projeto estiver sendo implantado). O importante é definir qual nível de risco a organização está disposta a correr. Para isso, há que se considerar:

- Missão: Uma organização dedicada a resolver grandes desafios sociais pode estar mais disposta a assumir riscos do que uma que se concentra em projetos de resultados mais previsíveis.
- Recursos disponíveis: Uma organização com recursos limitados pode preferir investir em projetos menos ariscados, ao contrário de uma organização mais rica.
- Histórico de sucesso: Uma organização com histórico bem-sucedido de investimentos em projetos de alto risco pode estar mais disposta a assumir riscos maiores.
- Impacto desejado: Se a organização busca impacto profundo em um problema social complexo, pode estar disposta a assumir riscos maiores para alcançar esse objetivo.
- Nível de governança e prestação de contas: É preciso ter uma boa governança e prestar contas adequadamente, para garantir que os investimentos sejam feitos de forma responsável e com transparência.

Referências

ALPERT, A., EVANS, W. N., LIEBER, E. M. e POWELL, D. (2022). Origins of the opioid crisis and its enduring impacts. **The Quarterly Journal of Economics**, 137(2), 1139-1179).

ARISTÓTELES (2009). **Ética a Nicômaco**. Trad. do grego de Antônio de Castro Caeiro, São Paulo: Atlas, pp. 103 - 127

ARRILLAGA, L. e HOYT, D. (2005). **2004 Venture Philanthropy Summit Overview** (Case SI-73).

BRILLIANT, E. L. (2001). **Private Charity and Public Inquiry: A History of the Filer and Peterson Commissions**. Indiana University Press.

BRINK, A. (2009): Corporate Philanthropy aus strategischer Sicht, in: **Die Unternehmung**, Jg. 63/ Nr. 2, 75-100.

THE COMMONS. (2017). **Risk Management for Philanthropy: A Toolkit**. Washington, DC: Open Road Alliance. Disponível em https://openroadalliance.org/wp-content/uploads/2017/01/Open_Road_Risk_Toolkit_01.2017.pdf. Acessado em 20 de novembro de 2022.

DALTON, R. Microsoft moguls back search for ET intelligence. **Nature** 406, 551 (2000). Disponível em <https://doi.org/10.1038/35020722>. Acessado em 20 de novembro de 2022.

DESROSIERS, R. C. (1997). Approaches to AIDS Research. **Science**, 275(5296), 11-14.

DUGAN, S. (2020). **Not Taking Risk is the Biggest Risk of All**. Dugan & O'Sullivan

FRUMKIN, P. (2006): **Strategic Giving: The Art and Science of Philanthropy**, Chicago.

GROSSMAN, A., APPLEBY, S. e REIMERS, C. (2013). Venture Philanthropy: Its Evolution and Its Future. **Harvard Business School**, 9, 1-25.

GUIMARÃES, R. (2002). Pesquisa no Brasil: a reforma tardia. **São Paulo em Perspectiva**, 16, 41-47.

HOELSCHER, P., EBERMANN, T. e SCHLÜTER, A. (2010): **Venture Philanthropy in Theorie und Praxis, Stuttgart**: Lucius & Lucius.

HÖFFE, O. (1989): Schulden die Menschen einander Verantwortung? Skizze einer fundamentalethischen Legitimation, in: LAMPE, E.-J. (Hrsg.): **Verantwortlichkeit und Recht, Opladen**, 13-35.

ILLINGWORTH, P., POGGE, T. e WENAR, L. (Eds.). (2011). **Giving Well: The Ethics of Philanthropy**. Oxford University Press.

JOHN, R. (2006). **Venture Philanthropy: The Evolution of High Engagement Philanthropy in Europe**. Oxford: Oxford Said Business School.

JOHN, R. e EMERSON, J. (2015). Venture Philanthropy: Development, Evolution, and Scaling Around the World. In NICHOLLS, A, PATON, R e EMERSON, J. **Social Finance** (p. 26). Oxford University Press.

KRIMPHOVE, P. (2010): **Philanthropen im Aufbruch**, Wien: Sigmund Freud University Press.

LETTS, C. W., RYAN, W. e GROSSMAN, A. (1997). Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists. **Harvard Business Review**, 75(2), 36-48.

LETTS, C. e RYAN, W. P. (2003). Filling the Performance Gap: High-Engagement Philanthropy. **Stanford Social Innovation Review**, 1(1), 26-33.

LIVERMORE, H. (1971). **The Reign of the Fortunate King, 1495-1521**. Duke University Press

MADSBJERG, S. (2018). **Bringing Scale to the Impact Investing Industry**. The Rockefeller Foundation Blog. Disponível em <https://www.rockefellerfoundation.org/blog/bringing-scale-impact-investing-industry>. Acessado em 20 de novembro de 2022.

MCGREGOR, A., BURNS, D., WALDMAN, L., WATSON, N. e WILLIAMSON, R. (2012). **The Bellagio Initiative: the future of philanthropy and development in the pursuit of human wellbeing**. Brighton, UK: Institute of Development Studies.

MICHAELS, L. e RODIN, J. (2017). Embracing Philanthropy's Risky Business. **Stanford Social Innovation Review**, 15(3), A4-A9. Disponível em <https://doi.org/10.48558/00HJ-HN91>. Acessado em 27 de novembro de 2022.

MILDENBERGER, G., MÜNSCHER, R. e SCHMITZ, B. (2012). Dimensionen der Bewertung gemeinnütziger Organisationen und Aktivitäten. In: ANHEIER, H., SCHRÖER, A., THEN, V. (eds) **Soziale Investitionen**. VS Verlag für Sozialwissenschaften.

MORINO, M. e SHORE, B. (2004). **High-Engagement Philanthropy: A Bridge to a More Effective Social Sector**. Retrieved August 4, 2012.

MYHRVOLD, N. UC **Berkeley Campus News** (2000). Disponível em: https://newsarchive.berkeley.edu/news/features/2000/08/01_seti.html. Acessado em 28 de junho de 2023.

NACUBO (2023). **2021 NACUBO-TIAA Study of Endowments**. Disponível em: <https://www.nacubo.org/Research/2021/NACUBO-TIAA-Study-of-Endowments>. Acessado em 26 de novembro de 2022.

OECD (2014), **Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges and Lessons in the Search for Greater Impact**. OECD Development Centre, Paris.

OPEN ROAD ALLIANCE (2016). **Contingency Funding in Philanthropy: Open Road Alliance Survey Full Report 2016**. Washington, DC: Author. Disponível em: <http://openroadalliance.org/resource/riskphilanthropy-funders-dont-ask-non-profits-dont-tell2015-survey-report/>. Acessado em 20 de novembro de 2022.

OPEN ROAD ALLIANCE (2017). **Navegating Risk in Impact Focusing Philanthropy**. Disponível em: <http://openroadalliance.org/resource/navegating-risk-in-impact-focusing-philanthropy/>. Acessado em 28 de junho de 2023.

OPEN ROAD ALLIANCE (2018). **Contingency Funding in Philanthropy**. Assessment: Combined Results for Foundation & Nonprofit Organizations. Survey Databook.

OSILI, U. (2010). **The 2010 Study of High-Net-Worth Philanthropy: Issues Driving Charitable Activities Among Wealthy Households**. Bank of America Study of High Net Worth Philanthropy Research Series.

OSTRANDER, S. (2007): The Growth of Donor Control: Revisiting the Social Relations of Philanthropy.: **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, Vol. 36/ No. 2, 356-372.

OSTRANDER, S. A., SILVER, I. e MCCARTHY, D. (2005). **Mobilizing Money Strategically: Opportunities for Grantees to Be Active Agents in Social Movement Philanthropy**. Foundations for Social Change: Critical Perspectives in Philanthropy and Popular Movements, 271-289.

PERKINS, J.H. The Rockefeller Foundation and the Green Revolution, 1941–1956. **Agric Hum Values** 7, 6–18 (1990). Disponível em <https://doi.org/10.1007/BF01557305>. Acessado em 28 de novembro de 2022.

RAMPINI, G. H. S., TAKIA, H. e BERSSANETI, F. T. (2019). Critical Success Factors of Risk Management with the Advent of ISO 31000 2018-Descriptive and Content Analyzes. **Procedia Manufacturing**, 39, 894-903.

SNOWDEN, D. J. e BOONE, M. E. (2007). A Leader's Framework for Decision Making. **Harvard Business Review**, 85(11), 68.

SINGER, P. (1972): Famine, Affluence and Morality, in: **Philosophy & Public Affairs**, Vol. 1, 229-243.

SOUTHERN AFRICA DOCUMENTATION AND COOPERATION CENTRE (SADOC) (2007). 'Brain Drain' in health system continues unabated, online. Cited von Schnurbein, G. (2014). The risks of being a philanthropist: A risk-ethical analysis of philanthropy (No. 2). **CEPS Working Paper Series**.

SPRECHER, T. e VON SALIS-LÜTOLF, U. (1999): **Die schweizerische Stiftung**. Zürich: Schulthess-Verlag.

STAUBER, K. N. (2001): Mission-Driven Philanthropy: What Do We Want to Accomplish and How Do We Do It? in: **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, Vol. 30, No. 2, 393-399.

THOMSON, J. J. (1985): Imposing Risks, in: Gibson, M. (Ed.). **To Breathe Freely. Risk, Consent, and Air**. Totowa, Rowman & Allanheld, 124-140.

US DEPARTMENT OF JUSTICE (2020). US Justice Department Announces Global Resolution of Criminal and Civil Investigations with Opioid Manufacturer Purdue Pharma and Civil Settlement with Members of the Sackler Family. Office of Public Affairs. Disponível em <https://www.justice.gov/opa/pr/justice-department-announces-global-resolution-criminal-and-civil-investigations-opioid>. Acessado em 24 de julho de 2023.

VON SCHNURBEIN, G. (2014). **The Risks of Being a Philanthropist: A Riskethical Analysis of Philanthropy**, CEPS Working Paper Series, No. 2, University of Basel, Center for Philanthropy Studies (CEPS), Basel.

VON SCHNURBEIN, G. e TIMMER, K. (2010). **Die Förderstiftung: Strategie, Führung, Management**. Helbing Lichtenhahn.

WAGENBERG, A et al (2021). **Investimento Social e Impacto. Latimpacto**.

WEISS, C.H. 1995. Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families. In: **New Approaches to Evaluating Community Initiatives: Concepts, Methods, and Contexts**, ed. James Connell et al. Washington, DC: Aspen Institute.

WAXMAN, L. H. (2006). **WK Kellogg**. Lerner Publications.

WUFFLI, P. e KIRCHSCHLÄGER, A. (2010). Ethisch fundierte, unternehmerische Philanthropie. In **Management-eine gesellschaftliche Aufgabe** (pp. 213-249). Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG.

03

Filantropia de risco e desenvolvimento sustentável



“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, possibilita que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”

RELATÓRIO BRUNDTLAND

INTRODUÇÃO

A palavra “desenvolvimento” não se refere a um único fenômeno, nem significa um processo generalizado de mudança social. Todas as sociedades, tanto rurais quanto urbanas, sempre estão passando por transformações que afetam, por exemplo, normas e valores, atitudes dos cidadãos, instituições e marcos legais, instrumentos de produção e consumo. É algo contínuo, permanente.

Algumas teorias explicam esse processo ora como evolução, ora como adaptação cultural ou mesmo como meio para resolver interesses conflitantes. No Ocidente, desde as civilizações greco-romanas até o final do século XIX o termo “desenvolvimento” foi usado para designar aspectos diversos relacionados ao bem-estar da humanidade.

Para os propósitos deste estudo, adotou-se como recorte temporal o período a partir do Iluminismo do século XVII, conforme proposto por Soares Jr e Quintella (2008). No final daquele século, a ideia predominante de

desenvolvimento estava atrelada à dependência de recursos naturais – que, por serem limitados, limitariam o próprio desenvolvimento. Posteriormente, Condorcet (1993) e Kant (2005) encarariam o desenvolvimento como alinhado ao conceito potencialmente infinito de progresso. Nas obras desses autores, é possível notar certa proximidade com o pensamento agostiniano, que concebe a história como uma totalidade, uma marcha firme da civilização, um processo contínuo, ainda que inconstante e não linear, em busca de um bem-estar comum (SOARES JR, 2015).

Coronel e Da Silva (2009) mesclam elementos da epistemologia do desenvolvimento sustentável com os pressupostos filosóficos kantianos para chegar à ideia central de que, sem desenvolvimento sustentável, as futuras gerações não poderão viver numa sociedade habitável – ou seja, num planeta sustentável do ponto de vista econômico, social, político e cultural. Esses autores entendem que a sociedade deveria tomar o desenvolvimento sustentável como lei universal, aos moldes do imperativo categórico kantiano¹.

O desenvolvimento chega ao século XX com um papel cada vez mais importante na busca de bem-estar. Torna-se obrigação universal buscar o desenvolvimento, entendido como “uma evolução constante, baseada na crença na perfectibilidade humana e motivada pela busca incessante do bem-estar” (RIST, 2001).

¹ Em Kant, o imperativo categórico é ideia central para analisar o que motiva a ação humana e compreender a moral e a ética (MALISHEV, 2014), ou seja, é a forma como cada indivíduo age com base em princípios que gostaria que fossem aplicados e que deveriam se tornar uma lei universal (SANTOS e SOUZA, 2017).

Este capítulo fará uma breve revisão histórica do desenvolvimento, com atenção especial à segunda metade do século XX, quando o tema começou a ser discutido de forma sistemática em diferentes fóruns e por diferentes correntes de pensamento, culminando no conceito contemporâneo de desenvolvimento sustentável.

Como veremos, o desenvolvimento sustentável embute uma visão mais holística e conectada dos problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais. Portanto, exige novos conceitos e conhecimentos, novas práticas e informações, novos recursos humanos e financeiros. Exige também envolvimento do setor público, do setor privado lucrativo, de organizações da sociedade civil, de organizações científicas e profissionais – em suma, de todos os cidadãos. Dos investidores e filantropos, particularmente, requer comprometimento com uma visão estratégica capaz de identificar, mitigar e avaliar riscos mais complexos.

BREVE REVISÃO CONCEITUAL

No século XVIII, Condorcet lançou as bases do pensamento que predominaria especialmente na Europa, até a segunda metade do século XX. Ele acreditava que a história é marcada por estágios progressivos de desenvolvimento, ainda que não lineares: as etapas posteriores seriam, em geral, superiores às que lhes antecederam (CONDORCET, 1993). A civilização, por exemplo, representaria um estágio superior à barbárie.

Em concepção parecida, Rostow (1971) recorreu à ideia de darwinismo social para descrever o desenvolvimento como um processo evolutivo com diferentes etapas: as

sociedades humanas sairiam de um modelo rudimentar e progrediriam para o estágio da civilização ocidental, considerado único e universal, baseado na industrialização e no consumo de bens e serviços.

Esse modelo recebeu diversas críticas. A Comissão Sul (THE SOUTH COMMISSION, 1990), por exemplo, entende o desenvolvimento como “um processo que liberta a população do medo e da exploração”. Talvez a crítica de maior impacto tenha sido uma institucional, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): o desenvolvimento é visto como um processo de “expandir o leque de escolhas da população”, de forma democrática e participativa, com acesso à renda, a liberdades econômicas e políticas (PNUD, 1991).

Grosso modo, é possível identificar três correntes de pensamento sobre o tema, resumidas a seguir.

DESENVOLVIMENTO COMO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Esta escola muito deve a Schumpeter (1989), que encarava o desenvolvimento como evolução, desdobramento, revelação e inovação. Para essa corrente, não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento: as teorias econômicas são suficientes, pois a economia é uma disciplina a-histórica e universalmente válida. Como descreve Veiga (2005), “os fundamentalistas de mercado consideram implicitamente o desenvolvimento como algo redundante. O desenvolvimento viria como uma consequência natural do crescimento econômico”. Assim, políticas de crescimento econômico seriam suficientes para combater a pobreza e promover o desenvolvimento social. Os autores dessa escola sustentam que,

com a urbanização das sociedades, boa parte do bem-estar está associada ao aumento da renda, que permite às pessoas adquirir bens e serviços no mercado, melhorando sua qualidade de vida.

Essa perspectiva teve forte influência dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, quando os norte-americanos se disseram dispostos a ampliar a ajuda a algumas nações latino-americanas. O então presidente Harry Truman (1945-1953) expressou essa intenção em um discurso de 1949. Nele, afirmou que o “avanço técnico, científico e o grande progresso industrial” poderiam ser compartilhados com “povos amantes da paz”, visando a melhoria das condições de vida.

A estratégia de Truman baseava-se no sucesso do Plano Marshall, um programa de ajuda dos EUA para reconstruir economicamente os países da Europa Ocidental destruídos ou afetados pela Segunda Guerra (DELONG e EICHENGREEN, 1991). Entre 1947 e 1951, o plano aplicou US\$ 18 bilhões na reconstrução de edificações e indústrias, importação de alimentos e mercadorias industrializadas, bem como no financiamento da agricultura. Outros objetivos eram contrapor-se à então União Soviética e deter o avanço dos partidos comunistas na Europa (em especial na França e na Itália). Para isso, os capitalistas dos EUA e da Europa Ocidental apostavam na recuperação econômica, na melhoria dos níveis de consumo e na criação de uma estrutura estatal robusta de serviços de saúde, educação e emprego, por exemplo.

Portanto, por um lado o Plano Marshall contribuiu para criar as bases do Estado de Bem-Estar Social, que prevaleceu até a década de 1970. Por outro, acelerou a transna-

cionalização do capitalismo ocidental. Assim, o tema do desenvolvimento englobou novas formas e atores. Em dezembro de 1964, a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) impulsionou a influência dos países então conhecidos como desenvolvidos.

DESENVOLVIMENTO COMO FICÇÃO

Aristóteles distingue três tipos de conhecimento: o científico, o provável e o ficcional (ARISTÓTELES, 2005). Em geral, o último não é classificado como forma de conhecimento – fica-se restrito ao enunciado científico ou à opinião. Alguns autores consideram o desenvolvimento sustentável uma ficção e, portanto, algo inalcançável (MARTENS, 2006). Essa corrente de pensamento defende que o desenvolvimento não pode ser reduzido a uma questão econômica, quantitativa. Antes, deve ser compreendido nos processos histórico-culturais, em que o progresso social não é linear, especialmente se for levada em conta a possibilidade limitada (ou quase inexistente) de países periféricos virem a ter vez, voz e capital na hierarquia capitalista mundial.

No que diz respeito ao uso do termo “desenvolvimento”, alguns críticos concordam que imaginá-lo como uma representação aproximada do crescimento econômico não é apropriado, pois esse raciocínio conecta um fenômeno natural a um fenômeno social de forma simplista. Rist (2001) diz que a aplicação do darwinismo ao desenvolvimento, em vez de facilitar a compreensão do fenômeno, transforma-o numa metáfora que o obscurece, naturalizando a história. Seria como se cada comunidade ou aldeia estivesse destinada a se tornar uma grande cidade,

ou se cada espécie animal fosse destinada a se transformar em outra que apresente maior sucesso evolutivo.

Para Furtado (1974), trata-se mais do que se uma simplificação. Ele e outros economistas defendiam que países dependentes seriam sempre subdesenvolvidos: "a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é difícil de conceber, no contexto da dependência". O célebre pensador brasileiro dizia que, isolado, o crescimento econômico tenta preservar os privilégios das elites para satisfazer seu entusiasmo pela modernização. Dessa forma, o desenvolvimento é um mito: "a renúncia à ideia de desenvolvimento se deve ao fato de ter funcionado como uma armadilha ideológica inventada para perpetuar relações assimétricas entre as minorias dominantes e as majorias dominadas nos países e entre eles" (VEIGA, 2005).

Embora o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido amplamente disseminado e de certa forma aceito globalmente pela comunidade científica, empresarial e governamental, há entre os céticos aqueles que questionam todo o conceito, classificando-o como uma ficção. Num artigo para a revista *Environmental Conservation*, Dovers e Handmer chegam a apontar oito contradições "óbvias" na ideia de desenvolvimento sustentável. "A aparente facilidade com que essas contradições são encontradas permite entender que dentro de cada uma existem muitos níveis e tensões" (DOVERS e HANDMER, 1993). No centro da crítica está a sensação de que a discussão até agora tem sido basicamente retórica – e não uma tentativa honesta de lidar com fatos e números que mostram que as sociedades estão se afastando do desenvolvimento sustentável e, de modo concomitante e contraditório, trabalhando na

busca de soluções. Os autores veem um conjunto de fatores possivelmente insuperáveis: grandes contradições dentro do movimento, enormes problemas ambientais e de desenvolvimento e obstáculos culturais e políticos intransponíveis.

Temple (1992) questiona o próprio uso da expressão desenvolvimento sustentável. Para ele, "sustentável" tem servido para adjetivar inúmeros termos (economia, crescimento, sociedade, agricultura, ecologia...), como se isso os tornasse facilmente compreensíveis. Não torna. Dizer que algo é "sustentável" é diferente de dizer que uma casa, a capa de um livro ou um carro é azul. O adjetivo "azul" se refere a uma cor conhecida. "Sustentável", por sua vez, não remete a nenhuma característica comum, compartilhada por diferentes áreas da sociedade. Usada excessivamente, a palavra passou a significar muito e nada ao mesmo tempo. O movimento do desenvolvimento sustentável acabou virando mais abstrato do que concreto. Um mito, uma ficção.

A ROTA "ALTERNATIVA"

Nas distintas abordagens, há três princípios básicos comuns ao conceito de desenvolvimento: eficiência, equidade e liberdade (BIASOTO et al., 2006; RAMOS et al., 2020). Cada um desses princípios está associado a um plano específico: a eficiência está ligada à economia, a equidade à dimensão social e a liberdade, a um propósito político. Para integrá-los, seria necessário recorrer a um novo paradigma, a novas categorias analíticas.

Uma das contribuições para uma rota alternativa veio com a criação do Clube de Roma, em 1968 (CLUB OF

ROME, 1968). Ele reuniu profissionais de diversos países – cientistas, tecnocratas e políticos – com o objetivo de buscar soluções para vários problemas mundiais. Em 1972, o grupo publicou um relatório intitulado *Limites do Crescimento*, que reconheceu a finitude dos recursos naturais e a gravidade dos problemas que já devastavam o meio ambiente e ameaçavam a sobrevivência humana (MEADOWS et al., 1972). É impossível, argumentava a publicação, a população e a produção crescerem de modo infinito em um planeta de recursos finitos. Seus princípios básicos ecoavam as preocupações levantadas por Malthus no século XIX sobre a inviabilidade da expansão perpétua (MALTHUS, 1986). As ideias ganharam reconhecimento não apenas em círculos ambientais e acadêmicos, mas também em níveis mais altos de tomada de decisão, como fóruns internacionais, regionais e nacionais (BEHRENS III, 1972). Dois momentos em particular devem ser destacados: a criação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987) e a Cúpula da Terra, mais conhecida como Rio-92.

Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Os trabalhos dessa comissão resultaram, em 1987, num relatório intitulado *Nosso futuro comum* – ou relatório Brundtland, por ter sido coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (VISSER, 2017).

Nele é que consta a consagrada definição de desenvolvimento sustentável, em parte adiantada na epígrafe deste capítulo:

“O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção de investimentos, a orientação de desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são conciliados e reforçam o potencial presente e futuro, para atender (...) às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.”

(BECKER, 1993, P. 49)

O texto, crucial para disseminar a ideia de desenvolvimento sustentável, apontava que a pobreza dos países do Terceiro Mundo e o consumo excessivo nos países do Primeiro Mundo impediam um desenvolvimento igualitário e produziam graves crises ambientais e sociais (BRUNDTLAND, G. e COMUM, N. F., 1987). Também trazia dados sobre aquecimento global, chuvas ácidas e destruição da camada de ozônio, sugerindo à Assembleia Geral da Nações Unidas realizar uma conferência internacional para avaliar esses e outros grandes impactos ambientais, como perda da biodiversidade e desastres ecológicos causados por atividades industriais. O relatório apresentou ainda a primeira tentativa de fixar metas a serem seguidas por todas as nações, de forma a evitar danos ambientais e desequilíbrio climático.

O documento foi bem aceito tanto pelos países desenvolvidos quanto pelos em desenvolvimento, pois, diferentemente de trabalhos anteriores, assumia uma postura relativamente neutra: não culpava nem o crescimento econômico nem a industrialização pela destruição da natureza, mas estabelecia limites para o controle da degradação ambiental e estimulava a superação da pobreza através de desenvolvimento.

A Rio-92

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – também chamada de Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92 – reforçou a importância do desenvolvimento sustentável na agenda política internacional. Ela inseriu a preservação ambiental e o uso racional de recursos naturais como imperativos na resolução de problemas de crescimento social e econômico. Embora em meio a conflitos de interesse, foi elaborado um programa de ação de longo prazo, com grande potencial de impacto: a Agenda 21, que lançou algumas bases para um novo conceito de desenvolvimento sustentável (SULLIVAN et al., 2019).

Um dos desdobramentos da Rio-92 foi a realização, em 1994, da Conference and Workshop on Indicators of Sustainability (CWIS). Segundo Hart (1994), embora já existissem metodologias para medir sustentabilidade, a conferência deu contribuição relevante ao reconhecer a existência de diferentes definições de sustentabilidade e a necessidade de criar metodologia adequada para identificar indicadores capazes de serem aplicados de maneira eficaz em situações diversas e passíveis de incorporar os interesses governamentais e privados sobre o tema (HENS e DE WIT, 2003).

SENTIDO CONTEMPORÂNEO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A intensificação da globalização, acompanhada pela extraordinária expansão da sociedade da informação e do conhecimento (CASTELLS, 2000), acrescentou complexidade às discussões sobre desenvolvimento sustentável, em especial sobre a desigualdade entre nações e dentro das nações. Ainda assim, a definição do relatório

Brundtland manteve-se como marco teórico inspirador (MATOS, 1997). É nesse contexto que o tema surge como alternativa desejável e possível para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais, como argumenta Sachs (2004).

O desenvolvimento sustentável busca conciliar a maximização da produção econômica com minimização dos impactos sociais (reduzindo o sofrimento humano atual e futuro) e dos efeitos ecológicos sobre a biosfera (WACKERNAGEL e REES, 1996). Nessa perspectiva, Sachs (2004) estabeleceu alguns princípios básicos da nova visão de desenvolvimento: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; preparação de um sistema social que garanta o emprego, a segurança social e o respeito às outras culturas; e programas de educação para o desenvolvimento sustentável. Camino e Müller (1993) propõem um escopo ainda mais amplo e incluem: justiça social, viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, democracia, solidariedade e ética.

Embora haja pontos de divergência² entre as definições adotadas pelos vários autores, também existem convergências. Uma delas é a inclusão do conceito de bem-estar, seja humano ou do ecossistema (HODGE et al., 1995; IMBACH et al., 1997; PRESCOTT-ALLEN, 1997, 2001). Como as pessoas fazem parte do ecossistema, o

² Veiga (2005) divide os autores em três grupos: 1) Aqueles que acreditam que as teorias econômicas poderiam ser aperfeiçoadas para responder ao problema ambiental; 2) Aqueles que acreditam ser possível conciliar crescimento econômico e conservação ambiental e 3) Os que estudam as complementaridades entre crescimento e desenvolvimento.

bem-estar do meio ambiente não faz sentido sem dimensões humanas (políticas, econômicas e sociais), e o bem-estar da humanidade não pode ser dissociado do meio ambiente.

Dependendo da concepção, o termo bem-estar está mais ligado à dimensão econômica, ao desenvolvimento humano, à qualidade de vida ou à felicidade. Os três primeiros foram muito estudados, a ponto de resultarem em indicadores bem aceitos em várias partes do mundo: renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Qualidade de Vida. O mesmo não ocorre com felicidade.

As diversas definições e interpretações têm outras convergências (GROSSKURTH e ROTMANS, 2005). A primeira é que consideram o fenômeno algo intergeracional – que envolve duas gerações, talvez uma única geração mais recentemente, dado o ritmo acelerado das transformações impulsionadas pela sociedade da informação.

A segunda característica comum é a escala. O desenvolvimento sustentável ocorre em vários níveis: global, regional e local. No entanto, o que pode ser visto como sustentável em nível local nem sempre é sustentável em nível nacional e/ou internacional, e vice-versa.

A terceira característica comum é a presença de ao menos três domínios: o econômico, o ecológico e o sociocultural. Pode-se falar em desenvolvimento sustentável em cada uma dessas áreas, mas a importância do conceito reside precisamente na inter-relação. Embora o desenvolvimento em cada domínio seja justificável e não busque conflito com os outros, na prática os conflitos mútuos são abundantes.

A quarta característica é a incerteza das projeções. Seja qual for a definição que se adote, é preciso projetar as necessidades atuais e as futuras, assim como as maneiras de supri-las. Nenhuma estimativa, porém, será realmente objetiva – sempre haverá incertezas. Dessa forma, o ideal do desenvolvimento sustentável precisa ser interpretado e reinterpretado continuamente.

Ainda que com conceituações distintas, o fato é que o desenvolvimento sustentável se tornou um paradigma para agências internacionais de ajuda, um jargão dos planejadores de desenvolvimento, tema de conferências e trabalhos acadêmicos, bem como slogan de ativistas (UKAGA et al., 2011).

Apesar de sua difusão e popularidade (ou justamente em razão delas), o conceito progressivamente foi sendo visto com desencanto. Surgiram dúvidas que não foram plenamente respondidas (MONTALDO, 2013; SHAHZALAI e HASSAN, 2019). Assim, ainda há o risco de o desenvolvimento sustentável se tornar apenas um clichê, uma expressão da moda à qual todos prestam homenagem, mas que poucos compreendem em profundidade (MENSAH e ENU-KWESI, 2018). Apesar da profusão de estudos, é fundamental buscar um maior esclarecimento das questões obscuras.

Neste livro, embora exponha dúvidas e contradições ainda não resolvidas (sejam semânticas, filosóficas, ou simplesmente ligadas à complexidade do tema), estou considerando sustentável o desenvolvimento contínuo, que não sacrifique a geração futura e que proporcione ou permita o bem-estar da humanidade (bem-estar econômico, social, cultural e político) e do meio ambiente (ecossistema e espaço).

PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Controvérsias à parte, é possível dizer que o conceito repousa fundamentalmente em três pilares: a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade ambiental.

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A sustentabilidade econômica requer um sistema de produção que satisfaça os níveis de consumo atuais sem comprometer as necessidades futuras (LOBO, PIETRIGA e APPERT, 2015). Muitos estudiosos acreditavam que os recursos naturais eram ilimitados e, assim, enfatizavam indevidamente a eficiência do mercado (DU e KANG, 2016): o crescimento econômico seria acompanhado pelo avanço tecnológico, que reporiria os recursos naturais destruídos no processo de produção (COOPER e VARGAS, 2004). No entanto, percebeu-se que muitos dos recursos da natureza são finitos – nem todos podem ser reabastecidos ou renovados. Isso levou muitos acadêmicos a questionar a viabilidade do crescimento e consumo descontrolados (ALLEN e CLOUTH, 2012), pois a vida humana depende de recursos limitados. A sustentabilidade econômica, portanto, exige que também sejam considerados os demais aspectos da sustentabilidade (ZHAI e CHANG, 2019).

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Sustentabilidade ambiental implica capacidade de o meio ambiente permanecer produtivo e resiliente para sustentar a vida humana. Ou seja, capacidade de usar, de modo sustentável, as fontes básicas de insumos para

garantir a vida e o desenvolvimento pleno (GOODLAND e DALY, 1996). Isso significa que os recursos naturais não devem ser consumidos mais rapidamente do que podem ser regenerados, e que os resíduos não devem ser emitidos mais rapidamente do que podem ser assimilados (DIESENDORF, 2000; EVERS, 2018).

No entanto, a busca pelo crescimento econômico desenfreado impôs demandas cada vez maiores, pressionando os limites do planeta. Os resultados são o aquecimento da atmosfera, a elevação dos níveis dos oceanos, o aumento do degelo nos polos e nas cadeias montanhosas de neves “eternas”, uma maior acidificação dos oceanos e concentrações crescentes de gases de efeito estufa (DU e KANG, 2016).

As mudanças climáticas já afetam a biodiversidade. Temperaturas mais altas tendem a impactar o tempo de reprodução de animais e plantas, os padrões de migração e de distribuição de espécies, além do tamanho de populações, como observam Kumar et al. (2014).

Assim, a busca de sustentabilidade ambiental exige reverter os processos de produção, distribuição, consumo de energia fóssil e de destinação de resíduos. Nesse sentido, é um desafio para a humanidade.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A sustentabilidade social engloba noções de equidade, empoderamento, acessibilidade, participação, identidade e estabilidade institucional (DALY, 1992). O conceito assenta-se no simples fato de que o impacto do desenvolvimento se dá na vida das pessoas, individual

ou coletivamente (BENAIM e RAFTIS, 2008). Alcançá-lo demanda melhoria da qualidade de vida, dos cuidados de saúde, da educação com igualdade de gênero, paz e estabilidade social (SAITH, 2006). Seu objetivo é aliviar a pobreza, desenvolver coesão social com base nos recursos ambientais, culturais e econômicos existentes (KUMAR et al., 2014; SCOPELLITI et al., 2018).

Kolk (2016) defende que não se trata apenas de garantir que as necessidades de todos sejam atendidas, mas sim de garantir o acesso a condições capacitadoras, para que as pessoas e as comunidades identifiquem suas necessidades e as resolvam de maneira participativa.

Fica claro, portanto, que o desenvolvimento sustentável demanda soluções para problemas extremamente complexos, que necessitam de mudanças envolvendo geração e acumulação da riqueza, garantia dos direitos humanos e melhoria na qualidade e na quantidade de serviços em níveis que os governos ainda não se mostraram capazes de fornecer. Ao contrário dos sistemas ambientais e econômicos – nos quais os fluxos e os ciclos são mais facilmente observáveis –, a dinâmica no sistema social é altamente intangível (BENAIM e RAFTIS, 2008; SANER, YIU e NGUYEN, 2019).

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A complexidade da situação levou os países, apoiados por agências das Nações Unidas, a firmar pactos globais para enfrentar os desafios. Primeiro, a Agenda 21 e seus oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Depois, a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODM envolveram uma mobilização global histórica em prol de importantes prioridades sociais (BREUER, JANE-TSCHEK e MALERBA, 2019), mas nem todas as oito metas foram alcançadas após 15 anos de implantação (2000-2015). Os ODS, que entraram em vigor em janeiro de 2016, deram continuidade à agenda de desenvolvimento, com a finalidade de proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir o bem-estar das pessoas (TAYLOR, 2016). Trata-se de uma agenda com cinco temas abrangentes, conhecidos como os cinco “Ps” (ROCHA e ALEXANDRE WEISS, 2019):

- **Pessoas:** Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável;
- **Planeta:** Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão dos recursos naturais, tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que o planeta possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.
- **Prosperidade:** Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.
- **Paz:** Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.
- **Parceria:** Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma parceria

global para o desenvolvimento sustentável, com base num espírito de solidariedade, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Resumidamente, os 17 ODS procuram principalmente atingir os seguintes objetivos (SANER et al., 2019):

- Erradicar a pobreza e a fome, garantindo uma vida saudável;
- Universalizar o acesso a serviços básicos, como água, saneamento e energia sustentável;
- Apoiar a geração de oportunidades de desenvolvimento por meio de educação inclusiva e emprego;
- Fomentar a inovação e a infraestrutura resiliente, criando comunidades e cidades capazes de produzir e consumir de forma sustentável;
- Reduzir a desigualdade no mundo, especialmente a de gênero;
- Cuidar da integridade ambiental por meio do combate às mudanças climáticas e da proteção dos oceanos e ecossistemas terrestres; e
- Promover a colaboração entre diferentes agentes sociais, para criar um ambiente de paz e garantir o consumo e a produção responsáveis.

O DEBATE SOBRE OS ODS

Uma característica fundamental dos ODS é que seus objetivos e suas metas não são isolados, mas interdependentes e interligados (TOSUN e LEININGER, 2017). Conforme sublinha Fasoli (2018), atingir um objetivo leva a alcançar outro. Portanto, os objetivos devem ser vistos como peças indissociáveis de um grande e intrincado quebra-cabeça (KUMAR et al., 2014). Isso exige que cada país tenha que estruturar uma gestão de alta complexidade. Cada nação pode, por exemplo, se debruçar sobre as metas para identificar aquelas que têm impactos multifacetados e, então, priorizá-las (TAYLOR, 2016)

GESTÃO DOS ODS NO BRASIL

Criada pelo decreto presidencial nº 8.892/16, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2016) tinha como finalidade difundir e dar transparência à implementação da Agenda 2030 no Brasil. Era um colegiado para articular, mobilizar e estabelecer o diálogo entre os entes federativos e a sociedade civil. Criou seu Plano de Ação 2017-2019 com cinco grandes eixos estratégicos: um transversal (gestão e governança) e quatro finalísticos (disseminação, internalização, interiorização, acompanhamento e monitoramento da Agenda 2030).

Porém, essa necessária e imprescindível coordenação se perdeu com o governo Bolsonaro, que extinguiu a comissão em abril de 2019. Isso colaborou para atrasos e retrocessos nos ODS. Dados de um relatório de 2021 – produzido por um grupo de trabalho do Fórum da Sociedade Civil para a Agenda 2030 formado por 57 organizações

– mostram que o Brasil retrocedeu em pelo menos 9 dos 17 Objetivos, nas áreas de meio ambiente, promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, enfrentamento da pobreza e da fome (BRASIL, 2021). O documento destaca fatos como o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, o crescimento da pobreza, a adoção de políticas ambientais contrárias ao desenvolvimento sustentável, o desmatamento, os projetos de mineração em áreas indígenas, a regressão de políticas de igualdade de gênero e o encolhimento de programas de saúde e educação.

Esses resultados ilustram a dificuldade de implantar a Agenda 2030, seja por razões políticas (negação do multilateralismo representado pelos órgãos das Nações Unidas), seja pela pobre gestão em áreas críticas, como saúde, educação, promoção social e meio ambiente, seja pela própria complexidade dos problemas. Essa situação se repete em muitos outros países, o que arrisca tornar a Agenda 2030 uma mera utopia.

OS ODS E A FILANTROPIA

Para haver sucesso nos ODS, será necessária uma parceria entre governos, universidades, centros de pesquisa, setor privado lucrativo e filantrópico. A filantropia pode e deve ter um papel, por duas razões importantes: ela oferece financiamento e também abordagens inovadoras e complementares para o desenvolvimento. As Nações Unidas costumam dar mais ênfase às responsabilidades dos governos, que, no entanto, têm limites decorrentes da dinâmica política, das alternâncias de poder (com mudanças de prioridades), das negociações entre diferentes grupos de poder. Já os recursos dos filantropos não estão presos a períodos fixos de governo, podem apoiar agentes

de mudança que lidam com temas sociais e criar estruturas e processos que gerem impactos permanentes na melhoria da sociedade. E podem ser recursos vultuosos: a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que entre 2009 e 2021 a filantropia já contribuiu com mais de US\$ 80 bilhões para o desenvolvimento sustentável (OECD, 2022).

A Agenda 2030 envolve temas que são um claro exemplo dos problemas complexos sobre os quais tratei no capítulo 2 – aqueles que resultam da interação de múltiplos fatores e cujas soluções não podem ser facilmente reproduzidas em circunstâncias diferentes da original. Nessa esfera, portanto, cada intervenção embute riscos novos, que devem ser identificados e, se se quiser superá-los, demandarão recursos adicionais.

Para o filantropo, é preciso entender que suas ações podem funcionar bem em casos simples e complicados, mas nem sempre nos casos complexos. Por isso a importância de avaliar sua disposição ao risco e sua propensão de ampliá-la se necessário. Com uma postura mais flexível, e com mais agilidade do que os governos na tomada de decisões, pode encontrar questões complicadas (ou mesmo simples) em problemas complexos, e agir a partir dessas questões para influenciar o contexto maior. Foi o que fez a filantropia nos tratamentos pioneiros contra a aids e nas pesquisas que estimularam a revolução verde na agricultura, como dito no capítulo 2.

Intervenções como essas são trunfos da filantropia estratégica, que, mesmo não conseguindo resolver as raízes de temas complexos, é capaz de salvar muitas vidas e de fazer diferença substancial na gravidade ou no alcance de problemas como doenças ou fome.

FILANTROPIA DE RISCO PARA ATUAR EM QUESTÕES COMPLEXAS

Cumprir os ODS requer muito dinheiro. As estimativas indicam que o custo anual está entre US\$ 3 trilhões e US\$ 5 trilhões, com uma lacuna de US\$ 2,5 trilhões a ser coberta pelo setor privado. A Agenda de Ação de Adis Abeba (LOPES, 2022) reconheceu a necessidade de combinar diferentes fontes, privadas e públicas. O texto da Agenda 2030 explicitamente reconhece o papel da filantropia na contribuição para os ODS (UN GENERAL ASSEMBLY, 2015).

Contudo, a natureza multitemática da Agenda 2030 impõe o desafio de encontrar novas formas e métodos de trabalho, e novas abordagens para identificar e gerenciar riscos. Para tanto, os filantropos precisam buscar novos conhecimentos e práticas dentro do universo de capital de risco, tais como:

- **Senso de oportunidade:** Um filantropo participa de um projeto social por, em média, 6 a 7 anos. As organizações beneficiadas contribuem com a expertise e os filantropos, com o capital. Mas é preciso que o filantropo conheça antecipadamente pesquisas sobre o problema a ser trabalhado, o contexto, a experiência da organização selecionada e sua própria disposição de arriscar seus recursos.
- **Ciclos incertos:** Investimento de risco é um negócio cíclico: progride de uma oportunidade para outra depois de um período de participação. Porém, na solução dos problemas sociais os períodos de cada ciclo são difíceis de prever, em razão da possibilidade de haver progresso ou retrocesso na mudança social, do atraso na execução das atividades planejadas. Nem sempre a experiência em ciclos de capital de risco é útil na filantropia de risco.

- **Lógicas para ganhar escala:** Os capitalistas de risco conduzem as empresas de seu portfólio tendo em mente três fases: desenvolver um protótipo, levar esse protótipo ao mercado (verificando o interesse despertado) e transformá-lo num produto ou serviço para o mercado consumidor. Aplicar esse processo à filantropia traz inúmeros percalços. As mudanças sociais são, fundamentalmente, responsabilidade da política e dos governantes, cujas posições podem ser conflitantes com as dos filantropos. Assim, a tarefa do filantropo de risco é concentrar-se em projetos-piloto para comunidades específicas e avaliar o impacto, analisando até que ponto podem ganhar escala e influenciar políticas públicas. A função do filantropo passaria a ser, após financiar o projeto-piloto e este ter sucesso em seus resultados e impactos, financiar ações de *advocacy* e *lobby*, para aprovação de políticas públicas que sejam dirigidas a toda sociedade.

- **Mensurar a inovação:** Os capitalistas de risco ganham dinheiro sobretudo ao investir, desenvolver e vender empresas ou dispositivos tecnológicos. Medir, num mercado em que tudo pode ser traduzido em valor monetário, não é especialmente difícil. Porém, isso não ocorre na filantropia, em que por vezes os indicadores precisam ser criados caso a caso, projeto a projeto – portanto, muitas vezes sem aplicação universal.

Convém se deter um pouco mais neste último tema. Como, na Agenda 2030, a sustentabilidade é crucial como geradora de conhecimentos, de inovações e tecnologias, há uma oportunidade para filantropos financiarem os estudos necessários (SALA et al., 2016; SONNEMANN et al, 2018; GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2014). Porém, as avaliações enfrentam uma série de desafios.

- **Entendimento amplificado do que é sustentabilidade:**

Os ODS tornam os estudos sobre sustentabilidade mais complexos. Uma das estratégias para lidar com essa complexidade é conhecer melhor os três aspectos (econômico, social e ambiental) que impactam o ciclo de vida (KLÖPFER, 2008; SANCHEZ RAMIREZ e PETTI, 2011; ZAMAGNI et al., 2013; FINKBEINER, 2014).

- **As limitações das abordagens analíticas:** Há uma questão preliminar na elaboração de indicadores nesta área: não se tem uma definição clara e unânime de desenvolvimento sustentável (KELLY, 1998). Nesse sentido, a dificuldade não é a inexistência de indicadores, mas a seleção de um conjunto apropriado (MOLDAN et al., 1997) que permita priorizar ou ponderar dimensões e aspectos diferentes para, ao final, expressar o resultado num índice.

A metodologia mais difundida para medir desenvolvimento sustentável, apoiada pela Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, parte do modelo de pressão ou força motriz - estado - resposta (DF/S/R). Sua primeira versão foi publicada em 1996 e consistia numa lista de indicadores agrupados em quatro grandes categorias, de acordo com a Agenda 21: sociais, econômicos, ambientais e institucionais (UNDP, 1996). O arcabouço pode ser representado por uma matriz, onde essas categorias formam a estrutura horizontal. A estrutura vertical é organizada em categorias chamadas de pressão ou força motriz, estado e resposta – as três baseadas nas relações entre os estresses gerados pelas atividades humanas e as mudanças sociais e ambientais. Trata-se de uma metodologia útil como um guia geral, com a descrição detalhada de indicadores, mas com sérias limitações. Apesar de captar os vínculos causais dentro

do sistema, ela não gera informação sobre a estrutura e o comportamento do sistema no qual as decisões são tomadas (KELLY, 1998). Portanto, não é apropriada para descrever as interações e não incorpora os aspectos sociais do bem-estar (CUSTANCE e HILLIER, 1998).

Face às críticas de especialistas e aos resultados da aplicação em diversos países, a metodologia passou por melhorias progressivas. Sua última revisão (COMMISSION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2007) consolida a categorização de indicadores em essenciais (40), não essenciais (39) e outros para os quais ainda não há metodologia (13). Essa versão abrange vários temas, é mais flexível e de mais fácil compreensão. Mantém em aberto, entretanto, questões relacionadas à ponderação dos temas e subtemas e à agregação dos dados.

Outra proposta é o System Assessment Method (SAM), da The World Conservation Union (IUCN). Como usa uma ferramenta chamada Barômetro de Sustentabilidade para apresentar seus resultados, também é conhecido por esse nome. O SAM avalia as condições ambientais e humanas e o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável – visto como combinação do bem-estar humano e do ecossistema (SIENA, 2008). Porém, não permite ponderar diferentes aspectos e desconsidera o fato de que as dimensões nem sempre têm importância igual em todos os locais. Além disso, baseia-se num grande número de aspectos e indicadores, o que dificulta sua compreensão.

Observa-se, portanto, que ainda não há uma única metodologia consolidada para avaliação nessa área – o que aumenta a importância de detalhar e dar transparência ao método escolhido, a suas escolhas e limitações. Essa ausência avaliativa dificulta a tomada de decisão pelos filantropos.

OS PRINCÍPIOS DE BELLAGIO

Uma importante contribuição para avaliar o impacto da filantropia no desenvolvimento sustentável são os Princípios de Bellagio, formulados em 1996 por um grupo internacional de especialistas em avaliação e pesquisadores que se reuniram no Centro de Estudo e Conferência da Fundação Rockefeller, em Bellagio, Itália (SWINGLAND, 2002).

São dez princípios que buscam dar orientação para melhorar, usar, interpretar e comunicar indicadores de desenvolvimento sustentável (HARDI et al., 2018). O objetivo é que possam ser úteis tanto em nível comunitário quanto em experiências internacionais.

- 1. Visão e metas orientadoras:** A avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável deve ser guiada por uma visão clara do que seja esse desenvolvimento e de quais são as metas que definem essa visão.
- 2. Perspectiva holística:** A avaliação de avanços em direção à sustentabilidade deve abranger uma revisão do sistema como um todo e de suas partes: os subsistemas social, ambiental e econômico. Em que estado se encontram? Em que direção e ritmo estão mudando? Como interagem entre si? É importante considerar as consequências positivas e negativas da atividade humana, seus custos e benefícios em termos monetários e não monetários.
- 3. Elementos essenciais:** A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve considerar a equidade e a disparidade na população e entre as gerações presentes e futuras, lidando com a utilização de recursos, superconsumo, pobreza, direitos humanos e acessos a

serviços, bem como condições ecológicas das quais a vida depende.

- 4. Escopo adequado:** A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve adotar um período suficientemente longo para abranger tanto o horizonte de tempo humano quanto o dos ecossistemas, atendendo as necessidades das futuras gerações e as decisões para o presente ou para o curto prazo.
- 5. Foco prático:** A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve se basear em um arcabouço organizado, que relacione as visões, as metas e os critérios de avaliação a partir de um pequeno número de questões-chave e de indicadores.
- 6. Transparência:** A avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável deve tornar acessíveis os dados e métodos utilizados e explicitar os critérios, as escolhas e as incertezas envolvidas nas informações e nas interpretações.
- 7. Comunicação efetiva:** A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve ser elaborada de modo a atender as necessidades do público, ser formulada numa linguagem clara e simples para permitir o engajamento de todos os grupos interessados.
- 8. Ampla participação:** A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve ter representação profissional, técnica e comunitária, incluindo participação de minorias, para trabalhar com valores diversos e dinâmicos.
- 9. Avaliação permanente:** A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve ter instrumentos de

mensuração para determinar tendências, ser interativa, adaptativa e responsiva às mudanças frequentes, típicas de temas complexos como o desenvolvimento.

10. Capacidade institucional: A continuidade de uma avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável deve ser assegurada por uma delegação clara de responsabilidades e por um apoio constante ao processo de tomada de decisão.

O PAPEL DA FILANTROPIA, DE ACORDO COM A BELLAGIO INITIATIVE

Em 2011, novamente com o apoio da Fundação Rockefeller, neste caso em parceria com o Institute of Development Studies (IDS) e The Resource Alliance, foi realizada uma série de atividades que ficariam conhecidas como Bellagio Initiative (MCGREGOR et al., 2012). Tive o privilégio de participar de alguns dos eventos, que envolveram vários formuladores de políticas, acadêmicos e profissionais ligados a desenvolvimento e filantropia. Os trabalhos geraram um relatório abrangente, que inclui textos resultantes das etapas preparatórias, vários deles com informações valiosas para orientar as decisões dos filantropos.

O princípio norteador da iniciativa era privilegiar a proteção e a promoção do bem-estar humano, explorando as responsabilidades da filantropia no futuro do desenvolvimento mundial (WHITE, 2009; SEARS et al., 2014; COSTANZA et al., 2016).

Há várias abordagens sobre o bem-estar humano (DOLAN et al., 2011), rotulado ora como “felicidade”, ora como “qua-

lidade de vida” ou “satisfação com a vida”. Em comum, elas reconhecem que o tema precisa ser alvo de políticas públicas. Algumas defendem o foco em dimensões subjetivas, outras combinam dimensões objetivas e subjetivas. A Bellagio Initiative segue esta última perspectiva, debruçando-se sobre as necessidades de homens, mulheres e crianças em diferentes sociedades e enfatizando a pobreza como obstáculo a qualquer bem-estar (MCGREGOR e SUMMER, 2010).

O maior desafio, contudo, é passar da retórica para a prática. As primeiras décadas do século XXI testemunham uma multiplicação alarmante de ameaças ao bem-estar humano provocadas por crises econômicas, caos climático, conflitos, instabilidade política e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19. Isso obriga cada sociedade, e em particular a comunidade internacional, a perguntar se está mesmo havendo desenvolvimento e se há promoção eficaz do bem-estar humano.

Outra importante contribuição da Bellagio Initiative foi identificar como a filantropia pode fazer do bem-estar um componente essencial do desenvolvimento sustentável. O ponto de partida foi a constatação de que há desconexões substanciais entre desenvolvimento e filantropia – agravadas por uma falta de compreensão das vantagens e complementaridades dos diversos atores, das várias instituições e organizações. A discussão no Bellagio Summit concentrou-se particularmente em seis desafios.

- **Poder, política e valores:** À medida que novos atores e vozes participam da identificação dos problemas e da elaboração de soluções, fica mais claro onde, como e quando o setor filantrópico deve contribuir.

- **Escala de ideias inovadoras:** A filantropia exerce o papel relevante de apoiar programas e projetos inovadores nas áreas sociais e ambientais, aceitando mais frequentemente os riscos inerentes e buscando o maior impacto possível. Esse esforço deve ser complementado com políticas públicas que levem os benefícios gerados para toda a sociedade. Isso exige articulação entre o setor filantrópico e o setor público.
- **Aceitação e gestão do risco:** Líderes e analistas costumam destacar que a missão da filantropia é prover o capital de risco necessário ao desenvolvimento, explorando novas abordagens para gerenciar riscos e estimular a experimentação, especialmente com base no conhecimento científico.
- **Financiamento de ações para desenvolvimento e bem-estar:** É cada vez maior o interesse em buscar novas formas de financiamento para questões sociais e ambientais. Inclusive por parte do setor privado lucrativo. Porém, há mais demonstrações de apoio do que ações efetivas que reduzam, por exemplo, a exploração de energia fóssil, o uso de embalagens não recicladas, as soluções inadequadas para poluição do ar e da água. Muitos atores da comunidade de desenvolvimento, incluindo os filantropos, não entendem ou não confiam na participação do setor privado lucrativo para atender às necessidades sociais e ambientais.
- **Capacitação:** É crucial desenvolver capacidades, talentos e habilidades humanas e institucionais para avançar no desenvolvimento sustentável e no bem-estar pessoal e coletivo.
- **Necessidade de indicadores e métodos de avaliação:** Como dito anteriormente, a filantropia tem potencial para colaborar com a construção de metodologias para avaliar processos, resultados e impactos das intervenções. Isso pode ser feito de maneiras como:
 - » **Financiamento de pesquisa:** Apoiar pesquisas para aprimorar as técnicas de avaliação de políticas de desenvolvimento sustentável, como estudos de caso, avaliações de impacto e análises de custo-benefício.
 - » **Desenvolvimento de ferramentas de avaliação:** Financiar a elaboração de modelos econômicos, bancos de dados e softwares que ajudem os pesquisadores a avaliar as políticas de desenvolvimento sustentável.
 - » **Formação e treinamento:** Apoiar a capacitação de pesquisadores e profissionais envolvidos na avaliação de políticas de desenvolvimento sustentável. Esses programas podem ajudar a gerar habilidades como análise de dados, modelagem econômica e gestão de projetos.
 - » **Colaboração e compartilhamento de conhecimento:** Financiar iniciativas que promovam a colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores e profissionais envolvidos na avaliação de políticas de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, por meio de organização de conferências, workshops e fóruns de discussão.

CASOS DE PARTICIPAÇÃO DA FILANTROPIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após o lançamento da Agenda 2030, muitas instituições filantrópicas reviram seus focos para alinhá-los aos ODS. A Fundação Ford, por exemplo, agora prioriza a erradicação da pobreza, a promoção da justiça social e a proteção do meio ambiente. A Fundação Bill e Melinda Gates enfatiza a melhoria da saúde global, a promoção da igualdade de gênero e o combate à pobreza. A Fundação Rockefeller apoia o fortalecimento da governança em torno do desenvolvimento sustentável.

No Brasil, inúmeros fóruns e redes do setor mobilizaram-se para incluir as metas em suas pautas. O Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2017), do governo federal, lista alguns dos temas em que a participação pode ser especialmente profícua: redução de desigualdades de gênero e cor/raça, promoção dos direitos humanos, apoio a povos indígenas e comunidades tradicionais; segurança alimentar e nutricional, transparência e acesso à informação e direitos das crianças e dos adolescentes. Especificamente sobre essa área, o relatório menciona “enfrentamento da violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes; erradicação do trabalho infantil; promoção de direitos das meninas e mulheres, direitos da pessoa com deficiência”, entre outros.

Dois casos podem ilustrar a importância da mobilização de organizações filantrópicas: o da Fundação José Luiz Egidio Setúbal (FJLES) e o do Instituto Votorantim (IV).

A FJLES é uma fundação de caráter familiar dedicada à melhoria da qualidade de vida na infância por meio

de organizações ligadas a ela: Hospital Sabará (assistência médica hospitalar); Instituto PENSI (projetos sociais, ensino e pesquisa); e Autismo e Realidade (atenção às pessoas com transtorno do espectro autista).

A FJLES decidiu usar os ODS como guia para suas ações e seus programas (SETÚBAL e KISIL, 2022). Revisou os 17 Objetivos e as 169 metas propostas, averiguando quais vão ao encontro de sua missão em prol da saúde de crianças e adolescentes. Sob esse prisma, organizou os Objetivos em três níveis:

- **Primário:** Objetivos que atendem diretamente à missão e ao propósito da Fundação;
- **Secundário:** Objetivos em que a Fundação pode atuar direta ou indiretamente, em apoio ao desenvolvimento dos objetivos primários;
- **Operacionais:** Objetivos relativos ao *modus operandi* da própria Fundação.

Desse modo, os ODS passaram a orientar as decisões da FJLES sobre escolha de projetos e investimentos, com ênfase no ODS 3 (ligado a saúde e bem-estar). Em relação ao ODS 4 (sobre educação de qualidade), foi dada atenção à garantia de uma educação inclusiva e equitativa às crianças com transtorno do espectro autista (TEA). Em sintonia com o ODS 5 (sobre igualdade de gênero), a FJLES adotou uma meta específica do ODS 16 (relacionado a paz, justiça e instituições eficazes): a meta 16.2, que prevê proteção de todas as crianças e adolescentes contra abuso, exploração, tráfico, tortura e outras formas de violência.

Para colaborar no cumprimento dos ODS, a Fundação busca firmar parcerias com outras organizações também alinhadas aos ODS, de forma a maximizar o impacto das ações.

Já o caso do Instituto Votorantim, braço social do grupo empresarial Votorantim, tem a particularidade de ser um daqueles em que a adoção da Agenda 2030 produz de fato mudanças significativas na participação do setor privado lucrativo, de maneira articulada com os propósitos do movimento ESG (sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança).

O Instituto Votorantim (IV), criado em 2002, apoia 153 municípios em áreas como educação, saúde, gestão pública e desenvolvimento comunitário. Tem também a missão de ser o centro de inteligência aplicada para impulsionar o grupo a gerar valores para construir um futuro sustentável (INSTITUTO VOTORANTIM, 2023). Seus objetivos são: integrar a urgência socioambiental ao *core business* do grupo; conectar pessoas, habilidades, objetivos e parceiros econômicos em prol do desenvolvimento sustentável; estabelecer pontes com as comunidades locais, construindo espaços democráticos de discussão; e manter os ODS como guias das ações, das ambições e das vocações da Votorantim. Em relação a esse último item, o Instituto:

- Apoia projetos que estão alinhados com os ODS em comunidades onde o Grupo Votorantim está presente;
- Faz parcerias com outras organizações que também estão alinhadas com os ODS, a fim de maximizar o impacto;

- Monitora e avalia seus projetos com base nos indicadores dos ODS, de forma a verificar se suas atividades estão contribuindo para esses objetivos.

Além disso, o IV participa de diversas iniciativas relacionadas aos ODS, como o Pacto Global e o Movimento Nacional pelos ODS.

TENDÊNCIAS PARA A FILANTROPIA NUM FUTURO PRÓXIMO

Na última década, os filantropos, com razão, orientaram-se mais para o impacto de suas doações. A colaboração aumentou – surgiram parcerias público-privadas influenciadas pelos ODS e pela pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo, a filantropia tem se tornado mais acessível ao grande público, devido a novas plataformas e ao estímulo a doações coletivas via *crowdfunding*, especialmente em temas como mudanças climáticas e biodiversidade.

Um relatório recente do Dorothy A. Johnson Center for Philanthropy, da Grand Valley State University, que analisa a filantropia durante as últimas três décadas (MOODY, 2022), aponta que as doações acompanharam o crescimento econômico dos Estados Unidos, passando de US\$ 124,31 bilhões, em 1993, para US\$ 484,85 bilhões em 2022. Corrigidos pela inflação, os recursos mais que dobraram nesse período. O mesmo ocorreu com o número de organizações sem fins lucrativos registradas (atingiu 1,3 milhão em 2020); o número de fundações privadas cresceu 68%, chegando a quase 100 mil. Essa expansão se repetiu em países que não têm informações sistematizadas, mas contam com levantamentos por amostragem.

Nas últimas três décadas, também cresceram as organizações intermediárias que prestam serviços à filantropia. Centenas de faculdades e universidades iniciaram programas para preparar os alunos para carreiras em organizações sem fins lucrativos. Isso pode explicar, em parte, por que tem sido dada mais atenção à medição e à avaliação dos resultados na filantropia.

O UBS PHILANTHROPY (2022) apresenta uma série de tendências da filantropia neste momento em que se busca um desenvolvimento sustentável. São, em resumo, as seguintes:

TENDÊNCIA 1: FILANTROPIA BASEADA EM CONFIANÇA

A filantropia baseada na confiança está enraizada em valores que ajudam a construir relacionamentos mutuamente responsáveis. Diante de uma crise como a pandemia de coronavírus, os filantropos tiveram de ser mais flexíveis e confiantes nos parceiros que implementam projetos, dando-lhes margem maior para usar os recursos doados – um ótimo exemplo é MacKenzie Scott (CHURCH, 2021). A busca de soluções para os problemas do desenvolvimento sustentável, especialmente no nível local, precisa contar com laços de confiança entre indivíduos, sejam eles empresários, filantropos ou autoridades públicas.

TENDÊNCIA 2: FOCO NO INTERESSE DO FILANTROPO

Diante da miríade de questões com as quais os filantropos estão preocupados, como podem escolher onde colocar seu dinheiro? Muitos dos problemas do desenvolvimento sustentável estão interligados, portanto é preciso

que os filantropos ampliem as perspectivas sobre os temas que mais lhes interessam. Uma ação educacional, por exemplo, pode ganhar uma lente extra de igualdade de gênero – de modo que a intervenção também aborde saúde menstrual, prevenção da violência contra meninas e casamento precoce. É como se o filantropo usasse óculos com lentes diferentes: através de uma ele enxerga o acesso à educação como algo vital para melhorar a vida de crianças marginalizadas; com outra, ele reconhece que, se não enfrentar os desafios socioeconômicos impostos a meninas e mulheres, não avançará em seu propósito. Sua visão só é adequada quando combina o que vê por meio das duas lentes.

TENDÊNCIA 3: MAIS DOAÇÕES COLETIVAS

Os problemas do desenvolvimento sustentável são complexos demais para uma pessoa resolver sozinha. Nos últimos anos, diferentes grupos, especialmente filantropos, se uniram para traçar estratégias, abordar questões em conjunto ou somar recursos. Uma maneira de fazer isso é por meio de círculos de doação, em que indivíduos com ideias semelhantes direcionam tempo, recursos e conhecimento para um tema compartilhado. Esse tipo de filantropia deve crescer à medida que grandes montantes são mobilizados, conexões importantes são feitas e sucessos comprovados são alcançados – inspirando outras pessoas a deixarem seu ego de lado e trabalharem em conjunto.

TENDÊNCIA 4: FINANCIAMENTO PARA IMPACTO

Atrair mais capital para lidar com questões sociais e ambientais é tão essencial quanto aplicá-lo de forma eficaz

e sustentável. Daí surgiram ações em que se atenua a fronteira entre os mundos do investimento financeiro e o da filantropia. O investimento para impacto social, por exemplo, incentiva e recompensa a entrega de resultados, colocando o impacto em primeiro lugar. Essa modalidade considera que resolver desafios mais complexos exige foco mais intenso sobre a geração de renda dos beneficiários – o que requer mirar nas causas profundas, colocar o benefício para o indivíduo no centro das soluções, medir os resultados de maneira rigorosa e transparente, ajudando projetos locais a se tornarem sustentáveis. Para um impacto ainda maior, o financiamento social pode firmar parcerias com investidores privados, aumentando o leque de recursos com o objetivo de ampliar a escala das inovações.

TENDÊNCIA 5: DIVERSIDADE DE PENSAMENTO

A filantropia vem sendo impelida a buscar mais diversidade, equidade e inclusão. Cada vez mais grupos minoritários e membros de comunidades participam das decisões sobre o que, onde, como, quando e por que financiar. Trata-se de um processo que põe as organizações, seus conselhos e sua equipe gestora a refletirem mais sobre como fazem seu trabalho.

TENDÊNCIA 6: MAIS FINANCIAMENTO PARA A JUSTIÇA SOCIAL E PARA QUESTÕES CLIMÁTICAS

Numa época em que florescem movimentos de justiça social como o #BlackLivesMatter, cresce o interesse em abordar as raízes das desigualdades, incluindo o racismo estrutural e sistêmico. Na filantropia, surgem gru-

pos que apoiam movimentos cuja perspectiva central é a de que diferentes desvantagens e discriminações se combinam ou se potencializam – e que, portanto, só podem ser combatidas com mudanças profundas. Aqui se apresenta outra forma de a filantropia contribuir com o desenvolvimento sustentável: promover, apoiar e estruturar grupos sociais de modo a estimular a participação de indivíduos e organizações na busca e na implantação de ideias inovadoras (APINUNMAHAKUL e DEVLIN, 2008).

Na área ambiental, o impulso criado por grandes filantropos e o compromisso de novas organizações, como o Bezos Earth Fund, deve continuar a crescer acentuadamente. De acordo com a ClimateWorks, o financiamento para mitigação das mudanças climáticas representava, em 2020, cerca de 2% das doações globais – ou seja, de US\$ 6 bilhões a US\$ 10 bilhões de um total de US\$ 750 bilhões (ROEYER et al., 2020). E a tendência é de crescimento significativo, se forem cumpridas as promessas feitas pelo setor privado. Por exemplo, a da Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), uma rede de mais de 250 instituições financeiras que se prontificou a aportar US\$ 130 trilhões nas próximas três décadas (CARNEY, 2021).

São investimentos cruciais para atingir os ODS, mas nessa área é imprescindível haver colaboração estreita com o setor público.

TENDÊNCIA 7: DADOS E TECNOLOGIAS PARA MAIOR IMPACTO

Avanços tecnológicos, como a inteligência artificial, terão impacto no setor filantrópico (LAPUCCI e CATTUTO, 2021). Um dos efeitos positivos será a possibilidade de

trabalhar com grandes quantidades de dados, que podem orientar programas e doações. Mas haverá também desafios, como questões éticas, regulatórias e de segurança cibernética. Um estudo recente mostrou que a IA pode ajudar a cumprir 134 metas dos ODS, mas inibir outras 59 (VINUESA et al., 2020). Com a nova geração de empreendedores e as grandes empresas de tecnologia engajadas na filantropia, pode-se esperar aceleração dos desenvolvimentos nesse campo.

TENDÊNCIA 8: IMPACTO REVOLUCIONÁRIO DA PRÓXIMA GERAÇÃO

Os membros da nova geração mostram-se dispostos a se tornar agentes ativos de mudança – pelo jeito como consomem, trabalham, doam e investem (GOLDSEKER e MOODY, 2020). Devem provocar mudanças relevantes, como as seguintes:

- Maior ênfase na transparência e na prestação de contas. Provavelmente vão querer saber como o dinheiro está sendo gasto e quais os resultados alcançados.
- Uso de tecnologia para ampliar o alcance do impacto. Pode incluir desde o uso de mídias sociais para promover causas e arrecadar fundos até ferramentas que deem mais eficiência às organizações sem fins lucrativos.
- Foco em questões globais, como pobreza, mudanças climáticas, desigualdade social e educação.
- Investimento de impacto, seja por meio da filantropia, seja capitalizando empresas que tenham impacto social positivo.

- Colaboração entre filantropia e negócios, incluindo parcerias entre organizações sem fins lucrativos e empresas, bem como criação de empresas que buscam resolver problemas sociais e ambientais.

Resumindo, a próxima geração busca usar suas redes para aumentar a conscientização (com uso de mídia social) e alinhar ainda mais seus investimentos e seu estilo de vida a seu propósito. Nota-se uma abordagem muito mais holística do impacto – algo que veio para ficar.

TENDÊNCIA 9: FAMÍLIAS UNIDAS POR DOAÇÕES

Muitas vezes, a riqueza divide as famílias. Mas cada vez mais as famílias ricas aproveitam seu engajamento filantrópico para se manterem unidas, agrupando membros em torno de um projeto comum. Ou ensinando às próximas gerações responsabilidades e valores fundamentais. Com a expectativa de que US\$ 30 trilhões sejam repassados a herdeiros nos próximos 30 anos, a filantropia familiar vai crescer se conseguir estabelecer harmonia intergeracional.

Outro aspecto importante é o aumento de parcerias entre fundações familiares – ou entre elas e outras instituições, empresas, governo e academia, com intuito de ampliar o impacto das doações. Assim, compartilham-se recursos, conhecimento e experiência, além de se evitar duplicação de esforços.

Uma das modalidades de parceria é o investimento em que várias fundações apoiam conjuntamente projetos e iniciativas de alto impacto social. Dessa forma, dividem riscos e recursos e aumentam o potencial de sucesso

dos projetos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Fundação Hewlett tem colaborado com a Fundação Moore e a Fundação Packard em projetos de conservação ambiental e mudanças climáticas; a Fundação MacArthur tem colaborado com outras entidades, como a Fundação Gates, para financiar projetos de direitos humanos, desenvolvimento social e científico.

TENDÊNCIA 10: DOAÇÕES EM VIDA

A filantropia sempre esteve associada a legado. No passado, tratava-se principalmente de deixar herança para construir estruturas filantrópicas perpétuas. Agora, os filantropos tentam resolver ativamente alguns dos problemas do mundo em que vivem. Querem contribuir hoje para resolver os problemas de hoje.

Uma das razões para essa tendência é a maior conscientização sobre questões sociais e ambientais, bem como a urgência em abordá-las. Muitos filantropos preferem investir em projetos e organizações enquanto ainda estão vivos, para ver o impacto de suas contribuições. E há os que doam tempo, conhecimento e habilidades. Doar em vida permite que os filantropos se envolvam ativamente nos projetos que apoiam e que usem suas habilidades e conhecimentos para ajudar a solucionar problemas.

Como destaquei no capítulo I, a chamada para o Giving Pledge, lançada em 2010 por Warren Buffett e Bill e Melinda Gates, representou uma grande mobilização para os bilionários doarem a maior parte de suas fortunas durante a vida. Resultou em uma comunidade de filantropos que compartilham valores semelhantes e trabalham juntos para resolver questões globais. Eles se compro-

metem a compartilhar suas experiências e aprendizados, o que pode ajudar a inspirar outros a se tornarem filantropos e a doar em vida.

Neste capítulo, procurei mostrar que doar em prol do desenvolvimento sustentável pode ser um desafio. Os ODS são interligados, abrangem grande número de temas, o que dificulta compreender quais são as causas mais críticas e onde o dinheiro pode provocar maior impacto. Além disso, não existe uma padronização de indicadores e métodos para avaliar esse impacto. No entanto, algumas iniciativas ajudam a superar tais desafios. Destaque-se, por exemplo, uma plataforma da ONU que conecta filantropos com organizações que trabalham em áreas específicas de objetivos específicos. Ela inclui informações sobre as organizações, seus projetos e seus impactos (UNITED NATIONS, 2019).

Referências

ALLEN, C. e CLOUTH, S. (2012). **Green Economy, Green Growth, and Low-Carbon Development – History, Definitions, and a Guide to Recent Publications**. UNDESA: A guidebook to the Green Economy.

APINUNMAHAKUL, A. e DEVLIN, R. A. (2008). Social Networks and Private Philanthropy. **Journal of Public Economics**, 92(1-2), 309-328.

ARISTÓTELES (2005). **Metafísica** – Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Volume II, 2ª edição. São Paulo: Loyola: 2005.

BECKER, B. K. (1993). A Amazônia pós ECO-92: Por um Desenvolvimento Regional Responsável. In M. BURSZTYN (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBAMA/ENAP/Brasiliense.

BEHRENS, W. W. (1972). The Dynamics of Natural Resource Utilization. **Simulation**, 19(3), 91-99.

BENAIM, C. A. e RAFTIS, L. (2008). **The Social Dimension of Sustainable Development: Guidance and Application** – Thesis Submitted for Completion of Master of Strategic Leadership towards Sustainability, Blekinge Institute of Technology, Karlskrona, Sweden.

BIASOTO JUNIOR, G., DI GIOVANNI, G., DACHS, N. e SILVA, P. L. B. (2006). O Índice DNA Brasil. **Ciência e Cultura**, 58(2), 4-5.

BRASIL (2016), Presidência da República. **Decreto Presidencial Nº 8.892/16**, Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS).

BRASIL (2017). **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acessado em 15 de junho de 2023.

BRASIL (2021), Grupo de Trabalho AGENDA 2030. **V Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**.

BRETON, P. (2007). Between Science and Rhetoric: A Recurrent Debate on the Role of Communication and Creativity in the Definition of Knowledge. In: SALES, A. e FOURNIER, M. (eds). **Knowledge, Communication and Creativity**. Sage Studies in International Sociology, no.56. London: SAGE.

BREUER, A., JANETSCHEK, H. e MALERBA, D. (2019). Translating Sustainable Development Goal (SDG) Interdependencies into Policy Advice. **Sustainability**, 2019, 11(7), 2092.

BRUNDTLAND, G. H. e COMUM, N. F. (1987). **Relatório Brundtland**. Our Common Future: United Nations.

BRUNI, L. e PORTA, P. L. (eds.). (2005). **Economics and Happiness: Framing the Analysis**. OUP Oxford.

CAMINO, R. e MÜLLER, S. (1993). **Sostenibilidad de la Agricultura y los Recursos Naturales: Bases para Establecer Indicadores**. Série Documentos de Programas IICA, 38.

CARNEY, M. (2021). **Clean and Green Finance**. International Monetary Fund.

CASTELLS, M. (2000). **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra.

CHURCH, A. (2021). **What we know about nonprofits that got MacKenzie Scott grants**. Candid: Data and Insights.

CLUB OF ROME (1968). **The predicament of mankind. A quest for structured responses to growing worldwide complexities and uncertainties**. Club of Rome.

COMMISSION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (2007). **Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies**. Disponível em <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf>. Acessado em 17 de fevereiro de 2023.

CONDORCET, T., J. A. N. D. C. (1993). **Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano**. Campinas: Editora da Unicamp.

COOPER, P. J. e VARGAS, C. M. (2004). **Implementing sustainable development: From global policy to local action**. Rowman & Littlefield Publishers.

COSTANZA, R., DALY, L., FIORAMONTI, L., GIOVANNINI, E., KUBISZEWSKI, I., MORTENSEN, L. F. e WILKINSON, R. (2016). Modelling and Measuring Sustainable Wellbeing in Connection with the UN Sustainable Development Goals. **Ecological Economics**, 130, 350-355.

CORONEL, D. A. e DA SILVA, J. M. A. (2009). Ética e Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Economia e Agronegócio**, 7(3).

COUTINHO, S. M. V., SAMPAIO, C. A. C., PARRA, O., MALHEIROS, T. F., FERNANDES, V. e PHILIPPI JR, A. (2012). **Redes Acadêmicas para Pesquisa e Capacitação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Uma Revisão Crítica**. Ambiente e Sociedade, 15(3), 165-184. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300010>. Acessado 15 de junho de 2023.

CUSTANCE, J. e HILLIER, H. (1998). Statistical Issues in Developing Indicators of Sustainable Development. **Journal of the Royal Statistical Society**. Series A (Statistics in Society), 161(3), 281-290.

DALY, H. E. (1992). "U.N. conferences on environment and development: retrospect on Stockholm and prospects for Rio." **Journal of the International Society for Ecological Economics**, 5, 9-14.

DELONG, J. B. e EICHENGREEN, B. (1991). **The Marshall Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program**. National Bureau of Economic Research Cambridge, Mass., USA.

DIESENDORF, M. (2000). Sustainability and Sustainable Development. In DUNPHY, D., BENVENISTE, J., GRIFFITHS, A. e SUTTON, P. (eds.). **Sustainability: The Corporate Challenge of the 21st Century** (pp. 2, 19-37). Sydney: Allen e Unwin.

DOLAN, P., LAYARD, R. e METCALFE, R. (2011). **Measuring Subjective Well-Being for Public Policy**. Office for National Statistics. Newport.

DOVERS, S. R. e HANDMER, J. W. (1993). Contradictions in Sustainability. **Environmental Conservation**, 20(3), 217-222.

DU, Q. e KANG, J. T. (2016). "Tentative Ideas on the Reform of Exercising State Ownership of Natural Resources: Preliminary Thoughts on Establishing a State-Owned Natural Resources Supervision and Administration Commission." **Jiangxi Social Science**, 6, 160.

EVERS, B. A. (2018) **Why Adopt the Sustainable Development Goals? The Case of Multinationals in the Colombian Coffee and Extractive Sector**. Master Thesis Erasmus University Rotterdam.

EVEREST-PHILLIPS, M. (2014). **Small, So Simple? Complexity in Small Island Developing States**. Singapore: UNDP Global Centre for Public Service Excellence.

FASOLI, E. (2018). The Possibilities for Nongovernmental Organizations Promoting Environmental Protection to Claim Damages in Relation to the Environment in France, Italy, the Netherlands, and Portugal. **Review of European Community and International Environmental Law**, 2017(26), 30–37.

FINKBEINER, M. (2014). The International Standards as the Constitution of Life Cycle Assessment: The ISO 14040 Series and Its Offspring. **Background and Future Prospects in Life Cycle Assessment**, 85-106.

FURTADO, C. (1974). **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK (2014). **World Cup footwork and Footprints: winners and losers**. Disponível em <http://footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/trends/world/>. Acessado em 20 de novembro de 2022.

GOLDSEKER, S. e MOODY, M. (2020). **Generation Impact: How Next Gen Donors Are Revolutionizing Giving**. John Wiley e Sons.

GOODLAND, R. e DALY, H. (1996). Environmental Sustainability: Universal and Non-Negotiable. **Ecological Applications**, 6(4), 1002–1017. Wiley.

GROSSKURTH, J. e ROTMANS, J. (2005). The Scene Model: Getting a Grip on Sustainable Development in Policy Making. **Environment, Development, and Sustainability**, 7, 135-151.

HARDI, P., BARG, S., HODGE, T. e PINTER, L. (2018). **Measuring sustainable development: Review of current practice**. Ottawa: Industry Canada.

HART, R. (1994). **Summary, conclusions and lesson learned from the SANRM/INFORUM Eletronic Conference on Indicators of Sustainability**. TDG.

HENS, L. e DE WIT, J. (2003). The development of indicators and core indicators for sustainable development: a state-of-the-art review. **International Journal of Sustainable Development**, 6(4), 436-459.

HODGE, T., HOLTZ, S., SMITH, C. e BAXTER, K. H. (1995). Pathways to sustainability: assessing our progress. Ottawa: NRTEE.

IMBACH, A., DUDLEY, E., ORTIZ, N. e SÁNCHEZ, H. (1997). **Mapeo analítico, reflexivo y participativo de la sostenibilidad – MARPS**. Cambridge: UICN.

INSTITUTO VOTORANTIM, 2023. Disponível em <https://www.institutovotorantim.org.br/sobre/>. Acessado em 8 de maio de 2023.

KANT, I. (2005). **Metafísica dos costumes e Outros Escritos**. São Paulo, SP: Martin Claret.

KELLY, K. L. (1998). "A systems approach to identifying decisive information for sustainable development." **European Journal of Operational Research**, 109(2), 452-464.

KLÖPFFER, W. (2008). Life cycle sustainability assessment of products: (with Comments by Helias A. Udo de Haes, p. 95). **The International Journal of Life Cycle Assessment**, 13, 89-95.

KOHLER, S. **The Aaron Diamond AIDS Research Center**.

KOLK, A. (2016). "The Social Responsibility of International Business: From Ethics and the Environment to CSR and Sustainable Development." **Journal of World Business**, 51(1), 23–34.

KUMAR, S., RAIZADA, A. e BISWAS, H. (2014). "Prioritizing Development Planning in the Indian Semi-arid Deccan Using Sustainable Livelihood Security Index Approach." **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, 21, 4. Taylor and Francis Group.

LAPUCCI, M. e CATTUTO, C. (2021). **Data Science for Social Good: Philanthropy and Social Impact in a Complex World**. Springer International Publishing AG.

LOBO, M. J., PIETRIGA, E. e APPERT, C. (2015). **An Evaluation of Interactive Map Comparison Techniques**. Proceedings of the 33rd Annual ACM Conference on Human Factors in Computing Systems (pp. 3573-3582).

LOPES, L. P. (2022). "As Negociações sobre Financiamento para o Desenvolvimento nas Nações Unidas: Histórico, Interesses e Perspectivas para a Atuação Brasileira." **Revista Tempo do Mundo**, (29), 29-56.

MALISHEV, M. (2014). "**Kant: Ética del Imperativo Categórico**." La Colmena, (84), 9-21.

MALTHUS, T. R. (1986). An essay on the principle of population (1798). **The Works of Thomas Robert Malthus**, London, Pickering & Chatto Publishers, 1, 1-139.

MCGREGOR, A. e SUMNER, A. (2010). "Beyond Business as Usual: What Might 3-D Wellbeing Contribute to MDG Momentum?" *IDS Bulletin*, 41(1), 104-112.

MCGREGOR, A., WATSON, N. e WILLIAMSON, R. (2012). **The Future of International Development and Philanthropy: Promoting Human Wellbeing in a Challenging Global Context**. Rockefeller Foundation, Resource Alliance, Institute of Development Studies (IDS). Disponível em <https://policycommons.net/artifacts/1847834/the-future-of-international-development-and-philanthropy/2594057/fragments/> Acessado em 17 de fevereiro de 2023.

MARTENS, P. (2006). "Sustainability: Science or Fiction?". **Sustainability: Science, Practice and Policy**, 2:1, 36-41.

MATOS, C. (1997). "Desenvolvimento Sustentável nos Territórios da Globalização: Alternativa de Sobrevivência ou Nova Utopia?" In BECKER, B. K. e MIRANDA, M. (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MAXWELL, S. (1999, February 3). The meaning and measurement of poverty. **Poverty Briefing**. Disponível em <https://simonmaxwell.net/aid-and-aid-management/the-meaning-and-measurement-of-poverty.html>. Acessado em 3 de julho de 2023.

MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. L., RANDERS, J. e BEHRENS III, W. W. (1972). **The Limits to Growth: A Report to the Club of Rome (1972)**. New York: Universe Books.

MENSAH, M. S. B. e ENU-KWESI, F. (2018). "Research Collaboration for a Knowledge-Based Economy: Towards a Conceptual Framework." **Triple Helix**, 5(1), 1-17.

MINAYO, M. C. (2005). "Conceito de Avaliação por Triangulação de Métodos." Em MINAYO, M. C., ASSIS, S. G. e SOUZA, E. R. (eds.), **Avaliação por Triangulação de Métodos. Abordagem de Programas Sociais** (pp. 19-51). Rio de Janeiro: Fiocruz.

MOLDAN, B., BILLHARZ, S. e MATRAVERS, R. (Eds.). (1997). **Sustainability indicators: A report on the project on indicators of sustainable development** (Vol. 58). Chichester: Wiley.

MONTALDO, C. R. B. (2013). **Sustainable development approaches for rural development and poverty alleviation & community capacity building for rural development and poverty alleviation**. Wonju: Yonsei University.

MOODY, M. (2022). **Philanthropy 1992–2022 What Difference Can 30 Years Make?** Dorothy A. Johnson Center for Philanthropy at Grand Valley State University.

OECD (2022). OECD Stat. **Private Philanthropy for Development**. Disponível em: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_PPF. Acessado em: 3 de julho de 2023.

ONU/PNUD (1991). **Desarrollo humano: informe 1991**. Bogotá. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD.

PERKINS, J. H. (1990). The Rockefeller Foundation and the green revolution, 1941–1956. **Agriculture and Human Values**, 7, 6-18.

PRESCOTT-ALLEN, R. (1997). **Barometer of Sustainability: Measuring and Communicating Wellbeing and Sustainable Development**. Cambridge: IUCN.

PRESCOTT-ALLEN, R. (2001). **The Wellbeing of Nations: A Country-by-Country Index of Quality of Life and the Environment**. Washington: Island Press.

RAMOS, J. V. V., TRANNIN, M. C. e RIBEIRO, M. S. C. (2020). "Avaliação Comparativa Preliminar Acerca dos Indicadores de Sustentabilidade." **Gestão Contemporânea**, 5(2).

RAYNAUT, C. (1997). **Les Sabels: Diversité et Dynamiques des Relations Sociétés-Natures**. Paris: Kartjal.

RIBEIRO, M. T. F. (2005). **Notas de Aula do Curso de Doutorado em Administração** [Notas de Aula]. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

RIST, G. (2001). **Le Développement: Histoire d'une Croissance Occidentale**. 2e édition: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques Paris.

ROCHA, D. G. e ALEXANDRE WEISS, V. P. (2019). "The Convergences Between the Sustainable Development Goals and National Agendas: The Brazilian Case." **Health Promotion International**, 34(Supplement_1), i46-i55.

ROSTOW, W. W. (1971). **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ROEYER, H., AHMAD, M., FOX, M. e MENON, S. (2020). **Funding Trends: Climate Change Mitigation Philanthropy**. ClimateWorks Foundation.

SACHS, I. (2004). **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond.

SAITH, A. (2006). **From Universal Values to Millennium Development Goals: Lost in Translation**. **Development and Change**, 37(6), 1167–1199.

SALA, S., REALE, F., CRISTOBAL-GARCIA, J., MARELLI, L. e PANT, R. (2016). "Life Cycle Assessment for the Impact Assessment of Policies." **Life Thinking and Assessment in the European Policies and for Evaluating Policy Options**, 28380.

SANCHEZ RAMIREZ, P. K. e PETTI, L. (2011). "Social Life Cycle Assessment: Methodological and Implementation Issues." **The USV Annals of Economics and Public Administration**, 11(1), 11-17.

SANER, R., YIU, L. e NGUYEN, M. (2019). "Monitoring the SDGs: Digital and Social Technologies to Ensure Citizen Participation, Inclusiveness and Transparency." **Development Policy Review** (Wiley).

SANTOS, K. R. F. e SOUZA, I. C. (2017). "O Imperativo Categórico Kantiano." In **Congresso Interdisciplinar**-ISSN: 2595-7732.

SCHUMPETER, J. (1989). **Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. Philadelphia: Porcupine. (Obra original publicada em 1939).

SCOPELLITI, M., MOLINARIO, E., BONAIUTO, F., BONNES, M., CICERO, L., DE DOMINICIS, S. e BONAIUTO, M. (2018). "What Makes You a 'Hero' for Nature? Socio-Psychological Profiling of Leaders Committed to Nature and Biodiversity Protection Across Seven EU Countries." **Journal of Environmental Planning and Management**, 61(5-6), 970-993.

SEARS, L. E., AGRAWAL, S., SIDNEY, J. A., CASTLE, P. H., RULA, E. Y., COBERLEY, C. R. e HARTER, J. K. (2014). "The Well-being 5: Development and Validation of a Diagnostic Instrument to Improve Population Well-being." **Population Health Management**, 17(6), 357-365.

SETÚBAL, J.L.E. e KISIL, M. (org.) (2022). **A Saúde infantil e o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira** [livro eletrônico]. FJLES. Disponível em: <https://fundacaojles.org.br/wp-content/uploads/2022/04/a-saude-infantil-e-o-desenvolvimento-sustentavel-da-sociedade-brasileira-FJLES.pdf>. Acessado em 16 de junho de 2023.

SHAHZALAL, M. D. e HASSAN, A. (2019). "Communicating sustainability: Using community media to influence rural people's intention to adopt sustainable behaviour." ("Communicating

Sustainability: Using Community Media to Influence Rural ...") **Sustainability**, 11(3), 812.

SIENA, O. (2008). "Método para avaliar desenvolvimento sustentável: técnicas para escolha e ponderação de aspectos e dimensões". **Production**, 18, 359-374.

SOARES JR, J. e QUINTELLA, R. H. (2008). "Development: An Analysis of Concepts, Measurement, and Indicators." **Brazilian Administration Review**, 5, 104-124.

SOARES JÚNIOR, J. S. (2015). **Teorias Sociais Implícitas nos Índices e Sistemas de Indicadores: Uma Contribuição Estatística ao Estudo do Desenvolvimento**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

SONNEMANN, G., GEMECHU, E. D., SALA, S., SCHAU, E. M., ALLACKER, K., PANT, R. e VALDIVIA, S. (2018). "Life Cycle Thinking and the Use of LCA in Policies Around the World." **Life Cycle Assessment: Theory and Practice**, 429-463.

THE SOUTH COMMISSION (1990). **Défis au Sud – Rapport de la Commission Sud**. Paris: Economica, 10-11.

SULLIVAN, F., THOMSON, K., MUNSON, A., KOCH, M., GRUBB, M. (2019). **The 'Earth Summit' Agreements: A Guide and Assessment: An Analysis of the Rio '92 UN Conference on Environment and Development**. Reino Unido: Taylor e Francis.

SWINGLAND, I. R. (Ed.). (2002). **Sustainable Development Strategies: A Resource Book** (Vol. 1). Londres: Earthscan.

TAYLOR, S. J. (2016). **A Review of Sustainable Development Principles: Centre for Environmental Studies**. África do Sul: University of Pretoria.

TEMPLE, S. A. (1992). **Conservation Biologists and Wildlife Managers Getting Together**. Wiley Online Library.

TOSUN, J. e LEININGER, J. (2017). **Governing the Interlinkages Between the Sustainable Development Goals: Approaches to Attain Policy Integration**. Global Challenges.

UBS PHILANTHROPY (2022). **Ten trends for Philanthropy in 2022**. Disponível em <https://www.ubs.com/global/en/ubs-society/philanthropy/blog/2022/ten-trends-for-philanthropy-in-2022.html>. Acessado em 16 de junho de 2023.

UKAGA, O., MASER, C. e REICHENBACH, M. (eds.). (2010). **Sustainable development: Principles, frameworks, and case studies**. CRC Press.

UNITED STATES. President (1945-1953: Truman), e Truman, H. S. (1949). **Inaugural Address of Harry S. Truman, President of the United States**: Delivered at the Capitol, Washington, DC, January 20, 1949. US Government Printing Office.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). (1996). **Human Development Report 1996**. New York: Oxford University Press.

UNITED NATIONS (2019). **Roadmap for Financing the 2030 Agenda for Sustainable Development 2019 – 2021**. Disponível em: <https://digitalfinancingtaskforce.org/about-the-task-force/>. Acessado em: 4 maio 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (2015). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. United Nations: New York (NY), USA.

VEIGA, J. E. (2005). **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond.

VINUESA, R., AZIZPOUR, H., LEITE, I., BALAAM, M., DIGNUM, V., DOMISCH, S. e FUSO NERINI, F. (2020). "The role of artificial intelligence in achieving the Sustainable Development Goals". **Nature communications**, 11(1), 233.

VISSER, W. (2017). **Our Common Future ("The Brundtland Report")**. World Commission on Environment and Development (1987). Sustainability Books (pp. 52-55). Routledge.

WACKERNAGEL, M. e REES, W. (1996). **Our ecological footprint: reducing human impact on the earth**. Gabriola Island, BC and Stony Creek, CT: New Society Publishers.

WHITE, S. C. (2009). Bringing wellbeing into development practice. **Wellbeing in Developing Countries Research Group Working Paper**, 9, 50.

ZAMAGNI, A., PESONEN, H. L. e SWARR, T. (2013). "From LCA to Life Cycle Sustainability Assessment: concept, practice, and future directions." **The International Journal of Life Cycle Assessment**, 18, 1637-1641.

ZHAI, T. e CHANG, Y. C. (2019). The contribution of China's civil law to sustainable development: Progress and prospects. **Sustainability**, 11(1), 294.

04

A filantropia de risco e o desenvolvimento da ciência



“A filantropia é adequada para fornecer o capital que financia investimentos de alto risco, mas também de alto potencial de retorno”

MILKEN INSTITUTE

INTRODUÇÃO

A filantropia vem tendo um papel cada vez mais importante na definição e no apoio à ciência e à tecnologia. É algo ainda negligenciado por pesquisadores e filantropos no Brasil, mas já bem estabelecido em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, e também na Comunidade Europeia, a ponto de se ter criado o termo *science philanthropy*, filantropia para a ciência ou, como usarei neste texto, filantropia científica.

O assunto recebeu mais atenção durante a pandemia de coronavírus, pois recursos da filantropia mostraram-se relevantes na pesquisa e na produção de vacinas e medicamentos. Foi um exemplo da contribuição essencial que o setor pode dar ao processo de desenvolvimento neste período de desafios globais entrelaçados, cujas identificação, análise e eventualmente superação são extremamente complexas.

Sabe-se que o financiamento das atividades científicas necessita de múltiplas fontes: governos, empresas e filantropos. O financiamento do governo é geralmente mais focado na pesquisa básica, embora o equilíbrio entre básica e aplicada dependa de políticas que variam de acordo com os líderes eleitos. As áreas de pesquisa e desenvolvimento do setor empresarial – que na maioria dos países responde pela maior parte dos recursos

– concentram-se em possíveis aplicações de interesse comercial (feitas a partir das pesquisas básicas) e no desenvolvimento de inovações e produtos que tragam vantagem competitiva em relação aos concorrentes e/ou permitam expansão de mercado.

Já a contribuição filantrópica, embora comparativamente pequena em termos monetários, pode ter uma influência desproporcionalmente grande – em especial porque os filantropos, ao contrário de CEOs e governantes, não têm obrigação de reportar suas decisões aos acionistas ou aos eleitores. A doação não substitui a pesquisa financiada pelo governo ou pelas empresas: tem função complementar e estratégica. Diferentemente do que ocorre no setor privado lucrativo, não há exigência de favorecer projetos com alta probabilidade de sucesso; ao contrário dos recursos públicos, não precisa haver preferência por pesquisadores estabelecidos, ligados a centros consolidados e envolvidos em pesquisas de baixo risco. Com a liberdade de quem lida com o próprio dinheiro, os filantropos, muitas vezes, desejam apoiar programas de pesquisa de alto risco e alta recompensa. E podem contar com um horizonte maior de tempo para obter resultados e com uma distribuição ágil de fundos. Trata-se de algo vital para a ciência e que a filantropia tem mais condições de fornecer (MICHELSON, 2020).

Infelizmente, no Brasil ainda se dá pouca atenção ao tema. A pandemia de coronavírus e a desfaçatez com que o governo Bolsonaro promoveu a descrença na ciência indicam como é importante explorar a participação privada no desenvolvimento científico, seja por meio da pesquisa básica ou da translacional (aquela que traduz o conhecimento básico em possibilidade de inovação e tecnologia para resolver problemas imediatos e claramente definidos).

Este capítulo vai abordar a constituição de sistemas nacionais de pesquisa e os desafios para financiá-los. Também abordará a missão da filantropia nessa área, com exemplos de casos no Brasil. Por fim, concluirá com pontos de atenção para o futuro da pesquisa.

O INVESTIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Um grande número de pesquisas sobre os fatores que determinam o progresso científico e tecnológico (FREEMAN, 1995; NELSON, 1993; e LUNDEVALL, 1992) trabalha com o conceito de sistema nacional de ciência e inovação. Trata-se de uma estrutura institucional, produto de ações planejadas ou de um somatório de decisões dearticuladas, que gera desde conhecimento básico até inovações, determinando o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas.

Tais arranjos envolvem universidades, institutos de pesquisa, laboratórios, cientistas, agências governamentais, empresas, empreendedores e fontes de financiamento. Albuquerque (1996) divide esses arranjos em três grandes categorias.

A primeira abrange os sistemas que mantêm alguns países na liderança do processo científico e tecnológico internacional. São sistemas maduros, que levam ao topo da produção científica (ou a muito próximo dele) e ao uso dessa produção para gerar novas tecnologias. Atualmente, esse grupo é composto por Estados Unidos, Japão e Alemanha, e ainda China, Inglaterra, França e Itália.

A segunda categoria abrange os sistemas cujo objetivo primordial é difundir inovações. São países com grande

dinamismo, não tanto para gerar conhecimento científico, mas para disseminá-lo, em razão de uma intensa atividade tecnológica (por vezes em nichos de mercado) que leva a absorver com criatividade os avanços criados nos centros da primeira categoria. É o caso de nações como Coreia do Sul, Dinamarca, Finlândia, Índia, Países Baixos, Suécia, Suíça e Taiwan.

Na terceira categoria estão países cujo sistema não foi exatamente construído, mas que nasceu de um conjunto de decisões desconexas. Brasil e Argentina estão nesse conjunto. A economia desse grupo de nações periféricas é fortemente voltada à exportação de minérios e grãos e, ainda que haja uma infraestrutura de ciência e tecnologia, ela é frágil, tem pouca relação com o setor produtivo e dá pequena contribuição à eficiência do desempenho econômico.

O Brasil criou um sistema nacional de ciência e tecnologia de razoável complexidade e funcionalidade, embora desconexo em sua aplicação. (ALBUQUERQUE, 1996). Esse sistema conta com as seguintes instituições (ABC, 2021):

- Universidades públicas: As pesquisas científicas ganharam corpo no país quando passaram a ser uma atividade essencial nessas instituições (CURY, 2005). Mesmo hoje, cerca de 90% dos estudos são desenvolvidos nesses centros, em especial nos programas de mestrado e doutorado (BUENO, 2014). Trata-se, portanto, do grande celeiro para futuros cientistas, devido aos programas de pós-graduação, geradores de pesquisas básicas, translacionais e de inovação e tecnologia. Destacam-se, além das universidades federais (como UFRJ, UFRGS e UFMG), as estaduais (como USP, Unesp, Unicamp e Uerj).

- Institutos de pesquisa: Têm foco em áreas específicas e são voltados à pesquisa aplicada. Há institutos federais – como Inpe (pesquisas espaciais), Inpa (pesquisas da Amazônia), Fiocruz (saúde) e unidades da Embrapa (agropecuária) – e estaduais (como Adolfo Lutz e Butantan, em São Paulo).
- Laboratórios nacionais: Grandes estruturas, dotadas de condições para realizar pesquisas importantes. Um exemplo é o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, com o anel acelerador Sirius.
- Instituições de educação profissional, científica e tecnológica: Orientam a pesquisa aplicada a questões locais e temáticas. Há instituições públicas, como os Cefet, e privadas sem fins lucrativos, como o Senai.
- Empresas: Os centros de pesquisa de grandes e médias empresas são os principais desenvolvedores de inovações voltadas ao mercado. Recentemente, também assumiram essa frente *startups* e pequenas empresas de base tecnológica, por vezes agrupadas em incubadoras e parques tecnológicos.

Esse sistema é organizado em diversas camadas, identificadas a seguir (ABC, 2021):

- Grupos de pesquisa: Compostos por pesquisadores e estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado, são a base do sistema. Há 37.640 deles, distribuídos por 531 instituições (quase sempre universidades), segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Juntos, esses grupos somam 199.566 pesquisadores.

- Sistema nacional de pós-graduação: O Brasil contava, em 2020, com 4.560 programas de pós-graduação autorizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Eles estão ligados a 544 instituições, que abrigam 7.064 cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado.
- Projetos temáticos: Projetos colaborativos, voltados a problemas específicos e nos quais os pesquisadores compartilham metodologias e materiais.
- Núcleos: Grupos de pesquisadores de pós-graduação nos quais os estudiosos trabalham em projetos complementares e compartilham equipamentos de maior porte, como biotérios.
- Institutos virtuais de pesquisa: Centros e institutos que se juntam em estruturas multidisciplinares, voltadas a temas específicos e dotadas de grande número de pesquisadores.
- Redes de pesquisa: Grupos regionais ou nacionais voltados à solução de grandes problemas, como Sibratec, SisFóton, Rede Vírus/MCT e Rede BioNorte.

O financiamento desse sistema conta com atores importantes. O CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), fomenta a pesquisa científica e tecnológica e incentiva a formação de pesquisadores. Concede bolsas para desenvolvimento de recursos humanos em universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional, tanto no Brasil como no exterior (HAFIZ e BUENO, 2022). A Capes, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é responsável pela pós-graduação *stricto sensu* (mestrado

e doutorado). Além de dar bolsas de estudo em instituições brasileiras e estrangeiras, avalia programas de pós-graduação, ajuda na divulgação da produção científica e promove parcerias internacionais. Outro órgão importante é a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), criada em 1967 para incentivar o desenvolvimento tecnológico. Em 1969, surgiu outro pilar importante, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para investir em programas e projetos da área. Hoje, sua gestão fica a cargo da Finep.

A esse arcabouço somam-se as fundações estaduais de amparo à pesquisa, com destaque para as de São Paulo (Fapesp), Rio de Janeiro (Faperj) e Minas Gerais (Fapemig). Essas instituições fomentam a ciência e a tecnologia em cada estado, além de contribuírem com intercâmbios, parcerias e divulgação científica.

Trata-se de uma estrutura que tem produzido resultados relevantes, embora sofra de vários problemas (GOLDONI, 2017). Entre eles o papel centralizador e hegemônico do Ministério de Ciência e Tecnologia; o corte contínuo dos recursos destinados ao setor, especialmente pelo governo federal; a falta de planejamento de longo prazo; e a destinação da escassa verba para inovações de ganho econômico imediato, sem dar atenção adequada ao desenvolvimento científico como alavanca poderosa para as futuras necessidades do desenvolvimento nacional.

A perda de recursos é um problema central. Costa e Costa (2022) mostram que, de 2015 a 2021, os montantes para o CNPq e para a Capes encolheram significativamente. No CNPq, os valores liquidados caíram 57,52% – de R\$ 2,290 bilhões para R\$ 972,702 milhões. Na Capes, a queda foi de 69,65% – R\$ 10,928 bilhões para R\$ 3,317 bilhões.

Nas universidades federais (incluindo os hospitais universitários), o recuo foi de 2,13%: de R\$ 61,023 bilhões para R\$ 59,726 bilhões.

Entre 2018 e 2022, os cortes foram aprofundados. Mais ainda, nesse período ganhou força um comportamento anticiência, liderado pelo próprio presidente da República, que ignorava evidências científicas e adotava posições de movimentos fundamentalistas socialmente conservadores (CHAVES et al., 2022). Esses obstáculos vieram se juntar a dificuldades estruturais bastante sérias:

- Embora haja quantidade expressiva de pessoas interessadas em atuar em ciência, as oportunidades de emprego foram muito reduzidas. Os salários de início de carreira, baixos e pouco atrativos, estão defasados em relação aos valores de mercado, levando pesquisadores a emigrarem para países onde o apoio à ciência e ao cientista está consolidado. É a já conhecida “fuga de cérebros”.
- Nas universidades públicas, professores e cientistas costumam ser funcionários públicos, muitas vezes com dedicação exclusiva e atuação em tempo integral. Isso dá estabilidade de emprego, mas por vezes cria acomodação, propiciada por um ambiente pouco competitivo e dependente dos recursos limitados do governo.
- As verbas restritas impactam a qualidade e, sobretudo, limitam o escopo dos estudos: torna-se mais comum a convalidação de pesquisas já realizadas em outros centros, algo que geralmente pouco influencia os rumos do desenvolvimento científico nacional.

Nesse cenário, quem financia o investimento em pesquisa direcionada à tecnologia no Brasil é o setor privado. Nove em cada dez empresas aplicam recursos próprios em inovação – só 10% recorrem a linhas de financiamento público, segundo uma sondagem divulgada em 2022 pela CNI (EXAME, 2022). Algo semelhante ocorre em outros países, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2015). Em 2017, os Estados Unidos aportaram US\$ 548 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D), dos quais 62% foram despendidos por empresas privadas e 23% pelo setor público. Mesmo na China a participação do setor privado é de 79% (DE NEGRI, 2022).

PESQUISA E INOVAÇÃO RESPONSÁVEL (PIR)

O panorama aqui traçado indica que fundos adicionais vindos do setor sem fins lucrativos podem ser extremamente relevantes. Uma maneira de entender melhor a tarefa que a filantropia científica pode e deve assumir é recorrer ao conceito de Pesquisa e Inovação Responsável (PIR), desenvolvido nas ciências políticas (ZANIN et al., 2021).

De saída, frise-se que nem sempre é possível identificar o que é uma pesquisa ou inovação responsável, seja para a ciência, seja para a sociedade, como mostram dois casos.

Em 1939, Albert Einstein foi um dos cientistas que assinaram uma carta endereçada ao então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, alertando que a Alemanha poderia desenvolver uma bomba atômica. O documento contribuiu para a criação do Projeto Manhattan, que levou os próprios EUA a produzirem bombas atômi-

cas – e, de fato, em 6 e 9 de agosto de 1945 os norte-americanos lançaram duas delas sobre as cidades japonesas de Nagasaki e Hiroshima, matando cerca de 220 mil pessoas. Depois da guerra, Einstein lamentou profundamente ter assinado a carta. Ele teria dito: “se eu soubesse que os alemães não conseguiriam construir a bomba atômica, nunca teria levantado um dedo” (JUNGK, 1956). Seria justo considerar Einstein responsável pelo desenvolvimento da bomba atômica dos EUA? Seria justo responsabilizá-lo pelo lançamento de duas bombas atômicas e, consequentemente, pela morte de milhares de pessoas? Ou, dado seu conhecimento sobre o uso nuclear para fabricar bombas, alertar o presidente dos EUA por meio de uma carta seria mesmo o mais razoável a fazer?

Outro caso remonta a 1980, quando um cientista da Universidade de Utah, Mario Capecchi, pediu recursos para o NIH (Institutos Nacionais de Saúde, conglomerado de instituições ligadas ao Departamento de Saúde dos Estados Unidos). Seu pedido envolvia três projetos; os revisores do NIH gostaram de dois, baseados em pesquisas anteriores de Capecchi, mas rejeitaram de forma unânime um terceiro, relacionado a direcionamento de genes em células de mamíferos (BERG, 2008). Os avaliadores consideraram baixa a probabilidade de um DNA recém-introduzido encontrar sua sequência correspondente no genoma hospedeiro. O NIH decidiu conceder os recursos que Capecchi pedira, mas recomendou fortemente que ele abandonasse o projeto visto com ressalvas pelos revisores. O pesquisador fez o contrário: colocou quase todos os esforços no terceiro projeto. “Foi uma grande aposta. Se eu não conseguisse obter resultados importantes dentro do prazo designado, o financiamento do NIH teria chegado a um fim abrupto e não estaríamos falando sobre segmentação de genes até hoje”, disse ele mais tarde.

Capecchi e sua equipe obtiveram evidências fortes de que era viável direcionar genes em células de mamíferos, de modo que, em 1984, o financiamento foi renovado com entusiasmo pelo NIH. “Estamos felizes por você não ter seguido nosso conselho”, disseram os revisores. A história não para por aí. Em setembro 2007, Capecchi, com Oliver Smithies e Martin Evans, ganhou o prêmio Nobel por desenvolver camundongos *knockout* – camundongos nos quais os pesquisadores, em laboratório, inativam (ou “nocauteiam”) um gene e o substituem ou o interrompem com um gene artificial de DNA. O achado foi importante para entender melhor a função de milhares de genes de mamíferos e fornecer modelos para pesquisas de terapias gênicas voltadas a humanos.

Os dois casos mostram cientistas convictos de seu ponto de vista, e ecoam alguns aspectos de um problema complexo, chamado de dilema de Collingridge (COLLINGRIDGE, 1980; GENUS e STIRLING, 2018), que evidencia a dificuldade prática de controlar o desenvolvimento científico e tecnológico. Nas fases iniciais, quando as inovações ainda são adaptáveis, é mais fácil intervir para evitar efeitos indesejados no futuro; mas nessa etapa os efeitos futuros em geral são desconhecidos, incertos ou simplesmente imprevisíveis. Conforme a tecnologia é desenvolvida e difundida, seus efeitos ficam mais claros – mas nesse ponto controlar as consequências ou redirecionar o desenvolvimento torna-se mais difícil.

Muitos defendem que qualquer inovação deve ser adotada imediatamente se resolver um problema de forma mais simples, rápida, barata ou com melhor qualidade. De fato, quase sempre a adoção é quase instantânea. O dilema de Collingridge, porém, é real. Ninguém nega a

utilidade de um telefone celular conectado à internet, mas também não se pode negar seu potencial de causar dependência nem as múltiplas possibilidades de ser indevidamente utilizado, especialmente por crianças e adolescentes.

Debates como esses assinalam a importância do conceito de Pesquisa e Inovação Responsável. Sistematizado pela primeira vez em 2011, ele nasceu de várias tentativas de descrever a relação entre ciência e sociedade, particularmente de debates sobre como antecipar as consequências das descobertas e das tecnologias (VON SCHOMBERG, 2011). Num primeiro momento, foi definido como um processo em que pesquisadores e atores sociais são corresponsáveis por assegurar a ética, a aceitabilidade, a sustentabilidade e a conveniência social do processo de inovação e dos produtos que surgem a partir dele.

Nos últimos anos, a noção de inovação responsável passou a refletir a ideia de que as pesquisas e suas descobertas precisam estar alinhadas aos valores, às demandas e às expectativas da sociedade (RIP, 2018). Desde a fase da formulação da proposta os desenvolvedores devem antecipar os usos potenciais de sua pesquisa e indicar possíveis consequências sociais, riscos e benefícios (OWEN et al., 2013; VAN DEN HOVEN, 2013; EUROPEAN COMMISSION, 2017; STILGOE et al., 2013).

O termo “inovação responsável” pode, assim, ser usado para se referir a tudo o que convida, estimula, potencializa, fomenta, implica ou incentiva uma ação responsável dos cientistas, de suas instituições e de eventuais apoiadores financeiros. Quatro dimensões costumam ser destacadas:

- Antecipação de possíveis consequências sociais (riscos e benefícios) das inovações, buscando prever a capacidade delas de retroalimentar o próprio processo de inovação.
- Contribuição aos valores, às expectativas e às promessas para uma sociedade sustentável.
- Envolvimento de todas as partes interessadas: sempre que possível, ouvir, discutir e incluir as opiniões nas decisões sobre a pesquisa proposta.
- Compromisso em responder às necessidades, aos valores, às expectativas da sociedade e aos elementos que surgem durante o desenvolvimento e a aplicação das inovações.

Note-se que a inovação responsável implica pelo menos uma corresponsabilidade de financiadores e pesquisadores. Se adotadas ou exigidas pelos doadores, as quatro dimensões podem influenciar diretamente os cientistas a adotarem práticas socialmente responsáveis. Assim, a filantropia não apenas apoiaria estudos importantes em direitos humanos (como diversidade, equidade e inclusão social), mas também valorizaria tais assuntos no próprio trabalho de pesquisa básica ou translacional.

Esse tipo de acordo entre filantropos e desenvolvedores é mais fácil nas pesquisas incrementais, aquelas em que o conhecimento avança de modo progressivo, sistemático, com mais previsibilidade em cada etapa. Já as descobertas radicais, que exploram abordagens não testadas, envolvem mais incertezas e incógnitas – um processo ainda pouco compreendido, pouco previsível.

Do momento Eureka! de Arquimedes à contemplação de Newton supostamente interrompida pela queda de uma maçã, a sorte (e às vezes o talento) desempenha um papel essencial. Mas mesmo se a sorte e o talento esgotarem a lista de ingredientes necessários para produzir avanços, estamos sempre diante do imponderável. Inovar envolve muitas incertezas e incógnitas – assim como as consequências de uma inovação para a sociedade. Porém, mesmo diante dessas incertezas há autores (VAN DEN HOVEN et al., 2015) que defendem ser possível atribuir responsabilidade ao pesquisador que desconsidere os riscos dos resultados de suas pesquisas. Na avaliação deles:

1. O agente da ciência é um agente moral, que atua intencionalmente. Sabe quais são as implicações do conhecimento ou da inovação e, portanto, se farão bem ou mal para a sociedade.
2. O agente da ciência atua com liberdade, não é coagido a tomar essa ou aquela decisão em seu trabalho.
3. Há uma relação causal entre as ações do agente e o produto ou serviço resultante, pelo qual o agente deve ser responsabilizado.
4. O agente sabe se fez ou não algo errado e, portanto, pode ser apontado como culpado dos resultados e impactos que são causados pela inovação.

Cabe observar que a liberdade do cientista é relativa. Esse profissional geralmente trabalha em universidades, centros de investigação, laboratórios ou organizações que estabelecem regras de conduta baseadas em códigos de ética ou em decisões de comitês de ética.

INOVAÇÕES QUE DEMANDAM ATENÇÃO

As inovações mais controversas ocorrem sobretudo em áreas como biotecnologia, neurociência e suas interfaces com a tecnologia de ponta. Quais serão os impactos da clonagem? A inteligência artificial vai superar a inteligência humana? Os seres humanos serão substituídos por máquinas, em especial os menos eficientes, como aqueles que têm deficiência mental ou física?

Frente a tais indagações, a maioria dos cientistas aplica o que se chama de “princípio da prevenção” e “princípio da precaução” (CEZAR e ABRANTES, 2003). O primeiro indica o uso de estratégias para lidar com efeitos danosos, conhecidos e preveníveis, resultantes de certas inovações. Já o segundo indica estratégias para lidar com a incerteza, com a impossibilidade de antecipar as consequências de uma inovação. Se as consequências potenciais de uma pesquisa ou inovação para a sociedade podem ser catastróficas, seu avanço deve ser restringido ou mesmo interrompido, até que as evidências científicas confirmem ou não que esse perigo exista.

Tais questões têm sido levantadas com frequência na área de tecnologia de informação (TI), particularmente em internet das coisas, inteligência artificial, aprendizado de máquina e nanotecnologia.

A internet das coisas (*internet of things*, ou IoT) é um salto tecnológico que depende da inovação em vários campos, desde sensores sem fio até nanotecnologia (MADAKAM et al., 2015; ROSE, ELDRIDGE e CHAPIN, 2015). Ela identifica, automatiza e controla um conjunto de objetos (dotados de sensores e softwares) que trocam dados entre si e com o usuário. Permite estreitar a liga-

ção entre o mundo físico e o virtual, contribuindo para o próprio desenvolvimento do conhecimento.

A inteligência artificial diz respeito a dispositivos e softwares capazes de emular alguns aspectos do comportamento e do pensamento humano. De maneira simplificada, ela funciona a partir da coleta e da combinação de um grande volume de dados, seguidas da identificação de determinados padrões nesse conjunto. Com esse processo, que geralmente se dá por meio do uso de algoritmos, o software consegue tomar decisões e realizar tarefas de maneira autônoma. São exemplos de IA no nosso dia a dia: assistentes de voz, reconhecimento facial, algoritmo de redes sociais.

Já o aprendizado de máquina é um campo da inteligência artificial composto por regras e procedimentos que permitem aos dispositivos tomarem decisões baseadas em experiências anteriores, ou seja, uma base de dados coletados previamente. Existem três tipos de aprendizado de máquina:

- **Supervisionado:** quando um algoritmo é “treinado” com dados previamente disponibilizados, de forma que, a cada novo dado de entrada, o algoritmo é informado e atualizado;
- **Não supervisionado:** quando um algoritmo tenta encontrar um padrão em um conjunto de dados não previamente classificados; e
- **Por reforço:** gerado por um algoritmo que aprende a partir de suas próprias ações, basicamente por tentativa e erro; a ação é ajustada com um sistema de recompensas e punições.

A escolha do tipo de aprendizado da máquina é definida com base no problema que sua aplicação está tentando resolver. Em seus diferentes usos, essas tecnologias agilizam processos internos tanto na pesquisa básica quanto na translacional e na inovação tecnológica. Abrem-se novas possibilidades também na filantropia. Elas têm potencial, por exemplo, para compreender e prever riscos, criar automaticamente respostas rápidas para determinadas situações e reduzir perdas financeiras, erros de funcionários e ameaças cibernéticas. Um exemplo é o aplicativo Direct Cash (Dinheiro Direcionado), que permite a doadores estabelecer condições (contribuição “direcionada”) para as organizações beneficiadas e negociar com elas, eventualmente de forma anônima (JAIN e SIMHA, 2018). Embora alguns elementos do sistema sejam emprestados de tecnologias existentes – criptomoeda e blockchain –, ele usa uma linguagem simplificada para facilitar a participação do usuário (CARDOSO e CARDOSO, 2017).

Estamos falando, portanto, das áreas que mais têm avançado e que sinalizam maior potencial de mudar o mundo em que vivemos. Não parece haver dúvidas de que passou da hora de colocar ciência e tecnologia no centro da estratégia de desenvolvimento de um país – e, para o que nos interessa aqui, no centro de uma estratégia filantrópica. Mas, infelizmente, muitos países, como o Brasil, seguem na contramão dessa tendência.

A FILANTROPIA E O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA

Para lidar com a incerteza dos problemas complexos que afetam o desenvolvimento da sociedade, a ciência tem um papel único e essencial ao testar hipóteses e

gerar conhecimentos. Mas exige que a filantropia altere sua maneira de atuar: em vez de estabelecer uma estratégia baseada em modelo preditivo (isto é, que busca padrões para saber as próximas tendências), adotar um modelo emergente que melhor se adapte à complexidade da sociedade (MINTZBERG et al., 1998). Neste modelo se aceita que uma estratégia esteja constantemente em revisão, à medida que necessita se adaptar à realidade em transformação.

A estratégia emergente, embora baseada na intenção do filantropo, reage às circunstâncias para garantir que os recursos sejam aplicados onde há melhor oportunidade. Para isso, deve-se trabalhar com três princípios centrais da teoria da complexidade: cocriar a estratégia (envolver as diversas partes interessadas), considerar fatores que possam ter impacto positivo ou negativo e melhorar a capacidade de lidar com questões complexas.

Todos os atores sociais, incluindo o filantropo, devem participar do sistema que pretendem mudar. E todo sistema depende de múltiplas organizações, que, se agirem de forma conjunta, precisam ter claro que o comportamento de uma afeta todas as outras. Por isso a criação deve ser cocriação e a evolução, coevolução.

Algumas organizações filantrópicas acreditam que têm a obrigação de manter a confiança do público e, assim, restringem sua capacidade de agir em assuntos controversos. Porter e Kramer (1999) avaliam o contrário: o setor sem fins lucrativos, por ser independente tanto do governo quanto do mercado, deve gerar controvérsia, experimentar ideias e admitir riscos maiores. Para muitos, o risco é inerente à filantropia e, portanto, ao filantropo que pretende ser inovador.

Ao decidir a que área vai direcionar seus recursos, o doador tem liberdade quase ilimitada. Mesmo se restringir o foco à ciência, haverá incontáveis possibilidades. Pode estimular novos campos de pesquisa, avançar nos existentes, estimular pesquisas interdisciplinares. Pode apoiar acadêmicos gabaritados, estudantes ou pesquisadores em ascensão. O foco pode ser nacional ou internacional, orientado para o presente ou para o futuro, para impacto imediato ou de longo prazo. Os recursos podem ir para indivíduos, para montagem de equipes, desenvolvimento de centros ou institutos, criação de organizações a partir do zero. O financiamento pode ser distribuído em pequenas doações para diversas organizações ou projetos ou concentrar-se em uma instituição de referência. Pode ser de duração limitada, para iniciar um esforço de pesquisa, ou cobrir um grande período, para assegurar que os beneficiários tenham uma sólida infraestrutura financeira sobre a qual desenvolver suas atividades. O dinheiro pode ser voltado a projetos específicos ou para apoio geral. Os riscos podem ser assumidos ou evitados.

A forma como os filantropos fazem tais escolhas depende de diferentes fatores: como encaram a missão de suas doações, seu histórico de envolvimento institucional, a orientação de membros dos conselhos de sua instituição, os interesses e a experiência de suas equipes, as necessidades dos pesquisadores etc.

No entanto, deve-se lembrar que a ciência conta com processos próprios de avaliar os méritos de um projeto ou a qualificação de um pesquisador. Ela dispõe de comitês de avaliação – o que, para a abordagem deste livro, significa que a avaliação raramente é uma questão específica do filantropo. Mas esses comitês são fundamentais para o próprio processo decisório do doador –

para o qual seria um grande desafio destrinchar o currículo de cada pesquisador ou avaliar a relevância de uma pesquisa para determinado campo científico (DAVYT e VELHO, 2000). Além disso, é importante reconhecer que o impacto futuro está no centro da questão. Afinal, a pergunta essencial é: qual proposta, ou qual cientista, atual ou futuro, terá mais sucesso ao receber uma doação?

Qualquer que seja o caso, o conceito de Pesquisa e Inovação Responsável é um elemento importante a ser considerado. A Tabela 1 destaca como as grandes dimensões do PIR devem ser valorizadas em três níveis de intervenção: indivíduos, instituições e redes.

TABELA 1
As dimensões da inovação responsável, por tipo de intervenção

DIMENSÃO	INDIVÍDUOS	INSTITUIÇÕES	REDES
Ações de antecipação	Apoiar os pesquisadores em início de carreira.	Criar centros de pesquisa voltados a novas áreas de conhecimento.	Apoiar cientistas e instituições para estabelecerem ações colaborativas.
Ações de deliberação e inclusão	Apoiar iniciativas que aumentem a diversidade, a equidade e a inclusão de grupos sociais minoritários nas organizações científicas.	Apoiar a mudança de cultura, políticas e práticas das organizações para aplicação dos critérios de diversidade, equidade e inclusão.	Apoiar mecanismos de deliberação e inclusão envolvendo múltiplos grupos de interesse.
Ações reflexivas e responsáveis	Incentivar o uso dos princípios do PRI pelas organizações e pelos cientistas a serem financiados.	Incentivar mecanismos internos de revisão permanente dos procedimentos para apoiar futuras necessidades da ciência e da própria filantropia.	Apoiar a criação e a operação de parcerias colaborativas multi-institucionais que reflitam os valores e interesses da organização filantrópica.

Fonte: MICHELSON, 2020. p. 54

Apoiar indivíduos geralmente significa conceder bolsas de estudo ou premiação, preferencialmente por meio de um processo de seleção de jovens cientistas em áreas de interesse da organização filantrópica. Já o apoio a instituições normalmente é feito por meio da criação de entidades ou da modernização de centros de pesquisa, institutos ou departamentos acadêmicos. Por fim, o apoio a redes ajuda a consolidar os outros dois tipos de intervenção e implica priorizar compartilhamento de conhecimento, ações de caráter colaborativo multi-institucional, alianças de cientistas nacionais e internacionais, estabelecimento de ações conjuntas (como agenda de futuras pesquisas) ou formação de grupos de interesse (*advocacy e lobby*) para mudar ou defender leis ou mobilizar recursos públicos ou privados. Além desses modos de apoio (MICHELSON, 2020), os filantropos por vezes financiam diretamente projetos de pesquisa propostos por cientistas. Todas as estratégias podem (e devem) envolver colaboração entre filantropos, e mesmo com o governo e a indústria.

Essas diversas modalidades têm desempenhado um papel proeminente nas ciências dos países ditos desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Austrália e, mais recentemente, China). O apoio às universidades e aos centros de pesquisa, muitas vezes desde a criação deles, levou Hall a afirmar: “Nenhuma força isolada é mais responsável pelo surgimento da universidade moderna na América do que a doação de indivíduos e fundações” (HALL, 1992, p. 403).

Nos Estados Unidos, instituições acadêmicas rotineiramente buscam recursos de fundações para atender às necessidades institucionais ou para construir edifícios

e laboratórios, criar departamentos e cátedras, incrementar fundos patrimoniais ou trazer novos cientistas (CLOTFELTER, 2007; BACCHETTI e EHRLICH, 2007).

Segundo uma pesquisa publicada pelo Council for Advancement and Support of Education, as universidades norte-americanas receberam US\$ 59,5 bilhões em doações em 2022, uma alta de 12,5% em relação aos US\$ 52,9 bilhões do ano anterior (KAPLAN, 2023). Os dados sinalizam que os filantropos estão fazendo muito mais do que doações pontuais: envolvem-se cada vez mais em *advocacy*, formulação de políticas e reformas estruturais (HADDAD e RECKHOW, 2018; RECKHOW e SNYDER, 2014). Isso é especialmente verdadeiro entre as grandes organizações, como a Fundação Bill e Melinda Gates (TOMPKINS-STANGE, 2016). Deve-se sublinhar, porém, o importante papel dos ex-alunos: as doações desse grupo respondem por 23% dos fundos anuais arrecadados pelas universidades dos EUA (KAPLAN, 2023).

As evidências indicam que, para atrair recursos filantrópicos, uma universidade ou um centro de pesquisa precisa atender alguns requisitos básicos, como:

- O nível mais alto da hierarquia da universidade ou do centro de pesquisa tem de se engajar na captação de recursos, ser corresponsável por essa tarefa de maneira contínua – mesmo quando se muda a liderança;
- O uso de consultores externos só deve ocorrer na captação inicial. A instituição deve desenvolver uma unidade própria com esse objetivo, formada por equipe específica, metas, propósitos, planos de arrecadação, bancos de informações sobre doadores nacionais e estrangeiros. Assim, é possível criar relações sólidas

entre os filantropos, a comunidade acadêmica e a equipe de captadores;

- A visão e a missão para o uso dos recursos doados ao desenvolvimento científico devem ser claras e estar vinculadas à estratégia definida no próprio desenvolvimento institucional; e
- Criação e manutenção de banco de dados sobre ex-alunos (onde atuam, quais são os mais interessados em doar), para incentivá-los a contribuir com a universidade onde se formaram.

O PROCESSO DECISÓRIO DE ALGUNS DOADORES

Nunca a humanidade dispôs de tão vasta quantidade de dados sobre seu próprio comportamento. Esses dados alimentam algoritmos que ampliam as capacidades de análise e permitem a pesquisadores, empresas, governos e filantropos fazer melhor uso das informações. Com a inteligência artificial e o aprendizado de máquina, reforça-se o processo de decisão que envolve temas complexos como o desenvolvimento das ciências (GILLESPIE, 2014). A tomada de decisão baseada em algoritmos pode melhorar a eficiência geral das organizações, inclusive das filantrópicas, otimizando processos burocráticos, fornecendo respostas em tempo real e prevendo resultados (SUNSTEIN, 2021). Uma tarefa antes exclusivamente humana passar a ter apoio da própria ciência (CHALFIN et al., 2016).

A capacidade humana de decidir muitas vezes mostrou limitações significativas, gerou resultados ineficientes ou até injustos (AKERLOF e SHILLER, 2010; FISKE, 1998; SAMUELSON e ZECKHAUSER, 1988; TVERSKY e

KAHNEMAN, 1974). Talvez por isso, os algoritmos são vistos como uma garantia de maior objetividade, de compromisso mais firme com evidências, de melhor compreensão de nossas necessidades.

No entanto, estudiosos e ativistas vêm apontando uma série de questões sociais, éticas e legais associadas à tomada de decisões algorítmicas, incluindo viés, preconceito (BAROCAS e SELBST, 2016; SWEENEY, 2013), falta de transparência e de responsabilidade (CITRON e PASQUALE, 2014; PASQUALE, 2015; ZARSKY, 2016). Em razão de preconceitos dos tomadores de decisão e/ou da sociedade, as máquinas podem reproduzir ou, pior, ampliar padrões de discriminação (PAGER e SHEPHERD, 2008). Felizmente, há uma consciência cada vez maior sobre os efeitos prejudiciais dos vieses discriminatórios, a opacidade de algumas estruturas algorítmicas e a necessidade de reduzir ou eliminar esses problemas.

Face a tais dilemas, vale explorar como alguns doadores estabeleceram seus processos decisórios: como, com quem, onde e por que financiam determinado projeto, grupo de pesquisa ou instituição.

A destinação de recursos para pesquisa pode ser considerada em duas dimensões. Em primeiro lugar, está a distinção tradicional entre pesquisa básica e pesquisa translacional. Stokes (1997) destaca que ambas pertencem a um *continuum*, desde o estágio inicial de pesquisa básica até os estágios posteriores, em que projetos voltados ao mercado geram produtos e serviços com financiamento da indústria (AGHION et al., 2008).

Uma segunda dimensão é o grau de importância da filantropia para a pesquisa, em comparação à de outros

financiadores, como governos ou empresas. A questão é saber se os recursos filantrópicos preenchem lacunas de financiamento, se promovem disciplinas ou áreas específicas.

Com base nessas dimensões, Murray (2013) classificou alguns importantes filantropos, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2
Abordagens de grandes filantropos no apoio à ciência

		CONTINUUM DA PESQUISA	
		Básica	Translacional
NÍVEL DE FINANCIAMENTO EXISTENTE	Alto	Howard Hughes Filantropo que amplia as bases de um conhecimento já bem financiado.	Milken Filantropo que visa aumentar os recursos para acelerar os resultados.
	Baixo	Medici e Myhrvold Filantropo que preenche lacunas nos conhecimentos básicos existentes.	Gates Filantropo cuja missão é identificar vazios relevantes nos estudos translacionais.

Murray (2013)

Na tabela, cada quadrante é identificado com um tipo de filantropo. No quadrante inferior esquerdo, o exemplo é o de uma abordagem tradicional, com investimentos baixos em cada projeto. Esse tipo de filantropo faz aportes pequenos em pesquisa básica, em áreas pouco atrativas para outros filantropos. É caso de Cosimo de Medici, no Renascimento (HANKINS, 1990); homem culto, mecenas de literatos e humanistas e criador de bibliotecas, via o desenvolvimento intelectual como fundamento da formação do indivíduo. Um exemplo mais recente é o de Nathan Myhrvold, que investe em áreas subfinanciadas como a paleontologia (MYHRVOLD, 1998).

No quadrante inferior direito, o exemplo é o de Bill Gates, que estabeleceu o programa de doação Gatesfunding para financiar lacunas de conhecimento que permitissem impulsionar as ciências, especialmente na busca de vacinas e novos fármacos. Os recursos são relativamente baixos e orientados para pesquisas translacionais. Seu objetivo é acelerar o desenvolvimento e a distribuição de vacinas e fármacos para doenças que afetam as populações mais pobres. Assim, transforma explícita e dramaticamente o nível geral de apoio à pesquisa sobre patologias virais e bacterianas.

No quadrante superior esquerdo, o exemplo é o de Howard Hughes. Ele despendeu um grande volume de recursos para construir o Howard Hughes Medical Institute (HHMI), organização filantrópica com foco na pesquisa biomédica básica e na educação científica (HHMI, 2023). O instituto investe quase US\$ 700 milhões por ano com o objetivo declarado de “ultrapassar os limites do conhecimento” em algumas áreas da biomedicina e da biologia. Isso implica fornecer de maneira continuada e permanente fortes incentivos para descobertas científicas de grande impacto (MANSO, 2011). Uma de suas práticas é apoiar por longos períodos (cinco anos, normalmente renovados pelo menos uma vez) pesquisadores com alto potencial de sucesso em suas investigações. Assim, tem como meta “selecionar pessoas, e não projetos”.

Por outro lado, filantropos como Michael Milken (no quadrante superior direito da tabela) fazem doações vultuosas para pesquisa translacional aplicada a doenças específicas (DEVOL, LEE e RATNATUNGA, 2017), permitindo que seus beneficiários busquem outros recursos, seja de governo ou de empresas (AZOULAY, GRAFF ZIVIN e MANSO, 2011).

De qualquer modo, geralmente a filantropia científica, embora estratégica, envolve recursos significativamente mais baixos do que o financiamento público ou empresarial. Assim, os modelos de doação, moldados pela tradição filantrópica dos Estados Unidos desde 1850, foram se redefinindo de acordo com o próprio avanço científico, ora preenchendo lacunas onde outras fontes são limitadas, ora contribuindo com aportes adicionais em áreas já bem provisionadas.

O PAPEL DOS CIENTISTAS

Os custos crescentes de fazer ciência, e as pressões de vários lados sobre os orçamentos dos governos, têm impactado o financiamento do setor. Em muitos países o recurso para pesquisas mudou nos últimos anos, com uma clara tendência de redução devido a ajustes fiscais.

Esse cenário faz com que pesquisadores dependam cada vez mais de verbas externas para seus projetos, num ambiente caracterizado pela competição, pela avaliação contínua – e também pela escassez. Nessa situação, os filantropos cobram mais qualidade dos projetos recebidos e apoiam pesquisas que atendem as áreas de seu interesse, eventualmente estimulando trabalhos interdisciplinares ou que tenham impacto mais claro em inovação tecnológica.

As mudanças de comportamento e prática dos financiadores privados têm sido examinadas a partir de três perspectivas. Uma primeira linha de estudos investigou as ligações entre o financiamento e o crescimento dos diferentes campos da ciência. Embora conduzido pela Fundação Nacional de Ciência dos EUA, o estudo limi-

tou-se a avaliar o crescimento do conhecimento de maneira quantitativa, e não qualitativa (COZZENS, 2022).

Uma segunda linha de estudos se debruçou sobre a confiabilidade do processo de revisão por pares, prática comum na avaliação de propostas de pesquisa. Chubin e Hackett (1990) relataram que entre 33% e 50% das propostas submetidas foram negadas, e 60% dos cientistas consideraram os revisores relutantes em apoiar trabalhos não ortodoxos ou de alto risco. Uma análise da mais importante agência alemã para financiamento de pesquisas universitárias, a Deutsche Forschungsgemeinschaft, confirmou que os pares costumavam negar pedidos de recurso para não incorrer em risco (NEIDHARDT, 1988). Outra crítica encontrada na literatura é de que a revisão por pares consome tempo de candidatos e revisores – portanto, consome também recursos financeiros que poderiam ser aplicados nas próprias pesquisas. Em muitos casos, gasta-se mais no processo de seleção do que nos projetos (CHUBIN e HACKETT, 1990; HORROBIN, 1996).

Uma terceira perspectiva envolve mudanças nas próprias universidades, evidenciadas pelo uso cada vez mais comum de termos como “capitalismo acadêmico”, “universidade empreendedora” e “comercialização de ensino superior”. Isso afeta a maneira como os filantropos passam a encarar suas doações (ETZKOWITZ, 1998) e, especialmente, como veem os pesquisadores, as universidades e os centros de pesquisa (MORRIS, 2000; 2003): ao se tornarem “empreendedores”, eles favorecem a pesquisa aplicada, que pode ter valor comercial, em detrimento da básica (SLAUGHTER e LESLIE, 1997).

A FILANTROPIA CIENTÍFICA NO BRASIL

As dificuldades no financiamento da pesquisa no Brasil, resumidas anteriormente neste capítulo, tornam a participação privada essencial. Porém, ela ainda é uma raridade. Como já dito no capítulo 2, uma corrente significativa de professores e pesquisadores, e mesmo de alunos, defende que, se a universidade é pública, todo seu financiamento, inclusive para a pesquisa, deve vir de financiamento público. Sob esse ponto de vista, a participação filantrópica deveria ser evitada e confrontada, pois abriria o caminho para a privatização da educação superior.

Mesmo quando uns poucos pesquisadores se aventuram a buscar recursos privados para financiar seus estudos, encontram grandes empecilhos. Desconhecem quem poderia financiá-los, têm dificuldade de fazer orçamentos que distingam claramente custos recorrentes (financiados por suas instituições) e custos específicos. Às vezes, têm dificuldade de apresentar suas propostas no idioma das organizações potencialmente financiadoras.

Porém, felizmente nos últimos anos nota-se um movimento de mudança, ainda que incipiente. Isso se deve tanto a iniciativas de pesquisadores e de suas instituições quanto de filantropos.

Dentre as organizações filantrópicas brasileiras que destinam recursos para a ciência, destaca-se o Instituto Serrapilheira (ALVES, 2017), estabelecido em 2017 com foco em produção de conhecimento e iniciativas de divulgação científica. Suas atividades são financiadas por rendimentos de um fundo patrimonial constituído pelo casal João e Branca Moreira Salles. O recurso vai

sobretudo para ciências naturais/ciências da vida, geociências, física, química, ciência da computação e matemática. A atenção está voltada a identificar e apoiar pesquisas de jovens cientistas, dando treinamentos, organizando encontros entre cientistas e oferecendo bolsas de doutorado em centros internacionais.

De tipo mais específico é a Associação Fundo Areguá: ela investe em bolsas para estudantes de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Idealizada por um ex-aluno da faculdade, José Luiz Egydio Setúbal, ela busca construir uma nova geração de médicos com formação de excelência. Os contemplados assumem o compromisso de repor os recursos do fundo quando já estiverem em condições de fazê-lo (FUNDO AREGUÁ, 2023).

Pelo lado dos cientistas e de suas instituições, há experiências exitosas no setor de saúde, onde o financiamento filantrópico regular já está consolidado em alguns hospitais que contam com centros de pesquisa:

- Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo: hospital privado beneficente que se destaca pelo estímulo à pesquisa e ao ensino de temas relacionados à ciência da saúde. Com uma estrutura de ponta e, tão importante quanto, uma cultura científica de vanguarda, o Einstein faz pesquisas com parceiros internacionais, como o City of Hope, da Califórnia, referência mundial em pesquisa de câncer. Aproximadamente 47% de seu orçamento tem origem no apoio privado (HIAE, 2021).
- Hospital do Câncer A.C. Camargo, de São Paulo: hospital privado beneficente, conta com o Centro Internacional de Pesquisa, que se dedica a ampliar o acesso

a novos tratamentos e dar mais tempo e qualidade de vida aos pacientes. Seu foco é o câncer – desde pesquisa básica até aplicação prática, passando por ensino e aprendizagem. Gera, em média, 220 publicações por ano. Faz parcerias com instituições estrangeiras, como o National Institute of Health e o National Cancer Institute, dos Estados Unidos. Em 2021, 35% de seu orçamento de pesquisa veio de doações privadas (A.C. CAMARGO CANCER CENTER, 2022)

- Instituto PENSI/Fundação José Luiz Egydio Setúbal, de São Paulo: um centro gerador e difusor do conhecimento científico em saúde infantil para profissionais da saúde, educadores, famílias e sociedade em geral (SETÚBAL, 2014). A Fundação José Luiz Egydio Setúbal, mantenedora do instituto, foi responsável por aproximadamente 75% dos recursos orçamentários em 2021 (FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL, 2022).

Além dos exemplos citados, foram identificados outros 12 centros ligados a hospitais que dispõem de núcleos de pesquisa ao menos parcialmente financiados com recursos filantrópicos. Trata-se de um grupo que cada vez mais atua em rede, para melhor conhecer e estruturar suas ações por meio da filantropia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há inúmeras evidências de que investir em ciência é investir em desenvolvimento econômico e social. Um estudo do Levy Economics Institute, de 2017, mostrou que um aumento do investimento em ciência, tecnologia e

inovação equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) pode dar um retorno de 9,92%; já um aumento de 1% nos gastos com capital humano levaria a um crescimento econômico de apenas 0,29% (HANUSCH et al., 2017). Em São Paulo, cada R\$ 1 investido em educação e pesquisa na agropecuária dá um retorno de R\$ 10 a R\$ 12 (ARAÚJO e NICOLELLA, 2018).

Países de alto grau de desenvolvimento investem de 3% a 5% do PIB em ciência, tecnologia e inovação. O Brasil precisaria investir pelo menos 2% para tornar-se uma economia competitiva (DE NEGRI, 2022), mas mal chega à metade disso: em 2020, o aporte foi de apenas 1,34% do PIB – 0,78% recurso público, 0,57% recurso privado (BRASIL, MCTI, 2023).

Desde os anos 1990, os sucessivos governos brasileiros implantaram políticas que redefiniram os papéis do Estado e do setor privado, com ampliação da participação deste último. Na área de educação, particularmente na educação superior, houve uma intensa proliferação de instituições privadas (várias delas controladas por empresas de capital aberto no mercado de ações), sem grande interesse por pesquisa e desenvolvimento científico.

A tendência também parece se dar em nível estadual, como sinalizam dados da maior universidade brasileira, a USP, vinculada à unidade da Federação mais rica do país. O número de titulações em razão de trancamento de matrículas caiu 27,6% entre 2018 e 2020, segundo o Anuário Estatístico de 2021 da universidade (USP, 2022). No Brasil, o auge no número de titulados em pós-graduação ocorreu em 2019: 15.940 mestres profissionais, 54.131 mestres acadêmicos e 24.422 doutores. Em 2020, todos os números encolheram: 13.979, 46.060 e 20.066, respectivamente.

A redução aguda de recursos compromete o funcionamento das universidades federais e do complexo público de produção e socialização do conhecimento científico no Brasil (CHAVES et al., 2022). Superar a crise requer vincular a defesa da universidade e do complexo público de ciência e tecnologia às grandes questões nacionais que afetam o desenvolvimento sustentável.

Como vimos, o filantropo brasileiro, de forma geral, está muito distante desses debates. Os casos de apoio ao setor ainda são escassos. A situação contrasta com a dos Estados Unidos, onde as doações representam 41% dos fundos anuais de pesquisa científica nas principais universidades (FINEBERG, 2022). Lá, as campanhas de arrecadação destacam como o ensino superior depende da filantropia para forjar novas linhas de pesquisa, novos modelos de produção de conhecimento e novas formas de colaborações entre os cientistas.

Para a filantropia ser uma parceira eficaz da pesquisa brasileira, é necessário rever alguns mitos e riscos. Apresento a seguir uma lista não exaustiva de pontos que precisam ser levados em conta:

- O processo de investigação deve ser entendido em sua continuidade: entre pesquisa básica, translacional e de inovação e tecnologia. Em geral, agências de governo atuam em pesquisa básica e empresas privadas, em inovação e tecnologia, havendo espaço para a filantropia atuar na pesquisa translacional.
- A ciência aprende também com os erros. Pesquisas que não obtêm os resultados previstos a partir das hipóteses que as orientaram ajudam as próximas pesquisas a melhorar suas hipóteses, seus planos de estudo.

- O risco é inerente à ciência e, portanto, pode ser gerenciado e pode ajudar o filantropo a estabelecer seu nível de disposição ao risco.
- No Brasil, a ciência tem sofrido contínuo e grave decréscimo de investimento, especialmente em universidades e centros públicos de pesquisa. Logo, a filantropia pode e deve ser incentivada como um instrumento vital no financiamento da ciência básica.
- O próprio sistema nacional de ciência e inovação ainda precisa ser desenvolvido e aprimorado. Seus diversos níveis – universidades, centros de pesquisa, área de P&D das empresas – não atuam de maneira sinérgica e carecem de recursos que podem vir da filantropia.
- Há resistências ideológicas, principalmente de professores e dirigentes de universidades e centros de pesquisa públicos, a recursos não públicos. Muitas vezes depara-se com o falso entendimento de que a entrada de dinheiro privado no orçamento abre caminho para a privatização do ensino superior público e de suas áreas de pesquisa. Contornar essa situação requer disseminação de conhecimento (inclusive entre os cientistas) sobre como a verba privada pode melhorar os trabalhos.
- As doações dedutíveis de impostos podem ser uma fonte de recurso para muitas organizações. No Brasil, as doações às instituições de ensino e pesquisa podem ser deduzidas até o limite de 1,5% do lucro operacional das empresas, se a instituição atender aos seguintes requisitos: ter sido criada com autorização de lei federal; ser comprovadamente sem fins lucrativos;

aplicar o excedente financeiro em educação; e assegurar que, caso encerre as atividades, vai destinar seu patrimônio a outra organização, filantrópica ou confessional, ou ao poder público.

- Há regulação para fundos patrimoniais no Brasil desde 2019 (lei 13.800/2019). O fundo patrimonial pode dar uma base financeira sólida e perene para instituições sem fins lucrativos: permite que os rendimentos do patrimônio sustentem ou complementem as atividades da instituição. Assim, ela se torna menos dependente de patrocínios, novas doações ou de recursos públicos. Universidades e centros de pesquisa podem usar as doações privadas para fomento, pesquisa, inovação, reformas, acervos ou capacitação de servidores, sem renunciar a verbas do orçamento público. Em cenários de limitação de gastos públicos, os fundos patrimoniais deveriam ser uma fonte alternativa e viável. Porém, ainda precisa ser regulamentado o uso de doações para fundos patrimoniais de apoio a ciência e tecnologia.

Referências

ABC (2021). **Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia – A importância do financiamento competitivo em seus níveis de estruturação**. Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Revista-Sistema-Nacional-de-Ci%C3%Aancia-e-Tecnologia.pdf>. Acessado em 24 de junho de 2023.

A.C. CAMARGO CANCER CENTER, 2022. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <https://accamargo.org.br/sobre-o-cancer/noticias/relatorio-de-sustentabilidade-2021>. Acessado em 24 de junho de 2023.

AGHION, P., DEWATRIPONT, M. e STEIN, J. C. (2008). Academic freedom, private sector focus, and the process of innovation. **The RAND Journal of Economics**, 39(3), 617-635.

AKERLOF, G. A. e SHILLER, R. J. (2010). **Animal spirits: How human psychology drives the economy, and why it matters for global capitalism**. Princeton University Press.

ALBUQUERQUE, E. D. M. E. (1996). Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Brazilian Journal of Political Economy**, 16, 387-404.

AL-FUQAHA, M., GUIZANI, M., MOHAMMADI, M., ALEDHARI, M. e AYYASH, M. (2015). Internet of Things: A Survey on Enabling Technologies, Protocols, and Applications. **IEEE Communications Surveys e Tutorials**, vol. 17, no. 4, pp. 2347-2376, Fourthquarter 2015.

ALVES, G. (2017). João e Branca Moreira Salles lançam 1º instituto privado de apoio à ciência. **Folha de S.Paulo**.

ARAÚJO, P.F.C. e NICOLELLA, A.C. (org.), (2018). **Contribuição da FAPESP ao desenvolvimento da Agricultura no Estado de São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 412 p.

AZOULAY, P., GRAFF ZIVIN, J. S. e MANSO, G. (2011). Incentives and creativity: evidence from the academic life sciences. **The RAND Journal of Economics**, 42(3), 527-554.

BACCHETTI, R. E. e EHRLICH, T. E. (2007). **Reconnecting education e foundations: Turning good intentions into educational capital**. John Wiley e Sons Inc.

BAROCAS, S. e SELBST, A. D. (2016). Big data's disparate impact. **California Law Review**, 671-732.

BERG, J. M. (2008). A Nobel lesson: The grant behind the prize. **Science**, 319(5865), 900-901.

BILL E MELINDA GATES FOUNDATION (2023). **Vaccine Development and Surveillance**. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/our-work/programs/global-health/vaccine-development-and-surveillance>. Acessado em 25 de junho de 2023.

BRASIL, MCTI, (2023). **Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2022**. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf. Acessado em 24 de junho de 2023.

BUENO, W. D. C. (2014). A divulgação da produção científica no Brasil: a visibilidade da pesquisa nos portais das universidades brasileiras. **Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Universidade Federal do Paraná, nº 7, 2014.

BUSH, V. (1945). **Science The Endless Frontier**. United States Government Printing Office, Washington. Disponível em: <https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>. Acessado em 20 de março de 2023.

CARDOSO, G. C. e CARDOSO, V. M. (2017). **Linguagem SQL**. Saraiva Educação SA.

CEZAR, F. G. e ABRANTES, P. C. C. (2003). Princípio da precaução: considerações epistemológicas sobre o princípio e sua relação com o processo de análise de risco. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, 20(2), 225-262.

CHALFIN, A., DANIELI, O., HILLIS, A., JELVEH, Z., LUCA, M., LUDWIG, J. e MULLAINATHAN, S. (2016). Productivity and selection of human capital with machine learning. **American Economic Review**, 106(5), 124-127.

CHAVES, V. L. J., GUIMARÃES, A. R. e REIS, L. F. (2022). A privatização do estado brasileiro e o financiamento das universidades e da Ciência e Tecnologia no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 38.

CHUBIN, D. e HACKETT, E. J. (1990). **Peerless Science: Peer Review and U.S. Science Policy**. Albany NY: State University of New York Press.

CITRON, D. K. e PASQUALE, F. (2014). The scored society: Due process for automated predictions. **Wash. L. Rev.**, 89, 1.

CLOTFELTER, C. T. (2007). **Federal tax policy and charitable giving**. University of Chicago Press.

COLLINGRIDGE, D., (1980). **The social control of technology**. New York: St. Martin's Press.

COSTA, P.A e COSTA, C.F. (2022). **A descaracterização da política de financiamento de CT&I: uma análise da execução orçamentária do FNDCT de 2012 e 2021**. XLVI Encontro da ANPAD -2022.

COZZENS, S. (2022). Transitions: Science, Technology & Human Values in 1986 and Onward. **Science, Technology & Human Values**, 47(4), 647-649

CURY, C. R. J. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 07-20, 2005.

DAVYT, A. e VELHO, L. (2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 7, 93-116.

DE NEGRI, J. A. (2022). **Investir em inovação é garantir o futuro**. IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11609>. Acessado em 24 de junho de 2023.

DEVOL, R., LEE, J. e RATNATUNGA, M. (2017). **ConCept to CommerCialization**. Milken Institute.

ETZKOWITZ, H. (1998). The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university–industry linkages. **Research Policy**, 27(8), 823-833.

EUROPEAN COMMISSION (2017). **Issue papers for the HighLevel Group on maximising the impact of EU research and innovation programmes**. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/evaluations/pdf/hlg_issue_papers.pdf. Acessado em 25 de junho de 2023.

EXAME (2022). **Bússola: Apenas 10% das empresas utilizam recursos públicos para inovação**. Abril, 2022.

FINEBERG, H. (2022). **Philanthropy in Support of Science – National Academies**. 2022. Gordon and Betty Moore Foundation. Disponível em: <https://www.nationalacademies.org/en/event/09-22-2022/docs/D1F0CE7C2B9DE8EDD9C1CA7C21C403625E40C40AE8C8?noSaveAs=1>. Acessado em 03 de julho de 2023.

FISKE, S. T. (1998). **Stereotyping, prejudice, and discrimination**. McGraw-Hill.

FREEMAN, C. (1995). The National Innovation Systems in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, 19(1).

FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL. (2022). **Relatório Anual 2021**. Disponível em: <https://fundacaojles.org.br/relatorio-de-atividades-2021/> Acessado em: 25 de junho de 2023.

FUNDO AREGUÁ. (2023). Disponível em: <https://fundoaregua.org.br/> Acessado em 21 de fevereiro de 2023.

GENUS, A. e STIRLING, A. (2018). Collingridge and the dilemma of control: Towards responsible and accountable innovation. **Research policy**, 47(1), 61-69.

GILLESPIE, T. (2014). The relevance of algorithms. In **Media technologies: Essays on communication, materiality, and society**, 167.

GOLDONI, L. R. F. (2017). O Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia de defesa e a Política Externa Brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 178(474), 91-120.

HADDAD, N. e RECKHOW, S. (2018). The Shifting Role of Higher Education Philanthropy: A Network Analysis of Philanthropic Policy Strategies. **Philanthropy & Education**, 2(1), 25-52.

HAFIZ, M. e BUENO, C. (2022). "Feito no Brasil": o futuro da ciência e tecnologia no país: financiamento é essencial para manter a produção científica e o desenvolvimento do país, mas cortes frequentes ameaçam a ciência brasileira. **Ciência e Cultura**, 74(3), 1-6. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000300014&lng=en&tlng=pt. Acessado em 12 de maio de 2023.

HALL, P. D. (1992). Teaching and research on philanthropy, voluntarism, and nonprofit organizations: A case study of academic innovation. **Teachers College Record**, 93(3), 403-435.

HANKINS, J. (1990). Cosimo de' Medici and the 'Platonic Academy'. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, 53(1), 144-162.

HANUSCH, H., CHAKRABORTY, L., e KHURANA, S. (2017). Fiscal policy, economic growth, and innovation: An empirical analysis of G20 countries. **Levy Economics Institute**, Working Paper, (883).

HHMI. (2023). **Howard Hughes Medical Institute**. Disponível em: <https://www.hhmi.org/>. Acessado em 12 de maio de 2023.

HIAE, 2021. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: https://www.einstein.br/Documentos%20Compartilhados/EINSTEIN_2021_NAV_D6.pdf. Acessado em 12 de maio de 2023.

HORROBIN, D. F. (1996). Peer review of grant applications: A harbinger for mediocrity in clinical research? **The Lancet**, 348(9037), 1293-1295.

JAIN, S. e SIMHA, R. (2018, July). **Blockchain for the common good: A digital currency for citizen philanthropy and social entrepreneurship**. In 2018 IEEE International Conference on Internet of Things (iThings) and IEEE Green Computing and

Communications (GreenCom) and IEEE Cyber, Physical and Social Computing (CPSCom) and IEEE Smart Data (SmartData) (pp. 1387-1394). IEEE.

JUNGK, R. (1956). **Brighter than a Thousand Sams**. Cleugh, J (trans). Penguin Books.

KAPLAN, A. E. (2023). **Voluntary Support of Education Annual Report**. Council for Advancement and Support of Education (CASE).

LEPRI, B., STAIANO, J., SANGOKOYA, D., LETOUZÉ, E. e OLIVER, N. (2017). The tyranny of data? the bright and dark sides of data-driven decision-making for social good. In **Transparent data mining for big and small data**, 3-24.

LUNDEVALL, B. A. (1992). **National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. London Pinter.

MADAKAM, S., LAKE, V. e LAKE, V. (2015). Internet of Things (IoT): A literature review. **Journal of Computer and Communications**, 3(05), 164.

MANSON, G. (2011). Motivating innovation. **Journal of Finance**, 66, 1823-1860.

MEHTA, N. e ASSADPOUR, E. (2017). The Chan-Zuckerberg Biohub: Modern Philanthrocapitalism Through a Critical Lens. **The Columbia University Journal of Global Health**, 7(2), 36-44.

MICHELSON, E. S. (2020). **Philanthropy and the Future of Science and Technology**. New York, NY: Routledge.

MINTZBERG, H., GHOSHAL, S. e QUINN, J. B. (1998). **The Strategy Process**. European Edition. Rev Ed. Prentice-Hall.

MORRIS, N. (2000). "Science policy in action: policy and the researcher". **Minerva**, 38, 425–451.

MORRIS, N. (2003). Academic researchers as 'agents' of science policy. **Science and Public Policy**, 30(5), 359-370.

MURRAY, F. (2013). Evaluating the role of science philanthropy in American research universities. **Innovation Policy and the Economy**, 13(1), 23-60.

MYHRVOLD, N. (1998). Supporting science. **Science**, 282(5389), 621-622.

NEIDHARDT, F. (1988). **Einige Schlußüberlegungen. Selbststeuerung in der Forschungsförderung das Gutachterwesen der DFG**(tradução livre: Algumas considerações finais. Autorregulação no financiamento de pesquisas: o sistema especializado do DFG), 125-136.

NELSON, R. R. (ed.) (1993): **National Innovation Systems: A Comparative Analysis**, Oxford University Press, Oxford.

OECD, (2015). The Innovation Imperative Contributing to Productivity, **Growth and Well-Being**. Paris: OECD Publishing.

OWEN, R., STILGOE, J., MACNAGHTEN, P., GORMAN, M., FISHER, E e GUSTON, D. (2013). A framework for responsible innovation. **Responsible innovation: managing the responsible emergence of science and innovation in society**, 27-50.

PAGER, D. e SHEPHERD, H. (2008). The Sociology of Discrimination: Racial Discrimination in Employment, Housing, Credit, and Consumer Markets. **Annu. Rev. Sociol**, 34, 181-209.

PASQUALE, F. (2015). **The black box society: The secret algorithms that control money and information**. Harvard University Press.

PORTER, M. E. e KRAMER, M. R. (1999). Philanthropy's New Agenda: Creating Value. **Harvard Business Review**, 77, 121-131.

RECKHOW, S. e SNYDER, J. W. (2014). The Expanding Role of Philanthropy in Education Politics. **Educational Researcher**, 43(4), 186-195.

RIP, A. (2018). The Past and Future of RRI. **Futures of Science and Technology in Society**, 115-133.

ROSE, K., ELDRIDGE, S. e CHAPIN, L. (2015). **The Internet of Things: An Overview. The Internet Society (ISOC)**, 80, 1-50.

SAMUELSON, W. e ZECKHAUSER, R. (1988). Status Quo Bias in Decision Making. **Journal of Risk and Uncertainty**, 1, 7-59.

SETÚBAL, J. L. E. (2014). A Formação de um Instituto de Pesquisa como Ação Filantrópica Caso da Fundação JLES. **Blucher Medical Proceedings**, 1(4), 204-208.

SLAUGHTER, S. e LESLIE, L. L. (1997). Academic Capitalism: Politics, Policies, and the Entrepreneurial University. **Johns Hopkins University Press Baltimore**.

STILGOE, J., OWEN, R. e MACNAGHTEN, P. (2013). Developing a Framework for Responsible Innovation. **Research Policy**, 42(9), 1568-1580.

STOKES, D. E. (1997). **Pasteur's quadrant: Basic science and technological innovation**. Washington, DC: Brookings Institution.

SUNSTEIN, C. R. (2021). Governing by algorithm? No noise and (potentially) less bias. **Duke LJ**, 71, 1175.

SWEENEY, L. (2013). Discrimination in Online Ad Delivery. **Communications of the ACM**, 56(5), 44-54.

TOMPKINS-STANGE, M.E. (2016). **Policy patrons: Philanthropy, education reform, and the politics of influence**. Cambridge, Massachusetts, Harvard Education Press.

TVERSKY, A., e KAHNEMAN, D. (1974). Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases: Biases in Judgments Reveal Some Heuristics of Thinking under Uncertainty. **Science**, 185(4157), 1124-1131.

USP (2022). **Anuário Estatístico 2011**.

VAN DEN HOVEN, J. (2013). Value sensitive design and responsible innovation. **Responsible innovation: Managing the responsible emergence of science and innovation in society**, 75-83.

VAN DEN HOVEN, J., VERMAAS, P. E. e VAN DE POEL, I. (Eds.). (2015). **Handbook of ethics, values, and technological design: Sources, theory, values, and application domains**. Dordrecht: Springer Netherlands.

VON SCHOMBERG, R. (2011). **Towards Responsible Research and Innovation in the Information and Communication Technologies and Security Technologies Fields**. European Union. Available at SSRN 2436399.

WILLSON, R. (2016). **Information in transition: Examining the information behaviour of academics as they transition into university careers** (Doctoral dissertation, Charles Sturt University).

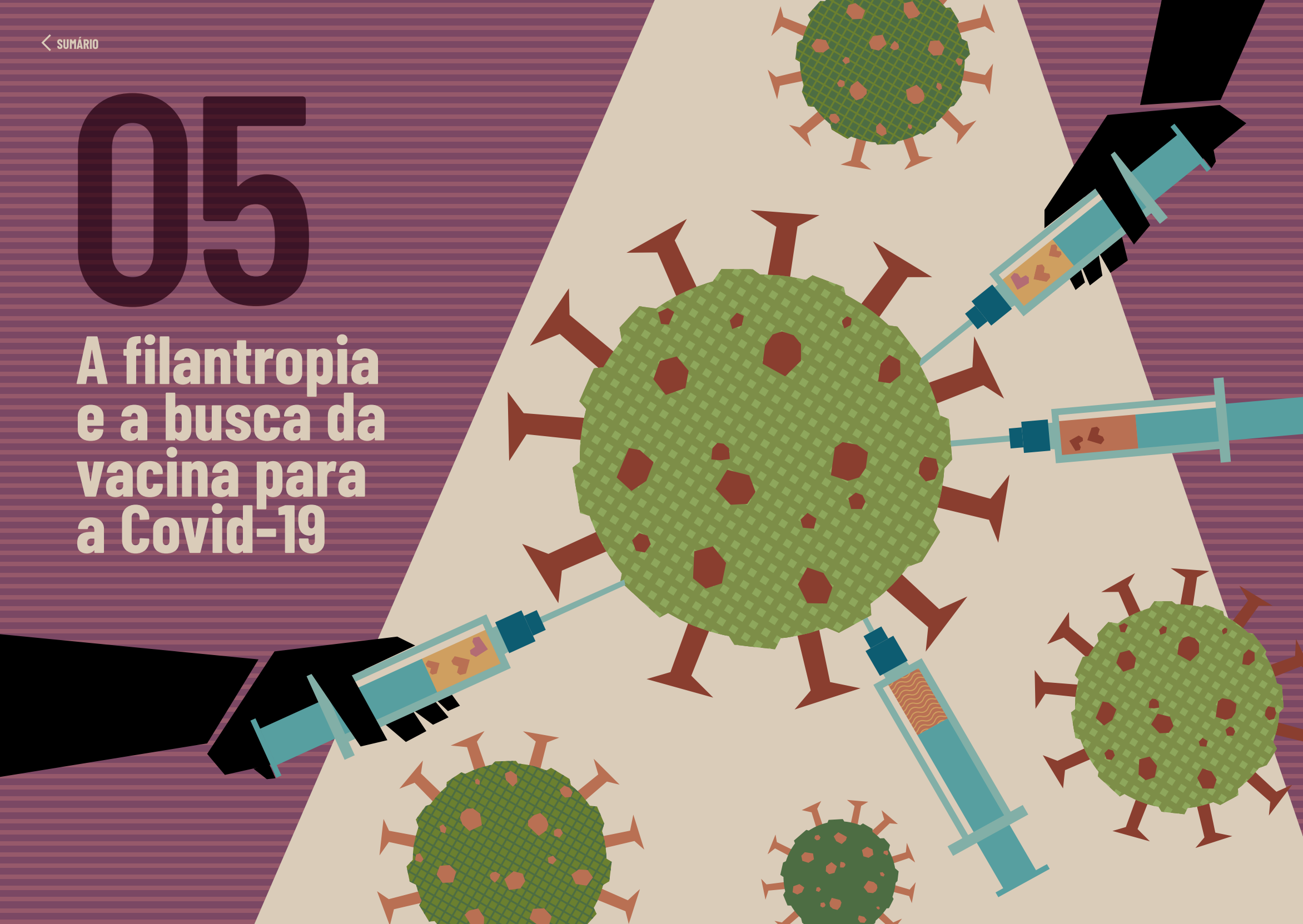
ZANIN, M., ARRUDA, A. G. e ROTHBERG, D. (2021). Pesquisa e Inovação Responsáveis: Conceituação, Surgimento e Desafios para Implementação. **Em Questão**, 14-38.

ZAPATAR, T. e VAITEKUNAS, C. Princípio da prevenção e princípio da precaução. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direitos Difusos e Coletivos. Nelson Nery Jr., Georges Abboud, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/356/edicao-1/principio-da-prevencao-e-principio-da-precaucao>. Acessado em 12 de maio de 2023

ZARSKY, T. (2016). The trouble with algorithmic decisions: An analytic road map to examine efficiency and fairness in automated and opaque decision making. **Science, Technology, & Human Values**, 41(1), 118-132.

05

A filantropia e a busca da vacina para a Covid-19



“Atuar em ciência biomédica significa acreditar que pode existir uma solução para todos os problemas que nossos corpos venham a enfrentar. É por isso que dedicar uma vida inteira a essa área é uma paixão, não um dever”

JEAN-FRANÇOIS TOUSSAINT

INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu alertas sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, provocados por um tipo de coronavírus até então não identificado em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS considerou o surto uma emergência de saúde pública, classificando-o com seu nível mais alto de alerta. Tratava-se de “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata” (YAMIN, 2020).

Até o momento em que este capítulo estava sendo escrito, em 15 de maio de 2023, a pandemia de coronavírus havia tirado a vida de mais de 6,9 milhões de pessoas no mundo e contaminado pelo menos 765 milhões. A tragédia só não foi maior porque foram aplicadas 13,3 bilhões de doses de vacinas – 5,1 bilhões de pessoas, ou 66% da população mundial, tomaram ao menos uma dose de imunizante (OUR WORLD IN DATA, 2023). No Brasil, a Covid-19 matou mais de 702,1 mil pessoas e infectou 37,5 milhões. Foram aplicadas 513,4 milhões de doses de vacina (88,5% da população recebeu uma dose, e 82,2% mais de uma).

Em 5 de maio de 2023, a OMS decretou o fim da emergência de saúde pública – a Covid-19, porém, permanece sendo uma endemia (doença recorrente em determinadas regiões e com a qual a população convive). A medida foi motivada por três fatores: a queda da mortalidade (apesar de o vírus continuar em circulação em todos os países), a diminuição do número de internações e hospitalizações e o aumento da imunidade devido à vacinação. Em resumo, a Covid-19 deixou de ser uma doença mortal e passou a ser controlada e prevenível em razão do desenvolvimento de vacinas e de sua aplicação, graças ao avanço científico abordado no capítulo anterior.

Foi uma brusca mudança de patamar. A pandemia trouxe desafios de dimensões apocalípticas, já que atingiu toda as nações praticamente ao mesmo tempo. Uma situação extraordinária que exigiu medidas extraordinárias. Semanas após o início do surto, um grupo de fundações, particularmente as dos Estados Unidos, se uniram a fim de engrossar os recursos federais para pesquisas de uma nova vacina, em parceria com empresas farmacêuticas, universidades e institutos.

Isso é que permitiu que estudos, testes, aprovações, produções, distribuições e a própria vacinação ocorressem numa velocidade antes inimaginável (UTTARILLI et al, 2021). Chegou a haver 184 vacinas em desenvolvimento pré-clínico e 104 em estágios clínicos. Dados recentes indicam que existem 18 vacinas contra a Covid-19 aprovadas e em uso em todo o mundo (WHO, 2021).

Mesmo com o sucesso alcançado, ainda há muito a ser feito para garantir a imunização de toda a população global e permitir que o mundo se recupere da devastação causada pela pandemia entre famílias, comunidades

e países (TOUSSAINT et al., 2020). Além disso, não se pode esquecer da combinação da pandemia com a pobreza, a falta de saneamento e de moradia, o desemprego, o descumprimento dos direitos humanos (como o acesso às vacinas) e a segregação que afeta imigrantes, negros, LGBT+, índios, deficientes físicos e mentais, mulheres e idosos.

A crise da Covid-19 demonstra que a filantropia não pode ser um simples *band-aid* para as mazelas que afetam o ser humano: precisa se tornar um agente ativo na busca de problemas provocados por desigualdades estruturais e pela discriminação sistêmica, num mundo em que o fosso entre ricos e pobres se alarga e resulta em impactos desproporcionais sobre comunidades marginalizadas e carentes.

A resposta da filantropia à Covid-19 mostra que os doadores podem não apenas ser extremamente generosos em uma crise, mas também liderar estrategicamente seu combate, confiando na ciência, desde a pesquisa básica até a inovação – neste caso, por meio de vacinas produzidas com novas tecnologias.

Neste capítulo, será revisada a história das vacinas: como foram descobertas e produzidas pela ciência, seus tipos, as patologias que podem prevenir e, especialmente, o papel da filantropia no desenvolvimento das vacinas contra o coronavírus. Também serão abordadas as dúvidas e as críticas a superagentes e superagências, como a Fundação Bill e Melinda Gates (identificada como Fundação Gates neste capítulo), e sua ativa participação nos processos decisórios de organizações do sistema ONU, especialmente os da OMS.

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE VACINAS

Vacina, de acordo com a definição da OMS, é qualquer preparação destinada a gerar imunidade contra uma doença por meio do estímulo à produção de anticorpos. Pode ser composta por micro-organismos mortos ou atenuados, ou por produtos derivados de micro-organismos. Em geral, é administrada por injeção, embora algumas sejam por vaporizador nasal ou via oral.

Trata-se da forma mais eficiente de prevenir doenças, evitar deficiências ou mortes. As vacinas foram as responsáveis pela erradicação da varíola, em 1980, e permitiram controlar, por exemplo, caxumba, cólera, difteria, gripe, hepatite A e B, meningite, peste, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tifo e tuberculose. Houve notável progresso no combate à poliomielite devido a esforços de vacinação desde a década de 1960, o que poderá levar à erradicação dessa enfermidade. A OMS estima que as vacinas, anualmente, previnem 3 milhões de mortes em todo o mundo.

No entanto, embora a imunização seja uma das intervenções de saúde pública mais bem-sucedidas, a cobertura estagnou na última década. A prioridade ao combate da Covid-19, as interrupções associadas à diminuição de campanhas nacionais de vacinação e o papel deletério do movimento antivacina resultaram em 25 milhões de crianças sem vacinação em 2021 – 5,9 milhões a mais do que em 2019 (GUGLIELMI, 2022). Cerca de 1,5 milhão de crianças menores de 5 anos morrem anualmente de doenças que poderiam ser evitadas por vacinação – quase sempre devido à falta de acesso a vacinas.

Nesta seção examinarei os sucessos e fracassos ligados à descoberta de diferentes vacinas. O foco será a imunização

ativa, que usa vacinas desenvolvidas comercialmente, e não a imunização passiva (efeito rebanho), em que um indivíduo recebe anticorpos de outro indivíduo.

Podemos tomar como início da vacinação moderna os estudos do médico inglês Edward Jenner, no século XVIII (PLOTKIN, 2014; ARRUDA FILHO, 2023; IBERDROLA, 2023). Em 1789, ele observou que as vacas leiteiras de Berkeley (interior da Inglaterra) eram acometidas de um mal semelhante à varíola humana: gerava pústulas e se desenvolvia de maneira rápida e progressiva. Mas nas vacas a doença era menos grave, não era fatal – o que também acontecia com as pessoas que cuidavam delas.

Para entender por que os cuidadores pareciam protegidos contra as formas graves da doença, Jenner fez, em 1796, uma experiência que viria a revolucionar a história da saúde. Ele coletou material das bolhas das mãos de uma ordenhadora de gado doente e, em seguida, colocou-o sobre um corte no braço de uma criança de 8 anos. Alguns dias depois, o menino teve febre e desenvolveu algumas feridas pelo corpo, mas se recuperou rapidamente. Jenner repetiu o processo no garoto, mas com as secreções de outro paciente, vítima da varíola humana. O menino não adoeceu. Conclusão de Jenner: o vírus da varíola bovina preservou a ordenhadora contra a forma mais grave da patologia, e a proteção foi repassada ao menino. Jenner descobriu, assim, o princípio básico da atuação da vacina. Chamou essa prática de *Variolae vaccinae*, usando vocábulos do latim relacionados à varíola bovina – o termo “vacina”, portanto, tem origem na palavra latina “vacinus”: vacarino, derivado da vaca (SILVA, 2015).

A pesquisa de Jenner levantaria complexas questões éticas nos dias de hoje, mas o fato é que temos que cre-

ditar a ele o desenvolvimento de experimentos que impactaram e salvaram mais vidas humanas do que qualquer outra invenção médica na história. A varíola, por exemplo, acabou por ser erradicada, e as crianças nem precisam mais ser vacinadas.

Cabe lembrar que, antes das vacinas e da vacinação, a inoculação (ou variolação) era comum para imunizar crianças em povos da Ásia Menor, do Oriente Médio, da África, da Índia e da China. Bem antes de Jenner, a inoculação era amplamente utilizada na própria Grã-Bretanha e na Rússia, devido aos esforços de Lady Montague (1689-1762). Depois de ela ter sido desfigurada pela varíola, seus filhos foram inoculados em Istambul. Em cartas, contou como as mulheres mais idosas inoculavam crianças com vírus da varíola retirados de pessoas infectadas. A prática também se tornou difundida na Rússia após Catarina, a Grande, ser inoculada (SOARES, 2018).

Há ainda o caso do escravo africano Onésimo (por volta de 1600-1700), em Boston, que detalhou uma variolação a que havia sido submetido para protegê-lo da varíola (CONNIFF, 2022). Seu relato levou à inoculação de muitos cidadãos da mesma cidade, numa época em que a varíola era uma das principais causas de morte (1 mil óbitos numa população estimada de 10 mil no ano de 1700).

O nascimento da imunologia pode ser creditado à descoberta, por Louis Pasteur, da vacina contra a cólera aviária (PASTEUR, 1873; CADEDDU, 1985). Essa doença endêmica se espalhou por meio de epidemias que destruíram rapidamente a criação de galinhas. Em 1878, o cientista francês conseguiu cultivar o agente causador da cólera aviária – uma bactéria altamente contagiosa batizada de *Pasteurella multocida* – e descobriu que a

bactéria dos cultivos mais antigos se propagava menos, e, portanto, poderia ser usada como vacina.

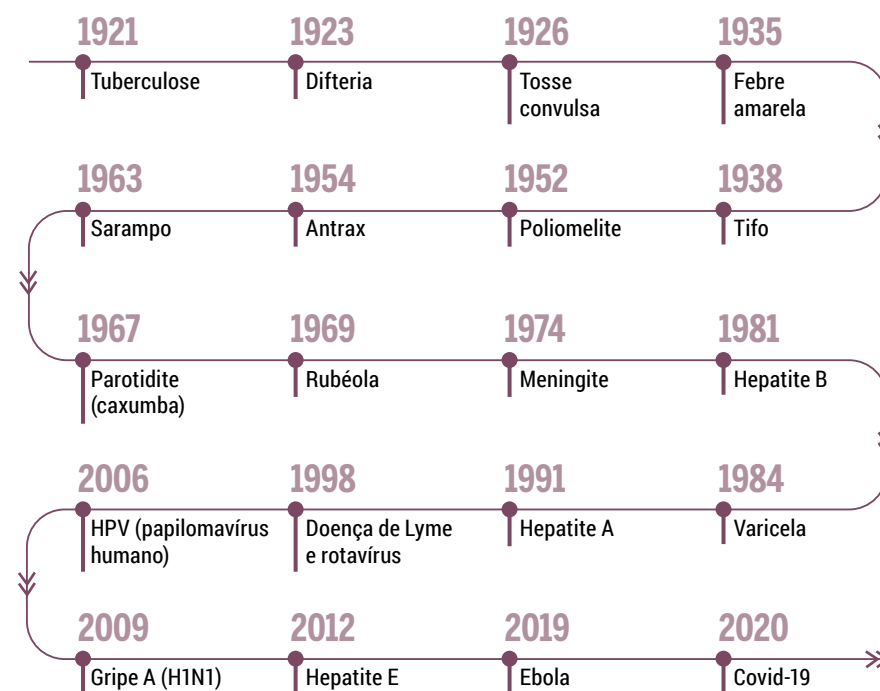
Pasteur então se interessou pela prevenção do antraz, uma praga muito difundida no gado (LOMBARD et al., 2007) e causada pelo *Bacillus anthracis*. Em 1881, conseguiu atenuar a propagação dessa bactéria, impedindo a formação de esporos e, assim, produzindo a vacina. Cerca de 85 mil bovinos foram vacinados em 1882, e quase 3,4 milhões em 1894, reduzindo a mortalidade por antraz a 0,3% do gado francês.

Pasteur descobriu ainda a vacina contra a raiva. Ele começou a estudar a doença em 1880 e, em 1884 e 1885, com Emile Roux, projetou um processo para atenuar o vírus. As medulas espinhais de coelhos infectadas com o vírus foram dessecadas e expostas ao ar por muito tempo, em frascos de vidro. Nessas condições, o vírus perdia a virulência em 15 dias. Por injeções diárias de emulsões da medula espinhal de coelho, progressivamente menos e menos atenuadas, era possível proteger os cães contra o vírus, incluindo aqueles inoculados por via intracerebral (BRIGGS, 2012).

Em 1885, o francês conseguiu prevenir a raiva humana por meio da vacinação pós-exposição – uma indicação até então controversa: Pasteur não era médico, havia tentado usar a vacina em humanos duas vezes sem sucesso, e injetar um agente patológico em um ser humano era algo com resultados incertos. Ainda assim, ele aplicou 13 injeções em Joseph Meister, cada uma com uma dose mais forte do vírus da raiva. O paciente sobreviveu – e, depois da morte de Pasteur, foi quem cuidou do túmulo do cientista em Paris.

As experiências bem-sucedidas de Jenner e Pasteur, e os experimentos posteriores de Toussaint et al. (2017) com outras doenças infecciosas – transferindo um patógeno artificialmente enfraquecido (atenuado) –, formaram a base para a descoberta e o desenvolvimento da maioria das vacinas hoje disponíveis. De forma resumida, os grandes avanços na produção e na disseminação dos imunizantes durante o século XX e o início do XXI podem ser resumidos na Figura 1, abrangendo um período de quase 100 anos (1921-2019):

FIGURA 1:
A história das vacinas nos últimos 100 anos



Fonte: Nature, CDC e OMS

A história deixou claro, nos últimos 100 anos, que uma boa resposta contra doenças evitáveis por vacina exige tempo, recursos, colaboração e vigilância contínua. Nos últimos 30 anos, a mortalidade infantil declinou mais de 50%, em grande parte graças aos imunizantes. Porém, é preciso avançar mais. Em muitas partes do mundo, uma em cada cinco crianças ainda não é vacinada.

A pandemia de Covid-19 representou um ponto de inflexão na criação, testagem, aprovação, produção, distribuição e vacinação. Os avanços em inovação e tecnologia levaram a resultados rápidos e eficazes, que devem influenciar a descoberta e a produção de novos imunizantes, seja para novas viroses, seja para o combate a outras doenças, como o câncer.

A COVID-19 E A BUSCA POR VACINAS

A declaração da OMS de que o surto de Sars-CoV-2 era uma emergência de saúde pública de interesse internacional, posteriormente confirmada como pandemia (WHO, 2020), deflagrou uma cooperação mundial extremamente importante na busca de vacinas. E, de fato, em dezembro de 2020, apenas um ano após a detecção do primeiro caso de Covid-19, as primeiras doses de imunizantes começaram a ser administradas em caráter emergencial.

Para entender como foi possível acelerar esse processo, convém conhecer as várias maneiras de produzir vacinas. Elas podem ser feitas a partir de vírus vivo atenuado, vírus morto, partes específicas do vírus (proteína, açúcar ou cápsula), a partir de toxina (produto nocivo) fabricada com base no agente causador da doença, ou a partir de dissociação da membrana viral (JOSEFSBERG

e BUCKLAND, 2012). Mais recentemente, foram incorporadas técnicas que usam ácido nucleico (por exemplo, mRNA) ou baseadas em vetor viral, uma pequena parte do vírus (por exemplo, a proteína de superfície). Algumas vacinas contra a Covid-19 são desse tipo.

Na busca de uma vacina contra o Sars-CoV-2 foram usadas técnicas de vírus inteiro, subunidades proteicas, dissociação da membrana viral e plataformas de ácido nucleico.

Independentemente do processo de elaboração, uma nova vacina tem de ser testada e aprovada por órgãos nacionais de segurança sanitária. Nos Estados Unidos, segue-se um conjunto padrão de etapas, em que a regulamentação e a supervisão se intensificam à medida que a vacina avança no processo (GRUBER e MARSHALL, 2018). No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) segue processo similar (BRASIL, 2010).

Convém abordar mais detidamente essas etapas, porque cada uma delas abre oportunidades para o apoio da filantropia, como se verá a seguir.

- **Estágio exploratório.** Envolve pesquisa laboratorial básica feita durante, geralmente, dois a quatro anos. Nesse período, os cientistas buscam antígenos naturais ou sintéticos que possam prevenir ou tratar uma doença. Há tempos filantropos atuam nessa área. No início do século XX, Andrew Carnegie criou o Carnegie Institute, em Washington, para financiar “homens excepcionais” da ciência, com o objetivo de mudar a posição norte-americana entre as nações (MILLER, 1970). O instituto selecionou áreas de pesquisa fundamentais, com pouco ou nenhum financiamento do governo, como embriologia (NIELSEN, 1985). Outro exemplo pioneiro foi o

da Fundação Rockefeller, que entre 1918 e 1925 investiu US\$ 20 milhões em pesquisa básica (KOHLENER, 1985).

- **Estágio pré-clínico.** Nesta etapa são feitos estudos com cultura de tecidos ou cultura de células, além de testes em animais (sobretudo camundongos e macacos). O objetivo é avaliar a segurança da vacina e sua capacidade de gerar uma resposta imune – e, principalmente, indicar quais resultados ela pode ter no ser humano. Os estudos também podem dar pistas sobre o volume seguro de uma dose e sobre o melhor modo de administrá-la. Muitas vezes as vacinas candidatas não passam desse estágio, porque não produzem a resposta imune necessária. Esta fase geralmente dura de um a dois anos e envolve pesquisadores da indústria privada. Trata-se de um exemplo claro de pesquisa translacional (HALEY e CHAMPAGNE JR, 2017), que, como vimos no capítulo anterior, é um segmento em que a filantropia pode ser de grande ajuda, já que hoje os governos tendem a alocar recursos em pesquisa básica e as empresas, em pesquisa para inovação e tecnologia (MURRAY, 2013).
- **Ensaaios clínicos.** Para submeter uma nova vacina aos ensaios clínicos, o proponente, geralmente uma empresa privada (raramente com apoio filantrópico), envia um pedido ao órgão regulador (como a FDA, nos Estados Unidos, e a Anvisa, no Brasil). O pedido descreve os processos de teste e fabricação, resume os relatórios do laboratório e explica o estudo proposto. Se o pedido for aprovado, a vacina deve ser submetida a três fases de testes em seres humanos.
 - » **Fase I:** o objetivo é avaliar a segurança da vacina e a qualidade da resposta imunológica que provo-

ca. Envolve um pequeno grupo de adultos (20 a 80 pessoas¹), e os testes podem ser abertos (ou seja, os pesquisadores e/ou os voluntários podem saber se estão usando uma vacina ou um placebo).

- » **Fase II:** esta já envolve várias centenas de pessoas, algumas eventualmente pertencentes a grupos de risco. O objetivo é continuar a avaliar a segurança e a resposta imunológica, mas também a quantidade mais adequada de doses, o tempo entre uma primeira e uma segunda aplicação e questões operacionais (como melhores métodos de distribuição). Os estudos são randomizados, bem controlados e incluem um grupo placebo.
- » **Fase III:** o número de participantes aumenta muito – passa a ser de milhares ou dezenas de milhares, para avaliar com detalhes a segurança da vacina e, eventualmente, identificar efeitos colaterais mais raros. Os testes são randomizados e duplo-cegos (ou seja, os participantes são aleatoriamente separados entre os que vão tomar vacina e placebo, e nem eles nem os pesquisadores sabem quem está recebendo o quê – uma forma de evitar que os resultados sejam influenciados por expectativas). Com mais voluntários e maior rigor na aplicação, tendem a ser mais precisas as respostas às perguntas que começaram a ser feitas em fases anteriores (a vacina previne a doença? previne a infecção? faz o corpo produzir anticorpos ou outras respostas imunes relacionadas ao patógeno?).

¹ Se a vacina for direcionada a crianças, os testes também começam com adultos, mas, gradualmente, passam a envolver pessoas mais novas, até ser atingida a idade do público-alvo.

Se os testes da Fase III forem bem-sucedidos, o desenvolvedor da vacina entra com um pedido de licença para fabricá-la. O órgão regulador então inspeciona as instalações onde o imunizante será feito e aprova (ou não) sua produção.

Mesmo com isso, mantém-se o monitoramento da segurança e da eficácia do produto. Há relatórios de efeitos adversos e, eventualmente, uma quarta fase de ensaios.

Todas essas etapas incluem pesquisas cujos principais interessados (e financiadores) são as empresas farmacêuticas – embora, no caso da Covid-19, os recursos filantrópicos tenham participado para acelerar a inovação e a produção. O grande problema sempre foi a distribuição, especialmente nos países de baixa renda, sem dinheiro para comprar vacinas. Esse é uma etapa em que a atuação da filantropia pode ser crucial, como demonstra a extensa experiência do Rotary Internacional no combate à poliomielite (AYLWARD e TANGERMANN, 2011).

Mesmo nas outras fases, porém, a ação filantrópica tem potencial de fazer diferença. Durante a Covid-19, a Fundação Gates, que já atuava em questões globais de saúde, intensificou seu apoio ao desenvolvimento, à produção e à distribuição de vacinas contra o coronavírus. Para tanto, ajudou a estabelecer pontes entre as empresas farmacêuticas e os governos, por meio da Aliança Global de Vacinas e Imunização (Gavi, na sigla em inglês), que teve participação de Unicef, OMS, Banco Mundial, Wellcome Trust, representantes da indústria farmacêutica e organizações da sociedade civil (STORENG, 2014). Uma tarefa essencial da Gavi tem sido buscar novos tipos de financiamento para levar imunização a países que não têm como arcar com os preços estabelecidos pelas farmacêuticas.

A CORRIDA PARA UMA VACINA CONTRA A COVID-19

Estima-se que, com o surgimento da Covid-19, 100 milhões de cientistas e profissionais se lançaram na busca de uma forma de conter a nova patologia. Num processo frenético de compartilhamento de achados e experiências, artigos científicos passaram a ser lançados com uma celeridade jamais vista.

Nove dias depois de os primeiros casos terem sido comunicados oficialmente, o sequenciamento genético do novo coronavírus já estava disponível na internet (UDDIN et al., 2020), deflagrando uma corrida por uma vacina contra o Sars-CoV-2. Os especialistas otimistas previam que ela estaria disponível em 18 meses ou mais. Demorou nove para serem divulgados os primeiros testes positivos em humanos, dez para ser aprovado o uso emergencial da primeira vacina. Para afeição de comparação, a da meningite levou 94 anos, a da poliomielite, 47 e a do sarampo, 9 anos.

Diversos fatores ajudam a explicar essa rapidez. Um deles foi a produção de vacinas que usam RNA mensageiro (mRNA, substância que coordena a síntese de proteínas de inúmeras células), algo que não havia sido feito antes em grande escala. Essa tecnologia permite um ciclo mais curto de desenvolvimento, uma produção mais simples e uma capacidade maior de induzir respostas imunológicas robustas. As três vacinas dotadas dessa tecnologia foram as de desenvolvimento mais rápido na história (FANG et al., 2022), e duas delas foram aprovadas pela OMS: a da norte-americana Pfizer com a alemã BioNTech, e a da Moderna, uma farmacêutica de Massachusetts (EUA), em parceria com o National Institutes of Health (NIH).

Os estudos com RNA mensageiro começaram na década de 1970, com vistas ao tratamento de alguns tipos de câncer. Entre os cientistas mais obstinados pela ideia estava a bioquímica húngara Katalin Karikó. Durante mais de 30 anos de pesquisa, ela acumulou fracassos, ouviu uma centena de "nãos" e perdeu milhões em financiamentos. Só em 2005, com seu colega norte-americano Drew Weissman, descobriu que um ajuste na estrutura poderia vencer as barreiras encontradas até então (KARIKÓ et al., 2005). Anos depois, ela virou vice-presidente sênior da BioNTech, empresa fundada para desenvolver medicamentos imunoterápicos contra o câncer.

Uma das grandes vantagens do RNA mensageiro é que, para desenvolver a vacina, não é necessário o vírus em si – ao contrário do que acontece nas vacinas que utilizam vírus inativado, como a CoronaVac. Basta conhecer a genética do patógeno – que, no caso do Sars-CoV-2, estava disponível na internet desde os primeiros dias de 2020. O desafio, a partir daí, era descobrir quais partes do mRNA seriam eficazes contra o novo coronavírus e como combiná-las adequadamente².

Também contribuiu para a rapidez no desenvolvimento das vacinas o fato de que o Sars-CoV-2, embora novo, venha de uma família conhecida – a dos coronavírus, responsáveis pelo surgimento da Sars (sigla em inglês para Síndrome Respiratória Aguda Grave), em 2002, e pela Mers (sigla em inglês para Síndrome Respiratória

² Os cientistas desenvolveram um mRNA sintético, que leva o corpo a produzir uma proteína específica do Sars-CoV-2 (a proteína S, ou spike), responsável por ligar o vírus às células humanas. Quando a vacina é injetada, o corpo fabrica anticorpos a partir das "instruções" do mRNA.

do Oriente Médio), em 2012. A partir dos testes contra essas duas enfermidades, os pesquisadores já tinham uma ideia de qual caminho percorrer.

Outra importante razão foi o alto investimento em pesquisas. Segundo um estudo da empresa de análise de dados científicos Airfinity, até dezembro de 2021 os governos haviam destinado US\$ 8,6 bilhões para a produção de imunizantes contra a Covid-19. Das organizações filantrópicas vieram quase US\$ 2 bilhões, e das farmacêuticas, US\$ 3,5 bilhões (SAMPAT e SHADLEN, 2021). A fabricação das vacinas começou antes de se ter certeza de que elas funcionariam de fato – se dessem errado, os três grupos perderiam bilhões de dólares. O aval para distribuição também se deu em tempo recorde: uma semana, contra, em média, três meses.

A FILANTROPIA E O DESENVOLVIMENTO DE VACINAS CONTRA A COVID-19

O apoio filantrópico ao desenvolvimento de vacinas não é comum. As razões são muitas. Uma delas é o período longo que pode ser necessário para chegar ao produto final. Outra é a dificuldade do filantropo de entender a complexidade das etapas e dos ensaios. Além disso, altas taxas de testes negativos interrompem o desenvolvimento. Mas, na crise planetária provocada pela rápida disseminação do Sars-CoV-2, muitos doadores deixaram de lado essas preocupações e assumiram riscos. De acordo com o Center for Disaster Philanthropy, mais de US\$ 20 bilhões em fundos filantrópicos foram investidos em resposta à crise – não somente em pesquisa, mas na produção e distribuição, especialmente aos países mais empobrecidos (DONLAN, 2021).

Como destaca uma publicação do Milken Institute (uma das principais organizações financiadoras da pesquisa biomédica), a filantropia é adequada para fornecer capital a investimentos de alto risco, mas potencialmente de alto retorno (KOCISIS et al., 2022). O apoio filantrópico à tecnologia baseada no mRNA deixou isso muito claro.

De certa maneira, o sucesso da vacina baseada no mRNA representou um reconhecimento da ciência ao longo trabalho da bioquímica Katalin Karikó (PEREIRA, 2021). Por muitos anos, ela foi uma das poucas a acreditar na viabilidade de fazer vacinas com mRNA. Sua teoria foi desprezada ao longo da década de 1990, de acordo com o site STAT, e ela chegou a ser rebaixada academicamente (STAT, 2022). Embora recentemente suas pesquisas tenham interessado ao NIH, o que realmente deu respaldo a seus estudos foi a confiança que despertou em certos filantropos. E esse reconhecimento da viabilidade da tecnologia levou a Fundação Gates a fazer uma doação inicial à empresa Moderna, no valor de US\$ 20 milhões (ANCHORS, 2020), e depois outra de até US\$ 100 milhões para desenvolvimento de projetos baseados em mRNA contra várias doenças infecciosas. O voto de confiança da Fundação Gates enviou uma mensagem poderosa: o desenvolvimento da vacina de mRNA deveria ser levado a sério por outros filantropos e pela indústria farmacêutica. Não é exagero cogitar que o apoio inicial de Gates ajudou a levar a Moderna a ser a primeira farmacêutica a trabalhar em uma vacina contra a Covid-19.

A recompensa da Fundação Gates foi apenas o direito de licenciar a vacina para distribuí-la a países de baixa renda, como fez com outras, incluindo a da poliomielite.

Trata-se de um caso que sintetiza muito bem o papel que a filantropia pode desempenhar: validar e apoiar ideias inovadoras, que necessitam de anos para serem cientificamente maturadas e trazerem os resultados esperados. O investimento do setor privado lucrativo pode fazê-lo, mas apenas com grande risco. O governo não está – e realmente não deveria estar – em negócios arriscados: ele administra o dinheiro dos contribuintes, e a própria natureza da burocracia o afasta do risco (os funcionários públicos são mais propensos a enfrentar críticas por erros, enquanto seus sucessos podem ser negligenciados).

A filantropia, por outro lado, pode abraçar o risco com menos medo. Foi graças a ela que outros cientistas tiveram sucesso em suas pesquisas. Em 2011, Raymond e Ruth Perelman doaram US\$ 225 milhões para “pesquisa inovadora” na Faculdade de Medicina da Universidade da Pensilvânia, rebatizada em homenagem a eles (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2011). É a mesma escola onde, décadas antes, Karikó não conseguiu apoio financeiro para suas teorias sobre vacina e mRNA.

Eric Kessler, fundador e diretor administrativo sênior da Arabella Advisors, uma consultoria filantrópica com sede nos EUA, notava na década passada: “Os doadores que historicamente se concentraram na saúde global estão agora triplicando suas doações, e muitos doadores que nunca focaram na saúde global passaram a fazê-lo pela primeira vez” (PHILANTHROPY NEW YORK, 2017). A tendência se acentuou com a pandemia de Covid-19: como demonstram os exemplos acima, houve uma nova onda de interesse entre doadores consolidados e também de novos doadores.

No caso dos Gates e de seu parceiro em filantropia Warren Buffett, a promessa de gastar suas riquezas em

vida garante apoio às prioridades por eles identificadas (HICKMAN et al., 2015). E essa atitude tem sido adotada por vários bilionários, como o fundador do Alibaba, Jack Ma, que doou mais de US\$ 14 milhões para pesquisas sobre o coronavírus (JACK MA FOUNDATION, 2020).

Convém lembrar que recursos filantrópicos muitas vezes entram em programas e projetos que também têm aportes de governos e farmacêuticas. Somente nos EUA, o NIH e os centros federais de pesquisa injetaram US\$ 1,8 bilhão em financiamento público adicional para a Covid-19, incluindo investigações de vacinas. O governo norte-americano participou de um projeto para desenvolver vacina contra o coronavírus em conjunto com o grupo Johnson & Johnson, que investiu US\$ 1 bilhão na iniciativa.

De qualquer forma, o dinheiro da filantropia ainda pode ter uma função crucial, pois está livre da burocracia e da lentidão dos processos decisórios que marcam o poder público – e está livre da necessidade de lucro que influencia as empresas. Assim, a filantropia é propícia para apoiar pesquisas de longo prazo, manter distância de grupos de interesse (partidos políticos, congressistas, associações profissionais) e reunir grupos díspares, incluindo universidades, laboratórios e outros doadores.

O fato de estar livre da necessidade de lucro é um grande diferencial. A indústria farmacêutica, embora lide com vidas e com produtos que podem salvar vidas, busca o lucro, como costuma lembrar o CEO da Fundação Gates, Mark Suzman (ARYEETAY et al., 2012). Por isso, negligência doenças que atingem mercados pequenos ou populações que não podem pagar por uma vacina ou um medicamento. Esse é justamente um dos pontos de partida da atua-

ção da Fundação Gates, que desde sua criação destinou mais de US\$ 18 bilhões para descoberta, desenvolvimento e entrega de vacinas, e desde janeiro de 2020 doou mais de US\$ 2 bilhões para combater a Covid-19.

No entanto, participar da pesquisa de vacinas como filantropo não é fácil. Primeiro, envolve entender uma ciência complexa: é preciso contar com especialistas (como consultores ou funcionários) para compreender os problemas e as possíveis estratégias, bem como estabelecer as parcerias necessárias.

Para filantropos individuais que não têm recursos bilionários, outro desafio é a enorme quantidade de dinheiro envolvida. Essa foi uma das razões do estabelecimento de um fundo colaborativo para acelerar o desenvolvimento de vacinas. A Coalizão para Inovação em Preparação para Epidemias (Cepi, na sigla em inglês) atua como um centro arrecadador para o qual qualquer filantropo pode contribuir (CEPI, 2022). Recebeu um investimento inicial de US\$ 460 milhões dos governos alemão, japonês e norueguês, da Fundação Gates e do Wellcome Trust do Reino Unido. Depois, obteve de um conjunto de doadores US\$ 2 bilhões emergenciais para buscar vacina contra a Covid-19. Outra forma de um filantropo com menos recursos apoiar a luta contra epidemias é criar um prêmio para estimular a competição acadêmica – como o The Michelson Philanthropies & Science Prize for Immunology, lançado pelo casal Gary e Alya Michelson. As premiações anuais destinam US\$ 150 mil a cada jovem cientista vencedor que atua em projetos sobre imunologia humana, descoberta de vacinas e pesquisa de imunoterapia sobre as principais doenças globais (MICHELSON MEDICAL RESEARCH FOUNDATION, 2023).

Um outro desafio é que pesquisas médicas podem necessitar de períodos longos, que nem sempre coincidem com o prazo em que o filantropo deseja resultados. No entanto, o financiamento à pesquisa é valioso mesmo quando o resultado demora ou quando o projeto fracassa e é abandonado, como argumenta Maria Elena Bottazzi, codiretora do Center for Vaccine Development do Texas Children's Hospital:

“Você está construindo conhecimentos sobre áreas em que a ciência ainda não conseguiu avançar e, assim, os experimentos que aparentemente fracassaram não serão repetidos. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade de educar novos cientistas.”

(EUROPEAN SCIENCE-MEDIA HUB, 2022)

E não é só o investimento em vacinas ou outras drogas que faz da filantropia um elemento absolutamente necessário para a ciência. Filantropos podem apoiar novos desafios que precisam de pesquisa científica. Quando Priscilla Chan e Mark Zuckerberg procuravam criar uma iniciativa filantrópica, os vencedores do Prêmio Nobel Harold Varmus e David Baltimore indicaram a então recém-criada Science Philanthropy Alliance. Os líderes da Alliance fizeram reuniões com a Chan Zuckerberg Initiative (CZI) por cerca de um ano, até ser publicamente anunciado um apoio de US\$ 3 bilhões ao longo de uma década (CÓRDOVA, 2021). A Alliance deu orientações sobre formação e gestão de um conselho consultivo científico, conectou a CZI a outros financiadores e cientistas e ajudou-a a preparar as comunidades científicas e filantrópicas para o lançamento do apoio à ciência básica. Nos anos seguintes, ajudou

a recrutar funcionários da CZI e a firmar parcerias com outras organizações filantrópicas. Hoje a CZI é membro da Alliance.

SUPERAGENTES E SUPERAGÊNCIAS NA FILANTROPIA

Em seus estudos sobre filantropia, Paul Schervish destacou a relação entre a prática filantrópica e o conceito de agência, usado na sociologia. Segundo o autor, os filantropos fazem escolhas relativamente livres, ainda que dentro de certos limites, para tentar transformar o mundo em que vivem (SCHERVISH et al., 1994; SCHERVISH, 1997). Ao tratar dos multibilionários e de suas ações, Schervish introduz os termos “superagente” e “superagência” (*hyperagent* e *hyperagency*) para realçar o poder desses filantropos de produzir resultados sociais e de criar as condições em que eles e outros atuam (SCHERVISH, 2003). Se, em princípio, uma instituição filantrópica é uma agência capaz de fazer escolhas limitadas por regras e recursos socialmente estabelecidos, a superagência cria e produz essas regras e recursos³. Nesse sentido, pode excluir do processo decisório outras partes interessadas e, assim, agir praticamente sozinha na concepção, na implantação e na avaliação dos projetos que apoia.

³ A compreensão de Schervish é inspirada na relação entre escolha e virtude estabelecida por Aristóteles em seu “Ética a Nicômaco” (ARISTÓTELES, 1985). Para Aristóteles, o objetivo da vida é a felicidade, e cabe a cada indivíduo preencher o espaço entre onde se encontra e onde deseja estar. Essa lacuna é preenchida por escolhas que dependem de uma sabedoria advinda de conhecimentos e práticas. Assim, a agência é o instrumento que implementa as escolhas dos agentes. Escolhas sábias, insiste Aristóteles, requerem tanto liberdade de agir quanto a virtude da sabedoria. Não pode haver virtude sem liberdade; e não pode haver verdadeira liberdade sem virtude.

Em *Gospels of Wealth* (SCHERVISH et al., 1994), são apresentados três componentes aos quais esses superagentes recorrem para justificar suas operações:

- 1.** Empoderamento psicológico: estabelecimento de metas grandiosas, que parecem ser possíveis de alcançar devido à legitimidade e à confiança transmitidas pelos superagentes;
- 2.** Empoderamento espacial: a capacidade de proteger contra intrusão sobre a área geográfica ou o contexto em que os superagentes pretendem atuar, progressivamente estendendo sua influência territorial; e
- 3.** Capacitação temporal: a capacidade de remodelar o passado, forjar o presente e definir o futuro.

Claramente, esses pontos não garantem que os superagentes estejam capacitados para realizar ações produtivas nem que suas decisões beneficiem a si e aos outros. Porém, permitem que se posicionem como imprescindíveis.

Os superagentes atuam na filantropia com base em duas linhas emprestadas do empreendedorismo. Primeiro, identificam uma ideia criativa que atenda a demanda por um produto ou serviço que só sua organização tem capacidade de ofertar. Em segundo lugar, envolvem-se diretamente na ação, e mesmo comandam o uso dos recursos, para que seu investimento dê retorno. O traço distintivo dos superagentes é a capacidade de criar, não apenas apoiar, instituições específicas para atuar em seus projetos. Assim, conseguem moldar processos e resultados, agindo mais como produtores do que apoiadores de causas, organizações ou projetos.

CRÍTICAS AOS SUPERAGENTES E ÀS SUPERAGÊNCIAS

Quase exatamente um século depois de a Fundação Rockefeller assumir um papel proeminente na formação e na criação de instituições de saúde em várias partes do mundo – gerando e propagando ideologias e práticas em campos como medicina, saúde pública e educação para profissionais da saúde –, a Fundação Gates surge como superagência, com a mesma ambição de mudar a saúde global.

As duas fundações superpoderosas surgiram em momentos críticos da saúde internacional. Ambas foram criadas por multibilionários com atuação inovadora (CHERNOW, 1998; WALLACE e ERICKSON, 1993) e criticados por se utilizarem de práticas comerciais monopolísticas (TARBELL, 1904; PAGE e LOPATKA, 2009). Os dois, embora geralmente adulados pela mídia (por exemplo, saíram na capa da revista *Time*), foram vistos com ceticismo em suas motivações filantrópicas (*TIME MAGAZINE*, 1928; *TIME MAGAZINE*, 2005).

Ambas as fundações colocaram foco na geração e na aplicação de novos conhecimentos. A Fundação Rockefeller, nascida quando a estrutura de saúde internacional estava em gestação, viu necessidade de estabelecer a cooperação em saúde como esfera legítima de ação (inter)governamental, criando, em grande parte a partir do zero, os princípios, as práticas e as instituições-chave da área (FOSDICK, 1952). A Fundação Gates passou a atuar internacionalmente na saúde desafiando a liderança e a capacidade de agências públicas multilaterais, pressionando para um rearranjo da governança global com forte participação do setor privado (SCORDATO et al., 2012). Ambas as fundações (e seus fundadores) agiram/agem como atores profundamente políticos, alegando agir,

porém, com bases supostamente técnicas e científicas (BIRN, 2005; BERLINER, 1985).

Essas similaridades trazem várias questões à tona (BIRN, 2014). Como e por que a filantropia dos EUA teve um papel tão importante na produção e formação de relações internacionais na área de saúde, na criação de organizações e na definição de estratégias? Quais são suas visões ideológicas, e suas aplicações, sobre o entendimento de bem-estar humano? O que mudou e o que não mudou nas prerrogativas dos filantropos?

Essas perguntas, levantadas por vários autores, demonstram preocupação com as práticas de responsabilidade das fundações (SRIDHAR e BATNIJI, 2008; GLOBAL HEALTH WATCH, 2011), com sua legitimidade para influenciar políticas (OLLILA, 2005; EDWARDS, 2011; HARVEY et al., 2021; RUSHTON e WILLIAMS, 2011) e com a eficácia na resposta às necessidades dos destinatários (SHIFFMAN, 2006; MCCOY et al., 2009; ESSER e KEATING-BENCH, 2011). Dada a relevância política e financeira das superagências, os estudos começaram a defender divulgação mais detalhada sobre a governança e a tomada de decisões das fundações (SRIDHAR e BATNIJI, 2008; STUCKLER et al., 2011).

Afinal, enquanto os órgãos governamentais de qualquer país estão sujeitos ao escrutínio público, as superagências privadas respondem apenas a seus próprios criadores.

A FUNDAÇÃO GATES COMO SUPERAGÊNCIA NA ÁREA DA SAÚDE

Uma das avaliações mais perspicazes sobre esse contexto é a de Kelley Lee, professora de saúde pública na

Simon Fraser University. Ela entende que a OMS, com “uma escassez crônica de recursos”, tem dificuldade de cumprir seu mandato com sucesso (LEE, 2014). A situação, analisa, ficou “significativamente pior” quando os Estados-membros decidiram congelar as contribuições fixas à OMS, nas décadas de 1980 e 1990.

Como resultado da estagnação de parte de seu orçamento, a OMS passou a depender cada vez mais de contribuições voluntárias de organizações filantrópicas, que progressivamente aumentaram seu peso nas receitas e sua influência. Embora Lee não negue a importância da Fundação Gates para o avanço da saúde em muitas áreas, devido aos fundos substanciais que foram doados, ela levanta questões importantes sobre a responsabilidade, a representatividade e a legitimidade de uma única fundação ter tamanha preponderância. Segundo ela, o montante doado pela Fundação “supera a maioria dos governos e outros doadores, dando-lhe uma voz muito mais alta em diversos círculos importantes da saúde global, incluindo a OMS”.

Desde 2000, a Fundação Gates distribuiu US\$ 79,2 bilhões. Entre 2022 e 2026, gastará US\$ 41,4 bilhões, chegando a US\$ 9 bilhões em 2026. Em 2021, doou pouco mais de US\$ 6 bilhões.

Ao longo dos anos, os filantropos bilionários se tornaram o segundo maior doador da OMS, superados apenas pelo governo norte-americano. Em 2018-2019, os Estados Unidos aportaram US\$ 893 milhões (cerca de 15% do orçamento da OMS); a Fundação Gates ficou em segundo lugar, com US\$ 531 milhões (88% do valor total doado por fundações filantrópicas à OMS). Atualmente, a agência da ONU tem controle total sobre apenas um quarto de seus recursos – o que significa que não tem capacidade

operacional para definir a agenda global de saúde sem a participação dos megadoadores (CARBONARO, 2023).

Harman (2016) considera importante questionar a legitimidade da Fundação por duas razões. A primeira é que ela ocupa uma posição de autoridade na governança da saúde, por meio de sua capacidade de influenciar políticas e prioridades e moldar o conhecimento e as ideias. A Fundação compõe, por exemplo o “Health 8”, um grupo informal de instituições que se reúnem para discutir, compartilhar e criar estratégias sobre saúde mundial (as outras são Gavi Alliance, Fundo Global, Unaid, Unicef, Unfpa, Banco Mundial e OMS). O conteúdo dessas reuniões raramente vem a público.

A segunda razão diz respeito ao direcionamento, aos alvos das pesquisas e à disseminação dos seus resultados. Esse talvez seja o tipo de crítica que mais repercute. O jornal New York Times, por exemplo, publicou o memorando de um funcionário da OMS que sugere que a Fundação criou um cartel na pesquisa da malária (BISHOP, 2013). Além disso, um estudo sobre a distribuição de fundos da Fundação aponta que ela privilegia organizações sediadas nos EUA, o que reduz o potencial de países de baixa e média renda conduzirem ou competirem em pesquisa, e expande a influência norte-americana sobre a política mundial de saúde (MCCOY e MCGOEY, 2011; MCCOY et al., 2009). A crítica não é apenas sobre quem conduz a pesquisa, mas também sobre o que se pesquisa.

Deve-se considerar ainda que a Fundação Gates age indiretamente, criando e participando de organizações. É possível identificar quatro organizações que atuaram, e ainda atuam, em conjunto (BANCO et al., 2022). A maior e mais poderosa é a Fundação Gates. Depois, a Gavi, a alian-

ça mundial que Gates ajudou a fundar para vacinar pessoas em países de baixa renda, e o Wellcome Trust, uma fundação de pesquisa britânica com uma doação multi-bilionária que havia trabalhado com a Fundação Gates em anos anteriores. Por fim, há a já citada Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias, que a Fundação Gates e o Wellcome Trust ajudaram a criar em 2017. Essas quatro gastaram quase US\$ 10 bilhões na crise de Covid-19 – a mesma quantia que a principal agência dos EUA encarregada de combater o coronavírus desembolsou para apoio ao combate em outros países. As quatro doaram, juntas, US\$ 1,4 bilhão para auxiliar a OMS a atuar contra a Covid-19. Os líderes delas tiveram acesso direto aos níveis mais altos de governo, gastando pelo menos US\$ 8,3 milhões para fazer *lobby* com legisladores e autoridades dos EUA e da Europa. Eles defenderam, por exemplo, que não era necessário suspender as proteções à propriedade intelectual para aumentar o fornecimento de vacinas – medida que alguns ativistas diziam que teria salvado milhões de vidas em países de baixa renda.

O QUE DEVEMOS ESPERAR NUM FUTURO PRÓXIMO

O desafio imposto pela Covid-19 – pesquisar, produzir e distribuir vacinas eficazes em meio a uma epidemia que se disseminava rapidamente – ajuda a sociedade a se preparar para futuras pandemias. Pode-se formar uma estrutura de relacionamento entre grupos interessados, para compartilhar tecnologias como inteligência artificial, farmacogenética e medicina de precisão. Isto deverá exigir da ciência e dos filantropos cooperação, criatividade e ética em abordagens que se baseiam na participação obrigatória de governos, empresários e organizações da sociedade civil.

Um exemplo dessa possibilidade de cooperação é o programa Brain Research Through Advancing Innovative Neurotechnologies (Brain), liderado pelo NIH, mas com muitos parceiros públicos e privados. Ele atua de maneira colaborativa por meio de especialistas e organizações filantrópicas de diferentes países, que catalisam e avançam a pesquisa em neurociência (BARGMANN e NEWSOME, 2014).

Com novas ferramentas computacionais e de comunicação, uma aliança de fundações filantrópicas pode estabelecer agendas comuns para apoiar os cientistas e suas organizações, trazendo novas oportunidades, soluções inovadoras e desenvolvimento da própria ciência (MICHELSON, 2020).

A palavra “impacto” tende a se tornar cada vez mais comum entre os filantropos – eles querem que seus investimentos façam a diferença. Para alguns, o objetivo primordial é participar mais intensamente da solução dos problemas, conectando jovens filantropos e jovens cientistas. Para outros, o motor são os crescentes imperativos sociais, problemas de alta complexidade que precisam passar pelo escrutínio da ciência para se buscarem novos caminhos de pesquisa, novas perspectivas.

Um filantropo consciente da influência de seu recurso – e da necessidade de identificar e gerenciar riscos – atua como um arquiteto de mudanças necessárias. Capta ideias aparentemente ousadas trazidas pela ciência e pelos cientistas, e acredita nelas para moldar um futuro sustentável para a humanidade e para a Mãe Terra.

Referências

ANCHORS, Z. (2020). Gates Foundation bets big on Moderna's mRNA technology. **DDN Exploring Drug Discovery and Development**. Mar 09, 2020.

ARISTÓTELES (1985). **Ética a Nicômaco**. Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARRUDA FILHO, L. C. **A história das vacinas**. Hospital do Coração. Disponível em <https://hospitaldocoracao.com.br/novo/midias-e-artigos/artigos-nomes-da-medicina/a-historia-das-vacinas/>. Acessado em 28 de março de 2023.

ARTENSTEIN, A. W. e POLAND, G. A. (2012). Vaccine history: The past as prelude to the future. **Vaccine**, 36(30), 5299-5301.

ARYEETAY, E., ESTY, D., FEULNER, E., GEIGER, T., KAUFMANN, D., KRAEMER, A. e SUZMAN, M. (2012). Getting to Zero: finishing the job the MDGs started. In **Global Agenda Council**, World Economic Forum, April.

AYLWARD, B. E TANGERMANN, R. (2011). The global polio eradication initiative: lessons learned and prospects for success. **Vaccine**, 29, D80-D85.

BAICUS, A. (2012). History of polio vaccination. **World journal of virology**, 1(4), 108.

BANCO, E., FURLONG, A. e PFAHLER, L. (2022). How Bill Gates and partners used their clout to control the global Covid response – with little oversight. **Politico**. September 14, 2022.

BARGMANN, C. I. e NEWSOME, W. T. (2014). "The brain research through advancing innovative neurotechnologies (BRAIN) initiative and neurology." ("The NIH BRAIN Initiative: Advancing neurotechnologies, integrating ...") **JAMA Neurology**, 71(6), 675-676.

BERLINER H. (1985). **A system of scientific medicine: philanthropic foundations in the Flexner era**. New York: Tavistock.

BIRN, A. E. (2005). Gates's grandest challenge: transcending technology as public health ideology. **The Lancet**. 366; 514–519. Disponível em [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)66479-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(05)66479-3). Acessado em 11 de março de 2023

BIRN, A. E. (2014). Philanthrocapitalism, past and present: The Rockefeller Foundation, the Gates Foundation, and the setting (s) of the international/global health agenda. **Hypothesis**, 12(1), e8.

BISHOP, M. e GREEN, M. **Philanthrocapitalism**. London: A&C Black, 2010.

BISHOP, M. (2013). Philanthrocapitalism: Solving public problems through private means. **Social Research: An International Quarterly**, 80(2), 473-490.

BLOOM, D. E., CANNING, D. e WESTON, M. (2017). The value of vaccination. In **Fighting the diseases of poverty** (pp. 214-238). Routledge.

BOYLSTON, A. (2012). The origins of inoculation. **Journal of the Royal Society of Medicine**, 105(7), 309-313.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA (2010). **Resolução - RDC nº 55, de 16 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o registro de produtos biológicos novos

e produtos biológicos e dá outras providências. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0055_16_12_2010.html. Acessado em 28 de junho de 2022.

BRIGGS, D. J. (2012). The role of vaccination in rabies prevention. **Current opinion in virology**, 2(3), 309-314.

CADEDDU, A. (1985). Pasteur et le choléra des poules: révision critique d'un récit historique. **History and Philosophy of the Life Sciences**, 87-104.

CARBONARO, G. (2023). How is the World Health Organization funded, and why does it rely so much on Bill Gates? **Euronews**. 03/02/2023.

CEPI (2022). **CEPI's 5-year plan and investment case**. Disponível em <https://endpandemics.cepi.net/>. Acessado em 10 de fevereiro de 2023.

CHEN, S. (2021). The anti-vax movement is being radicalized by far-right political extremism. **The Conversation**. Disponível em: <https://theconversation.com/the-anti-vax-movement-is-being-radicalized-by-far-right-political-extremism-166396>. Acessado em 8 de julho de 2023.

CHERNOW R. (1998). **The life of John D. Rockefeller**. New York: Random House.

CONNIFF, R. (2022). Como as pandemias nos mudam? Será que nos recordaremos das lições aprendidas quando o perigo passar? **National Geographic Portugal**. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/historia/como-as-pandemias-nos-mudam-sera-que-nos-recordaremos-das-licoes-aprendidas-quando-o-perigo-passar_2520. Acessado em 8 de julho de 2023.

CÓRDOVA, F. A. (2021). Envisioning Science for an Unknown Future. **Issues in Science and Technology**, August 12, 2021.

DOLGIN, E. (2021). The tangled history of mRNA vaccines. **Nature**, 597(7876), 318-324.

DONLAN, M. (2021). **Solving the Philanthropist's Dilemma**. Milken Institute.

EDWARDS, M. (2011). **The role and limitations of philanthropy**. New York, NY: Bellagio Initiative

EMIRBAYER, M. e MISCHÉ, A. (1998). "What is Agency?" **American Journal of Sociology**, 103(4): 962-1023.

ESSER, D. E. e KEATING-BENCH, K. (2011). Does global health funding respond to recipients' needs? Comparing public and private donors' allocations in 2005–2007. **Open Access Articles**. Paper 2238.

EUROPEAN SCIENCE-MEDIA HUB (2022). **A scientist's opinion: interview with Maria Elena Bottazzi on vaccines in low- and middle-income countries**. Disponível em <https://sciencemediahub.eu/2022/08/17/a-scientists-opinion-interview-with-maria-elena-bottazzi-on-vaccines-in-low-and-middle-income-countries/>. Acessado em 10 de fevereiro de 2023.

FANG, E., LIU, X., LI, M., ZHANG, Z., SONG, L., ZHU, B. e LI, Y. (2022). Advances in COVID-19 mRNA vaccine development. **Signal Transduction and Targeted Therapy**, 7(1), 94.

FDA (2003). **Development and Licensure of Vaccines to Prevent COVID-19 Guidance for Industry**. Disponível em <https://www.fda.gov/media/139638/download>. Acessado em 10 de fevereiro de 2023.

FERREIRA, L. D. S., COSTA, L. C. C., RUSSO, E. P., DE SOUSA, P. C. C., GADELHA, B. P., FERNANDES, A. R. e DOS SANTOS GOMES, S. C. (2021). A importância da Vacina Pneumocócica Polissacarídica 23-Valente (PPSV23) na prevenção de doenças pneumocócicas no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 13(10), e8981-e8981.

FINANCIAL TIMES. **Vaccine makers face revenue slump as demand falls for Covid jabs**. October 16, 2022. Disponível em <https://www.ft.com/content/e4cea6be-2e96-4458-a441-56fa79c7203e>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

FOSDICK R.B. (1952) **The story of the Rockefeller Foundation**. New Brunswick, NJ: Transaction.

GLOBAL HEALTH WATCH (2011). **Conflicts of interest within philanthrocapitalism**. Disponível em <https://www.ghwatch.org/node/547.html>. Acessado em 2 de março de 2023.

GRUBER, M. F. e MARSHALL, V. B. (2018). Regulation and testing of vaccines. **Plotkin's Vaccines**, 1547.

GUGLIELMI, G. (2022). Pandemic Drives Hugh Drop in Child Vaccinations. **Nature**, 608(7922), 253-253.

HALEY, R. e CHAMPAGNE JR, T. J. (2017). Research Strategies for Academic Medical Centers: A Framework for Advancements toward Translational Excellence. **Research Management Review**, 22(1), n1.

HARMAN, S. (2016). The Bill and Melinda Gates Foundation and legitimacy in global health governance. **Global Governance**, 349-368.

HARVEY, C., GORDON, J. e MACLEAN, M. (2021). The ethics of entrepreneurial philanthropy. **Journal of Business Ethics**, 171, 33-49.

HICKMAN, K., SHRADER, M., XU, D. e LAWSON, D. (2015). The Forbes 400 and the Gates-Buffett giving pledge. **ACRN Journal of Finance and Risk Perspectives**, 4(1), 82-101.

HILLEMANN, M. R. (2000). Vaccines in historic evolution and perspective: a narrative of vaccine discoveries. **Vaccine**, 18(15), 1436-1447.

IBERDROLA (2023). **A história das vacinas, fundamentais na luta contra as doenças**. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/historia-das-vacinas>. Acessado em 24 de março de 2023.

JACK MA FOUNDATION (2020). **Fund on COVID-19 Research, Prevention and Treatment**. Disponível em <https://www.jackmafoundation.org.cn/program/covid-19/fund>. Acessado em 19 de julho de 2023.

JOSEFSBERG, J. O. e BUCKLAND, B. (2012). Vaccine process technology. **Biotechnology and Bioengineering**, 109(6), 1443-1460.

KARIKÓ, K., BUCKSTEIN, M., NI, H. e WEISSMAN, D. (2005). Suppression of RNA recognition by Toll-like receptors: the impact of nucleoside modification and the evolutionary origin of RNA. **Immunity**, 23(2), 165-175.

KENDRICK, P. e ELDERING, G. (1936). Progress report on pertussis immunization. **American Journal of Public Health and the Nations Health**, 26(1), 8-12.

KOCSIS, S. W., ROESLER, A. R., MARSHALL, J. e TOTTEN, A. (2022). **Learning from Covid 19**. Milken Institute.

KOHLER, R. (1985) Philanthropy and Science. **Proceedings of the American Philosophical Society**. 129, nº 1:9-13.

LAFORCE, F. M., DJINGAREY, M., VIVIANI, S. e PREZIOSI, M. P. (2018). Lessons from the meningitis vaccine project. **Viral Immunology**, 31(2), 109-113.

LEE, K. (2014). World Health Organization. In **Handbook of governance and security** (pp. 504-518). Edward Elgar Publishing.

LOMBARD, M., PASTORET, P. P. e MOULIN, A. M. (2007). A brief history of vaccines and vaccination. **Revue Scientifique et Technique-Office International des Epizooties**, 26(1), 29-48.

MATZ, K. M., MARZI, A. e FELDMANN, H. (2019). Ebola vaccine trials: progress in vaccine safety and immunogenicity. **Expert review of vaccines**, 18(12), 1229-1242.

MCCOY, D., KEMBHAVI, G., PATEL, J. e LUINTEL, A. (2009). The Bill & Melinda Gates Foundation's grant-making programme for global health. **The Lancet**, 373(9675), 1645-1653.

MCCOY, D. e MCGOEY, L. (2011). Global health and the Gates Foundation – in perspective. **Partnerships and foundations in global health governance**, 143-163.

MICHELSON, E. S. (2020). **Philanthropy and the Future of Science and Technology**. Routledge.

MICHELSON MEDICAL RESEARCH FOUNDATION (2023). **Michelson Philanthropies and Science announce the recipients of the 2023 Michelson Philanthropies & Science Prize for Immunology**. Michelson Prizes Archives - Michelson Philanthropies. Disponível em <https://www.michelsonmedicalresearch.org/>. Acessado em 3 de fevereiro de 2023.

MILLER, HOWARD S. (1970). **Dollars for Research: Science and Its Patrons in Nineteenth Century America**. Seattle: University of Washington Press.

MILLMAN, I., EISENSTEIN, T. K., e BLUMBERG, B. S. (eds.). (1984). Hepatitis B: the Virus, the Disease, and the Vaccine. Springer Science & Business Media. Monath, T. P. (2010). Yellow fever. **Vaccines: A Biography**, 159-189.

MONATH, T. P., LEE, C. K., JULANDER, J. G., BROWN, A., BEASLEY, D. W., WATTS, D. M., e TRENT, D. W. (2010). Inactivated yellow fever 17D vaccine: development and nonclinical safety, immunogenicity, and protective activity. **Vaccine**, 28(22), 3827-3840.

MURRAY, F. (2013). Evaluating the role of science philanthropy in American research universities. **Innovation Policy and the Economy**, 13(1), 23-60.

NIELSEN, W. A. (1985). **The Golden Donors**. New York: Talley.

OLLILA, E. (2005). Global health priorities—priorities of the wealthy? **Globalization and health**, 1(1), 1-5.

OUR WORLD IN DATA (2023). **Our World in Data**. Disponível em https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL. Acessado em 1 de março de 2023.

PADILLA-PAZ, L. A. (2005). Human papillomavirus vaccine: history, immunology, current status, and future prospects. **Clinical obstetrics and gynecology**, 48(1), 226-240.

PAGE, W. H. e LOPATKA, J. E. (2009). **The Microsoft case: antitrust, high technology, and consumer welfare**. Chicago: University of Chicago Press.

PANDOLFI, F., FRANZA, L., TODI, L., CARUSI, V., CENTRONE, M., BUONOMO, A. e NUCERA, E. (2018). The importance of complying with vaccination protocols in developed countries: “Anti-Vax” hysteria and the spread of severe preventable diseases. **Current Medicinal Chemistry**, 25(42), 6070-6081.

PASTEUR, L. (1873). **Études sur le vin: ses maladies, causes qui les provoquent, procédés nouveaux pour le conserver et pour le vieillir**. Simon Raçou et Comp.

PASTORE, K. (2021). A história por trás das vacinas contra covid-19. **Época Negócios**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2021/06/historia-por-tras-das-vacinas-contracovid-19.html>. Acessado em 3 de fevereiro de 2023.

PEREIRA, T. (2021). **Heróis da pandemia: Katalin Karikó**. Exame.

PHILANTHROPY NEW YORK (2017) “Be the Change: an Interview with Arabella Advisors’ Eric Kessler.” **InfluenceWatch**. Disponível em <https://philanthropynewyork.org/news/be-change-interview-arabella-advisors-eric-kessler>. Acessado em 29 de março de 2023.

PLOTKIN, S. (2014). History of vaccination. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 111(34), 12283-12287.

PLOTKIN, S. (2008). Vaccines: correlates of vaccine-induced immunity. **Clin Infect Dis**. 2008 Aug 1;47(3):401-9.

RODRIGUES, C. M. e PLOTKIN, S. (2020). Impact of vaccines; health, economic and social perspectives. **Frontiers in microbiology**, 11, 1526.

RUSHTON, S. e WILLIAMS, O. (Eds.). (2011). **Partnerships and foundations in global health governance**. Springer.

SALK, J. E. e FRANCIS Jr, T. (1946). Immunization against influenza. **Annals of Internal Medicine**, 25(3), 443-452.

SALK, J. E. (1956). Poliomyelitis vaccine in the fall of 1955. **American Journal of Public Health and the Nation's Health**, 46(1), 1-14.

SAMPAT, B. N. e SHADLEN, K. C. (2021). The COVID-19 Innovation System: Article describes innovations that emerged during the COVID-19 pandemic. **Health Affairs**, 40(3), 400-409.

SCHERVISH, P. G. (1997). "Major Donors, Major Motives: The People and Purposes Behind Major Gifts." **New Directions for Philanthropic Fundraising: Developing Major Gifts**, 16: 85-112.

SCHERVISH, P. G. et al. (1994). **Gospels of Wealth: How the Rich Portray their Lives**. Westport, CT: Praeger.

SCHERVISH, P. G. et al. (2001). **Agent Animated Wealth and Philanthropy: The Dynamics of Accumulation and Allocation Among High-Tech Donors**. Social Welfare Research Institute, Boston College. Final Report of the 2001 High-Tech Donors Study.

SCHERVISH, P. G. (2003). Hyperagency and high-tech donors: A new theory of the new philanthropists. In **Annual Conference of the Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action**. Disponível em: <http://www.bc.edu/research/cwp/meta-elements/pdf/haf.pdf>. Acessado em 5 de março de 2023.

SCHUERMAN, L. (2019). RTS, S malaria vaccine could provide major public health benefits. **The Lancet**, 394(10200), 735-736.

SCORDATO, L., SØREIDE, F. H. e GULBRANDSEN, M. (2012). The Bill and Melinda Gates Foundation and global health issues. In: **Meeting Global Challenges through Better Governance**. p. 61. OECD

SHIFFMAN, J. (2006). Donor funding priorities for communicable disease control in the developing world. **Health policy and planning**, 21(6), 411-420.

SILVA, C. S. P. (2015). A História da Ciência no Caso das Vacinas: Edward Jenner e os experimentos da prevenção contra a varíola na Inglaterra do século XVIII. **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, n. 7, dez. 2015. Disponível em: http://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=860. Acessado em 2 de março de 2023.

SOARES, M. M. J. O., (2018). Mary Montagu e a inoculação da varíola na Inglaterra no século XVIII. **Khronos Revista de História da Ciência**, n. 5, p. 35-46, mai. 2018. Disponível em <http://revistas.usp.br/khronos>. Acessado em 2 de março de 2023.

SRIDHAR, D. e BATNIJI, R. (2008). Misfinancing global health: a case for transparency in disbursements and decision making. **The Lancet**, 372(9644), 1185-1191.

STANSFIELD, S. K., (2002). Philanthropy and alliances for global health. **Global Public Goods Financing: New Tools for New Challenges**, 94-101.)

STAT (2022). **Status list 2022: Katalina Karikó**. Disponível em <https://www.statnews.com/status-list/2022/katalin-kariko/>. Acessado em 17 de julho de 2023.

STORENG, K. T. (2014). The GAVI Alliance and the 'Gates Approach' to Health System Strengthening. **Global Public Health**, 9(8): 865–879

STUCKLER, D., BASU, S. e MCKEE, M. (2011). Global health philanthropy and institutional relationships: how should conflicts of interest be addressed? **PLoS Medicine**, 8(4), e1001020.

TARBELL, I. (1904) **The history of the Standard Oil Company**. New York: McClure, Phillips & Co.

TIME MAGAZINE (1928). John D. Rockefeller. **Time Magazine**. 1928 May 21; XI(21).

TIME MAGAZINE (2005). **The Good Samaritans, Persons of the Year**. Dec 26; 166(26).

TOUSSAINT, J.F., MARCK, A., ANTERO, J., BERTHELOT, G., SAULIÈRE, G., JANCOVICI, J e MASSON-DELMOTTE, V. (2017). Are we reaching the limits of homo sapiens?. **Frontiers in Physiology**, 8, 812.

TOUSSAINT, J. F., DE LAROCHELAMBERT, Q., MARC, A., ANTERO, J. e LE BOURG, E. (2020). Covid-19 mortality: a matter of vulnerability among nations facing limited margins of adaptation. **Frontiers in Public Health**, 782.

UDDIN, M., MUSTAFA, F., RIZVI, T. A., LONEY, T., AL SUWAIDI, H., AL-MARZOUQI, A. H. H., e SENOK, A. C. (2020). SARS-CoV-2/COVID-19: viral genomics, epidemiology, vaccines, and therapeutic interventions. **Viruses**, 12(5), 526.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA (2011). Raymond and Ruth Perelman Donate \$225 Million to the University of Pennsylvania's School of Medicine. University of Pennsylvania Perelman School of Medicine. **Penn Today**. May 11, 2011.

UTTARILLI, A., AMALAKANTI, S., KOMMOJU, P. R., SHARMA, S., GOYAL, P., MANJUNATH, G. K. e KUMAR, A. (2021). Sci-Hub | Super-rapid race for saving lives by developing COVID-19 vaccines. **Journal of Integrative Bioinformatics**, 18(1), 27-43.3.

WALLACE, J. e ERICKSON, J. (1993). **Bill Gates and the making of the Microsoft empire**. New York: Harper Paperbacks.

WHO (2020). **Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID19**, March 2020.

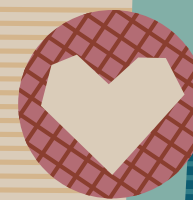
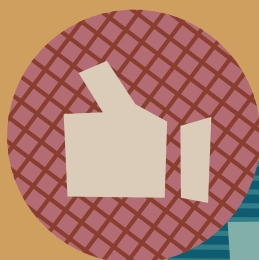
WHO (2021). **COVID-19 Vaccine Tracker and Landscape**. Disponível em <https://www.who.int/publications/m/item/draft-landscape-of-covid-19-candidate-vaccines>. Acessado em 3 de março de 2023.

WHO (2005). **International health regulations**. 3rd ed.

YAMIN, M. (2020). Counting the cost of COVID-19. **Int. j. inf. tecnol.** 12, 311–317. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s41870-020-00466-0>. Acessado em 3 de março de 2023.

06

Filantropia e riscos do movimento antivacinas



“Estou vivo, bem e totalmente vacinado, apesar de não ter jurado lealdade a nenhuma autoridade. Ouvir especialistas não é complacência, é apenas um ato de bom senso humano.”

ABHIJIT NASKAR

INTRODUÇÃO

Imunologia é a disciplina que estuda o sistema imunológico – composto por um conjunto de células, tecidos e órgãos que protege os seres vivos contra agentes ou moléculas invasoras. Em condições ideais, um sistema imune consegue dar uma resposta coordenada, específica e seletiva contra organismos infecciosos e outros ativadores, como células cancerígenas, desenvolvendo inclusive memória imunológica. No entanto, um sistema imune debilitado por vezes não é capaz de combater até infecções leves, que então se agravam, com risco de levar à morte. Mas mesmo um sistema funcional pode demorar a desenvolver mecanismos de defesa diante de novos agressores. Por isso vacinas são tão importantes: elas ativam o sistema imunológico antes da presença de um agressor de fato.

Provavelmente as vacinas sejam, do ponto de vista econômico, a estratégia de saúde pública de melhor custo/benefício. E os benefícios têm aumentado, conforme as pesquisas em biotecnologia chegam a formulações mais seguras e mais eficazes. Os avanços recentes, como as vacinas que usam RNA mensageiro (mencionadas no capítulo anterior), abrem espaço para que doenças infecciosas e degenerativas possam vir a ser prevenidas e/ou tratadas. Esse ainda é um enorme desafio, mas, quando superado, certamente terá grande impacto no tratamen-

to de diversas doenças, como algumas formas de câncer, evitando milhões de mortes por ano e aumentando a expectativa de vida (ORENSTEIN e AHMED, 2017).

Embora venham crescendo o número de vacinas e o uso delas em programas governamentais, aumentou também a quantidade de pessoas – inclusive profissionais de saúde – que se dizem preocupadas com a segurança dos imunizantes e que questionam se eles são mesmo necessários (ATTWELL et al., 2017; ATTWELL et al. 2018).

A resistência às vacinas não é um fenômeno novo – ocorre desde os primeiros programas de vacinação contra a varíola (MILLWARD, 2018). Porém, em várias partes do mundo uma quantidade crescente de pais está optando por atrasar e/ou recusar algumas ou todas as vacinas para seus filhos, levando ao declínio da proteção comunitária contra doenças imunopreveníveis (LANE et al., 2018). Trata-se de uma atitude que coloca em risco a saúde de quem não está sendo vacinado, mas também a de vários grupos – eventualmente, de toda a população, elevando os gastos públicos com o tratamento de doenças preveníveis. O recrudescimento de sarampo, coqueluche e varicela, por exemplo, já foi associado a esse tipo de comportamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) identificou a hesitação vacinal, ou relutância em receber a vacinação recomendada (MACDONALD, 2015), como uma das dez maiores ameaças à saúde global em 2019 (WHO, 2019).

Em 2020, durante a Covid-19, enquanto os cientistas trabalhavam incansavelmente para produzir uma vacina (LE et al., 2020), boatos e *fake news* (como a de que a pandemia era uma farsa criada pelas empresas

farmacêuticas) se espalharam mais rapidamente do que o vírus, em uma “infodemia” da mídia social (HALL, 2020). A pandemia deixou clara a importância de entender fatores complexos, de caráter político, social e comportamental, que influenciam a aceitação pública de recomendações eficazes, cientificamente rigorosas e eticamente sólidas.

São muitas as causas que levam à hesitação ou à negação das vacinas: informações erradas ou incompletas, informações distorcidas (muitas vezes escritas em estilo similar ao científico), mitos, análises equivocadas de efeitos colaterais, falta de memória sobre a gravidade de epidemias passadas, falta de credibilidade das empresas farmacêuticas e/ou de órgãos públicos de saúde, ideologias religiosas e filosóficas (BISS, 2015; BLAISDELL et al., 2016; BLUME, 2006; BLUME, 2017).

Esse é o tema deste capítulo – um tipo diferente de risco e de desafio para a filantropia feita a partir da ciência e da pesquisa de temas que podem levar a inovações em benefício da humanidade.

BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO ANTIVACINA

Desde o advento da internet, boatos e teorias da conspiração se disseminam facilmente. Com apenas alguns cliques, qualquer pessoa pode encontrar panfletos detalhando como o governo espalha rastros químicos no ar, microchips na água e veneno por meio de vacinas. É inevitável notar que a minoria dos que produzem discursos sobre organismos geneticamente modificados, resíduos nucleares ou vacinação tenta seguir formas legítimas de argumentação política e científica. Isso deve ser levado

em consideração para entender controvérsias criadas por grupos antivacinas, que publicam suas posições e peças de mídia para ilustrar a suposta crise contemporânea de confiança na ciência (HARAMBAM e AUPERS, 2015).

As autoridades públicas e os cientistas buscam deslegitimar essas publicações, equiparando-as a símbolos de irracionalidade. Em um movimento oposto, alguns antropólogos sublinham um importante significado social: boatos e teorias da conspiração são produtos das tensões fundamentais que existem em qualquer sociedade, em particular nas sociedades capitalistas globalizadas (ATLANI-DUAULT e KENDALL, 2009; WEST e SANDERS, 2003). Nesse sentido, as teorias da conspiração formariam um repertório político que permite às pessoas expressarem seu descontentamento com um sistema social e econômico que as deixa politicamente impotentes (FASSIN, 2011; ATLANI-DUAULT et al., 2015). Mas, para pesquisadores interessados em controvérsias sociotécnicas, as categorias de “boato” e “teoria da conspiração” são problemáticas em si mesmas, já que eivadas dos interesses econômicos de seus financiadores.

O medo das vacinas e os mitos contra elas remontam ao século XVIII, quando, por exemplo, o reverendo Edmund Massey, na Inglaterra, chamou-as de “diabólicas operações” (MASSEY, 1722). Em um sermão, ele condenou as vacinas por considerá-las uma tentativa de o homem se opor aos castigos de Deus (BAZIN, 2001). Posição semelhante podia ser encontrada do outro lado do Atlântico, nos escritos do reverendo John Williams, do estado norte-americano de Massachusetts (STORM, 2011).

Muitos se opuseram às vacinas por razões de outra ordem – filosóficas, políticas e legais, o que indica a diversidade

de opiniões sobre o tema. O filósofo alemão Immanuel Kant, contemporâneo do criador da vacina, Edward Jenner, era fortemente contrário à imunização. Em sua filosofia moral, ele enfatizava que cada indivíduo deve tomar decisões com base em atitudes e regras orientadoras, e racionalmente exigir argumentos sólidos antes de mudar suas crenças, seu modo de pensar e agir (HEUBEL e BILLER-ANDORNO, 2005). Kant concebeu três tipos de regras que orientariam a ação dos indivíduos: técnicas, pragmáticas e morais. As técnicas respondem à pergunta “que meios devo escolher para chegar a um fim inquestionável?”; as regras pragmáticas respondem à pergunta “que meios devo escolher para conseguir o máximo de felicidade?”; as morais respondem à pergunta “que fins devo estabelecer, e quais meios devo evitar para consegui-los?”. As ideias influenciadas por Kant têm gerado debates sobre ética nas ações ligadas a saúde pessoal e coletiva, incluindo a decisão de não se vacinar.

A controvérsia se acentuou na Grã-Bretanha em meados do século XIX. A aprovação de leis que obrigavam os pais a vacinarem seus filhos levou à formação da Liga Antivacinação, em Londres, com a missão autodeclarada de proteger as liberdades das pessoas, que estavam sendo “invadidas” pela legislação de vacinação obrigatória (HUSSAIN et al., 2018). Em 1898, o Parlamento removeu as penalidades para quem descumprisse as leis e permitiu que os pais decidissem não ter seus filhos vacinados (SWALES, 1992).

Mais recentemente, o movimento antivacinação ganhou impulso com a publicação, na prestigiada revista científica *The Lancet*, de um artigo do ex-médico e pesquisador britânico Andrew Wakefield, que sugeriu uma conexão entre a vacina contra sarampo, caxumba e ru-

béola (MMR) e o desenvolvimento de autismo em crianças pequenas (WAKEFIELD et al., 1998). Vários estudos publicados posteriormente refutaram essa associação (TAYLOR et al., 1999; FOMBONNE e CHAKRABARTI, 2001; FARRINGTON et al., 2001; DESTEFANO e THOMPSON, 2004). Uma investigação jornalística revelou que havia um conflito de interesses na publicação de Wakefield: ele recebeu financiamento de litigantes contra fabricantes de vacinas, e não revelou às autoridades (THE TIMES, 2004). Posteriormente, a *The Lancet* publicou uma retratação ao artigo e seu editor declarou-o “totalmente falso” (THE LANCET, 2010). Três meses depois, o autor do estudo foi banido do UK Medical Registry e proibido de praticar medicina no Reino Unido. O veredicto declarou que ele havia “abusado de seu cargo de confiança” e “causou descrédito à profissão médica” nos estudos que realizou (THE GUARDIAN, 2010).

Porém, o estrago já estava feito. O mito se espalhou por várias partes do mundo, especialmente na Europa Ocidental e na América do Norte. No Reino Unido, por exemplo, a taxa de vacinação da MMR caiu de 92%, em 1996, para 84%, em 2002. Em 2003, a taxa chegou a 61% em algumas partes de Londres, muito abaixo do necessário para evitar uma epidemia de sarampo (MURCH, 2003). No norte de Dublin, a taxa chegou a 60% (MCBRIEN et al., 2003). Nos Estados Unidos, a falsa ligação entre MMR e autismo também derrubou as taxas de vacinação (UC RESEARCH, 2012).

São raros os casos como esse – em que uma revista científica de prestígio alimenta o movimento antivacina com achados falsos. Em geral, os participantes do movimento usam de outras fontes e recorrem a alguns dos argumentos que veremos a seguir.

CONTROVÉRSIAS SOBRE CAUSA E EFEITO

Embora praticamente todas as vacinas, quando introduzidas, tenham encontrado resistência de segmentos da sociedade, o tempo e a natureza da reação variaram muito. Os maiores clamores vêm de casos graves supostamente provocados por efeitos colaterais. Isso ocorreu com a vacina Sabin, que usa vírus atenuado contra a poliomielite. Houve dois casos nos Estados Unidos, em 1969 e 1971, em que as crianças desenvolveram paralisia depois de, como milhões de outras crianças, terem sido imunizadas. Em ambos, os pais processaram os fabricantes e ganharam. Mais tarde, descobriu-se que não existia relação com o vírus atenuado da vacina: em um caso, a criança havia sido acometida pelo vírus Coxsackie (da família dos enterovírus) e no outro, pelo poliovírus selvagem (quando ocorre a livre circulação do vírus em um território). As condenações tiveram grande impacto não só na opinião pública, mas também nos fabricantes (OSBORN et al., 1980). Em 1973, quando a Food and Drug Administration (FDA, semelhante à Anvisa brasileira) fez a revisão obrigatória de todas as vacinas disponíveis, os Estados Unidos contavam com cinco fabricantes licenciados da vacina contra sarampo; em 1977, quando a revisão foi concluída, havia apenas um.

DESCONFIANÇA CONTRA AGÊNCIAS PÚBLICAS E EMPRESAS

O Congresso norte-americano agiu com relativa rapidez para enfrentar a situação: em 1986, aprovou a Lei Nacional de Lesões por Vacinas na Infância, que, em essência, “imunizava” contra danos litigiosos extremos as farmacêuticas que seguissem as normas da FDA (OFFIT, 2008). Além disso, a FDA formou grupos de revisão contínua

para aconselhá-la sobre vacinas novas e aprimoradas e criou sistemas de notificação de eventos adversos; os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) assumiram o monitoramento dos programas de vacinação.

Contudo, a lei que protegia os fabricantes aumentou a desconfiança sobre as ações do governo, especialmente sobre os programas de vacinação. Foi nesse ambiente que prosperaram grupos como o Dissatisfied Parents Together, que divulgavam informações distorcidas sobre interesses políticos ou financeiros, de modo a minar a confiança na ciência e nas instituições governamentais.

Posteriormente, em um momento em que vacinas novas e marcadamente eficazes estavam sendo desenvolvidas e disponibilizadas (contra a hepatite B, *Haemophilus influenzae* tipo b, varicela e vacinas pneumocócicas multivalentes), os grupos antivacinas passaram a criticar o número excessivo de imunizações na infância e a combinação de vários antígenos em uma única aplicação.

Em mais de 400 sites e perfis nas mídias sociais, 18 grupos antivacinas passaram a injetar medo nos pais e a promover conspirações falsas que incluem desacreditar as agências públicas relacionadas aos programas de vacinação (HOTEZ, 2019a). A seguir são apresentados dois dos mais famosos desses grupos nos Estados Unidos, que têm influência em outros países.

NATIONAL VACCINE INFORMATION CENTER (NVIC)

Fundado em 1982 como Dissatisfied Parents Together, o NVC é uma organização da sociedade civil que tem sido intensamente criticada como uma das principais fontes

indutoras de desinformação sobre vacinas (SPECTER, 2009; WHEELING, 2017; KOYTEK, 2018). Ele se descreve como a "maior e mais antiga organização liderada pelo consumidor que defende a instituição da segurança das vacinas e proteções de consentimento informado" (CANON, 2015), mas na verdade espalha informações falsas e enganosas, incluindo a alegação já refutada de que as vacinas causam autismo.

O jornalista Michael Specter assim descreveu o NVIC:

"... uma organização cujo nome soa como o de uma agência federal. Na verdade, é exatamente o oposto: o NVIC é a organização antivacina mais poderosa dos Estados Unidos, e seu relacionamento com o governo dos EUA consiste quase inteiramente em se opor aos esforços federais destinados a vacinar crianças."

(SPECTER, 2009, P.7)

A organização foi cofundada em 1982 por Jeff Schwartz, Barbara Loe Fisher e Kathi Williams. Cada um tinha uma narrativa sobre deterioração da saúde de seus filhos – supostamente causada pela vacina DPT (trivalente: contra difteria, tétano e coqueluche) – e os três haviam assistido na TV ao filme *DPT: Vaccine Roulette*, que traçou uma ligação causal errônea entre as vacinas DPT e doenças infecciosas infantis (OFFIT, 2008). Em 1985, Fisher escreveu com Harris Coulter um livro que associava a vacina pertussis (coqueluche) de células inteiras, presente na DPT, ao autismo (COULTER e FISHER, 1985). Na década de 2010, como outros grupos antivacinação, o NVIC passou a investir pesadamente em mídia social, criando seus próprios canais e participando de encontros online de pais, ativistas e entusias-

tas do não uso de vacinas (DIRESTA, 2020). Em abril de 2011, colocou um anúncio contra imunização infantil em um *jumbotron* (uma tela muito grande de exibição de vídeo) na Times Square. Os proprietários desse *jumbotron* receberam uma admoestação pública da Academia Americana de Pediatria por "fornecer espaço publicitário para uma organização como o NVIC" e, assim, colocar "a vida de milhares de crianças em risco" (CHD, 2011). Em abril de 2020, a organização foi identificada como uma das maiores disseminadoras de desinformação sobre a Covid-19 no Facebook (MCDONALD et al., 2020). No mesmo ano, sediou a Conferência Pública Internacional sobre Vacinação, cujo objetivo era coordenar mensagens antivacinação durante a pandemia de Covid-19 (NVIC, 2020).

Embora o NVIC afirme ser apoiado principalmente por pequenas doações, 40% de seu financiamento vem do ativista antivacinação e distribuidor de suplementos vitamínicos Joseph Mercola, que forneceu US\$ 2,9 milhões entre 2009 e 2018. Os recursos foram repassados por meio da Mercola's Natural Health Research Foundation. Médico osteopata e personalidade de negócios na internet, Mercola é um propagador da medicina alternativa cujo patrimônio líquido supera US\$ 100 milhões (SATIJA e SUN, 2019). Ele é persistentemente criticado por defender noções pseudocientíficas de saúde, incluindo a oposição à vacinação (SMITH, 2012).

Sua atuação se dá sobretudo por meio das redes sociais – em junho de 2021, seus vários canais somavam 4,1 milhões de seguidores (ALBA, 2021). Uma análise do material antivacina do Twitter e do Facebook descobriu que Mercola é uma das 12 contas que produzem até 65% de todo o conteúdo antivacina nas plataformas

(SRIKANTH, 2021). Também foi considerado uma das 12 principais fontes de mentiras sobre a Covid-19 em um relatório citado pelo cirurgião-geral dos EUA, Vivek Murthy (SALAM, 2021), e chegou inclusive a ser advertido pela Food and Drug Administration (FDA) por vender curas falsas para a doença (ALLIANCE FOR SCIENCE, 2021). Em setembro de 2021, seu canal no YouTube foi removido por violar políticas de desinformação sobre a Covid-19 (ALBA, 2021).

Com Ronnie Cummins, fundador da Organic Consumers Association, Mercola é autor de um livro (MERCOLA e CUMMINS, 2021) que o McGill Office for Science and Society classifica como um grande resumo da desinformação em torno da Covid-19 e "monumentalmente errado" (JARRY, 2021).

CHILDREN'S HEALTH DEFENSE (CHD)

O Children's Health Defense (CHD) é outra organização da sociedade civil identificada como uma das principais fontes de desinformação sobre vacinas (WEIR, 2021; SUN, 2019). Fundado sob o nome de World Mercury Project em 2011, é presidido por Robert F. Kennedy Jr. (SMITH, 2021) e tem contribuído para a hesitação vacinal nos Estados Unidos, incentivando cidadãos e legisladores a apoiarem regras e leis antivacina (HOTEZ, 2019b; PLATER, 2019; SCOTT, 2017). Kennedy replica vários mitos sobre a eficácia da ivermectina, colocando-se não só contra vacinas, mas contra a ciência (KENNEDY, 2021).

Inicialmente com orçamento muito baixo, as receitas anuais do CHD saltaram para quase US\$ 500 mil quando Kennedy se envolveu com a organização, em 2015; de-

pois para US\$ 1 milhão, em 2018, e US\$ 6,8 milhões em 2020 (SMITH, 2021). A declaração de Imposto de Renda de 2019 do CHD indica que Kennedy recebeu US\$ 255 mil como presidente e conselheiro-chefe da instituição.

O grupo alega haver corrupção generalizada na pesquisa de saúde e endossa livros sobre teorias conspiratórias contra a ciência, todas já refutadas. Suas redes sociais amplificam as teorias segundo as quais a vacinação é um instrumento das elites para controle social (CALLAGHAN et al., 2019). Seu site publicou vários artigos enganosos ligando vacinas contra Covid-19 a mortes e disseminando alegações infundadas de que os imunizantes com base no mRNA têm potencial de alterar permanentemente o DNA das crianças vacinadas. Organizações afiliadas a Kennedy foram responsáveis pela maior parte das publicações críticas às vacinas, até que, em agosto de 2022, as contas da organização nas plataformas Meta (Facebook e Instagram) foram encerradas por violar repetidamente as políticas das redes (JAMISON et al., 2019; FRENKEL, 2021; BELANGER, 2022).

REDES SOCIAIS, CELEBRIDADES E MOVIMENTO ANTIVACINAÇÃO

Os casos do NVIC e do CHD ilustram a capacidade de organizações da sociedade civil divulgarem informações pseudocientíficas e disseminá-las via internet. Uma análise no YouTube constatou que 32% dos vídeos se opunham à vacinação, e estes tinham avaliações mais altas e mais visualizações do que vídeos pró-vacinas (KEELAN et al., 2007). Um estudo que examinou o conteúdo dos primeiros 100 sites mostrados no Google

para busca por "vaccination" e "immunisation" concluiu que 43% deles eram antivacinação, incluindo os dez primeiros listados (DAVIES et al., 2002).

Os grupos antivacinação que atuam online usam inúmeras táticas. Distorcem resultados científicos, mudam as hipóteses, atacam os críticos, dizem ser "pró-vacinas seguras" e não "antivacinas", alegam que as vacinas são tóxicas ou não naturais etc. (KATA, 2012). Usam narrativas para incutir dúvidas e medo nos pais, compartilhando relatos sobre as supostas consequências da vacinação. São táticas enganosas e desonestas, mas muitas vezes eficazes. E ganham força quando celebridades como Charlie Sheen, Jim Carrey, Jenny McCarthy ou Oprah Winfrey veiculam informações desse tipo em redes sociais e programas de televisão (DOESCHER, 2019).

Talvez o endosso seja ainda mais grave vindo de atletas. Entra em jogo, então, uma lógica tosca e falha: se os expoentes do esporte, símbolos da saúde, não se vacinam, os imunizantes não devem favorecer a saúde. Em 2021, Novak Djokovic, um dos maiores tenistas de todos os tempos, escolheu assumir a causa antivacinação e foi expulso da Austrália às vésperas do torneio Australian Open por se recusar a tomar a vacina contra a Covid-19 (BURKI, 2022). Sua imagem de um rebelde contra a vacinação compulsória foi imediatamente abraçada pelos defensores da suposta liberdade individual de não receber imunizantes. Outro desportista, Kelly Slater, um dos maiores surfistas da atualidade (BOYD, 2009), também recusou a vacina contra a Covid-19, mesmo que isso significasse a exclusão das competições da modalidade em que foi 11 vezes campeão mundial.

ENTENDER AS CAUSAS DO MOVIMENTO

Não se pode subestimar o papel da internet na difusão das notícias falsas sobre vacinas. Mas ela foi um meio para espalhar boatos e distorções que, com pequenas diferenças, existem faz tempo. Por isso, o assunto tornou-se objeto de estudos de antropólogos, sociólogos, psicólogos e pesquisadores de mídia. Turner e colaboradores (2021) apontaram os principais fatores que contribuem para a hesitação vacinal:

- Preocupações com a segurança das vacinas, especialmente no longo prazo;
- Preocupação com a nova tecnologia do mRNA e com a velocidade de desenvolvimento de vacinas;
- Experiências anteriores negativas em razão de reações vacinais;
- Experiências anteriores que geraram desconfiança sobre os prestadores de cuidados de saúde;
- Negação por políticos/líderes/profissionais da saúde de que a Covid-19 fosse um problema a ser enfrentado seriamente;
- Crença num conluio entre autoridades governamentais e grandes empresas farmacêuticas para exploração e expansão do mercado de vacinas;
- Percepção de que as doenças preveníveis com vacinas são de baixo risco – percepção causada pela falta de conhecimento sobre a história dessas doenças;

- Crenças religiosas que se sentem ofendidas – por exemplo, com pesquisas feitas com linhagens de células de fetos abortados;
- Preocupações sobre o caráter emergencial do uso de algumas vacinas, supostamente sem aprofundamento sobre efeitos colaterais;
- Falta de dados sobre a persistência da imunidade;
- Preferência por um estilo de vida específico, como o veganismo e a medicina “natural”.

Esses fatores podem influenciar a hesitação vacinal isoladamente ou em conjunto, potencializando a hesitação e tornando complexas as intervenções possíveis – em especial numa sociedade “extraordinariamente dependente da ciência e da tecnologia, em que quase ninguém sabe nada sobre ciência e tecnologia.” (SAGAN, 1990). É de fato estranho que uma sociedade ainda mal-informada sobre ciência seja capaz de produzir um volume quase incalculável de argumentos sólidos sobre a importância da vacinação. Para Haberman (2006), é profundamente chocante que a maioria dos norte-americanos saiba os nomes dos Três Patetas, mas apenas 42% consigam listar as três divisões do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Essa espécie de analfabetismo científico pesa na rejeição a programas de vacinação. Um relatório da Academia Americana de Artes e Ciências indicou que 20% a 30% dos pais eram “hesitantes em relação à vacinação” e que um número crescente “acredita que as doenças evitáveis por vacinas apresentam um risco insignificante” (AMERICAN ACADEMY OF ARTS AND SCIENCES, 2014). O mesmo relatório observou que alguns pais sa-

bem pouco sobre as doenças contra as quais as vacinas protegem. Outros estão preocupados com os efeitos colaterais ou acreditam que a “imunidade natural” é preferível à imunidade induzida por vacina – ou avaliam que, como a alta taxa de vacinação da população pode levar ao efeito rebanho, seus filhos podem se proteger sem ser vacinados. Outros desconfiam da medicina, da ciência ou de ações recomendadas pelo governo, como participar de um programa de vacinação.

Alguns autores destacam a relevância de compreender o que chamam de anti-intelectualismo (FAVRE, 2016). Hofstadter notou o problema ainda na década de 1960 (HOFSTADTER, 1966). Segundo ele, numa sociedade progressivamente dependente do capital, a educação tende a ser mais “prática” e “utilitária” – valoriza as finanças, a tecnologia de informação, a engenharia, o marketing, afasta-se de uma educação mais intelectual provida pelas ciências humanas (filosofia, sociologia, antropologia). Assim, fazer negócios se torna “o interesse mais poderoso e difundido na vida. (...) Desde meados do século XIX os empresários engrossaram os movimentos anti-intelectuais, superando qualquer outra força na sociedade” (HOFSTADTER, p.237). Convém lembrar que a revolução industrial do século XIX impulsionou a popularidade do mito do “self-made man”, desvalorizando a educação formal e aqueles que a buscam (JACOBY, 2008).

Um comportamento relacionado ao anti-intelectualismo é o negacionismo. Como escreveu Michael Specter: “os negacionistas substituem o ceticismo rigoroso e de mente aberta da ciência pela atitude inflexível de compromisso ideológico” (SPECTER, 2009). Na negação, diz Specter, uma parcela da população, descontente com determinada mudança, se afasta da realidade em direção

a uma mentira mais confortável. Frequentemente esse afastamento gera ideias paranoicas – por exemplo, a de que a comunidade científica e o governo usam vacinas como forma de controle social. Os negacionistas ideológicos, segundo Specter, atuam para “confundir questões distintas e tratá-las como uma só”, muitas vezes invocando falácias lógicas para reforçar suas crenças e usando fragmentos de informações corretas tiradas do contexto para criar desinformação.

Outro comportamento relacionado ao anti-intelectualismo é a apatia frente a novos conhecimentos. A ideia de que “minha ignorância é tão boa quanto o seu conhecimento” (ASIMOV, 1980) pode ter sérias consequências, pode ser uma ameaça real ao processo democrático, especialmente à garantia de direitos.

Tais tendências, avaliam Mooney e Kirshenbaum (2010), relacionam-se com a atual supersaturação de informação: diante de incontáveis conteúdos, as pessoas buscam os que parecem mais adequados e necessários para tomar decisões pessoais, escolhendo a dedo as opiniões que se encaixam em sua ideologia.

0 MOVIMENTO ANTIVACINA E SEU IMPACTO NO BRASIL

O Programa Nacional de Imunização brasileiro foi o primeiro a disponibilizar vacinas de modo universal, chegando a garantir coberturas superiores a 95% entre as crianças (CRUZ, 2017; SATO, 2018). Porém, desde 2016 as taxas recuaram de 10 a 20 pontos percentuais (BELTRÃO et al., 2020). O Ministério da Saúde reconhece que uma das razões para essa diminuição é a veiculação de informações falsas (BRASIL, 2018).

Esse processo, observado já a partir de 2016, se agrava com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência. Um estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) constatou que, no caso da Covid-19, o governo federal desenvolveu uma política institucional de propagação do vírus por meio de normas, portarias, resoluções, instruções normativas, medidas provisórias, leis, decretos e outras medidas (FERREIRA et al., 2021).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, no Senado, também encontrou uma série de ações negacionistas, como a distribuição de um kit-Covid preventivo (composto por medicamentos sem eficácia e com efeitos colaterais que podem ser fatais) e a relutância em iniciar um plano nacional emergencial de vacinação, quando as vacinas começaram a ser disponibilizadas (SENADO FEDERAL, 2021).

Com a defesa pública do uso de drogas ineficazes contra a Covid-19, esses medicamentos venderam mais. Por exemplo, entre abril de 2019 e março de 2020 as vendas de hidroxicloroquina cresceram 126% e as de ivermectina, 857% (SENADO FEDERAL, 2021). Quanto à vacina, o governo federal dificultou de forma reiterada sua compra e distribuição. Enquanto as ofertas feitas pela Pfizer eram recusadas, pessoas ligadas ao Ministério da Saúde buscavam comprar outro imunizante – mais caro e sem aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). No final de dezembro de 2020, o presidente da República declarou que a “pressa para vacina não se justifica” (RESENDE, 2021). E tudo isso ocorreu em meio a uma crise sem precedentes, com um Ministério da Saúde sem comando técnico (foram quatro ministros durante as fases mais agudas da pandemia), formação

de equipes de trabalho desqualificadas e suspeitas de envolvimento em corrupção. Esse cenário, além da série de desinformações geradas pelo próprio governo, colaborou para um comportamento errático da população.

Assim, o Brasil se transformou no segundo país com maior número de mortes por Covid-19 no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Os efeitos da pandemia atingiram especialmente a população mais fragilizada por pobreza, desnutrição, falta de saneamento básico e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. De acordo com depoimentos colhidos na CPI da Pandemia, pelo menos 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse um plano de combate eficiente, eficaz e efetivo (SENADO FEDERAL, 2021).

A crise de Covid-19 foi o ápice do problema, mas a cobertura vacinal no Brasil já vinha recuando desde 2015 (LUIZ et al., 2021). A diminuição foi constatada, sobretudo, em BCG, poliomielite, tríplice viral e febre amarela, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1
Cobertura vacinal entre 2015 e 2020 (em %)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BCG	105,1	95,6	98	99,7	86,2	67,4
Hepatite B em crianças de até 30 dias	90,9	81,7	85,9	88,4	78,3	57,2
Rotavírus humano	95,3	89	85,1	91,3	84,9	72,6
Meningococo C	98,2	91,7	87,4	88,5	86,9	73,1
Hepatite B	97,7	105,2	84,4	88,5	70,5	70,9

Penta	96,3	89,3	84,2	88,5	70,5	70,9
Pneumocócica	94,2	95	92,1	95,3	88,6	76,4
Poliomielite	98,3	84,4	84,7	89,5	83,7	69,9
Poliomielite 4 anos	-	-	62,3	63,6	68,2	59,8
Febre amarela	46,3	44,6	47,4	59,5	62,1	53,3
Hepatite A	97,1	71,6	78,9	82,7	84,6	70,1
Pneumocócica (1º ref.)	88,4	84,1	76,3	82	83,2	67,7
Meningococo C (1º ref.)	87,9	93,9	78,6	80,2	85,4	72,1
Poliomielite (1º ref.)	84,5	74,4	73,6	72,8	74,3	63,6
Tríplice viral D1	96,1	95,4	86,2	92,6	92,7	75,5
Tríplice viral D2	79,9	76,7	72,9	76,9	81,1	59,4
Tetra viral (SRC+VZ)	77,4	79	35,4	33,3	34,1	22,2
DTP	96,9	89,5	-	-	-	-
DTP REF (4 e 6 anos)	-	2,7	66,1	68,5	53,6	67
Tríplice bacteriana (DTP) (1º ref.)	85,8	64,3	72,4	73,3	57	74,1
Dupla adulto e tríplice acelular gestante	45,6	31,5	34,7	45	45	21,4
dTpa gestante	45	33,8	42,4	60,2	63,2	43,7
Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA)	95,5	5,2	-	-	-	-

Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (LUIZ et al., 2021)

Para alguns estudiosos, mais que as condições socio-demográficas ou as dificuldades de acesso a serviços de saúde, a desinformação, criada e disseminada nas redes sociais dos grupos antivacina, é o elemento principal na diminuição da cobertura vacinal (SARAIVA e FARIA, 2019).

RESPOSTAS AO MOVIMENTO ANTIVACINA

Há muitas propostas sobre como lidar com a hesitação vacinal, um problema difícil e complexo. A maioria delas indica uma melhor comunicação dos cientistas ou uma abordagem mais proativa dos governos – eventualmente, incluindo leis que tornam a vacinação obrigatória (LEASK, 2020; OMER et al. 2021). Embora a obrigação tenha sido adotada em alguns locais durante a Covid-19, e demonstrado o quanto são importantes para o controle de uma pandemia, essa medida continua a ser questionada por violar a liberdade, as decisões individuais, especialmente dos pais em relação aos filhos (PUGH et al., 2022; NAVIN e ATTWELL, 2019).

Na revisão da literatura sobre como enfrentar o movimento antivacinas, podem ser encontradas várias estratégias, dentre as quais destaco:

- Educação e conscientização: É necessário disseminar informações precisas e confiáveis sobre os benefícios das vacinas, bem como os riscos de não se vacinar. As autoridades de saúde podem promover campanhas de conscientização e informação, nos meios de comunicação e nas redes sociais, para esclarecer os mitos e as desinformações sobre o tema.
- Fortalecimento da confiança nas autoridades de saúde: É necessário que autoridades de saúde, médicos e enfermeiros sejam treinados para fornecer informações precisas e confiáveis sobre as vacinas, além de estarem preparados para responder às dúvidas e preocupações dos cidadãos.
- Aumento do acesso a vacinas: As autoridades de saúde devem trabalhar com as empresas farmacêuticas para garantir que os imunizantes sejam produzidos em quantidades suficientes e distribuídos de forma justa e equitativa.
- Reforço da legislação: A legislação pode ser usada para garantir que as pessoas sejam vacinadas. Em alguns países, a vacinação é obrigatória para crianças que frequentam a escola, por exemplo. Além disso, as autoridades de saúde podem adotar medidas mais rigorosas em surtos de doenças contagiosas.
- Parcerias com líderes e figuras públicas: Lideranças religiosas e de organizações comunitárias, bem como autoridades públicas locais, artistas e atletas, são aliados importantes. Elas podem ajudar a compartilhar informações corretas, combater mentiras e rebater mitos.
- Responsabilização de plataformas online: Redes sociais e sites de busca podem ser usados tanto para espalhar informações precisas quanto desinformação e teorias da conspiração. As autoridades devem criar instrumentos jurídicos para que empresas de tecnologia sejam responsabilizadas por conteúdo enganoso e garantir que dados corretos sejam valorizados nas plataformas.

- Uso de um processo de deliberação pública: Trata-se de um instrumento para enfrentar a complexidade do tema e lidar com posições seriamente divergentes na sociedade. É especialmente útil em comunidades específicas, como mostra o caso de Ontário (Canadá), como se verá a seguir.

DELIBERAÇÃO PÚBLICA E VACINAÇÃO INFANTIL

Como em tantos outros lugares, a controvérsia sobre vacinação infantil instalou-se em Ontário (DUBÉ et al., 2016; GOLDENBERG, 2021), a mais populosa das dez províncias do Canadá (abriga 38,3% da população do país).

A região, onde moram cerca de 1,5 milhão de crianças menores de 10 anos, observou um aumento da hesitação vacinal e decidiu, então, fazer uma deliberação pública sobre o tema. Criou, em 2017, a Ontario Vaccine Deliberation (OVD), que após quatro dias de trabalho apresentou 20 recomendações aos formuladores de políticas públicas. Um relatório detalhou as justificativas, os métodos e os resultados da deliberação (O'DOHERTY et al., 2021).

A deliberação pública é uma forma de diálogo que permite a um grupo fornecer e receber informações sobre determinado tema. Costuma ser usada em assuntos complexos, controversos ou de grande interesse (SOLOMON e ABELSON, 2012). Com base nos princípios da democracia deliberativa (LEVINE et al., 2005), os participantes são convidados a se envolverem uns com os outros respeitosamente, a aprenderem juntos sobre as diferentes perspectivas de um tópico e, então, trabalharem em conjunto em busca de soluções que sejam aceitáveis. Em muitos casos, o objetivo final é elaborar recomendações que pos-

sam ser apoiadas coletivamente. Dependendo das regras, as autoridades podem considerar essas conclusões consultivas ou obrigatórias. Os participantes de uma deliberação pública tendem a ser selecionados para representar uma ampla diversidade de posições na sociedade.

A OVD significou uma mudança importante na forma como o público se envolvia em saúde pública. A sociedade não foi vista como apenas cumpridora passiva de diretrizes de saúde pública emanadas das autoridades, mas como uma parceira que dá contribuições valiosas sobre questões relevantes. Durante a deliberação, enquanto os participantes tentavam entender as diferentes perspectivas e chegar a conclusões, a questão da hesitação dos pais em vacinar seus filhos recebeu grande atenção, já que resultava de desinformação provocada por organizações que se compunham num movimento antivacina. Porém, isso não impediu que os participantes ativamente buscassem estabelecer deliberações públicas que representavam a opinião da maioria.

Ao final, as 20 deliberações indicaram forte apoio à vacinação infantil. Elas sinalizaram confiança tanto nas práticas científicas usadas no desenvolvimento dos imunizantes quanto nas instituições de saúde pública responsáveis pelos programas de vacinação.

Isso não significou que todas as pessoas de Ontário, a maioria das quais não participou da deliberação, iriam concordar automaticamente com as conclusões alcançadas. Mas mesmo os indivíduos que não aceitavam as descobertas científicas sobre a segurança e a eficácia das vacinas mostraram acreditar nos princípios do diálogo respeitoso e informado que pode ser usado para reduzir posições polarizadas

A FILANTROPIA E O COMBATE AO MOVIMENTO ANTIVACINA

As organizações filantrópicas, como evidenciaram os capítulos anteriores, tiveram papel crucial no desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. E também participaram do combate ao movimento antivacinas – aliás, ele próprio financiado por filantropos milionários. Para isso, as entidades recorreram a diversas estratégias, dentre as quais podem ser destacadas:

- 1. Campanhas de educação:** As organizações filantrópicas financiam campanhas educacionais abrangentes, que distribuem informações corretas sobre vacinas, combatendo mitos e abordando preocupações de pais e cuidadores. Tais campanhas usam canais como mídias sociais, oficinas comunitárias e parcerias com profissionais de saúde, de modo a atingir um público amplo.
- 2. Pesquisa e coleta de dados:** A filantropia apoia a pesquisa sobre atitudes, crenças e barreiras à vacinação. Os estudos ajudam a identificar populações-alvo, entender os motivos por trás da hesitação vacinal e desenvolver estratégias eficazes para abordá-los.
- 3. Envolvimento da comunidade:** A filantropia apoia iniciativas de organizações comunitárias para alcançar populações carentes e construir elos de confiança em torno dos programas de vacinação. Essas organizações podem trabalhar em estreita colaboração com as comunidades locais para ouvir preocupações específicas, fornecer informações culturalmente sensíveis e promover a aceitação da vacina.
- 4. Advocacy e política:** Alguns filantropos doam para organizações que atuam por meio de *advocacy e lobby*

para influenciar políticas públicas, combater a desinformação e incentivar decisões baseadas em evidências. O financiamento pode ajudar essas organizações a ampliarem suas vozes, envolver-se com formuladores de políticas e conduzir ações legislativas que apoiem a vacinação.

- 5. Soluções inovadoras:** A filantropia investe em tecnologias e abordagens inovadoras para melhorar o acesso, a distribuição e a aceitação de vacinas. Isso pode envolver o apoio à pesquisa de novos métodos de administração de vacinas, à melhoria da infraestrutura em áreas remotas ou ao desenvolvimento de plataformas digitais para agendamento de vacinas.
- 6. Iniciativas globais:** Organizações filantrópicas com alcance mundial contribuem para aumentar a cobertura vacinal em países de baixa renda. Isso inclui o financiamento de programas de vacinação, o apoio ao desenvolvimento de vacinas acessíveis ou o investimento na expansão da infraestrutura local de saúde.

Várias organizações filantrópicas e indivíduos se engajaram para combater o movimento antivacina. Eis alguns exemplos:

- Fundação Bill e Melinda Gates: Tem sido um dos principais contribuidores para iniciativas internacionais na área de saúde, incluindo apoios para combater desinformação – diretamente ou por meio de organizações como OMS e GAVI.
- Iniciativa Chan Zuckerberg (CZI): Fundada por Mark Zuckerberg e Priscilla Chan, a CZI apoia programas de vacinação e adere a iniciativas como o Community

Immunity Grants, que financia ações comunitárias para aumentar a aceitação e a cobertura de vacinas.

- Open Society Foundation: Apoia várias iniciativas de combate à desinformação sobre vacinas e de promoção de informações baseadas em evidências.
- Fundação Robert Wood Johnson: Contribui com iniciativas para lidar com a hesitação, promover a educação sobre vacinas e melhorar as taxas de vacinação, principalmente em comunidades pobres.
- Google.org: O braço filantrópico do Google tem financiado organizações que trabalham com campanhas de educação sobre vacinas, com ferramentas digitais para distribuição de vacinas e com informações precisas sobre o tema.
- Wellcome Trust: Financia pesquisas sobre atitudes em relação às vacinas, apoia iniciativas para aumentar a compreensão pública sobre os imunizantes e faz parcerias com organizações que trabalham na defesa da vacinação.

Esses são apenas alguns exemplos. Muitas outras organizações filantrópicas, grandes e pequenas, estão ativamente envolvidas no combate ao movimento anti-vacina. É importante que elas colaborem com governos, profissionais de saúde e outras partes interessadas para garantir uma resposta coordenada e eficaz ao negacionismo e à hesitação. Ao investir nessas áreas, a filantropia ajuda a combater a desinformação, criar confiança e fortalecer a importância das vacinas para proteção da saúde pública.

Referências

ALBA, D. (2021). YouTube bans all anti-vaccine misinformation. **The New York Times**. Disponível em <https://www.nytimes.com/2021/09/29/technology/youtube-anti-vaxx-ban.html>. Acessado em 4 de junho de 2023.

ALLIANCE FOR SCIENCE (2021). **FDA warns Mercola: Stop selling fake COVID remedies and cures**. Disponível em <https://allianceforscience.org/blog/2021/03/fda-warns-mercola-to-stop-selling-fake-covid-remedies-and-cures/>. Acessado em 4 de junho de 2023.

AMERICAN ACADEMY OF ARTS AND SCIENCES (2014). **Public Trust in Vaccines: Defining a Research Agenda**, 3-6. Disponível em <https://www.amacad.org/multimedia/pdfs/publications/researchpapersmonographs/publictrustvaccines>. Acessado em 4 de junho de 2023.

ATLANI-DUAULT, L. e KENDALL, C. (2009). Influenza, anthropology, and global uncertainties. **Medical Anthropology**, 28(3): 207–211.

ATLANI-DUAULT, L., MERCIER, A., ROUSSEAU, C., GUYOT, P. e MOATTI, J. P. (2015). Blood Libel Rebooted: Traditional Scapegoats, Online Media, and the H1N1 Epidemic. **Culture, Medicine, and Psychiatry**, 39(1): 43–61.

ATTWELL, K., LEASK J., MEYER, S. B., ROKKAS, P., WARD, P. (2017). Vaccine rejecting parents' engagement with expert systems that inform vaccination programs. **J. Bioeth. Inq.** 14:65–76.

ATTWELL, K., WARD, P. R., MEYER, S. B., ROKKAS, P.J., LEASK, J. (2018). "Do-it-yourself": vaccine rejection and complementary and alternative medicine (CAM). **Soc. Sci. Med.** 196:106-14.

ASIMOV, I. (1980). A Cult of Ignorance. **Newsweek** (21 de janeiro).

BAZIN, H. (2001). The ethics of vaccine usage in society: lessons from the past: commentary. **Curr Opin Immunol**, 13:505-10. 10.1016/S0952-7915(00)00248-X.

BELANGER, A. (2022). Loathsome anti-vax group run by RFK Jr gets Meta permaban—finally. **Ars Technica**. Disponível em <https://arstechnica.com/tech-policy/2022/08/rfk-jrs-anti-vax-group-finally-permabanned-from-instagram-facebook>. Acessado em 4 de junho de 2023.

BELTRÃO, R. P. L., MOUTA, A. A. N., SILVA, N. S., OLIVEIRA, J. E. N., BELTRÃO, I. T., BELTRÃO, C. M. F., ... e DA SILVA, A. C. B. (2020). Perigo do movimento antivacina: análise epidemio-literária do movimento antivacinação no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 12(6), e3088-e3088.

BISS, E. (2015). **On Immunity: An Inoculation**. Minneapolis: Graywold Press

BLAISDELL, L. L., GUTHEIL, C., HOOTSMANS, N. A. M., HAN, P. K. J. (2016). Unknown risks: parental hesitation about vaccination. **Med. Decis. Making**, 36:479–89

BLUME, S. (2006). Anti-vaccination movements and their interpretations. **Soc. Sci. Med.**, 62:628–42

BLUME, S. (2017). **Immunization: How Vaccines Became Controversial**. Reaktion Books.

BOYD, D. (2009). **Legends of Surfing: The Greatest Surfriders from Duke Kahanamoku to Kelly Slater**. Mvp books.

BRASIL (2018). Ministério da Saúde (org.). **Entenda por que a vacinação evita doenças e salva vidas**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/search?SearchableText=Entenda%20por%20que%20a%20vacina%C3%A7%C3%A3o%20evita%20doen%C3%A7as%20e%20salva%20vidas>. Acessado em 12 maio de 2023.

BURKI, T. K. (2022). Vaccination in the world's top athletes. **The Lancet Respiratory Medicine**, 10(3), e33.

CALLAGHAN, T., MOTTA, M., SYLVESTER, S., LUNZ TRUJILLO, K. e BLACKBURN, C. C. (2019). Parent psychology and the decision to delay childhood vaccination. **Soc Sci Med**. 2019 Oct; 238.

CANON, G. (2015). Is Your State Trying to Outlaw Vaccine Exemptions? **Mother Jones**. Mother Jones and the Foundation for National Progress.

CCDH (2020). Pandemic Profiteers: The business of anti-vaxx." **Center for Countering Digital Hate**. Disponível em <https://counterhate.com/research/pandemic-profiteers/>. Acessado em 4 de junho de 2023.

CONSUMER HEALTH DIGEST, CHD (2011). **National Council Against Health Fraud**. Disponível em: <https://quackwatch.org/ncahf/digest11/11-10/>. Acessado em 12 de maio de 2023.

COULTER, H. L. e FISHER, B. L. (1985). **DPT: A Shot in the Dark**. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

CRUZ, A. (2017). A queda da imunização no Brasil. **Revista Consensus**, 7(3), 20-9.

DAVIES, P., CHAPMAN, S. e LEASK, J. (2002). Antivaccination activists on the world wide web. **Archives of Disease in Childhood**, 87(1), 22-25.

DESTEFANO, F. e THOMPSON, W.W. (2004). MMR vaccine and autism: an update of the scientific evidence. **Expert Rev Vaccines**, 3:19-22. 10.1586/14760584.3.1.19.

DIRESTA, R. (2020). "Anti-vaxxers Think This Is Their Moment". **The Atlantic**.

DOESCHER, T. L. (2019). How Tinseltown sparked a global health crisis. **Washington Examiner**. Disponível em <https://www.washingtonexaminer.com/opinion/how-tinseltown-sparked-a-global-health-crisis>. Acessado em 4 de junho de 2023.

DUBÉ, E., GAGNON, D., OUAKKI, M., BETTINGER, J. A., GUAY, M., HALPERIN, S., ... e CANADIAN IMMUNIZATION RESEARCH NETWORK. (2016). Understanding vaccine hesitancy in Canada: results of a consultation study by the Canadian Immunization Research Network. **PloS One**, 11(6), e0156118.

FARRINGTON, C.P., MILLER, E., TAYLOR, B. (2001). MMR and autism: further evidence against a causal association. **Vaccine**, 19:3632-35. 10.1016/S0264-410X(01)00097-4.

FASSIN, D. (2011). **Humanitarian reason: a moral history of the present**. Univ. of California Press.

FAVRE, G. J. (2016). **The ethical imperative of reason: how anti-intellectualism, denialism, and apathy threaten national security**. Naval Postgraduate School, Monterey United States.

FERREIRA, A., ROSA, A., FARIAS, A., VALENTIM, G. e HERZOG, L. (2021). Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à COVID-19 no Brasil. **Boletim n. 10**. Conectas. Disponível em <https://www.conectas.org/publicacao/boletimdireitos-na-pandemia-no-10/>. Acessado em 12 de maio de 2023.

FOMBONNE, E. e CHAKRABARTI, S. (2001). No evidence for a new variant of measles-mumps-rubella-induced autism. **Pediatrics**, 108:E58. 10.1542/peds.108.4.e58.

FRENKEL, S. (2021). Instagram barred Robert F. Kennedy Jr.'s account. Anti-vaccine accounts remain. **The New York Times**. Disponível em <https://www.nytimes.com/2021/02/11/us/robert-f-kennedy-jr-instagram-covid-vaccine.html>. Acessado em 7 de março de 2023.

GOLDENBERG, M. J. (2021). **Vaccine hesitancy: public trust, expertise, and the war on science**. University of Pittsburgh Press.

HALL, R. (2020). Anti-vaccination movement could derail fight against coronavirus, experts warn. **Independent**. Disponível em <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/coronavirus-vaccine-antivaxer-donald-trump-a9426151.html>. Acessado em 2 de junho de 2023.

HABERMAN, C. (2006). NYC: Good Thing We Citizens Aren't Tested, **New York Times**. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C03E4D61F3EF936A35751C1A9609C8B63>. Acessado em 4 de junho de 2023.

HARAMBAM, J. e AUPERS, S. (2015) Contesting epistemic authority: Conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, 24(4): 466–480.

HEUBEL, F. e BILLER-ANDORNO, N. (2005). The contribution of Kantian moral theory to contemporary medical ethics: a critical analysis. **Medicine, Health Care and Philosophy**, 8, 5-18.

HOFSTADTER, R. (1966). **Anti-intellectualism in American life**. (Vol. 713). Vintage.

HOTEZ, P. (2019a). America and Europe's new normal: the return of vaccine-preventable diseases. **Pediatric Research**, 85(7), 912-914.

HOTEZ, P. (2019b). The physician-scientist: defending vaccines and combating antisocialism. **The Journal of clinical investigation**, 129(6), 2169-2171.

HUSSAIN, A., ALI, S., AHMED, M. e HUSSAIN, S. (2018). The anti-vaccination movement: a regression in modern medicine. **Cureus**, 10(7).

JACOBY, S (2008). **The Age of American Unreason**. New York: Random House.

JAMISON, A. M., BRONIATOWSKI, D. A. e DREDZE, M. (2019). Vaccine-related advertising in the Facebook Ad Archive. **Vaccine**. 38 (3): 512–520.

JARRY, J. (2021). The Upside-Down Doctor. **Office for Science and Society**. McGill University.

KATA, A. (2012). Anti-vaccine activists, Web 2.0, and the postmodern paradigm—An overview of tactics and tropes used online by the anti-vaccination movement. **Vaccine**, 30(25), 3778-3789.

KEELAN, J., PAVRI-GARCIA, V., TOMLINSON, G. e WILSON, K. (2007). YouTube as a source of information on immunization: a content analysis. **Jama**, 298(21), 2482-2484.

KENNEDY, R. F. (2021). **The Real Anthony Fauci: Bill Gates, Big Pharma, and the global war on democracy and public health** (pp. 24-29). New York: Skyhorse Publishing.

KOYTEK, A. L. (2018). **Mandatory Childhood Vaccination: Hesitancy, Policy, and the Rise in Vaccine Preventable Disease Outbreaks in the United States**. Capstone Research Project.

THE LANCET (2010). Retracts 'Utterly False' MMR Paper. **The Lancet**. Disponível em <http://www.theguardian.com/society/2010/feb/02/lancet-retracts-mmr-paper>. Acessado em 12 de maio de 2023.

LANE, S., MACDONALD, N. E., MARTI, M., DUMOLARD, L. (2018). Vaccine hesitancy around the globe: analysis of three years of WHO/UNICEF Joint Reporting Form data-2015–2017. **Vaccine**, 36:3861–67.

LE, T. T., ANDREADAKIS, Z., KUMAR, A., ROMÁN, R. G., TOLLEFSEN, S., SAVILLE, M. e MAYHEW, S. (2020). The COVID-19 vaccine development landscape. **Nat Rev Drug Discov**, 19(5), 305-306.

LEASK, J. (2020). Vaccines--lessons from three centuries of protest. **Nature**, 585(7826), 499-502.

LEVINE, P., FUNG, A. e GASTIL, J. (2005). Future directions for public deliberation. **Journal of Deliberative Democracy**, 1(1).

LUIZ, A. C. G. R., CAIXETA, B. S., CRUVINEL, M. F., ANJOS, S. P. A., BRAGA, S. G., DE ALMEIDA, K. C., RABELO, M. e AMÂNCIO, N. D. F. G. (2021). Movimento Antivacina: a propagação de uma distopia que ameaça a saúde da população brasileira. **Brazilian Journal of Health Review**, 4(1), 430-441.

MACDONALD, N. E. (2015). Vaccine hesitancy: Definition, scope, and determinants. **Vaccine**, 33(34), 4161-4164.

MASSEY, E. (1722). **Sermon against the dangerous and sinful practice of inoculation**. Preached at St. Andrew's Holborn, on Sunday, July the 8th, 1722. M.A. Lecturer of St. Alban Woodstreet. Gale Ecco, Print Editions. 2010. Disponível em <http://name.umdl.umich.edu/N02782.0001.001>. Acessado em 12 de maio de 2023.

MCBRIEN, J., MURPHY, J., GILL, D. et al. (2003). Measles outbreak in Dublin, 2000. **Pediatr Infect Dis J.**, 22:580-84. 10.1097/01.inf.0000073059.57867.36.

MCDONALD, K., MAHER, B., LABBE, C., PADOVESE, V. e RICHTER, M. (2020). Tracking Facebook's COVID-19 misinformation "super-spreaders" in Europe. **NewsGuard**. Disponível em: <https://www.newsguardtech.com/special-reports/facebook-super-spreaders-europe/>. Acessado em 12 de maio de 2023.

MERCOLA, J. e CUMMINS, R. (2021). **The truth about COVID-19: Exposing the great reset, lockdowns, vaccine passports, and the new normal**. Chelsea Green Publishing.

MIKOVITS, J. e HECKENLIVELY, K. (2021). **Plague of corruption: Restoring faith in the promise of science**. Simon and Schuster.

MILLWARD, G. (2018). **Stuart Blume, Immunization: How Vaccines Became Controversial**. Oxford University Press.

MOONEY, C. e KIRSHENBAUM, S. (2010). **Unscientific America**. ReadHowYouWant.com.

MURCH, S. (2003). Separating inflammation from speculation in autism. **The Lancet**, 362:1498-99. 10.1016/S0140-6736(03)14699-5.

NASKAR, A. (2021). **Handcrafted Humanity: 100 Sonnets For A Blunderful World**. Neuro Cookies.

NAVIN, M. C. e ATTWELL, K. (2019). Vaccine mandates, value pluralism, and policy diversity. **Bioethics**, 33(9), 1042-1049.

NVIC (2020). **Fifth International Public Conference on Vaccination with the theme of "Protecting Health and Autonomy in the 21st Century"**. Disponível em: <https://app.glueup.com/event/protecting-health-and-autonomy-in-the-21st-century-20563/home.html>. Acessado em 12 de maio de 2023.

OFFIT, P. A. (2008). **Autism's False Prophets: Bad Science, Risky Medicine, and the Search for a Cure**. New York: Columbia University Press.

O'DOHERTY, K. C., CRANN, S., BUCCI, L. M., BURGESS, M. M., CHAUHAN, A., GOLDENBERG, M. J., ... e WILLISON, D. J. (2021). Deliberation on childhood vaccination in Canada: Public input on ethical trade-offs in vaccination policy. **AJOB Empirical Bioethics**, 12(4), 253-265.

OMER, S. B., BENJAMIN, R. M., BREWER, N. T., BUTTENHEIM, A. M., CALLAGHAN, T., CAPLAN, A. ... e HOTEZ, P. J. (2021). Promoting COVID-19 vaccine acceptance: recommendations from the Lancet Commission on Vaccine Refusal, Acceptance, and Demand in the USA. **The Lancet**, 398(10317), 2186-2192.

ORENSTEIN, W. A. e AHMED, R. (2017). Simply put: Vaccination saves lives. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 114(16), 4031-4033.

OSBORN, J.E., KRUGMAN, S. (CHAIR), FOX, J., JORDAN, W., LENNETTE, E., MCINTOSH, K. e PARKS, W. (1980). Panel report: viral and rickettsial vaccines. DHEW Food and Drug Administration Implementation of efficacy review. **Fed Regist.** 1980;45:25652.

PLATER, R. (2019). 'Vaccine Hesitancy' Now Listed with Ebola as a Top Health Threat for 2019. **Healthline**. Disponível em <https://www.healthline.com/health-news/who-says-anti-vaccination-forces-are-a-chief-threat-to-world-health>. Acessado em 4 de junho de 2023.

PUGH, J., SAVULESCU, J., BROWN, R. C. e WILKINSON, D. (2022). The unnaturalistic fallacy: COVID-19 vaccine mandates should not discriminate against natural immunity. **Journal of Medical Ethics**, 48(6), 371-377.

RESENDE, T. (2021). Pressa para a vacina não se justifica, diz Bolsonaro sobre imunizante contra a Covid-19. **Folha de S. Paulo**. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/pressa-para-a-vacina-naose-justifica-diz-bolsonaro-sobre-imunizante-contra-acovid-19.shtml>. Acessado em 13 de maio de 2023.

SAGAN, C. (1990). Why We Need to Understand Science. **Skeptical Inquirer**, 14.3.

SALAM, E. (July 17, 2021). "Majority of Covid misinformation came from 12 people, report finds". **The Guardian**. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/17/covid-misinformation-conspiracy-theories-ccdhd-report>. Acessado em 4 de junho de 2023.

SARAIVA, L. D. e FARIA, J. D. (2019). **A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento antivacina no Brasil**. In 42º Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, Belém (PA).

SATIJA, N. e SUN, L. H. (2019). A major funder of the anti-vaccine movement has made millions selling natural health products. **The Washington Post**. December 21, 2019.

SATO, A. P. S. (2018). Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? **Revista de Saúde Pública**, 52.

SCOTT, K. (2017). Robert De Niro, Robert F. Kennedy Jr. offer \$100K to anyone who can provide proof vaccines are safe. **Global News**. Disponível em <https://globalnews.ca/news/3253840/robert-de-niro-robert-f-kennedy-jr-offer-100g-to-anyone-who-can-provide-proof-vaccines-are-safe>. Acessado em 4 de junho de 2023.

SCOTT, K. (2021). **Need for Educational Competency: Importance of Human Papillomavirus Vaccine Education for Both Patients and Providers**. Saint Francis Medical Center College of Nursing.

SENADO FEDERAL (2021). **CPI da Pandemia**. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/docsRecCPI?codcol=2441>. Acessado em 13 de maio de 2023.

SMITH, B. (2012). "Dr. Mercola: Visionary or Quack?". **Chicago Magazine**. Disponível em <https://www.chicagomag.com/chicago-magazine/february-2012/dr-joseph-mercola-visionary-or-quack/>. Acessado em 4 de junho de 2023.

SMITH, M. (2021). How a Kennedy built an anti-vaccine juggernaut amid COVID-19. **AP News**.

SOLOMON, S. e ABELSON, J. (2012). Why and when should we use public deliberation?. **The Hastings Center Report**, 42(2), 17.

SPECTER, M. (2009). **Denialism: How irrational thinking harms the Planet and threatens our lives**. Penguin.

SRIKANTH, A. (2021). 12 prominent people opposed to vaccines are responsible for two-thirds of anti-vaccine content online: report. **The Hill**. Disponível em <https://thehill.com/changing-america/well-being/prevention-cures/544712-twelve-anti-vaxxers-are-responsible-for-two/>. Acessado em 4 de junho de 2023.

STORM, A. E. (2011). **Religious conviction and the Boston inoculation controversy of 1721**. Scholarworks.wm.edu.

SUN, L. H. (2019). Majority of anti-vaccine ads on Facebook were funded by two groups. **Washington Post**. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/health/2019/11/15/majority-anti-vaccine-ads-facebook-were-funded-by-two-groups/>. Acessado em 4 de junho de 2023.

SWALES, J. D. (1992). The Leicester anti-vaccination movement. **The Lancet**, 340:1298. 10.1016/0140-6736(92)93006-9.

TAYLOR, B., MILLER, E., FARRINGTON, C. P. et al. (1999). Autism and measles, mumps, and rubella vaccine: no epidemiological evidence for a causal association. **The Lancet**, 353:2026-29. 10.1016/S0140-6736(99)01239-8

THE GUARDIAN (2010). MMR Row Doctor Andrew Wakefield Struck Off Register. **The Guardian**. Disponível em <http://www.theguardian.com/society/2010/may/24/mmr-doctor-andrew-wakefield-struck-off>. Acessado em 12 de maio de 2023.

THE TIMES (2004). **Revealed: MMR Research Scandal**. Disponível em <http://www.thetimes.co.uk/article/revealed-mmr-research-scandal-7ncfntn8mjg>. Acessado em 12 de maio de 2023.

TURNER, P. J., LARSON, H., DUBÉ, È. e FISHER, A. (2021). Vaccine hesitancy: drivers and how the allergy community can help. **The Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice**, 9(10), 3568-3574.

UC RESEARCH, 2012. **Vaccinations of U.S. Children Declined after Publication of Now-Refuted Autism Risk**. Disponível em <http://www.uc.edu/news/NR.aspx?id=15881>. Acessado em 17 de junho de 2023.

WAKEFIELD, A. J. et al. (1998). Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children. **The Lancet**, 351:637-41. 10.1016/S0140-6736(97)11096-0.

WEIR, K. (2021). "How Robert F. Kennedy Jr. Became the Anti-vaxxer Icon of America's Nightmares". **Vanity Fair**. Disponível em <https://www.vanityfair.com/news/2021/05/how-robert-f-kennedy-jr-became-anti-vaxxer-icon-nightmare>. Acessado em 4 de junho de 2023.

WEST, H. W. e SANDERS, T. (2003). **Transparency and Conspiracy: Ethnographies of Suspicion in the New World Order**. Durham: Duke University Press.

WHEELING, K. (2017). A Brief History of Vaccine Conspiracy Theories. **Pacific Standard**, 13 Jan. 2017.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION) (2019). Ten threats to global health in 2019. **World Health Organization News**, March 21. Disponível em <https://www.who.int/vietnam/news/feature-stories/detail/ten-threats-toglobal-health-in-2019>. Acessado em 2 de junho de 2023.

WOLFE R.M. e SHARP L.K. (2002). Anti-vaccinationists past and present. **BMJ**. 2002, 325:430-32. 10.1136/bmj.325.7361.0.



INSTITUIÇÕES DA



ISBN: 978-65-997290-8-9

CRL



9 786599 729089